

*Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005:
Por um mundo livre de minas*

RESUMO



Conselho Editorial do Monitor de
Minas Terrestres
Mines Action Canada
Handicap International
Human Rights Watch
Ajuda Popular da Noruega

Copyright © Outubro de 2005 by Mines Action Canada
Todos os direitos reservados.

ISBN: 0-9738955-0-0

Cover photographs © Sean Sutton / MAG / Maio de 2004 / magclearsmines.org.

Cover design by Rafael Jiménez

Para receber uma cópia do *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005*, favor contatar:

Email: lm@icbl.org

Campanha Internacional pelo Banimento das Minas Terrestres

www.icbl.org/lm

Mines Action Canada

1502 - 1 Nicholas Street, Ottawa, Ontario K1N 7B7, CANADA

Tel: +1 (613) 241-3777, Fax: +1 (613) 244-3410, Email: info@minesactioncanada.org

www.minesactioncanada.org

Handicap International

rue de Spa 67, B-1000 Brussels, BELGIUM

Tel: +32 (2) 286-50-59, Fax: +32 (2) 230-60-30, Email: minepolicy@handicap.be

www.handicap-international.be

Human Rights Watch

1630 Connecticut Avenue NW, Suite 500, Washington, DC 20009, USA

Tel: +1 (202) 612-4321, Fax: +1 (202) 612-4333, Email: landmine@hrw.org

www.hrw.org

Ajuda Popular da Noruega

PO Box 8844, Youngstorget NO-0028, Oslo, NORWAY

Tel: +47 (22) 03-77-00, Fax: +47 (22) 20-08-70, Email: lm@npaid.org

www.npaid.org

ÍNDICE

Sobre O Monitor De Minas Terrestres	1
Principais Resultados	4
Introdução	9
Banindo As Minas Antipessoal	11
Universalização	11
Primeira Conferência De Exame	14
Implementação E Programa De Trabalho Intersessional	15
Convenção Sobre Certas Armas Convencionais (CCAC)	16
Uso De Minas Antipessoal	16
Produção De Minas Antipessoal	19
Comércio Mundial De Minas Antipessoal	21
Armazenamento De Minas Antipessoal E Sua Destruição	21
Minas Retidas Para Pesquisa E Treinamento (Artigo 3)	25
Relatórios De Transparência (Artigo 7)	27
Medidas De Implementação Nacional (Artigo 9)	28
Questões Especialmente Preocupantes	29
Ação Contra As Minas	33
Principais Realizações em Desminagem e Pesquisa em 2004	35
Panorama dos Programas de Ação Contra as Minas	44
Componentes e Técnicas da Ação Contra as Minas	46
Segurança	47
Desminagem Comunitária	47
Grupos Armados não-estatais e Ação Contra as Minas	48
Medidas de Redução de Riscos	48
Gerenciamento da Informações	49
Avaliação dos Programas de Ação Contra as Minas	49
Desenvolvimentos Internacionais	50
Educação Sobre O Risco De Minas	53
Vítimas De Minas Terrestres E Assistência Aos Sobreviventes	63
Novas vítimas em 2004-2005	63
Um Balanço do Problema	64
Coleta de Dados sobre Vítimas	65
Buscando atender a necessidade dos sobreviventes	69
Capacidades dos Estados Afetados em Prover Assistência aos Sobreviventes de Minas Terrestres	70
O Plano de Ação de Nairobi, Estados-Partes e Assistência às Vítimas de Minas	80
Outros Progressos Internacionais	83
Financiamento Para Ações Contra Minas	84
Contribuições em 2004	85
Estados e a Assistência às Vítimas	103
Principais Receptores de Ações Contra as Minas	107
A Situação Da Convenção	112
Principais Desenvolvimentos	117
Estados-Partes	117
Signatários	134
Não-signatários	135
Outros	144
Convenção Sobre A Proibição Da Utilização, Armazenagem, Produção E Transferência De Minas Antipessoal E Sobre A Sua Destruição. 18 De Setembro De 1997	147

SOBRE O MONITOR DE MINAS TERRESTRES

Este é o sétimo relatório do Monitor de Minas Terrestres, o produto anual de uma iniciativa sem precedentes da Campanha Internacional pelo Banimento das Minas Terrestres (ICBL – da sigla em inglês) para monitorar e informar sobre a implementação e o cumprimento do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres de 1997, e de maneira mais ampla, para avaliar a resposta da comunidade internacional à crise humanitária causada pelas minas terrestres. Pela primeira vez na história, organizações não-governamentais se reuniram de maneira coordenada, sistemática e sustentável para monitorar uma lei humanitária ou um tratado de desarmamento, e para documentar regularmente os progressos e problemas, pondo assim em prática o conceito de verificação com base na sociedade civil.

Outros seis relatórios foram lançados desde 1999, apresentados nos encontros anuais dos Estados-Partes do Tratado de Erradicação das Minas: em maio de 1999 em Maputo, Moçambique; em setembro de 2000 em Genebra, Suíça; em Setembro de 2001 em Manágua, Nicarágua; em setembro de 2002 em Genebra; em Bangcoc, na Tailândia em setembro de 2003; e na Primeira Conferência de Exame realizada em Nairobi, no Quênia em novembro e dezembro de 2004.

O sistema do Monitor de Minas Terrestres se caracteriza pela rede coleta de dados global e um relatório anual. Uma rede de 77 pesquisadores do Monitor de Minas Terrestres de 72 países coletou informações para preparar este relatório. Os pesquisadores provêm da coalizão de campanhas da ICBL e de outros elementos da sociedade civil, incluindo jornalistas, acadêmicos e instituições de pesquisa.

O Monitor de Minas Terrestres não é um sistema de verificação técnico ou um regime formal de inspeção. É uma tentativa da sociedade civil de assegurar que os governos realizem as obrigações que assumiram com respeito às minas antipessoal. Isto é feito pro uma coleta extensiva, análise e distribuição de informações públicas disponíveis. Embora em alguns casos se vincule a missões de averiguação, o Monitor de Minas Terrestres não é feito para expor seus pesquisadores a danos ou a áreas de guerra.

O Monitor de Minas Terrestres é feito para complementar os relatórios de transparência dos Estados-Partes requerido sob o artigo 7º do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres. Ele reflete o ponto de vista compartilhado de que a transparência, a confiança e a colaboração mútua são elementos fundamentais para o sucesso na erradicação das minas antipessoal. O Monitor de Minas Terrestres também foi criado em reconhecimento à necessidade por um informe e uma avaliação independente.

O Monitor de Minas Terrestres e o seu relatório anual objetiva promover e avançar discussões relativas às questões sobre minas terrestres, e procura esclarecer, para ajudar no alcance do objetivo de um mundo livre de minas. O Monitor de Minas Terrestres trabalha em boa-fé para prover informações factuais sobre questões em monitoramento, para beneficiar a comunidade internacional como um todo.

O *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005* contém informações de 104 países com respeito às políticas de banimento das minas terrestres, uso, produção, transferência, armazenamento, financiamento de ação contra as minas, remoção de minas, educação sobre o risco de minas, vítimas de minas terrestres e assistência aos sobreviventes. Enquanto os relatórios Monitor de Minas Terrestres informaram os temas, entre 1999 e 2004, sobre todos os países do mundo, o *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005* está focado nos países afetados,

nos Estados-Partes que continuam com obrigações a serem implementadas e Estados não-Partes. As informações sobre os países que financiam a ação contra as minas está incluída no panorama sobre o financiamento. Apêndices com informações dos principais atores na ação contra as minas, como as agências da ONU, e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, também estão contempladas.

Como foi o caso nos últimos anos, o Monitor de Minas Terrestres reconhece que este informe ambicioso tem suas faltas. O Monitor de Minas Terrestres é um sistema de contínua atualização, correção e aprimoramento. Comentários, esclarecimentos e correções dos governos e de outros atores são buscados no espírito do diálogo nesta busca comum por informações precisas e seguras sobre este assunto difícil.

Processo Do Monitor De Minas Terrestres 2005

Em junho de 1998, a ICBL formalmente acordou em criar o Monitor de Minas Terrestres como uma iniciativa da ICBL. Um grupo de quatro membros compõe o Conselho Editorial que coordena o sistema do Monitor de Minas Terrestres: Mines Action Canada, Handicap International, Human Rights Watch e Ajuda Popular da Noruega. A Mines Action Canada serve como a agência líder. O Conselho Editorial assume todas as responsabilidades e decisões sobre o sistema do Monitor de Minas Terrestres.

As concessões para pesquisa para o *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005* foram entregues em março de 2005, após um encontro do Conselho Editorial em Ottawa, Canadá, em fevereiro de 2005. Os Coordenadores de Pesquisa Temáticos e os Especialistas em Pesquisa se encontraram em Bruxelas, na Bélgica, em abril de 2005 para intercambiar informações, avaliar as pesquisas e a coleta de dados já realizada, identificar falhas, e assegurar métodos de pesquisa comuns e mecanismos de informação para o Monitor. Em abril e maio de 2005, esboços dos relatórios de pesquisa foram submetidos aos Coordenadores de Pesquisa Temáticos para revisão e comentários. Em junho de 2005, os Especialistas de Pesquisa e um grupo de pesquisadores se encontraram em Genebra, Suíça para discutir o relatório final e os principais resultados. De junho a setembro, a equipe do Monitor de Minas Terrestres de Coordenadores Temáticos de Pesquisa verificaram as fontes e editaram os relatórios dos países, sob a responsabilidade da equipe da Mines Action Canada para a checagem de fatos, e reunião da íntegra do relatório. Este relatório foi impresso em outubro e apresentado no Sexto Encontro dos Estados-Partes do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres de 1997 em Zagreb, Croácia, de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2005.

O *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005* está disponível online no site www.icbl.org/lm.

Por fim, gostaríamos de estender a nossa gratidão aos apoiadores e financiadores do Monitor de Minas Terrestres. Os contribuintes ao Monitor de Minas Terrestres não são responsáveis em nenhuma medida por, e não necessariamente endossam, pelo material contido neste relatório. Só foi possível levar a cabo este trabalho com a ajuda das concessões de:

- Governo da Austrália
- Governo da Áustria
- Governo da Bélgica
- Governo do Canadá
- Governo do Ciprus
- Governo da Dinamarca

- Governo da França
- Governo da Alemanha
- Governo da Grécia
- Governo da Irlanda
- Governo da Itália
- Governo de Luxemburgo
- Governo dos Países Baixos
- Governo da Nova Zelândia
- Governo da Noruega
- Governo da Suécia
- Governo da Suíça
- Governo da Turquia
- Governo do Reino Unido
- Comissão Europeia
- Santa Sé
- UNICEF

Nós também agradecemos aos doadores que contribuíram aos membros individuais do Conselho Consultivo do Monitor de Minas Terrestres e outras organizações participantes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005* revela que o Tratado de Erradicação das Minas Terrestres e o movimento pelo banimento das minas continua a obter bons progressos no caminho à erradicação das minas antipessoal, salvando vidas e membros em todas as regiões do planeta. Todavia, desafios significativos persistem.

Esta edição do relatório Monitor de Minas Terrestres detalha os progressos e os desafios restantes em mais de 100 países, incluindo todos os países mais afetados e aqueles com estoques substanciais de minas antipessoal e os estados que ainda não aderiram ao Tratado de Erradicação das Minas Terrestres. O *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005* prove uma atualização anual ao *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2004*, no qual se incluiu uma revisão dos progressos do período de 1999 até 2004, incluindo todos os países do mundo.

O período informado para o *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005* é maio de 2004 até maio de 2005. Os editores, quando possível, incorporaram informações importantes recebidas de junho a setembro de 2005. As estatísticas das ações contra as minas terrestres e as vítimas de minas terrestres são comumente relativas ao calendário de 2004, em comparação a 2003.

+ Aumento da rejeição internacional das minas antipessoal

Até 30 de setembro de 2005, 147 países eram Estados-Partes do Tratado de Erradicação das Minas, e outros sete haviam assinado mas ainda não ratificado, constituindo bem mais de três quartos das nações do mundo. Desde o último relatório do Monitor de Minas Terrestres, quatro países aderiram ao tratado, incluindo a **Etiópia**, que é afetada por minas e onde há uso substancial de minas num passado recente, assim como Butão, Latvia e Vanuatu.

Adicionalmente:

- Mais vários governos se alinharam a ratificar ou aderir, incluindo a **Ucrânia**,
- Muitos outros Estados não-Partes do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres realizaram passos consistentes ao Tratado,
- Um ampliado número de **grupos armados não-estatais** se submeteram ao banimento das minas antipessoal.

É evidente que uma nova norma internacional está emergindo.

+ Primeira Conferência de Exame

O marco da Primeira Conferência de Exame do Tratado de Erradicação das Minas, também conhecido como "Cúpula de Nairobi por um Mundo Livre de Minas", realizado no Quênia de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2004, foi a maior reunião sobre minas terrestres e a de mais alto nível realizada desde a abertura para as assinaturas do Tratado de Erradicação das Minas em Ottawa, no Canadá, em 3 de dezembro de 1997. O encontro demonstrou um contínuo fortalecimento e vitalidade do movimento pela erradicação das minas, e o compromisso de longo prazo dos governos e das ONGs para resolver o problema das minas terrestres. Os Estados-Partes acordaram em adotar o Plano de Ação de Nairobi que vai guiar os esforços para os próximos cinco anos.

— Desafios da Universalização

Quarenta países, com um total de mais de 160 milhões de minas antipessoal estocadas, continuam fora do Tratado de Erradicação das Minas. Incluindo três dos cinco membros

permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, Rússia e Estados Unidos), a maioria do Oriente Médio, a maioria das repúblicas da ex-União Soviética, e muitos países da Ásia.

+ **A não utilização de minas antipessoal por Estados-Partes e Signatários**

Não há evidências, ou mesmo alegações, de uso de minas antipessoal por Estados-Partes ou Signatários do Tratado de Erradicação das Minas. Isto é notável por que muitos Estados-Partes utilizaram minas antipessoal num passado recente depois de se tornarem Estados-Partes, incluindo ambos signatários e não-signatários do Tratado.

— **O uso de minas por quatro governos continua**

No período do informe, pelo menos três governos continuam a usar minas antipessoal: **Myanmar (Burma), Nepal e Rússia**. Também há evidências de que a **Geórgia** utilizou minas antipessoal em 2004, todavia o governo nega.

— **Grupos armados não-estatais continuam a usar minas antipessoal**

Há informes sobre o uso de minas antipessoal por grupos de oposição em pelo menos 13 países (comparados a 16 em 2003, 11 em 2002 e 14 em 2001): Burma, Burundi, Colômbia, Geórgia, Índia, Iraque, Nepal, Paquistão, Filipinas, Rússia (incluindo Chechênia, Dagestan e Ossetia do Norte), Somália, Turquia e Uganda. Não confirmado, em pequena escala, informes de uso em outros quatro países: Afeganistão, Egito, Sri Lanka e Iêmen.

Foi agregado a este período de monitoramento o **Paquistão**, onde o uso por parte dos rebeldes foi intensificado. Não houve relatórios de uso por parte de atores não-estatais no Butão, Bolívia, RD Congo e Peru, e estes países foram removidos da lista.

+ **Redução na produção**

Pelo menos 38 nações cessaram a produção de minas antipessoal, incluindo 33 Estados-Partes do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres e cinco Estados não-Partes (Egito, Finlândia, Iraque, Israel e Polônia). **Egito e Iraque** foram excluídos da lista dos produtores este ano, pois o Egito formalmente afirmou na Primeira Conferência de Exame que tem uma moratória na produção, e o Iraque confirmou que seus meios de produção foram destruídos em 2003 por um bombardeio da Coalizão.

— **Produção em andamento**

O Monitor de Minas Terrestres identificou 13 países como produtores de minas antipessoal, estando atualmente produzindo ou tendo se reservado ao direito de produzir no futuro: **Burma, China, Cuba, Índia, Irã, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Nepal, Paquistão, Rússia, Singapura, Estados Unidos e Vietnã**.

+ **Banimento no comércio de minas antipessoal de facto**

O comércio mundial de minas antipessoal foi encolhido a um nível muito baixo ao tráfico ilícito e comércio não-reconhecido. Não houve confirmações de transferências de minas antipessoal, assim como o banimento *de facto* do comércio global continua assegurado.

+ **Milhões de minas antipessoal armazenadas foram destruídas**

Em torno de 400.000 minas antipessoal armazenadas foram destruídas por Estados-Partes desde o último relatório do Monitor de Minas Terrestres, com Estados não-Partes incluindo

China que destruiu quantidades adicionais. Neste período do informe, seis Estados-Partes completaram a destruição de suas minas em estoque: **Bangladesh, Colômbia, Maurítânia, Tanzânia, Uruguai e Zâmbia**. Sessenta e nove Estados-Partes completaram a destruição. Adicionalmente, espera-se que Guiné Bissau finalize a destruição em outubro de 2005, e a Argélia em novembro de 2005.

Os Estados-Partes coletivamente destruíram mais de 38,3 milhões de minas antipessoal.

— Milhões de minas armazenadas por Estados não-Partes

Estima-se que os signatários ao Tratado de Erradicação das Minas Terrestres armazenem sete milhões de minas antipessoal, a maioria por parte da **Ucrânia** (5,95 milhões) e **Polônia** (996.860).

O Monitor de Minas Terrestres estima que não-signatários tenham em estoque mais de 160 milhões de minas antipessoal, a maioria guardado por apenas seis estados: **China** (est. 110 milhões), **Rússia** (26,5 milhões), **EUA** (10,4 milhões), **Paquistão** (est. 6 milhões), **Índia** (est. 4-5 milhões) e **Coréia do Sul** (2 milhões). A Rússia revelou o total do seu estoque pela primeira vez.

— Mais minas retidas para treinamento e desenvolvimento

Mais de 248.000 minas antipessoal estão retidas por 74 dos 147 Estados-Partes, sob a reserva de exceção do artigo 3º do tratado. No período do relatório, Burundi, Sérvia e Montenegro, Sudão e Turquia aderiram ao grupo. Cinco Estados-Partes respondem por aproximadamente um terço das minas retidas: **Brasil, Algéria, Bangladesh, Suécia e Turquia**. Pelo menos 64 Estados-Partes optaram por não reter nenhuma mina.

Informes de transparência

+ O cumprimento dos Estados-Partes ao requerimento do tratado em submeter o informe inicial de transparência aumentou para 96 por cento em 2004 (91 por cento em 2003), mas até 30 de setembro de 2005 seis Estados-Partes ainda não haviam entregue seus informes iniciais do artigo 7º.

— O cumprimento à obrigação de apresentar uma atualização do informe anual foi pior em 2004 (65 por cento) do que em 2003 (78 por cento).

+ Estados não-Parte, como **Sri Lanka**, apresentaram voluntariamente o relatório de transparência, em junho de 2005, juntando-se a Bielorrússia, Camarões, Gâmbia, Lituânia, Latvia, Polônia e Ucrânia que também apresentaram relatórios voluntários como Estados não-Partes. Em outro bem-vindo desenvolvimento, muitos outros Estados não-Partes manifestaram sua intenção de prover relatórios voluntários.

— Ainda muitos países afetados por minas

A pesquisa do Monitor de Minas Terrestres identificou pelo menos 84 países, e oito áreas não reconhecidas internacionalmente como estados independentes, que são afetadas em algum nível por minas terrestres ou explosivos não-detonados (UXOs), dos quais 54 são Estados-Partes do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres.

+ **Expansão dos programas de ação contra minas**

Em 2004, bem mais de 135 quilômetros quadrados de terrenos minados foram limpos em 37 países e áreas. Em adição a mais de 170 quilômetros quadrados afetados por UXOs que foram limpos de áreas de batalha. O **Afganistão** limpou a área maior de terrenos minados (33,3 quilômetros quadrados), seguidos do **Camboja** (32 quilômetros quadrados). Mais de cinco quilômetros quadrados de terras minadas também foram limpas em 2004 em: **Angola, Croácia, Etiópia, Iraque, Moçambique e Polônia**.

— **Atendendo aos prazos do artigo 5 na conclusão da desminagem**

Apenas três Estados-Partes (Costa Rica, Djibuti e Honduras) informaram a conclusão limpeza das áreas minadas até dezembro de 2004; Djibuti declarou a si a salvo de minas ao invés de livre de minas.

Alguns Estados-Partes aparentemente não estão no caminho de atenderem os prazos do artigo 5, incluindo oito dos 14 Estados-Partes prazos desde 1999—**Bósnia e Herzegovina, Chade, Croácia, Dinamarca, Níger, Suazilândia, Tâilândia** e o **Reino Unido** – assim como o Camboja com o prazo até 1º de março de 2010.

+ **A ampliação da educação sobre o risco de minas mas em menos países**

Os programas de Educação sobre o risco de Minas foram expandidos em muitos países, e se tornaram mais integrados à desminagem e outras atividades do campo da ação contra minas. Mas o Monitor de Minas Terrestres registrou Educação sobre o risco de Minas em 61 países e seis áreas em 2004-2005; 41 dos países são Estados-Partes, e 20 não são parte do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres.

+ **Vítimas em menos países**

Em 2004-2005, houve novas vítimas de minas terrestres e UXOs registradas em 58 países (oito a menos do que o registrado no ano anterior) e em oito áreas (uma a mais). Neste período de monitoramento, vítimas foram registradas em quatro "novos" países—**Biellorrússia, Djibuti, El Salvador e Venezuela**—e em **Taiwan**, nenhum dos quais haviam sido registradas vítimas no ano anterior. Doze países que registraram vítima de minas/UXOs anteriormente não o fizeram em 2004-2005: Bolívia, Chile, Indonésia, Quênia, Quirguistão, Libéria, FYR Macedônia, Maláui, Namíbia, Níger, Peru e Ucrânia.

— **Novas vítimas significa mais sobreviventes precisando de assistência**

O número de novas vítimas de minas/UXOs declinou significativamente em alguns países duramente afetados por minas. O Monitor de Minas Terrestres estima, de acordo com a gama de registros confiáveis e coletados, que há entre 15.000 e 20.000 novas vítimas de minas/UXOs a cada ano. Mas o fato importante é que o número de novos sobreviventes continua a crescer, e a assistência necessária aos sobreviventes em muitos países é inadequada.

Vinte e quatro Estados-Partes foram identificados como tendo um número significativo de sobreviventes: **Afganistão, Albânia, Angola, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Camboja, Chade, Colômbia, Croácia, República Democrática do Congo, El Salvador, Eritréa, Etiópia, Guiné-Bissau, Moçambique, Nicarágua, Peru, Senegal, Sérvia e Montenegro, Sudão, Tadjiquistão, Tailândia, Uganda e Iêmen**. Neste período de monitoramento houve novas vítimas de minas/UXOs em todos estes países, com exceção do Peru. Na Primeira

Conferência de Exame, ficou reconhecido que todos estados têm responsabilidades com os sobreviventes de minas.

+ Doações à ação contra minas continuam a aumentar

Os fundos internacionais para a ação contra minas totalizaram US\$399 milhões em 2004, mais em relação a \$339 milhões em 2003 e \$324 milhões em 2002, todavia muito deste aumento e deu em razão à desvalorização do dólar estadunidense. Os quatro maiores doadores foram **Estados Unidos** (\$96,5 milhões), **Comissão Européia** (\$71,4 milhões), **Japão** (\$42,8 milhões) e **Noruega** (\$34,3 milhões). O maior aumento veio do Japão (mais de \$29,8 milhões), os EUA (mais \$15,9 milhões), os Países Baixos (mais \$7,9 milhões) e a Noruega (mais \$5,76 milhões). A Comissão Européia aumentou em \$6,9 milhões, devido especialmente às variações do câmbio – houve apenas aumentos em euros.

Dos 20 maiores doadores, metade proveu *mais* fundos à ação contra minas em 2004: Áustria, Dinamarca, Comissão Européia, Japão, Irlanda, Nova Zelândia, os Países Baixos, Suíça, Noruega e os EUA.

- Diminuição de doadores ao financiamento à ação contra minas

Dos 20 maiores doadores, metade proveu *menos* financiamento à ação contra minas em 2004: Austrália, Canadá, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Suécia e Reino Unido.

+ Mais Financiamento Nacional dos Países Afetados

Alguns países afetados por minas investiram mais recursos nacionais na ação contra minas em 2004, incluindo a **Croácia** (\$30,4 milhões), **Bósnia e Herzegovina** (\$9,8 milhões), **Moçambique** (\$7,9 milhões), **Etiópia** (\$4 milhões) e **Iêmen** (\$3,5 milhões).

Receptores de financiamento para Ação Contra Minas

Países recebendo a maior parte dos financiamentos para ação contra minas em 2004 foram **Afganistão** (\$91,8 milhões), **Iraque** (\$58,7 milhões), **Camboja** (\$41,6 milhões) e **Angola** (\$28 milhões), **Sri Lanka** (\$23,6 milhões), **Bósnia e Herzegovina** (\$18,8 milhões) e **Sudão** (\$15 milhões). Pelo menos outros 24 países e áreas afetados receberam mais de \$1 milhão em financiamento para ação contra minas em 2004.

+ Aumento no financiamento à ação contra minas foi recebido pelo Camboja (mais \$24,6 milhões), Afeganistão (mais \$16,6 milhões), Bósnia e Herzegovina (mais \$8,4 milhões), Sri Lanka (mais \$7,8 milhões), Sudão (mais \$5,5 milhões), Iraque (mais \$3,7 milhões), Angola (mais \$2,7 milhões); aumentos maiores que \$1 milhão foram recebidos pela Croácia, Jordânia, Laos, Somalilândia e Vietnã.

— Diminuições foram experimentadas em Moçambique (\$3,3 milhões a menos), Eritréa (\$2 milhões a menos), Azerbaijão (\$2,1 milhões a menos) e Nicarágua (\$1,3 milhões a menos).

INTRODUÇÃO

A *Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição* (“Tratado de Erradicação das Minas Terrestres”) entrou em vigor em 1º de março de 1999. Assinado por 122 estados em Ottawa, Canadá em dezembro de 1997, o Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres tem agora 147 Estados-Partes.¹ E mais sete estados que assinaram mas ainda não ratificaram. Um total de 40 estados continuam de fora do tratado. Estados-Partes, estados observadores e outros participantes reuniram-se para a Primeira Conferência de Exame do tratado em Nairobi (a “Cúpula de Nairobi Por um Mundo Livre de Minas”) de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2004 para examinarem os avanços e os problemas dos últimos cinco anos, para avaliar os desafios que permanecem e para planejar o futuro. Os Estados-Partes concordaram em adotar o Plano de Ação de Nairobi que vai guiar esforços para os próximos cinco anos.

A Campanha Internacional pelo Banimento das Minas Terrestres (ICBL) considera o Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres de 1997 o único consistente e amplo trabalho para que se atinja um mundo livre de minas.² O tratado e os esforços globais para a erradicação das minas antipessoal tem rendido resultados impressionantes. Ima nova norma internacional está emergindo, mesmo com muitos estados não-Parte do Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres estão dando passos consistentes no sentido do tratado, e um número crescente de grupos armados não-estatais estão também se aproximando do banimento. Novo uso de minas antipessoal continua a declinar, com as evidências compiladas de novos usos por apenas quatro governos neste período de informe do Monitor de Minas Terrestres (desde maio de 2004), assim como o uso por grupos armados não-estatais em 13 países. Não houve transferência de minas antipessoal confirmada, assim como a proibição do comércio global *de facto* continua assegurada. Mais seis Estados-Partes completaram a destruição das suas minas antipessoal armazenadas. O total global de minas antipessoal armazenadas destruídas nos últimos anos por Estados-Partes e Estados não-Partes é de aproximadamente 63 milhões. O Monitor de Minas Terrestres removeu dois países da sua lista de produtores de minas antipessoal: Egito e Iraque. A desminagem e a pesquisa continuada, em mais de 135 quilômetros quadrados de terrenos afetados por minas limpos em 37 países e áreas, e mais de 190.000 minas destruídas durante 2004. E mais 250 quilômetros quadrados foram averiguados. Muitos Estados-Partes minados revisaram suas estratégias de ação contra minas, à luz dos prazos finais do tratado para a destruição de todas as minas antipessoal em áreas minadas. Em alguns casos, o planejamento e os progressos na desminagem não parecem estarem na direção de atingir os prazos finais do tratado por parte dos Estados-Partes. Programas de Educação sobre o Risco de Minas foram ampliados, e em muitos casos foram integrados com atividades de pesquisa, marcação e desminagem. Novas vítimas de minas foram registradas em todas as regiões do mundo, e o número total de sobreviventes continua a crescer, ainda que se tenha menos vítimas em 2004. Na Primeira Conferência de Exame, 24 Estados-Partes foram identificados como tendo números significativos de sobreviventes de minas, e as maiores necessidades de assistência para que atendam suas responsabilidades para com os sobreviventes de minas.

¹ Até 1 de outubro de 2005.

² A ICBL geralmente usa o título do tratado como, Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres (Mine Ban Treaty); outros títulos abreviados incluem: Tratado de Ottawa, Convenção de Ottawa, Convenção sobre o Banimento de Minas Antipessoal, e Convenção pelo Banimento das Minas.

Progressos têm sido realizados, ainda que desafios amedrontadores persistam quanto a universalização do Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres e no fortalecimento da norma de banimento das minas antipessoal, para que se implemente totalmente o tratado, para limpar as minas do chão, para destruir as minas antipessoal armazenadas, e para assistir aos sobreviventes. A ICBL acredita que a única medida real do sucesso do Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres será seu impacto concreto que tem sobre a problemática das minas antipessoal. Assim como nos últimos seis relatórios, o *Relatório do Monitor de Minas Terrestres de 2005* provê meios para se mensurar este impacto.

Este capítulo introdutório provê um panorama global do relatório atual do Monitor de Minas Terrestres desde maio de 2004. Ele contém seções sobre o banimento de minas antipessoal (universalização, implementação do tratado, uso, produção, comércio, e armazenamento), em ação contra minas (incluindo educação sobre o risco de minas), e sobre vítimas de minas e assistência aos sobreviventes.

BANINDO AS MINAS ANTIPESSOAL

O Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres foi aberto para assinaturas em 3 de dezembro de 1997. Depois de atingir o número requerido de 40 ratificações em setembro de 1998, o Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres entrou em vigor em 1º de março de 1999, se tornando uma lei internacional vinculante. Acredita-se que seja a mais rápida entrava em vigor de qualquer outro entre os principais tratados multilaterais. Desde 1º de março de 1999, os estados devem aderir e não podem simplesmente assinar o tratado com intenção de ratificar posteriormente. Para um estado que ratifica (tendo se tornado signatário antes de 1º de março) ou adere agora, o tratado entra em vigor para ele no primeiro dia após o sexto mês depois da data em que o estado depositou o instrumento de ratificação. Este estado está requerido a fazer o seu relatório inicial de transparência ao Secretário Geral da ONU em 180 dias (e depois anualmente), destruir as minas armazenadas em quatro anos e destruir as minas plantadas em 10 anos. Também é requerido que realize medidas de implementação nacional apropriadas, incluindo a imposição de sanções penais.

Universalização

A sustentação e a extensão dos esforços em rede dos Estados-Partes do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres têm ajudado a expandir o banimento para países que expressavam dificuldades a aderir. Dos 147 Estados-Partes, um total de 80 ratificaram ou aderiram ao Tratado após a sua entrada em vigor em 1 de março de 1999.³ O número de Estados que ratificaram ou aderiram ao Tratado desde a abertura para assinatura são os seguintes: 1997 (somente dezembro)—3; 1998—55; 1999—32 (23 após 1 de março); 2000—19; 2001—13; 2002—8; 2003—11; 2004—3; 2005 (até outubro)—3.

Quatro estados aderiram ao Tratado desde a publicação do *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004*. A Etiópia ratificou em dezembro de 2004, Latvia aderiu em julho de 2005, Butão aderiu em agosto de 2005, e Vanuatu ratificou em setembro de 2005. A ratificação da Etiópia levou a Somália a condição de único país da África Sub-Sahariana a não fazer parte do Tratado. A Etiópia é afetada, tendo descoberto minas antipessoal durante a guerra de 1998-2000 na fronteira com a Eritreia, mas agora tem compromissos com a arma. Com o acesso de Latvia, todos os três Estados Bálticos aderiram ao Tratado. Latvia informou a posse de um pequeno estoque de minas antipessoal. Butão é o segundo país do sub-continente do Sul da Ásia a tornar-se um Estado-Parte, juntando-se a Bangladesh. Vanuatu deu um positivo exemplo para os seus Estados das Ilhas do Pacífico que não são parte do Tratado.

Existem sete Estados que assinaram, mas não ratificaram o Tratado: Brunei, Ilhas Cook, Haiti, Indonésia, Ilhas Marshall, Polônia e Ucrânia. Existe indicações positivas da maioria destes Estados de que eles vão ratificar o Tratado em um curto espaço de tempo. O Parlamento da Ucrânia aprovou a Lei de ratificação nacional em maio de 2005; e já foi assinado pelo Presidente, mas ainda não foi oficialmente depositado junto as Nações Unidas. A Polônia modificou a política para aderir ao Tratado em 2004 e anunciou na Primeira Conferência de Exame em dezembro de 2004 que já havia iniciado o processo de ratificação nacional. Em junho de 2005, um grupo de trabalho interdepartamental na Indonésia entrou em consenso a favor da ratificação e submeteu ao Presidente a recomendação de proceder com a ratificação.

Também em junho de 2005, o Ministério das Relações Exteriores do Haiti falou oficialmente a ICBL que a legislação de ratificação passou pelo parlamento nacional e será

³ Dos 80, 59 eram signatários que ratificaram e 21 eram não-signatários que aderiram.

publicado no jornal governamental muito em breve, um dos últimos passos requeridos ao Haiti para ratificar; o Haiti atendeu à Reunião Intersessional dos Comitês Permanentes de junho de 2005, sua primeira participação em uma reunião relacionada ao Tratado. Existiam indicações que o processo de ratificação de Brunei tinha alcançado o estágio final em agosto de 2004, mas nenhum progresso posterior foi informado. Nenhum progresso aparente foi feito na direção da ratificação pelas Ilhas Cook e as Ilhas Marshall.

Existiram desenvolvimentos encorajadores em várias das nações que não são signatárias ao redor do mundo também.

Na África: O Primeiro Ministro do Governo Federal Provisório da Somália atendeu a Primeira Conferência de Exame, onde ele confirmou a intenção do governo de aderir ao Tratado.

Na região da Ásia-Pacífico: A ICBL foi informada que um grupo executivo da Federação dos Estados da Micronésia completou uma revisão do Tratado de Banimento das Minas Terrestres e tem a intenção de enviar o acordo para o Congresso para adesão em setembro de 2005. Em julho de 2005, o Ministério das Relações Exteriores do Laos expressou sua intenção de aderir, mas notou que precisa de tempo para preparar passos necessários para cumprir suas obrigações. A Mongólia concordou com a aproximação passo a passo para aderir em 2008. Em outubro de 2004, o então Presidente da Mongólia denunciou a utilização, a produção, o estoque e a transferência de minas terrestres durante uma visita oficial ao Canadá. A Índia atendeu à Primeira Conferência de Exame e a Reunião Intersessional de junho de 2005, sua primeira participação em uma reunião relacionada ao Tratado. A China expressou sua vontade de aumentar a cooperação com os Estados-Partes do Tratado de Banimento das Minas Terrestres e enviou uma delegação de alto nível de observadores para a Conferência de Exame.

Na Comunidade dos Estados Independentes: o Azerbaijão expressou boa assistência para o Tratado de Banimento das Minas Terrestres e o Ministro das Relações Exteriores indicou que o Azerbaijão vai preparar um Relatório do Artigo 7 voluntário e vai votar a favor de uma resolução pró-banimento da Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2005. Na Geórgia, um Diretor do Ministério das Relações Exteriores disse em maio de 2005 que o assunto da adesão ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres está sendo re-considerado, e o Ministro da Defesa disse que a Geórgia pretende destruir todo seu estoque de minas antipessoal. Em maio de 2005, um funcionário do Ministério das Relações Exteriores em Quirguistão apontou que o assunto da adesão ao Tratado vai receber um estudo profundo pelo novo governo para que possa mudar as circunstâncias.

No região do Oriente Médio e Norte da África: o governo de transição do Iraque está estudando a adesão ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres, e fez uma série de declarações dando suporte ao banimento das minas antipessoal. Votou a favor na resolução anual AGNU do pró-banimento em dezembro de 2004 ajudando a universalização do Tratado, e atendeu à Primeira Conferência de Exame e à Reunião Intersessional de junho de 2005. Funcionários do Ministério das Relações Exteriores em Bahrain pela primeira vez indicaram que não existem maiores impedimentos para aderirem ao Tratado, e falaram ser inevitável um processo interno para considerar sua adesão. Em junho de 2005, um funcionário do Kuwait informou que o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa recomendam a adesão ao Tratado. Em setembro de 2004, oficiais dos Emirados Árabes falaram que não existiam sérias reservas contra a adesão ao Tratado e indicaram que os Emirados Árabes iniciaram um estudo para examiná-lo em todos os aspectos. No primeiro seminário sobre minas terrestres na Líbia em maio de 2005, o Presidente da Gaddafi Foundation for Charitable Associations, que é também o filho do Presidente da Líbia, conclamou o país a aderir ao Tratado

de Banimento das Minas Terrestres. Durante a Primeira Conferência de Exame, o Egito pela primeira vez anunciou oficialmente uma moratória à produção de minas antipessoal.

Uma oportunidade para os Estados indicarem seu suporte para o banimento das minas antipessoal tem sido as votações anuais das resoluções da Assembleia Geral da ONU chamando pela universalização e total implementação do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. A Resolução AGNU 59/84 foi adotada em 3 de dezembro de 2004 com 157 votos a favor, nenhuma oposição e 22 abstenções.⁴ Vinte e três Estados não-Parte do Tratado votaram a favor. Isto inclui quatro países que subsequentemente tornaram-se Estados-Partes (Butão, Etiópia, Latvia e Vanuatu), cinco países signatários (Brunei, Haiti, Indonésia, Polônia e Ucrânia), e 14 não signatários (Armênia, Bahrain, Finlândia, Geórgia, Iraque, Mongólia, Marrocos, Oman, Singapura, Somália, Sri Lanka, Tonga, Tuvalu e os Emirados Árabes). Notável, neste último grupo, são o Iraque, Marrocos, Somália e Tuvalu, todos os quais votaram a favor na resolução anual pela primeira vez.

Apesar da lista crescente de Estados comprometidos com o banimento das minas antipessoal, existem ainda ações desencorajadoras em alguns dos 40 Estados que não fazem parte do Tratado. Os mais notórios, as forças do Governo de Myanmar (Burma), Nepal e Rússia continuaram a utilizar minas antipessoal de forma regular, e isso aparece na utilização pelas forças da Geórgia de minas antipessoal em 2004. Em setembro de 2004, a Finlândia anunciou que não iria aderir ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres até 2012, seis anos depois do que tinha declarado anteriormente como meta. Os Estados Unidos estão desenvolvendo novos sistemas de minas terrestres que são incompatíveis com o Tratado, e está para tomar a decisão de produzir minas de um tipo em dezembro de 2005.

Grupos Armados Não-Estatais

Existe uma sempre crescente preocupação na necessidade de envolver grupos armados não-estatais nos esforços globais para banir as minas antipessoal. É notável que durante as Reuniões Inter-sessões de junho de 2005, 16 governos, o Serviço da ONU para Ações Contra as Minas e o CICV referiram-se a grupos armados não-estatais e seu impacto no banimento das minas terrestres em suas apresentações. Os grupos armados não-estatais foram debatidos em todos os quatro Comitês Permanentes.

Grupos Armados Não-Estatais tem utilizado declarações unilaterais, acordos bilaterais, e assinatura no *Chamada de Ação de Compromisso de Genebra (Geneva Call Deed of Commitment)* para indicar seu comprometimento em observar o banimento das minas terrestres.⁵ Grupos armados não-estatais em três Estados-Partes (Filipinas, Senegal e Sudão) concordaram em realizar o banimento das minas antipessoal.

O Chamamento de Genebra recebeu a assinatura de 27 grupos armados não-Estatais, vários deles na Somália, desde 2001. Os signatários estão em Burma/Myanmar, Burundi, Índia, Iraque,

⁴ Resultados da Votação por ano na resolução anual da UNGA em prol da universalização e total implementação do Tratado de Banimento das Minas: 1997 (Resolução 52/38A)—142 a favor, nenhum contra, 18 abstenções; 1998 (Resolução 53/77N)—147 a favor, nenhum contra, 21 abstenções; 1999 (Resolução 54/54B)—139 a favor, um contra, 20 abstenções; 2000 (Resolução 55/33V)—143 a favor, nenhum contra, 22 abstenções; 2001 (Resolução 56/24M)—138 a favor, nenhum contra, 19 abstenções; 2002 (Resolução 57/74)—143 a favor, nenhum contra, 23 abstenções; 2003 (Resolução 58/53)—153 a favor, nenhum contra, 23 abstenções.

⁵ Chamamento de Genebra é uma ONG suíça. Dentro da Ação de Compromisso, o signatário concorda em proibir o uso, a produção, o armazenamento e a transferência de minas antipessoal, e a entender e cooperar em ações contra as minas.

Filipinas, Somália e Sudão. A Aliança pelo Vale Juba, uma facção na Somália, assinou em janeiro de 2005.

Quatro grupos que inicialmente indicaram a possibilidade de aderir ao banimento das minas e assinaram o Documento de Compromisso do Chamamento de Genebra agora são parte das autoridades de governo de seus Estados. Isso inclui o Movimento/Exército de Liberação do Povo do Sudão, o Conselho Nacional pela Defesa da Democracia – Forças pela Defesa da Democracia (*Conseil National pour le Défense de la Démocratie-Forces pour la Défense de la Démocratie* -CNDD-FDD) em Burundi, e o Partido Democrático do Curdistão e a União Patriótica do Curdisquistão no Iraque; o líder Jalal Talibani agora serve como Presidente do Iraque.

Primeira Conferência De Exame

A marcante Primeira Conferência de Exame do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, também conhecido como a “Cúpula de Nairobi por um Mundo Livre de Minas”, foi um dos mais significantes eventos na vida do Tratado desde que tornou-se uma Lei internacional em 1 de março de 1999. Sediado no Quênia de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2004, ela foi a reunião de governos, ONGs e organizações internacionais maior e a de mais alto nível sobre minas terrestres desde que o Tratado de Banimento das Minas Terrestres foi aberto para assinatura em Ottawa, Canadá em 3 de dezembro de 1997. O dia final da Conferência de Exame coincidiu com o sétimo aniversário de assinatura do Tratado.

A partir da perspectiva da ICBL, o principal propósito da Primeira Conferência de Exame foi revigorar a comunidade internacional com relação aos esforços para erradicar as minas antipessoal – para aumentar a consciência pública e governamental, para sensibilizar os governos a um novo comprometimento com este assunto, e expressar seus compromissos políticos e financeiros, para que o trabalho seja concluído.

O número de participantes foi sem precedente, mais de 1.300 pessoas atenderam à Cúpula de Nairobi. Mais de 350 representantes de ONGs de 82 países, incluindo mais de 50 sobreviventes de minas terrestres e 40 jovens de 24 países. Esse foi o maior encontro de ONGs relacionado com minas terrestres da história, e demonstrou a força contínua e a vitalidade da ICBL, e seu compromisso de longo prazo para resolver o problema das minas terrestres.

Um total de 135 governos participaram, incluindo 110 Estados-Partes. Vários Estados-Partes responderam favoravelmente para o chamado por delegações de alto nível, com cinco chefes de Estado, seis deputados de Estado e 20 ministros participaram. Esta foi sem dúvida a reunião de mais alto nível sobre minas terrestres desde 1997, entretanto deixou a desejar em termos de um mais alto nível de participação.

Um grande número (27) dos Estados não-Partes também participaram, especialmente da Ásia (Brunei, Butão, China, Índia, Indonésia, Mongólia, Singapura, Sri Lanka e Vanuatu) e o Oriente Médio (Bahrain, Egito, Iraque, Israel, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Oman e Arábia Saudita). Cinco Estados não-Partes da Europa e da Comunidade dos Estados Independentes atenderam (Finlândia, Polônia, Kazaquistão, Quirguistão e Ucrânia), como também Cuba e Somália. Etiópia, que assinou o Tratado em 1997, anunciou sua ratificação no dia de abertura.

A ICBL estava feliz por ouvir durante o Segmento de Alto Nível tantas declarações fortes de funcionários seniores que enfatizaram continuamente e a longo prazo seu apoio para a universalização do Tratado de Banimento das Minas Terrestres e a implementação do seu conteúdo, incluindo a desminagem e assistência às vítimas. Houve desapontamentos pelo pouco concreto empenho para vários anos de financiamento em ações contra as minas (em contraste

com a cerimônia de assinatura em 1997), mas vários Estados doadores indicaram compromisso financeiro continuado.

A Cúpula de Nairobi considerou e adotou quatro documentos chave: o Documento de Cinco Anos de Exame, o Plano de Ação de Cinco Anos, a Declaração de Nairobi, e um Programa de Reuniões para 2004-2009. As mais de 80 páginas do Documento de Exame está completo de maneira sem precedentes. Não é somente notável pela quantia impressionante de informação sobre atividades, compromissos e dificuldades dos últimos cinco anos, mas também para identificar alguns desafios para os próximos anos. A ICBL visualiza o Plano de Ação para o período de 2004-2009 facilmente como o melhor Plano de Ação desenvolvido até a data, provendo uma base sólida para assegurar o progresso contínuo na implementação do Tratado de Banimento das Minas Terrestres e assegurando os diferentes aspectos do problema global das minas. O Plano de Ação é o resultado concreto da Cúpula.

A Declaração de Nairobi é um documento muito forte que enfatiza o compromisso renovado dos Estados-Parte em alcançar “um mundo livre de minas antipessoal, quando não existirá nenhuma nova vítima.” Ele declara que os Estados “estabeleceram uma norma internacional muito útil” contra as minas antipessoal, e que eles vão “condenar qualquer uso de minas antipessoal por qualquer ator.” A Declaração reconhece a importância de que o “único espírito de cooperação entre os Estados, organizações internacionais e a sociedade civil”, e confirmam que “nós preservaremos até que esta única Convenção será universalmente aplicada e seus objetivos alcançados.”

Implementação E Programa De Trabalho Intersessional

Uma notável realização do Tratado de Banimento das Minas Terrestres é a atenção com que os Estados-Partes prestaram para assegurar a implementação dos objetivos do Tratado. Estruturas criadas para monitorar o progresso em busca da implementação, e para permitir a discussão entre os Estados-Partes em assuntos que surgiriam, incluindo os Encontros anuais dos Estados-Partes, e o programa de trabalho intersessional, um comitê de coordenação, grupos de contato para universalização, mobilização de recursos e sobre os Artigos 7 e 9, o programa de anúncios, e uma equipe de apoio a implementação.

O documento do Programa de Encontros de 2005-2009 consensuado em Nairobi convida para Encontros anuais e contínuos dos Estados-Partes, incluindo em países afetados por minas quando possível ou apropriado, por um tempo de uma semana de encontros inter-sessões dos Comitês Permanentes a cada ano (a intenção era de dois, como em anos anteriores), e para uma Segunda Conferência de Exame em 2009. A ICBL apoia esta programação. Foi também decidido que o Sexto Encontro dos Estados-Partes vai ser sediado na Croácia de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2005.

Em Nairobi, Estados-Partes também concordaram que os novos co-presidentes e co-relatores para os Comitês Permanentes deverão ser os seguintes: Situação Geral e Operação: Nova Zelândia e África do Sul como co-presidente e Bélgica e Guatemala como co-relator; Desminagem, Educação para o Risco de Minas e Tecnologias para Ações Contra as Minas: Argélia e Suécia como co-presidente e Jordânia e Slovênia como co-relator; Assistência às Vítimas e Reintegração Sócio-Econômica: Nicarágua e Noruega como co-presidente e Afeganistão e Suíça como co-relator.

Os Comitês Permanentes encontraram-se em Genebra de 13-17 de junho de 2005. Detalhes das discussões e intervenções dos Comitês Permanentes podem ser encontradas nas várias áreas temáticas.

Convenção Sobre Certas Armas Convencionais (CCAC)⁶

Um total de 85 países eram Estados-Partes do Protocolo II Emendado da CCAC até 1 de outubro de 2005. O Protocolo II Emendado possui regulamentação sobre minas terrestres, armadilhas e outros dispositivos explosivos; entrou em vigor no dia 3 de dezembro de 1998. Libéria, FYR Macedônia, Rússia, Turquia e Venezuela aderiram ao II Emendado II desde a publicação do *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004*. Somente 10 dos 84 Estados-Partes do Protocolo II Emendado não se uniram ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres: China, Finlândia, Índia, Israel, Marrocos, Paquistão, Rússia, Coreia do Sul, Sri Lanka e os Estados Unidos.

China, Latvia, Paquistão, e mais recentemente a Rússia adiaram o cumprimento dos requerimentos sobre a detectabilidade de minas antipessoal entregues da forma provida no Anexo Técnico.⁷ Suas respectivas datas limite para esta ação é 3 de dezembro de 2007 para a China e Paquistão, 15 de maio de 2008 para a Ucrânia, e 2014 para a Rússia. Ucrânia, signatária do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, está dando passos para destruir seu estoque de aproximadamente seis milhões do tipo PFM minas antipessoal de colocação remota. A Bielorrússia está obrigada pelo Tratado de Banimento de Minas Terrestres a completar a destruição do seu estoque de minas antipessoal PFM e KPOM de uso remoto em 1 de março de 2008.

Em dezembro de 2003, os Estados-Partes do CCAC concordaram em adotar o Protocolo V, um instrumento genérico, medidas para o enfrentamento do problema, pós-conflitos, de explosivos remanescentes de guerra. Até 1 de outubro de 2005, 13 Estados ratificaram o Protocolo V.⁸ Dentro da CCAC, trabalhar com outras minas que minas antipessoal (MOTAPM) e em aspectos para prevenir específicas armas, incluindo munições *cluster*, tornando-se sobras explosivos de guerra remanescentes em 2004 e 2005.

Uso De Minas Antipessoal

Uma das mais significantes realizações do Tratado de Banimento das Minas Terrestres foi o grau de estigmatização mundial das minas antipessoal por qualquer ator. O uso de minas antipessoal, especialmente por governos, tornou-se um raro fenômeno, cada vez mais rara a ocorrência década após década desde a metade do século XX.

Neste período de relatório, desde maio de 2004, três governos confirmaram utilizar minas antipessoal: Myanmar (Burma), Nepal e Rússia. Existe ainda grandes evidências que as forças da Geórgia utilizaram minas antipessoal em 2004, entretanto não existem alegações sobre a Geórgia em 2005. Estes foram alguns governos identificados como utilizadores de minas antipessoal em um período anterior de relatório do Monitor de Minas Terrestres.

⁶ O nome completo é *Convenção sobre a Proibição ou Destruição sobre o Uso de Certas Armas Convencionais que Continuam a Causar Excessivos Danos ou tem Efeitos Indiscriminados*.

⁷ Sistemas de mina antipessoal de colocação remota, à distância, estão armazenados pelos Estados-Partes do Protocolo II Emendado Bielorrússia, China, Grécia, Israel, Paquistão, Rússia, Coreia do Sul, Turquia, Ucrânia, e nos Estados Unidos. Índia explorou o desenvolvimento desses sistemas. O Tratado de Banimento das Minas Terrestres requer que a Bielorrússia, Grécia e Turquia devam destruir seus estoques de minas antipessoal de uso remoto em 1 de março de 2008. Os Estados-Partes do Tratado de Banimento as Minas Terrestres como a Bulgária, Itália, Japão, Países Baixos, Turcomenistão, e Reino Unido já destruíram seus estoques de minas antipessoal de colocação remota.

⁸ Suécia foi o primeiro a ratificar o Protocolo V, em junho de 2004, seguido pela Lituânia e Serra Leoa em setembro de 2004. Dez Estados ratificaram em 2005, nesta ordem: Croácia, Alemanha, Finlândia, Ucrânia, Índia, Luxemburgo, Países Baixos, Dinamarca, Nicarágua, e mais recentemente em 16 de setembro, a Libéria.

Forças militares de Myanmar continuam a usar minas antipessoal extensivamente. Na revisão dos últimos cinco anos, o *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004* identificou Myanmar como um dos dois governos, como a Rússia, que utilizaram minas antipessoal consideravelmente durante o período. Existe uma evidência que as forças russas continuam a utilizar minas antipessoal na Chechênia, embora que em agosto de 2005, oficiais militares da Rússia falaram ao Monitor de Minas Terrestres que as forças do Ministério da Defesa da Rússia não utilizaram minas antipessoal na Chechênia em 2004 ou 2005. Eles não puderam comentar se outras forças russas as utilizaram naquele período. Anteriormente, o governo russo disse que somente utilizaria minas na Chechênia em casos de “extrema necessidade”.

No Nepal, parece que a utilização de minas e de dispositivos explosivos improvisados pelas forças de segurança – incluindo o Exército Real do Nepal, a Polícia do Nepal e as Forças Armadas da Polícia – expandiram em 2004 e 2005 a guerra civil e intensificaram, particularmente após King Gyanendra tomar o poder em fevereiro de 2005. Apesar de uma moratória oficial sobre a utilização de minas antipessoal, parece que as forças da Geórgia as usaram em setembro de 2004 quando a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE – sigla em inglês) expressou preocupação sobre a utilização de minas por forças da Geórgia ou da Ossétia do Sul.

Não existem evidências – ou sérias alegações – sobre a utilização de minas antipessoal por Estados-Partes do Tratado de Banimento das Minas Terrestres ou signatários durante este período de relatório.⁹ Isso é notável que vários Estados-Partes terem admitido a utilização, ou ter alegações de terem utilizado, minas antipessoal em um passado recente, antes de entrar ao Tratado, alguns como signatários.¹⁰

Utilização por Grupos Armados Não-Estatais

Está claro que o uso de minas antipessoal por grupos armados não-estatais está agora mais difundido que por forças governamentais. Durante este período de relatório, Grupos armados não-estatais utilizaram minas antipessoal em pelo menos 13 países.

O uso de minas antipessoal ou minas como dispositivos explosivos improvisados (IEDs – sigla em inglês) por grupos armados não-estatais foi informada em cinco Estados-Partes (Burundi, Colômbia, Filipinas, Turquia e Uganda) e em oito Estados não-Parte (Burma/Myanmar, Geórgia, Índia, Iraque, Nepal, Paquistão, Somália e Rússia, incluindo a Chechênia, Dagestão e Ossétia do Norte).

Em adição, em uma pequena escala, utilização esporádica ou isolada por Grupos armados não-estatais e/ou indivíduos foi informada no Afeganistão, Egito, Sri Lanka e Iêmen. Na maioria dos casos, o Monitor de Minas Terrestres não foi teve condições de confirmar estas instâncias de utilização de minas antipessoal.

⁹ Em Burundi, não existia uma notável alegação de utilização de mina antipessoal pelo exército que o Monitor de Minas Terrestre pudesse confirmar. Em junho de 2005, o administrador da comunidade de Mpanda (provincial de Bubanza, cerca de 10 km de Bujumbura) falou que ele pensa que o novo exército de Burundi (Forces de Défense Nationale, FDN) era responsável por colocar mina antipessoal que mataram duas pessoas nas proximidades da posição militar.

¹⁰ Veja as edições anteriores do *Monitor de Minas Terrestres* para detalhes. Angola, Equador e Etiópia admitiram usar minas antipessoal como signatários. O Monitor de Minas Terrestres citou alegações comprovadas de utilização enquanto signatário de Burundi, Ruanda, Sudão e Uganda. Outros Estados-Partes que utilizaram minas antipessoal desde o início da década de 1990, como não signatários, incluem o Afeganistão, Bósnia e Herzegovina, Colômbia, RD do Congo, Croácia, Eritreia, Peru, Sérvia e Montenegro, Turquia, Venezuela e Zimbábue.

Comparado com o Relatório do Monitor de Minas Terrestres do ano passado, a utilização de minas antipessoal por Grupos armados não-estatais não foi tão grande quanto no Butão, Bolívia, RD do Congo e Peru. O *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004* também apontou alegações de utilização de minas por Grupos armados não-estatais no Afeganistão, Bangladesh, Sudão e Iêmen.¹¹ Apontou, no corrente ano, uma utilização mais extensiva por Grupos armados não-estatais no Paquistão.¹²

Na Colômbia, as FARCS continuam sendo os maiores utilizadores de minas terrestres no país, e quase o maior em todo o mundo. Outros grupos, notáveis como o ELN e a AUC paramilitar também utilizaram minas. Em Burma/Myanmar, dois grupos armados não informaram anteriormente terem utilizado minas, tornando um total de 12 grupos armados não-estatais utilizadores de minas terrestres antipessoal durante as guerras civis. Os dois novos grupos identificados, o *Karenni People's National Liberation Front* e o *Karenni National Solidarity Organization*, lutaram em apoio ao exército.

Na Índia, uma variedade de grupos armados não-estatais continuam a utilizar minas antipessoal, minas antiveículo e, mais comumente, dispositivos explosivos improvisados na fronteira do noroeste de Jammu e Cachemira, no centro do país (rebeldes comunistas), e no nordeste da Índia, onde rebeldes de Burma plantaram minas dentro da Índia e vários movimentos independentes desenvolveram IEDs. No Paquistão, vários grupos armados não-estatais utilizaram minas terrestres ou dispositivos explosivos improvisados regularmente, mais notavelmente em Baluchistan, Waziristan Agency e também em Áreas Tribais Administradas pela Federação.

No Nepal, incidentes de minas/IEDs são atribuídos aos Maoistas que estão em 73 dos 75 distritos em 2004. Uma das milícias civis identificadas como Forças de Defesa da Vila falou que teria 1.500 minas em sua área de operação. Nas Filipinas, o Novo Exército do Povo (*New People's Army*) continua a utilizar minas detonadas por comando e dispositivos explosivos improvisados; não permitiu a utilização de minas ativadas pela vítima. Existem também relatórios de utilização contínua de minas antipessoal pelo ABU Sayyaf Group.

Em Burundi, o governo continua a acusar os rebeldes do FNL por utilizar minas antipessoal; o aumento do número de acidentes com minas, particularmente na Província de Bujumbura Rural onde as batalhas estão acontecendo, indica a utilização de minas antipessoal. Na Somália, existe a utilização de minas antipessoal em várias partes do país por um número de facções. Em Uganda, o Exército de Resistência de Deus (*Lord's Resistance Army*) continua a utilizar minas antipessoal e existem relatórios do Exército capturar minas antipessoal do Exército de Redenção do Povo (*People's Redemption Army*).

Na Geórgia, o OSCE expressou preocupação em setembro de 2004 sobre a nova utilização de minas em Ossétia do Sul bem como pelas forças da Geórgia. Na Rússia, tem aparecido um considerável aumento de ataques com minas e IEDs no Dagestan, especialmente na primeira metade de 2005. Rebeldes chechenos continuam a utilizar IEDs e minas, incluindo o notável incidente em Beslan, Ossétia do Norte, em setembro de 2004.

Na Turquia, a utilização de minas terrestres pelo PKK levou a acidentes de civis e militares; de março de 2004 a março de 2005, a Turquia informou 148 acidentes militares que aconteceram com minas terrestres da PKK e grupos relacionados. No Iraque, forças contrárias tem usado minas antipessoal e antiveículo e, mais frequentemente, IEDs – ambas por detonação

¹¹ Veja também, Monitor de Minas Terrestres Fact Sheet, "Non-State Armed Groups and the Mine Ban," preparado pela Mines Action Canada, junho de 2005, distribuído durante as reuniões inter-sessões em Genebra.

¹² A utilização no Paquistão foi armazenada como pequena escala e esporádica no ano passado.

por comando e ativadas pela vítima. Em agosto de 2005, um funcionário dos EUA falou que ataques de IEDs aumentaram em 100 por cento desde o ano passado.

A utilização de minas antiveículo por grupos armados não-estatais foi informado pelo menos e oito países: Afeganistão, RD do Congo, Eritreia, Índia, Iraque, Paquistão, Sudão e Turquia. Grupos armados não-Estatais continuam a fazer e usar uma grande variedade de dispositivos explosivos improvisados, ambos ativados pela vítima (que são de fato minas antipessoal) e detonadas por comando.

Uso de Minas Antipessoal desde maio de 2004

África Sub-Sahariana	Américas	Ásia-Pacífico	Europa/Ásia Central	Oriente Médio e Norte da África
Burundi: <i>Rebeldes da FNL</i> Somália: várias facções Uganda: <i>Rebeldes do LRA</i>	Colômbia: <i>FARC e outros rebeldes, AUC paramilitares</i>	Burma/Myanmar: <i>governo e 12 grupos rebeldes</i> Índia: rebeldes Paquistão: <i>rebeldes</i> Nepal: governo e rebeldes Maoistas Filipinas: <i>New People's Army, MNLF, rebeldes ASG</i>	Geórgia: governo e Grupos armados não-estatais Rússia: governo e rebeldes (na Chechênia, North Ossetia, Dagestan) Turquia: <i>Rebeldes PKK</i>	Iraque: <i>Grupos armados não-estatais</i>

Produção De Minas Antipessoal

Mais de 50 Estados são conhecidos como produtores de minas antipessoal.¹³ Trinta e oito Estados cessaram a produção de minas antipessoal.¹⁴ Isso inclui cinco países que não fazem parte do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, Egito, Filândia, Iraque, Israel e Polônia. Taiwan também parou com a produção. Um total de 24 membros do Tratado, com a adição de do Zimbábue neste período de relatório, informaram sobre a situação dos programas de conversão ou desativação das unidades de produção de minas antipessoal.¹⁵

O Relatório do Monitor de Minas Terrestres de 2004 identificou 15 países que continuaram a produzir, ou mantêm seu direito de produzir, minas antipessoal. Durante este período do relatório, desde maio de 2004, o Monitor de Minas Terrestres recebeu informação suficiente de declarações públicas ou privadas dos funcionários dos governos e outras fontes para

¹³ Há 51 produtores confirmados no passado. Excluídos do total os cinco Estados-Partes que foram citados por algumas fontes como produtores no passado, mas a negaram: Croácia, Nicarágua, Filipinas, Tailândia e Venezuela. Em adição, a Jordânia declarou possuir uma pequena quantidade de minas de origem da Síria de 2000. Não está esclarecido se isto representa o resultado de produção, exportação ou retenção.

¹⁴ Os Trinta e Três Estados Partes do Tratado de Erradicação das Minas que já produziram minas incluem: Albânia, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Japão, Países Baixos, Noruega, Peru, Portugal, Romênia, Sérvia e Montenegro, África do Sul, Espanha Suécia, Suíça, Turquia, Uganda, Reino Unido e Zimbábue.

¹⁵ Nove Estados-Partes não declararam oficialmente o fim das estruturas de produção e suas últimas disposições nos relatórios de transparência apesar de admitirem ou terem se evidenciado atividades de produção: Austrália, Áustria, Bélgica, Alemanha, Grécia, Países Baixos, Noruega, Sérvia e Montenegro e Turquia. Para muitos destes estados a produção de minas antipessoal cessou com a entrada em vigor do Tratado.

remover o Egito e o Iraque da lista de produtores. Esta é a terceira vez que o Monitor de Minas Terrestres ajustou a lista de países produtores de minas terrestres antipessoal.¹⁶

Produtores de Minas Terrestres Antipessoal

Burma, China, Cuba, Índia, Irã, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Nepal, Paquistão, Rússia, Singapura, Estados Unidos, Vietnã

Na Primeira Conferência de Exame, um Deputado Assistente do Ministro das Relações Exteriores do Egito declarou que "o governo egípcio impôs uma moratória para todas as atividades de produção e exportação relacionadas com minas antipessoal." Esta foi a primeira vez que o Egito tornou público e oficial o anúncio a uma moratória à produção. Os funcionários egípcios disseram de forma não oficial durante alguns anos que o Egito parou com a produção de minas antipessoal em 1988.

Um diplomata do Iraque falou ao Monitor de Minas Terrestres em 2004 que toda capacidade de produção de minas foi destruída por um bombardeio da Coalizão às instalações. Outras fontes confirmaram essa informação. Devido a destruição das instalações de produção do Iraque, e as declarações do governo no sentido do banimento das minas antipessoal, o Monitor de Minas Terrestres decidiu remover o Iraque da lista de países produtores de minas antipessoal, mas ainda espera uma declaração oficial assumindo a proibição de produção de minas antipessoal.

A Coréia do Norte declarou que não produz mais qualquer mina desde 2000. O Diretor de um Centro de Ação Contra as Minas falou ao Monitor de Minas Terrestres em agosto de 2005 que o Irã não produz minas terrestres, ecoando em uma assertiva do Ministro da Defesa em 2002 que o Irã não produzia mais minas antipessoal desde 1988. Entretanto, organizações de desminagem no Afeganistão estão achando, desde 2002, várias centenas de minas antipessoal iranianas com a data estampada de 1999 e 2000.

Os Estados Unidos não produziu mais minas terrestres desde 1997. Entretanto, continua suas pesquisas e desenvolvimentos para novas minas terrestres. A decisão vai ser tomada em dezembro de 2005 quando os EUA vão começar a produzir um novo tipo de mina antipessoal chamada Spider. A Spider contém um mecanismo desativável em campo de batalha que permite a ativação pela vítima (alvo), tornando dessa forma ilegal perante o Tratado de Banimento das Minas Terrestres. O Pentágono requisitou um total de \$1,77 bilhões para pesquisa e produção de novos sistemas de minas terrestres nos próximos cinco anos.

Índia e Paquistão estão ativamente engajados na produção de minas antipessoal que estão de acordo com o Protocolo II Emendado da Convenção sobre Certas Armas Convencionais, incluindo remotamente no caso do Paquistão novas remessas de sistemas de minas. Em agosto de 2005, a Índia falou ao Monitor de Minas Terrestres que não está produzindo de minas antipessoal de colocação remota; em outubro de 2000 afirmou que havia designado, um sistema de mina antipessoal de colocação remota, minas auto-destruíveis e com auto-destivação, para uma avaliação para o protótipo de produção.

¹⁶ Desde o início dos relatórios em 1999, o Monitor de Minas Terrestres removeu a Turquia e a Iugoslávia (agora Sérvia e Montenegro) da lista de produtores. O Nepal foi agregado a lista em 2003 seguindo a admissão de oficiais militares de que a produção estava ocorrendo em fábricas estatais.

Grupos armados não-estatais em Burma e na Colômbia são conhecidos como produtores de minas ativas pelas vítimas ou IEDs. Detonação por comando, e a possibilidade de serem ativas pelas vítimas, IEDs são produzidos pela Grupos armados não-estatais no Afeganistão, Índia, Iraque, Nepal, Filipinas, Somália e Chechênia. Grupos armados não-estatais e outros países também gostariam de produzir suas próprias minas/IEDs, mas está faltando uma específica documentação. A LTTE no Sri Lanka produziu grandes quantidades de minas terrestres no passado. Eles não renunciaram a produção e a situação atual da capacidade de confecção é desconhecida.

Comércio Mundial De Minas Antipessoal

O banimento global da transferência e exportação das minas antipessoal tornou-se efetiva desde a metade da década de 1990. Este banimento é uma característica do movimento de banimento das minas e um estigma associado à arma, as ações unilaterais de países-chave, e uma subsequente implementação do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. O Monitor de Minas Terrestres não documentou qualquer transferência de minas antipessoal entre Estados até agora. Acredita-se que o comércio de minas antipessoal regrediu a um pequeno nível de tráfico ilícito e comércio clandestino.

Durante este período de relatório, um painel investigativo da ONU reportou que minas terrestres estavam sendo transportadas para a Somália de fontes desconhecidas na Etiópia e Iêmen, uma violação ao embargo da ONU. Outro painel da ONU relatou que rebeldes na RD do Congo obtiveram minas das forças de Uganda, um fato altamente negado pelo governo da Uganda. Um funcionário de Burundi alegou que os rebeldes estavam adquirindo minas de fontes não mencionadas na RD do Congo. O Paquistão reivindica que minas utilizadas por rebeldes Baluchi foram contrabandeadas de grupos armados do Afeganistão.

Como apontado acima, na Primeira Conferência de Exame, o Egito tornou público e oficial pela primeira vez que tem uma moratória à exportação de minas antipessoal; e foi anteriormente falado de forma não oficial que não exportavam mais desde 1985. Em julho de 2005, Israel estendeu para os outros três anos sua moratória para exportação de minas antipessoal como foi primeiramente declarado em 1994. Um significativo número de outros Estados fora do Tratado de Banimento das Minas Terrestres ordenou ou estendeu a moratória de exportação nos últimos anos incluindo a China, Índia, Cazaquistão, Paquistão, Polônia, Rússia, Singapura, Coreia do Norte e os Estados Unidos.

Em julho de 2004, os Estados Unidos anunciaram sua intenção para propor negociações no sentido de banimento de venda ou exportação de minas que não fossem auto-destrutivas na Conferência no Desarmamento baseada em Genebra (CD). O Canadá notou que dos 42 membros da Conferência do Desarmamento que já faziam parte do Tratado de Banimento das Minas Terrestres "não chegaram a uma posição de entrar em negociações para um banimento desses, direcionando para uma categoria específica de minas antipessoal, mas implicando na aceitação do comércio de outras categorias dessas armas."¹⁷ A CD não está apta a concordar com este tópico desde 1997.

Armazenamento De Minas Antipessoal E Sua Destruição

Na metade da década de 1990, antes do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, 131 Estados possuíam estoques estimados em mais de 260 milhões de minas antipessoal. Esta soma

¹⁷ Declaração do Embaixador Paul Meyer, Canadá, na Conferência sobre Desarmamento, 29 de julho de 2004.

global foi dramaticamente reduzida desde aquela época. O Monitor de Minas Terrestres agora estima que 54 países armazenam em torno de 180 milhões de minas antipessoal.¹⁸ O mais notável desenvolvimento neste período de relatório é a Rússia que pela primeira vez descobriu seu estoque total de 26,5 milhões de minas antipessoal. O Monitor de Minas Terrestres estimava previamente que o estoque da Rússia em 50 milhões de minas antipessoal.

Além disso, Estados-Partes destruíram mais de 400.000 minas antipessoal estocadas neste período de relatório, e Estados Não-Partes, incluindo a China, destruíram um número adicional desconhecido.

Estados-Partes

Um total de 81 Estados-Partes do Tratado de Banimento das Minas Terrestres declarou possuir algum estoque de minas antipessoal. Deles, 69 Estados-Partes completaram a destruição dos seus estoques.¹⁹ Desses que completaram recentemente, inclui Bangladesh (fevereiro de 2005), Mauritânia (dezembro de 2004), Uruguai (dezembro de 2004), Colômbia (outubro de 2004), Zâmbia (outubro de 2004) e Tanzânia (julho de 2004).

Estados-Partes coletivamente destruíram mais de 38,3 milhões de minas antipessoal.²⁰ A Itália destruiu a maior quantidade de minas (7,1 milhões), seguida por Turcomenistão (6,6 milhões). Albânia, França, Alemanha, Japão, România, Suécia, Suíça e Reino Unido destruíram mais de um milhão de minas antipessoal cada um.

Os 12 Estados-Partes que declararam ainda possuir estoques de minas antipessoal são Afeganistão, Argélia, Angola, Bielorrússia, Burundi, Cíprus, RD do Congo, Grécia, Guiné-Bissau, Sérvia e Montenegro, Sudão e Turquia. Todos os relatórios das suas minas antipessoal diz estarem em processo de destruição.²¹ Argélia tem agendado para a destruição completa de seus estoques remanescente de 8.589 minas estocadas em novembro de 2005. Guiné-Bissau planejou destruir suas minas, incluindo Bielorrússia (4,5 milhões), Turquia (2,9 milhões), Grécia (1,5 milhões), e Sérvia e Montenegro (1,32 milhões).

O Monitor de Minas Terrestres acredita que três outros Estados-Partes também possuem estoques de minas antipessoal: Etiópia, Guiana, e Latvia. Camarões também pode entrar nesta categoria. Estes Estados ainda tem que enviar os seus Relatórios do Artigo 7 que declaram oficialmente a existência de minas armazenadas. O relatório de Camarões era para agosto de

¹⁸ Na edição anterior, o Monitor de Minas Terrestres estimou que 65 países possuíam 200 milhões de minas antipessoal.

¹⁹ Até 1 de outubro de 2005, os estados abaixo completaram a destruição de seus estoques de mina antipessoal: Albânia, Argentina, Austrália, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Camboja, Canadá, Chade, Chile, Colômbia, República de Congo, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, Djibuti, Equador, El Salvador, França, Gabão, Alemanha, Guatemala, Guiné, Honduras, Hungria, Itália, Japão, Jordânia, Quênia, Lituânia, Luxemburgo, FYR Macedônia, Malásia, Mali, Mauritânia, Maurício, Moldávia, Moçambique, Países Baixos, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Peru, Filipinas, Portugal, Romênia, Serra Leoa, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Espanha, Suriname, Suécia, Suíça, Tajikistan, Tanzânia, Tailândia, Tunísia, Turcomenistão, Uganda, Reino Unido, Uruguai, Iêmen, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue.

²⁰ Este total é em torno de 1 milhão de minas maior do que informado ano passado. Mais de 400.000 minas estocadas no período de relatório, e o restante do total reflete os ajustes pelo Monitor de Minas Terrestres das minas destruídas pelos atuais Estados-Partes antes de entrarem no Tratado, mais notavelmente a Bielorrússia.

²¹ Em alguns casos, a destruição física atual das minas não teve início em 1 de outubro de 2005. O Monitor de Minas Terrestres considera Estados estarem “em progresso” se eles informaram que estão realizando planos de destruição, vendo formas de assistência financeira internacional, conduzindo inventários nacionais, ou construindo instalações para que sejam destruídas.

2003, o de Guiana era para julho de 2004, o da Etiópia é para novembro de 2005, e o de Latvia é para junho de 2006.

O Monitor de Minas Terrestre estimou previamente um estoque de 20.000 minas para a Guiana. Latvia declarou um pequeno estoque herdado da antiga União Soviética em seu relatório voluntário de transparência. Etiópia é conhecida por ter um significativo estoque no passado, mas a situação atual não é conhecida. Camarões proveu informação contraditória sobre minas que considera estocadas, minas retidas para treinamento e minas destruídas.²²

Dadas Limite para a Destruição Pendente dos Estoques

Guiné-Bissau	1 nov 2005
Argélia	1 abr 2006
RD do Congo	1 nov 2006
Angola	1 jan 2007
Afeganistão	1 mar 2007
Camarões	1 mar 2007
Ciprus	1 jul 2007
Guiana	1 fev 2008
Bielorússia	1 mar 2008
Grécia	1 mar 2008
Sérvia e Montenegro	1 mar 2008
Turquia	1 mar 2008
Burundi	1 abr 2008
Sudão	1 abr 2008
Etiópia	1 jun 2009
Latvia	1 jan 2010

Quatro outros Estados que o Monitor de Minas Terrestres não acredita que tenham estoques (Cabo Verde, Guiné Equatorial, Gâmbia, e São Tomé e Príncipe) nunca declararam oficialmente a presença ou a não existência de estoque, devido a sua falha em enviar o Relatório do Artigo 7 inicial. A Guiné Equatorial ultrapassou o prazo final de 1 de março de 2003 para destruir qualquer estoque de minas antipessoal que não foi informada aos Estados-Partes em cumprimento a esta obrigação.

Um número de Estados-Partes, mais notavelmente a Bósnia e Herzegovina e o Camboja, descobriram e destruíram seus estoques anteriores desconhecidos de minas antipessoal depois de formalizarem o término de seus programas de destruição. Camboja recentemente descobriu e destruiu um estoque de 15.446 minas antipessoal em 2004, o maior número que desde que seu programa de destruição foi completado em 1999. O Tratado de Banimento das Minas Terrestres não trata explicitamente com este fenômeno. Entretanto, a Ação #15 do Plano de Ação de Nairobi diz: "Quando estoque anterior desconhecido é descoberto após o prazo final para destruição ter acabado, informar sua descoberta de acordo com as suas obrigações do Artigo 7, tirar proveito de formas informais de compartilhadas informações e destruir essas minas da forma mais urgente possível." A ICBL deu ênfase na importância da destruição imediata destas novas

²² Camarões declarou 500 minas para propósitos de pesquisa e treinamento em um relatório de transparência voluntário enviado em março de 2001. O Monitor de Minas Terrestres recebeu um relatório do exército camarão, datado de 5 de março de 2003, que declara um total de 9.183 minas antipessoal que foram destruídas em 17 de abril de 2003.

minas descobertas, não depois de um ano após a descoberta, e completa transparência sobre o número e tipos descobertos e seu processo de destruição; geriu-se para que a informação fosse transmitida imediatamente para os co-presidentes da Unidade de Suporte a Implementação e do Comitê Permanente de Destruição dos Estoques.

Um total de 57 Estados-Partes declararam que eles não possuem estoques de minas antipessoal, exceto em alguns casos eles retêm para pesquisa e fins de treinamento.²³ Desde maio de 2004, A República Central Africana, a Estônia, a Libéria, Nova Papua Guiné, St. Lucia, e St. Vincent e as Grenadines, tem oficialmente confirmado que eles não possuem estoques de minas antipessoal.

Signatários

O Monitor de Minas Terrestres estima que quatro dos sete signatários do Tratado de Banimento das Minas Terrestres possuem um estoque aproximado de sete milhões de minas antipessoal. A maioria dessas minas são da Ucrânia (5,95 milhões) e Polônia (996.860). Indonésia em maio de 2002 revelou que tinha um estoque de 16.000 minas antipessoal. Brunei reconheceu possuir minas antipessoal, possivelmente apenas do tipo Claymore. É improvável que existam outros três estoques de minas antipessoal dos outros três signatários (Ilhas Cook, Haiti e Ilhas Marshall).

A Comissão Européia decidiu em 2004 patrocinar a destruição do estoque da Ucrânia de 5,9 milhões de minas PFM, e em junho de 2005, de acordo com os procedimentos de finalização da ratificação pelo Parlamento da Ucrânia e o Presidente, a CE anunciou que tinha concluído a negociação dos termos referente aos €6 milhões (algo em torno de US\$7,5 milhões) projetado para destruir as minas. O Ministro da Defesa da Polônia falou que em julho de 2005 não existirão mais obstáculos para a destruição do estoque da Polônia e estima que a destruição não levará mais que dois anos.

Estados não-Partes

O Monitor de Minas Terrestres estima que mais de 160 milhões de minas antipessoal estão armazenadas pelos Estados não participantes do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. A vasta maioria desses estoques pertence a somente três Estados: China (estimada em 110 milhões), Rússia (26,5 milhões) e os Estados Unidos (10,4 milhões). Outros Estados com grandes estoques incluem o Paquistão (estimado em 6 milhões), Índia (estimada entre 4 e 5 milhões) e a Coreia do Norte (2 milhões). Quanto aos outros Estados não participantes do Tratado acredita-se possuírem grandes estoques como Burma, Egito, Finlândia, Irã, Iraque, Israel, Coreia do Norte, Síria e Vietnam.

Quanto a Rússia, pela primeira vez, se descobriu o que o número de minas antipessoal em seu estoque é de 26,5 milhões, dos quais 23,5 milhões estão sujeitos à destruição em 2015. A

²³ Os seguintes Estados-Partes declararam não possuírem minas antipessoal armazenadas: Andorra, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Benin, Bolívia, Botsuana, Burquina Faso, República africana Central, Camarões, Costa Rica, Côte D'Ivoire, Dominica, República Dominicana, Eritrea, Estônia, Fiji, Gâmbia, Gana, Granada, Santo Veja, Islândia, Irlanda, Jamaica, Quiribati, Lesoto, Libéria, Liechtenstein, Madagascar, Malauí, Maldivas, Malta, México, Mônaco, Nauru, Namíbia, Níger, Nigéria, Niue, Panamá, Papua-Nova Guiné, Paraguai, Qatar, Ruanda, St. Kitts e Nevis, St. a Lúcia, St. o Vincent e Granadinas, Samoa, San Marino, Senegal, Seicheles, Ilhas de Solomon, Suazilândia, Timor-Leste, Togo, e Trinidad e Tobago.

Rússia informou que destruiu ou dispôs de aproximadamente 19,5 milhões de minas antipessoal entre 2000 e novembro de 2004.

Grupos Armados Não-Estatais

Durante o período de relatório, grupos armados não-estatais informaram possuir estoques de minas antipessoal em Bangladesh, Burma/Myanmar, Burundi, Colômbia, República Democrática do Congo, Etiópia, Índia, Nepal, Paquistão, Filipinas, Somália, Sri Lanka, Sudão, Turquia, Uganda, Iêmen e Chechênia.

Frequentemente, informou-se a respeito das minas armazenadas como parte dos ataques das forças do governo que não obtiveram sucesso. Minas Terrestres foram tomadas ou passaram a ser dos grupos armados não-estatais, ou a partir de fontes não identificadas, em 12 Estados-Partes. Somente três desses Estados-Partes informaram tais aquisições em seus Relatórios do Artigo 7: Burundi, Sudão e Turquia. Os outros Estados-Partes que tomaram minas ou as têm eram Bangladesh, Bósnia e Herzegovina, Colômbia, República Democrática do Congo, Quênia, Filipinas, Sérvia e Montenegro, Uganda e Iêmen. Estes Estados não informaram nas suas aquisições ou destruição de minas antipessoal.

Hussein Mohamed Aideed, antigo chefe de guerra e agora Deputado do Primeiro Ministro do novo Governo Nacional de Transição da Somália, declarou que a sua milícia possui 3.500 minas terrestres, e ele estima que as outras milícias possuam um total em torno de 10.000. Em junho de 2005, ele informou aos Estados-Partes da sua decisão de destruir as minas antipessoal retidas pela sua milícia.

Minas Retidas Para Pesquisa E Treinamento (Artigo 3)

Dos 147 Estados-Partes, 74 retêm mais de 248.000 minas antipessoal para os propósitos de pesquisa e treinamento dentro da exceção garantida pelo Artigo 3 do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. Burundi, Sérvia e Montenegro, Sudão, e a Turquia entraram nesta lista desde a publicação do *Relatório do Monitor de Minas Terrestres de 2004*.²⁴

Pelo menos 64 Estados-Partes optaram por não reter qualquer mina, com a recente adição da República Central Africana, Estônia, Libéria, Nova Papua Guiné, St. Vincent e Grenadines e Turcomenistão.²⁵ Nove Estados-Partes não deixaram claro a intenção deles de reter qualquer mina.²⁶

Durante as negociações de Oslo em 1997 e durante as discussões do Comitê Permanente desde 1999-2004, a maioria dos Estados-Partes tem concordado que minas retidas deveriam ser um número em centenas ou milhares, ou menos, mas não dezenas de milhares.

Cinco Estados-Parte contabilizam quase um terço do total de minas retidas: Brasil (16.125), Turquia (16.000), Argélia (15.030), Bangladesh (14.999) e Suécia (14.798). Turquia é a mais recente adição aos que retêm mais minas do que o normalmente praticado pelos Estados.

Um total de dez Estados-Partes retêm entre 5.000 e 10.000 minas: Austrália (7.465), Grécia (7.224), Japão (6.946), Croácia (6.400), Namíbia (6.151), Bielorrússia (6.030), Chile (5.895), e Sérvia e Montenegro, Sudão e Tunísia (5.000 cada). Sérvia e Montenegro e o Sudão

²⁴ O total de 74 inclui Bósnia, Burkina Faso e Guiné-Bissau, que tem expressado a intenção de reter minas, mas não declararam o número.

²⁵ Das 64 escolhas de não reter minas antipessoal, 18 possuem estoques.

²⁶ Butão, Camarões, Cabo Verde, RD do Congo, Etiópia, Guiné Equatorial, Guiana, São Tomé e Príncipe e Vanuatu indicaram suas intenções de reter minas antipessoal; mas não submeteram ainda seu Relatório do Artigo 7. Desses nove, somente a RD do Congo, Etiópia e Guiana ainda possuem minas.

são as recentes adições a esta lista. Em junho de 2004, o signatário Indonésia indicou sua intenção de reter 10.000 minas para propósitos de treinamento após tornar-se um Estado-Parte.

A maioria dos Estados-Partes que retém minas, um total de 38, retém ente 1.000 e 5.000 minas.²⁷ A notável adição a este grupo é o Afeganistão, que inicialmente indicou que ele não iria reter qualquer mina, mas reverteu sua decisão e informou reter 1.076 minas antipessoal para treinamento de cachorros detectores de mina. Outros 18 Estados-Partes retém menos que 1.000 minas.²⁸

Um total de 24 Estados-Partes informaram consumir 6.761 minas para propósitos de treinamento e pesquisa em 2004.²⁹ Em 2003, 17 Estados-partes informaram consumir 3.112 minas. Em 2002, 16 Estados-Partes informaram consumir 2.540 minas.

Pelo menos 36 Estados-Partes não informaram consumo de qualquer mina retida em 2004: Argélia, Bósnia e Herzegovina, Burundi, República do Congo, Ciprus, Djibouti, Equador, El Salvador, Eritreia, Honduras, Hungria, Itália, Jordânia, Quênia, FYR Macedônia, Mali, Moldova, Moçambique, Nigéria, Peru, Portugal, Romênia, Ruanda, Serra Leoa, Suriname, Tajikistão, Tanzânia, Tailândia, Togo Tunísia, Uganda, Reino Unido, Uruguai, Venezuela, Iêmen e Zimbábue. Um total de 26 Estados-Partes não informaram consumo de qualquer mina em 2003; 29 não consumiram em 2002.

Vale notar que a lista dos Estados-Partes em 2004 inclui pelo menos 10 que retém mais de 1.000 minas e não informaram consumo de qualquer mina para propósitos de pesquisa ou treinamento por dois anos ou mais anos consecutivos, incluindo: Argélia, Djibouti, Hungria, Jordânia, Moçambique, Peru, Portugal, Tailândia, Tunísia e Iêmen.

A ICBL acredita que Estados que retém minas antipessoal e aparentemente não usaram qualquer uma das minas para propósitos permitidos abusa da exceção permitida pelo Artigo 3.

A ICBL de longa data conclama que todos os Estados deveriam declarar a intenção dos propósitos e usos atual das minas antipessoal retidas através do Artigo 3. Estados-Partes concordam com esta parte no Plano de Ação de Nairobi. A ação #54 dos Estados que possuem minas retidas deveriam “prover informação sobre os planos de ação no momento do requerimento de retenção das minas...e informar o atual uso das minas retidas e o resultado de cada utilização.” Argentina e Chile fizeram uma proposta conjunta para expandir os formulários de relatório para as minas retidas durante a Primeira Conferência de Exame e nas Reuniões Inter-sessionais de junho de 2005. A ICBL deu suporte à proposta.

Austrália, Canadá, Japão, África do Sul e Suécia proveram nos anos anteriores considerável informação detalhada sobre as intenções de uso e a disposição das suas minas retidas. Entrando nesta lista estão Bangladesh, Bielorrússia, Bélgica, Croácia, Namíbia e os Países

²⁷ 38 Estados-Partes possuem entre 1.000 e 5.000 minas antipessoal: Afeganistão, Angola, Argentina, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Burundi, Canadá, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Djibuti, Equador, França, Alemanha, Hungria, Jordânia, Quênia, FYR Macedônia, Mali, Moçambique, Países Baixos, Nicarágua, Nigéria, Peru, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Espanha, Tanzânia, Tailândia, Uganda, Reino Unido, Venezuela, Iêmen e Zâmbia.

²⁸ Dezoito Estados-Partes retém menos que 1.000 minas antipessoal Colômbia, República do Congo, El Salvador, Eritreia, Honduras, Irlanda, Itália, Latvia, Luxemburgo, Maurítânia, Moldova, Ruanda, Serra Leoa, Suriname, Tajikistão, Togo, Uruguai e Zimbábue.

²⁹ Os seguintes 24 Estados-Partes reportaram o consumo de minas antipessoal retidas em 2004: Argentina (92), Austrália (70), Bangladesh (1), Bélgica (267), Brasil (875), Bulgária (12), Canadá (21), Chile (350), Colômbia (100), Croácia (78), República Checa (20), Dinamarca (69), França (11), Alemanha (41), Irlanda (31), Japão (1,413), Luxemburgo (20), Países Baixos (377), Nicarágua (810), Eslováquia (54), Eslovênia (5), África do Sul (33), Espanha (1,103) e Suécia (908).

Baixos que detalharam suas práticas nacionais durante as reuniões Inter-sessãoais de junho de 2005.

Uma tendência encorajadora é o significativo número de Estados-Partes que tem reduzido o número de minas retidas dos altos níveis originalmente propostos. Argentina, Austrália, Bulgária, Chile, Croácia, Dinamarca, Equador, Itália, Lituânia, Mauritania, Peru, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Tailândia, Turcomenistão, Uganda, Reino Unido, Venezuela e Zâmbia deram esse passo entre março de 1999 e outubro de 2004. Nove desses Estados-Partes originalmente tentaram reter 10.000 minas ou mais.³⁰

Relatórios De Transparência (Artigo 7)

O Artigo 7 do Tratado de Banimento das Minas diz que “Cada Estado-Parte deve informar ao Secretário Geral das Nações Unidas assim que possível e em qualquer caso não mais que 180 dias depois da entrada em vigor dessa Convenção para o Estado-Parte”, com relação aos passos tomados para implementar a Convenção. Assim, os Estados-Partes são obrigados a informar, anualmente, até 30 de abril, sobre o ano anterior.

A taxa geral de cumprimento dos Estados-Partes que submeteram relatórios como medidas de transparência foi de (impressionantes) 96 por cento. Isso se compara, favoravelmente, às taxas dos anos anteriores: 91 por cento em 2004, 88 por cento em 2003, 75 por cento em 2002 e 63 por cento em 2001.

Um total de 18 Estados-Partes tem enviado relatórios iniciais desde maio de 2004: Belarus, Burundi, República Central Africana, Côte D’Ivoire, Estônia, Grécia, Guiné, Libéria, Namíbia, Nauru, Nigéria, Papua Nova Guiné, Santa Lúcia, São Vincent e Grenadines, Sérvia e Montenegro, Sudão, Timor-Leste e Turquia. Para muitos desses Estados-Partes, o tempo limite para enviar os relatórios tinha sido muitos anos antes: Namíbia (agosto de 1999), Guiné (setembro de 1999), Santa Lúcia (Março de 2000), Libéria (novembro de 2000), Côte D’Ivoire (30 de maio de 2001) e Nauru (Julho de 2001).

Somente três Estados-Parte têm uma data limite pendente: Etiópia (28 de novembro de 2005), Látvia (30 de junho de 2006) e Butão (28 de julho de 2006). Látvia enviou três relatórios voluntários, mas ainda precisará enviar o seu primeiro relatório formal para as Nações Unidas na data especificada.

Um total de seis Estados-Partes estão atrasados no envio dos relatórios iniciais: Guiné Equatorial (para ser entregue em 28 de agosto de 1999), Cabo Verde (30 de abril de 2002), Camarões (27 de agosto de 2003), Gâmbia (27 de agosto de 2003), São Tomé e Príncipe (28 de fevereiro de 2004) e Guiana (30 de julho de 2004).

Os Estados-Partes não melhoraram na taxa de atualizações anuais enviadas para o ano anterior, que deveriam ser entregues em 30 de abril de 2005. Assim como em 1 de setembro de 2005, um total de 89 Estados-Partes tinham enviado atualizações anuais para o calendário de 2004; 49 Estados-Partes não tinham enviado suas atualizações.³¹ Isso equivale a taxa de

³⁰ Argentina, Austrália, Bulgária, Chile, Croácia, Equador, Itália, Espanha e Turcomenistão inicialmente tinham a intenção de reter 10.000 minas antipessoal ou mais.

³¹ Os 49 Estados-Partes que não submeteram as atualizações foram: Argélia, Andorra, Antigua e Barbuda, Barbados, Belize, Benin, Bolívia, Botsuana, República Central Africana, Chade, Comoros, República Dominicana, Equador, Eritreia, Fiji, Gabão, Gâmbia, Gana, Granada, Guiné, Honduras, Quênia, Kiribati, Lesoto, Libéria, FYR Macedônia, Madagascar, Maldivas, Nauru, Nigéria, Niue, Panama, Papua Nova Guiné, Paraguai, Qatar, Sao Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vincente e Grenadines, Samoa, Sérvia e Montenegro, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Sudão, Suazilândia, Timor-Leste, Togo, Uganda e Uruguai.

cumprimento de 65 por cento. A taxa anual de cumprimento para o ano de 2003 foi de 78 por cento. A taxa para o ano de 2002 foi de 62 por cento.

Num desenvolvimento bastante encorajador, muitos Estados que não fazem parte do Tratado para Banimento das Minas Terrestres têm enviado voluntariamente relatórios sobre o Artigo 7, incluindo Camarões em 2001, Gâmbia em 2002 e Lituânia em 2002, quando eles eram signatários. Nessa época, Látvia (Estado não -Parte) e Polônia (signatário) enviaram relatórios voluntários em 2003, 2004 e 2005, então não signatários.

Em junho de 2005, o Sri Lanka enviou o seu primeiro relatório voluntário sobre o Artigo 7. É bastante detalhado em muitas áreas, mas não faz referência sobre armazenamento de Minas Antipessoal. Os outros estados que enviaram voluntariamente os relatórios incluíram informações sobre o armazenamento. Muitos outros países têm demonstrado a sua intenção de enviar relatórios voluntários, inclusive Azerbaijão, China e Mongólia.

Medidas De Implementação Nacional (Artigo 9)

O Artigo 9 do Tratado para o Banimento das Minas de 1997 diz que “Cada Estado-Parte” deve tomar todas as medidas legais, administrativas e outras apropriadas, inclusive a imposição de sanção penal, para prevenir e suprimir qualquer atividade proibida” pelo Tratado.

Somente 44 dos 146 Estados-Partes aprovaram leis nacionais para implementar o Tratado e cumprir as obrigações do Artigo 9. Isso significa um aumento de 4 Estados-Partes desde a publicação do *Relatório do Monitor de Minas Terrestres de 2004*: Bósnia e Herzegovina, Croácia, El Salvador e Iêmen. Um total de 23 Estados-Partes relataram que os passos para mudar a legislação estão a caminho³². Chade, Chile e Maláui iniciaram nesse processo no ano passado. Entretanto, tem sido relatado que a legislação está em progresso por mais de dois anos em Bangladesh, Benin, Mauritânia, Namíbia, Niger, Peru, Suazilândia e Uganda.

Um total de 36 Estados-Partes têm indicado que eles não acreditam que novas leis são necessárias para implementar o tratado.³³ República Central Africana, Estônia e Papua Nova Guiné uniram-se a essa categoria no ano passado. Guiné-Bissau está explorando a possibilidade de adotar uma nova legislação, mesmo tendo declarado que a legislação existente seria suficiente. A República Dominicana, Santa Sé, Kiribati, Lesoto, Madagascar e Qatar acreditam que nenhuma mudança é necessária porque eles nunca produziram, armazenaram ou usaram Minas Antipessoal e não são afetados pelas minas. A ICBL se preocupa, no entanto, com a necessidade dos Estados de passar uma legislação que inclua sanções penais para qualquer potencial violação futura do Tratado e busca a implementação total de todos os aspectos do Tratado.

O Monitor de Minas não tem ciência de progresso em 43 Estados-Partes com relação às medidas domésticas apropriadas para implementar o Tratado para o Banimento das Minas Terrestres.³⁴ Albânia, Camarões e a República do Congo foram removidos da categoria “em

³² Um total de 23 Estados-Partes estão no processo de criação legislativa: Bangladesh, Benin, Chade, Chile, RD Congo, Djibouti, Gabão, Guiné, Jamaica, Quênia, Maláui, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Niger, Nigéria, Peru, Filipinas, Ruanda, Sudão, Suriname, Suazilândia e Uganda.

³³ Um total de 36 Estados-Partes julgaram as leis existentes suficientes ou consideraram que uma nova legislação não seja necessária: Argélia, Andorra, Antígua e Barbuda, Bielorrússia, Bulgária, República Central Africana, Dinamarca, República Dominicana, Estônia, Guiné-Bissau, Santa Sé, Jordânia, Kiribati, Lesoto, FYR Macedônia, Madagascar, México, Moldova, Holanda, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Portugal, Qatar, Romênia, Samoa, São Marino, Senegal, Eslováquia, Eslovênia, Tajikistan, Tanzânia, Tailândia, Tunísia, Turquia e Venezuela.

³⁴ Aqueles sem progresso na implementação de medidas nacionais incluem: Albânia, Afeganistão, Angola, Argentina, Bahamas, Barbados, Butão, Bolívia, Botsuana, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Comoros, República do

progresso” esse ano, uma vez que relataram nenhum progresso concreto em criar uma legislação nos últimos três anos.

A CICV tem produzido um *kit* de Informação sobre o Desenvolvimento da Legislação Nacional para Implementar a Convenção da Proibição das Minas Antipessoais. Esse *kit* do CICV está disponível em inglês, francês, russo e espanhol e também disponível na internet.³⁵

Questões Especialmente Preocupantes

Cumprimento do Artigo 5

O Artigo 5 do Tratado de Banimento das Minas requer a destruição das minas plantadas assim que possível, mas não mais que 10 anos depois da entrada em vigor do Tratado para o Estado-Parte em particular. Chegar à data limite é uma questão de grande importância, mas existem outros aspectos importantes relacionados à implementação e cumprimento do artigo 5.

A ICBL identificou nove Estados-Partes que considera afetados por minas e engenhos explosivos não-detonados, mas que não declaram áreas que contêm ou que suspeita conter minas antipessoal nos seus relatórios do Artigo 7: Bangladesh, Bielorrússia, República do Congo, Djibouti, Libéria, Moldova, Namíbia, Filipinas e Serra Leoa. Estados-Partes devem estabelecer um processo específico para esclarecer situações como essas quando um Estado-Parte declara áreas não-minadas, mas há evidência do contrário.

Djibouti declarou inicialmente áreas minadas, mas depois de operações de limpeza declaradas estava “livre das minas” e indicou que tinha cumprido a obrigação do Artigo 5. É evidente, no entanto, que ainda existem áreas minadas em Djibouti. Estados-Partes deveriam estabelecer um processo específico para clarificar se um Estado-Parte cumpriu a obrigação do Artigo 5 de limpar todas as áreas de minas antipessoal, quando existir alguma evidência do contrário.

Operações de Junta Militar, Trânsito e Armazenamento no Exterior (Artigo 1)

O Artigo 1 do Tratado de Banimento das Minas de 1997 obriga os Estados-Partes a “nunca, em nenhuma circunstância... assistir, encorajar ou induzir, de qualquer forma, qualquer um a se engajar em qualquer atividade proibida para um Estado-Parte por essa Convenção.” Tem existido uma falta de clareza, entretanto, com relação a que tipos de atos são permitidos ou proibidos dentro o contexto de proibição de assistência. Muitos Estados-Partes têm reconhecido a necessidade de discutir esse ponto e compartilhar pontos-de-vista sobre a política e prática.

Um entendimento sobre como o Artigo 1 se aplica as operações de juntas militares e o significado de “assistência” têm surgido. Um total de 36 Estados-Partes tem declarado que eles não participarão no planejamento e implementação de atividades relacionadas ao uso de minas antipessoal em operações conjuntas com um Estado não-parte do Tratado de Banimento das Minas possa usar minas antipessoal.³⁶ Tanzânia é um Estado-Parte que voluntariamente incluiu essa informação no seu relatório anual de medidas de transparência.

Congo, Cote d'Ivoire, Chipre, Dominica, Equador, Guiné Equatorial, Eritrea, Etiópia, Fiji, Gâmbia, Gana, Grécia, Granada, Guiana, Látvia, Libéria, Lituânia, Maldivas, Nauru, Niue, São Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Tomé e Príncipe, Sérvia e Montenegro, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Timor-Leste, Togo, Turcomenistão e Uruguai.

³⁵ www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/html/57JR2C?OpenDocument

³⁶ 36 Estados-Partes têm declarado que não participarão no planejamento e implementação de atividades relacionadas ao uso de minas antipessoal em operações conjuntas com um Estado não-parte do Tratado para o Banimento das Minas Terrestres que possa usar minas antipessoal: Austrália, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Brasil,

Alguns Estados-Partes têm declarado que somente participação “ativa” ou “diretamente” em operações conjuntas nas quais o uso de minas antipessoal é proibida; o entendimento de cada país sobre o que constitui assistência “ativa” ou “direta” varia.³⁷ A Austrália declarou formalmente que é permitido prover “apoio indireto como as provisões de segurança para as pessoas de um Estado não-parte da Convenção, engajado em tais atividades [proibidas],” incluindo-se, presumivelmente, a colocação de minas antipessoal. Ele reiterou esse posicionamento nas reuniões intersessionais de junho de 2005.

Um total de 26 Estados-Partes tem declarado que proíbem a transferência através de armazenamento no exterior ou autorização de minas antipessoal de outros países no território nacional.³⁸ Alemanha, Japão, Qatar e Reino Unido têm declarado que os estoques de minas antipessoal dos Estados Unidos em seus países não estão sob o seu controle ou jurisdição nacional. O Tajikistan é o único Estado-Parte a declarar no relatório de medidas de transparência o número de minas antipessoal armazenadas por um Estado não-parte no seu território. A Rússia mantém 18.200 minas antipessoal no Tajikistan.

Minas com Fusíveis Sensíveis e Dispositivos Anti-manipulação (Artigo 2)

Desde a conclusão das negociações sobre o Tratado de Banimento das Minas, a ICBL tem enfatizado que, de acordo com as definições do Tratado, qualquer mina equipada com um fusível ou dispositivo anti-manipulação que cause a explosão da mina por um ato inocente ao sem intenção de uma pessoa é considerada uma mina antipessoal e, portanto, proibida. Entretanto, aplicando-se a definição do Artigo 2 para todas as minas que funcionam como minas antipessoal, incluindo-se aquelas designadas como Minas Antiveículo, continua sendo um assunto contencioso. A forma como os Estados-Partes concordam – ou discordam – sobre quais práticas são aceitáveis deve ter um impacto significativo na forma como o Tratado de Banimento das Minas é implementado e universalizado.

Muitos Estados-Partes apóiam a visão de que qualquer mina, independente da marca ou função para que foi criada, capaz de ser detonada por um ato não-intencional por uma pessoa é uma mina antipessoal e é proibida. Entre esses Estados-Partes que têm publicamente expressado esse entendimento sobre o que foi acordado durante as negociações em Oslo, em 1997, são: Austrália, Áustria, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Quênia, Irlanda, México, Moçambique, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Eslováquia, África do Sul, Suíça e Zâmbia.

Nas reuniões intersessionais de junho de 2005, a Argentina também pareceu endossar essa interpretação quando reforçou que qualquer que explodir pela presença, proximidade ou contato com uma pessoa é banida.³⁹ O único Estado-Parte a falar sobre o assunto nessa época

Bulgaria, Canadá, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, França, Alemanha, Hungria, Itália, Japão, Quênia, Luxemburgo, Malásia, México, Namíbia, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Qatar, Senegal, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Tajikistan, Tanzânia, Turquia, Reino Unido, Uruguai, Zâmbia e Zimbábue.

³⁷ Estados que declararam que somente participação “ativa” ou “direta” em operações conjuntas que utilizam minas antipessoal são proibidas: Austrália, República Tcheca, Nova Zelândia, Suécia, Reino Unido, Zâmbia e Zimbábue.

³⁸ Um total de 26 Estados-Partes declararam que proíbem a transferência, armazenamento no exterior ou autorizar um outro país ter minas antipessoal no território nacional: Áustria, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Camarões, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, França, Guiné, Hungria, Itália, Malásia, México, Namíbia, Nova Zelândia, Portugal, Samoa, Senegal, Eslováquia, África do Sul, Espanha, Suíça, Suécia, Turquia, Reino Unido e Zâmbia.

³⁹ Apontamentos Oraís no Comitê Permanente em Situação Geral e Operação da Convenção, Genebra, 17 de junho de 2005. Notas tomadas pelo Monitor de Minas Terrestres (HRW).

foi a Austrália, que enfatizou que qualquer Mina Antiveículo que age como uma Mina Antipessoal é proibida; é a função da munição que importa.⁴⁰

Dinamarca, França, Alemanha, Japão e Reino Unido são os únicos Estados-partes que declararam publicamente a visão de que o Tratado para o Banimento das Minas não se aplica às Minas Antiveículo, com exceção da sua utilização com fusíveis sensíveis ou dispositivos anti-manipulação. A Suécia, embora não tenha tomado essa posição diretamente, manifestou a visão de que a CCAC é o foro mais apropriado para considerar qualquer restrição a outras minas que não sejam antipessoal.

A situação está se desenvolvendo em alguns Estados-Partes que escolheram manter minas para uso futuro e exportação daquelas que outros Estados-Partes determinaram como antipessoal. Esse é o caso de minas ativadas por arames, incline de varas e dispositivos anti-manipulação muito sensíveis.

Parece haver ampla concordância que uma mina que fica ligada um arame como seu único mecanismo de disparo deveria ser considerada mina antipessoal. Entretanto, a República Tcheca tem dito que não considera o uso de minas ligadas a arames com uma mina antiveículo ser uma violação ao Tratado para o Banimento das Minas e uma companhia tcheca tem vendido minas com fusíveis ligados a arames.

A baixa quantidade de pressão lateral necessária para ativar uma mina com o fusível de incline de vara faz com que seja bastante suscetível de ser acionada por uma pessoa. Canadá, França, Hungria, Mali e Reino Unido remoram os fusíveis de incline de vara dos seus inventários. Entretanto, em 2004 e 2005 a companhia Croata *Agencija Alan* continuou oferecendo as minas TMRP-6 com os fusíveis de incline de vara para venda. A Croácia reconheceu que armazena minas TMRP-6 com fusíveis por incline de vara que funcionam a um nível de 1,3 a 1,7 quilogramas. A Eslovênia também reconheceu possuir minas TMRP-6 que são equipadas com ambos fusível de pressão por incline de vara. A República Tcheca reconheceu possuir estes fusíveis, mas afirmou que as minas que são capazes de usá-las são obsoletas e serão retiradas em 15 anos. A Suécia reconhece possuir Minas Antiveículo com fusíveis de incline de vara, mas não expressou formalmente um posicionamento sobre a sua legalidade sob o Tratado para o Banimento das Minas.

Estados-Partes tem relutado a informar as medidas tomadas para assegurar que as minas com dispositivos anti-manipulação estão de acordo com o Tratado para o Banimento das Minas. Alguns Estados-Partes têm simplesmente indicado que as suas minas e dispositivos anti-manipulação estão de acordo com o Tratado. Infelizmente, Estados-Partes não forneceram detalhes técnicos para provar essa determinação. A Bulgária tem destruído os seus estoques de minas antiveículo TM-46 com dispositivos anti-manipulação e espera-se que o processo de destruição se complete no final do ano de 2005. A Eslováquia proibiu o uso do fusível Ro-3 como um dispositivo anti-manipulação. A Bielorrússia se comprometeu a destruir os fusíveis tipo MUV usados como dispositivos anti-manipulação e armadilhas.

Muitos Estados-Partes têm informado que eles tiraram de serviço e destruíram um certo número de itens que, quando usados com minas, podem causar a sua função como minas antipessoal. A Bélgica baniu os dispositivos de disparo por pressão e liberação de tensão (igniters) usados como armadilhas. A França destruiu um número inespecificado de fusíveis de pressão e liberação de tensão. A Alemanha e Eslováquia têm retirado e destruído mecanismos antielevação que poderiam ser atachado às minas.

⁴⁰ Apontamentos Oraís no Comitê Permanente em Situação Geral e Operação da Convenção, Genebra, 17 de junho de 2005. Notas tomadas pelo Monitor de Minas Terrestres (HRW).

Minas Claymore e Detonadas-por-comando OZM-72

Certos tipos de minas não são proibidas pelo Tratado para o Banimento das Minas em todas as instâncias porque elas são feitas para ser capazes de serem detonadas por comando elétrico (o que é permitido pelo Tratado) ou acionadas pela vítima por meio do mecanismo de pressão/tensão dos fusíveis atados a arames (que é proibido pelo Tratado). Em muitos casos, opções pelos dois meios de utilização são acoplados na mina.

As minas mais comuns nessa categoria são as do tipo Claymore de fragmentação direcional da munição.⁴¹ Em 2004 e 2005, muitos Estados-Partes estenderam essa aplicação a um tipo de mina de fragmentação *bounding*, a OZM-72, que também possui esses dois tipos natos de utilização por comando e ativação-alvo. Lituânia e Moldova relataram minas OZM-72 modificadas, de forma que elas não são mais consideradas minas antipessoal e não contam como minas a serem destruídas ou mantidas para treinamento. Mais recentemente, Bielorrússia decidiu converter mais de 200.000 minas de fragmentação *bounding* para munição detonada por comando.

Um total de 26 Estados-Partes declararam que mantêm estoques de minas Claymor e/ou OZM-72.⁴² Um país novo na lista é a Nicarágua, que relatou em 2005 que um total de 121 minas MON-50 e MON-200 (do tipo Claymore) anteriormente relatadas como minas mantidas para treinamento foram excluídas das lista uma vez que essas minas “não incluem as restrições estabelecidas na Convenção de Ottawa.”⁴³ Entretanto, a Nicarágua não informou quais passos tomou para assegurar que as minas possam ser usadas somente pelo modo de detonação por comando, de modo que eles não estão, verdadeiramente, conforme o Tratado.

Alguns Estados-Partes escolheram modificar fisicamente a mina para aceitar somente a detonação elétrica e alguns removeram fisicamente e destruíram a ativação por arame ou a capa plástica apropriada. Lituânia, Moldova, Nova Zelândia e Suécia relataram as medidas tomadas para modificar essas minas nos relatórios do Artigo 7.

Outros 27 Estados-Partes declararam que não possuem ou destruíram minas Claymore e/ou OZM-72.⁴⁴ A grande maioria dos Estados-Partes, um total de 92, não declarou se as suas forças possuem tipos de minas. Enquanto 45 desses Estados-Parte declarou que não possui qualquer tipo de armazenamento de minas antipessoal, em alguns casos não pode ser presumido que isso inclui minas detonadas por comando.

Para que esteja de acordo e seja completamente transparente, os Estados-Partes deveriam tomar caminhos, e informá-los nos relatórios do Artigo 7, que assegurem que os meios de ativação pela vítima sejam permanentemente removidos e que as suas forças armadas sejam instruídas para as suas obrigações legais.

⁴¹ Os tipos mais comuns de minas do tipo Claymore são a M18A1 (produzido originalmente pelos EUA, mas também copiada ou produzida sob licença), série MON (produzida na antiga URSS e outros países do Pacto de Varsóvia) e a MRUD (produzida na antiga Iugoslávia).

⁴² Estados-Partes que possuem minas com comando duplo de detonação: Austrália, Áustria, Bielorrússia, Canadá, Colômbia, Croácia, Dinamarca, Equador, Honduras, Hungria, Lituânia, Malásia, Moldova, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Papua Nova Guiné, Sérvia e Montenegro, Eslovênia, África do Sul, Suécia, Suíça, Tailândia, Reino Unido e Zimbábue.

⁴³ Relatório do Artigo 7, Formulário D, 19 de maio de 2005.

⁴⁴ Estados-Partes que não possuem minas com comando duplo de detonação: Bangladesh, Bélgica, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Camboja, República Tcheca, El Salvador, França, Alemanha, Itália, Jordânia, Quênia, Luxemburgo, Moçambique, Nicarágua, Peru, Filipinas, Portugal, Qatar, Romênia, Eslováquia, Tajikistan, Tanzânia, Turcomenistão, Uruguai e Iêmen.

AÇÃO CONTRA AS MINAS

O Monitor de Minas Terrestres identificou pelo menos 84 países e oito áreas contaminadas com minas terrestres e engenhos explosivos não-detonados (UXOs) em 2005.⁴⁵ Dos 84 países afetados, 54 são Estados-Partes do Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres⁴⁶. Os engenhos explosivos abandonados (AXOs) parecem representar uma ameaça em pelo menos 15 países e uma área.⁴⁷

A ação contra minas baseada na comunidade afastou largamente as estimativas do número de minas que continuam plantadas. As estimativas anteriores de 100 milhões ou mais de minas plantadas estão sendo desacreditadas. Os esforços estão agora concentrados na identificação de áreas suspeitas ou confirmadas de serem contaminadas por minas, explosivos não-detonados ou engenhos explosivos abandonados.⁴⁸

O Monitor de Minas Terrestres calcula que até 2005, mais de 200.000 quilômetros quadrados da massa de terra do mundo é suspeito de estar contaminado com minas e UXOs.⁴⁹ No Vietnã se estima que 87.000 quilômetros quadrados do seu território é afetado e no Laos se estima que 66.000 quilômetros quadrados são contaminados. Para estes dois países, aproximadamente toda a contaminação, que é mais de UXO do que de minas, ocorreu durante a Guerra do Vietnã nos anos de 1960 e início dos anos 1970 como o resultado de bombardeios aéreos. Entre outros países densamente afetados por minas/UXOs, o Irã reportou que 24.000 quilômetros quadrados do seu território é afetado, o Iraque informou 8.000 quilômetros quadrados, o Camboja aproximadamente 4.550 quilômetros quadrados, e a Bósnia e Herzegovina reportou algo em torno de 2.300 quilômetros quadrados. Adicionalmente, a Maurítânia afirmou que 230.000 quilômetros quadrados de terra—mais de um quinto do seu território nacional—é afetado por minas e UXOs, mas a base desta estimativa não é conhecida e os números provavelmente vão ser reduzidos substancialmente assim que se iniciarem as pesquisas de campo.

Realmente, quanto maior o detalhamento com que as pesquisas são conduzidas, a maioria senão todas estas estimativas pode se esperar que declinem nitidamente. No Camboja, por enquanto, uma avaliação feita em 2004 sobre a ação contra minas sugeriu que apenas 460 quilômetros quadrados—pouco mais de 10 por cento do total estimado—pode necessitar de

⁴⁵ Em razão do seu status de países afetados por minas status, o Monitor de Minas Terrestres pesquisa e monitora oito áreas não reconhecidas internacionalmente como estados independentes: Abkhazia, Chechênia, Kosovo, Nagorno-Karabakh, Palestina, Somalilândia, Taiwan e Sahara Ocidental.

⁴⁶ O total de 84 estados afetados é um a mais do que o informado no *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004*. Djibouti, parte do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres, retornou a lista. Todavia Djibouti declarou a si mesmo "a salvo de minas" ("mine safe") em 2004, está claro que áreas minadas ainda existem sob jurisdição e controle do governo de Djibuti.

⁴⁷ Engenhos explosivos abandonados (AXOs) são definidos sob o Protocolo V da Convenção sobre Armas Convencionais (CCW) como "engenhos explosivos que não foram utilizados durante um conflito armado, e foram deixados at has been deixados para trás ou largados por uma das partes do conflito armado, e que não está mais sob controle da parte que a deixou para trás ou a largou. Engenhos explosivos não detonados podem ou não terem sido preparados, com fusíveis, armados ou de alguma outra maneira preparados para o uso." CCW Protocolo V, artigo 2, parágrafo 3.

⁴⁸ AXO e UXO são ambos termos explosivos remanescentes de guerra (ERW) sob o artigo 2 do Protocolo V da Convenção sobre Armas Convencionais.

⁴⁹ Isto é comparável a superfície total do Senegal (196.190 quilômetros quadrados) e mais do total da superfície do Camboja (181.040 quilômetros quadrados). CIA World Fact book, www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/sg.html.

desminagem sistemática.⁵⁰ No Afeganistão, uma pesquisa sobre o impacto das minas em 2004 reduziu a área suspeita de contaminação em mais de 40 por cento, para 715 quilômetros quadrados, dos anteriormente estimados 1.300 quilômetros quadrados. No Kosovo, a estimativa de 1999-2000 de 360 quilômetros quadrados de contaminação por minas e UXOs foi posteriormente comprovado pelas operações de desminagem que era ao redor de 37 quilômetros quadrados.

Nove Estados-Partes do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres oficialmente declararam que não há minadas áreas sob sua jurisdição ou controle, mas o Monitor de Minas Terrestres continua a identificar nestes áreas afetadas por minas ou UXOs: Bangladesh, Bielorrússia, Republica do Congo, Djibouti, Libéria, Moldova, Namíbia, as Filipinas e Serra Leoa. Não é claro em que extensão alguns destes países permanecem afetados por minas e UXOs, particularmente a Republica do Congo e Serra Leoa.

⁵⁰ Robert Griffin e Robert Keeley, "Joint Evaluation of Ação contra minas in Camboja for the Donor Working Group on Mine Action, Volume I," Phnom Penh, 4 de dezembro de 2004, p. 4.

Problema das Minas Terrestres e UXOs no Mundo

África Sub-saariana	Américas	Asia/Pacific	Europe/Central Asia	Middle East/North Africa
Angola	Chile	Afeganistão	Albânia	Algéria
Burundi	Colômbia	Bangladesh	Armênia	Egito
Chade	Cuba	Burma	Azerbaijão	Irã
Djibuti	Equador	(Myanmar)	Bielorrússia	Iraque
Rep. Congo ⁵¹	Guatemala	Camboja	Bósnia &	Israel
RD Congo	Nicarágua	China	Herzegovina	Jordânia
Eritreia	Peru	Índia	Croácia	Kuwait
Etiópia	Suriname ⁵³	Coréia do Norte	Ciprus	Líbano
Guiné-Bissau	Venezuela	Coréia do Sul	Dinamarca	Líbia
Libéria		Laos	França (Djibuti)	Morocos
Maláui		Nepal	FYR	Omã
Mauritânia		Paquistão	Macedônia	Síria
Moçambique		Filipinas	Geórgia	Tunísia
Namíbia		Sri Lanka	Grécia	Iêmen
Níger		Tailândia	Quirguistão	<i>Palestina</i>
Ruanda		Vietnã	Maldova	<i>Sahara Ocidental</i>
Senegal		<i>Taiwan</i>	Polônia	
Serra Leoa ⁵²			Rússia	
Somália			Sérvia e	
Sudão			Montenegro	
Suazilândia			Tadjiquistão	
Uganda			Turquia	
Zâmbia			Ucrânia	
Zimbábue			Reuno Unido	
<i>Somalilândia</i>			(Falklands)	
			Uzbequistão	
			<i>Abkhazia</i>	
			<i>Chechênia</i>	
			<i>Kosovo</i>	
			<i>Nagorno-Karabakh</i>	

Negrito: Estados não-Parte do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres

Italico: áreas não reconhecidas internacionalmente como estados independentes

Principais Realizações em Desminagem e Pesquisa em 2004

Em 2004, bem mais de 135 quilômetros quadrados de terrenos afetados por minas foram limpos em 37 países e áreas.⁵⁴ Adicionalmente, mais de 170 quilômetros quadrados de terrenos

⁵¹ Ainda não foi esclarecido a extensão que a República do Congo continua afetada por minas e UXOs; ver *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004*, pp. 357-358.

⁵² Não é claro a extensão de terrenos afetados por minas e UXOs em Serra Leoa. Uma averiguação da UNMAS em 2000 que algumas minas antipessoal e antiveículo permanecem (todavia os maiores problemas são UXOs) foi reiterado pela UNAMIL em 2002 e por um oficial do governo em 2004; nenhuma remoção de minas foi reportada.

⁵³ A Organização dos Estados Americanos informou em junho de 2005 que o Suriname havia concluído a desminagem, mas o Monitor de Minas Terrestres o mantém na lista como afetado por minas entre os Estados-Partes até que eles oficialmente declarem a conclusão dos programas de desminagem e o cumprimento total das obrigações do artigo 5.

⁵⁴ Foram 33 países e cinco áreas reportando o total de terrenos limpos. Países: Afeganistão, Albânia, Algéria, Angola, Armênia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Camboja, Chade, China, Croácia, Eritreia, Etiópia, Grécia, Guiné-Bissau, Irã, Jordânia, Laos, Líbano, Mauritânia, Moçambique, Nicarágua, Polônia, Ruanda, Sérvia e

afetados por engenhos explosivos foram limpos de áreas de batalhas. A verdadeira figura do total de terra desminada é certamente considerada maior, como muitos países e áreas afetados não informam quando foi limpo em 2004.⁵⁵

O Afeganistão limpou a maior quantidade de terras minadas (33,3 quilômetros quadrados), seguido do Camboja (32 quilômetros quadrados). Em adição, o Afeganistão reportou a limpeza de uma área de batalhar de quase 70 quilômetros quadrados de terra. Outros países onde mais de cinco quilômetros quadrados de terras minadas foi limpo em 2004 incluindo a Polônia (21,4), Moçambique (11,8), Angola (10,7), Croácia (10,6), Etiópia (7) e Iraque (5,4).

O Irã reivindicou ter limpo a maior quantidade com o total de 528 quilômetros quadrados entre março de 2004 e março de 2005, que não foi incluído nos totais do Monitor de Minas Terrestres pois aparentemente está sendo incluído grandes proporções de limpeza em áreas de batalhas e pesquisas técnicas. Todos os totais de limpeza deveriam ser tratados com precaução como alguns programas incluem áreas de terra que foram inspecionadas como se tivessem sido limpas e alguns não distinguem limpeza de minas da limpeza de áreas de batalhas. A limpeza em área de batalhas, levadas a cabo em áreas conhecidas por não conhecerem minas, podem usualmente serem conduzidas bem mais rápidas do que a limpeza de minas.⁵⁶

Mais de 190.000 minas plantadas, incluindo pelo menos 140.000 minas antipessoal, foram destruídas em operações de limpeza em 2004. Em adição, Irã afirmou que limpou em torno de 290.000 minas terrestres, incluindo mais de 250.000 minas antipessoal, entre março de 2004 e março de 2005, e a Algéria reportou que o seu exército limpou 76.978 minas antipessoal entre 27 de novembro de 2004 e 19 de abril de 2005. Muitos países e áreas não informaram o número de minas plantadas destruídas em 2004, e alguns não identificaram quantas minas terrestres destruídas eram antipessoal.⁵⁷ Aproximadamente três milhões de peças de UXOs foram recolhidas em 2004, incluindo quase 1,2 milhões no Iraque e mais de 1 milhão no Afeganistão. Este total impressionante, todavia, provavelmente inclui alguns engenhos explosivos abandonados, como alguns estados tendem a não distinguirem entre as duas nas suas estatísticas de desminagem.

Menos terrenos afetados por minas foram informados terem sido limpos em 2004 (135 quilômetros quadrados) do que 2003 (149 quilômetros quadrados), mas o Monitor de Minas Terrestres acredita que o informe pelos estados e programas de ação contra minas em 2003 foram menos precisos do que em 2004. Em 2004, 140.000 minas antipessoal foram limpas (174.000 em 2003) e aproximadamente 50.000 minas antiveículo (9.300 in 2003) e 3 milhões UXO (2,5 milhões em 2003) foram também limpos e destruídos.

Montenegro, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Tunísia, Turquia, Vietnã, Iêmen e Zâmbia. Áreas: Abkhazia, Kosovo, Nagorno-Karabakh, Somalilândia e Taiwan.

⁵⁵ Já, os seguintes países não informaram o total de terras limpas: Bangladesh, Bielorrússia, Burma/Myanmar, Chile, Colômbia, Ciprus, Equador, Geórgia, Guatemala, Índia, Israel, Kuwait, Libéria, Maláui, Namíbia, Coréia do Norte, Paquistão, Peru, Rússia, Senegal, Somália, Coréia do Sul, Uganda, Uzbequistão, Zâmbia e Zimbábue, assim como a Palestina.

⁵⁶ Limpeza de Área de Batalha (BAC) é definido como "a limpeza sistemática e controlada de áreas perigosas onde a ameaça é conhecida, mas não se sabe ao certo se há minas." Definição 3.18, IMAS 04.10, Segunda Edição, 1 de janeiro de 2003 (incorporadas as emendas números 1 & 2 issued on 1 de dezembro de 2004 e 23 de julho de 2005, respectivamente).

⁵⁷ Entre os que não informaram o total de minas removidas, incluem: Armênia, Bangladesh, Burma/Myanmar, China, Colômbia, Geórgia, Grécia, Índia, Israel, Kuwait, Laos, Libéria, Maláui, Coréia do Norte, Paquistão, Peru, Rússia, Somália, Uganda, Uzbequistão e Zâmbia, assim como a Chechênia e Palestina.

As pesquisas técnicas apresentam retorno veloz às comunidades de áreas minadas.⁵⁸ Em 2004, pelo menos 250 quilômetros quadrados de terrenos foram cobertos por pesquisas técnicas e redução técnica de área. Dois países e uma área respondem pela grande maioria das pesquisas técnicas: Afeganistão (em torno de 65 quilômetros quadrados), Iêmen (70 quilômetros quadrados) e Somalilândia (quase 80 quilômetros quadrados). É possível que outros países tenham realizado pesquisas técnicas, mas não coletado e informado sobre as áreas pesquisadas.

O quadro abaixo contém dados sobre limpeza e pesquisa dos principais programas de ação contra minas de 2004. Ele contém o número de alertas devidos para limitações e falhas na informação de relatórios. A ICBL insiste aos estados para sistematicamente desagregarem e informarem claramente a quantidade de terra desminada/limpa e/ou declarada livre de contaminação por pesquisa por redução de área, por desminagem manual, por desminagem com cachorros, e máquinas, assim como distinguir claramente entre desminagem e limpeza em áreas de batalha.

⁵⁸ Ainda permanece como tema de debate entre a comunidade de desminagem as distinções entre as técnicas aceitáveis para pesquisas técnicas e a definição do que constitui pesquisa técnica e como é diferenciada da redução de área. De acordo com o IMAS (Definição 3.249), pesquisa técnica significa “a investigação topográfica técnica detalhada e a investigação técnica de áreas minadas suspeitas identificadas durante a fase de planejamento. Estas áreas deveriam ser identificadas durante as atividades de coleta de informações e pesquisas que são parte do processo GMAA [Ação geral de pesquisa contra minas] ou foram de alguma outra forma informadas.” De acordo com o IMAS (Definição 3.16), redução de área significa “o processo pelo qual a área inicialmente indicada como contaminada (durante qualquer atividade de coleta de informações ou pesquisa que forme parte do processo GMAA) é reduzido a uma área menor.”

Informe de Desminagem dos Principais Programas de Ação Contra Minas em 2004⁵⁹

País	Áreas Minadas limpas (quilômetros quadrados) ⁶⁰	Limpeza em áreas de batalha (quilômetros quadrados)	Minas Terrestres removidas e destruídas	minas antipessoal removidas e destruídas	UXOs destruídos ⁶¹	Área coberta por pesquisa técnica (quilômetros quadrados)
Afganistão	33,3	68,7	5.762	5.244	1.017.566	65,0
Angola ⁶²	10,7	desconhecido	9.629	8.487	31.207	0,3
Azerbaijão ⁶³	2,0	4,8	desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	0,4
Bosnia e Herzegovina	4,2	Desconhecido	3.226	3.016	1.523	Desconhecido
Camboja	32,0	Desconhecido	57.830 ⁶⁴	56.088	154.163	17,9 ⁶⁵
Croácia	10,6	Desconhecido	9.810	4.453	40.850	24,0
Eritreia	3,6	Desconhecido	1.420	1.327	3.865	Desconhecido ⁶⁶
Etiópia ⁶⁷	7	2	545	478	8.354	1,7
Guiné-Bissau	0,2	Desconhecido	33	25	25.787	Desconhecido
Iraque	5,4	56,0	22.127	13.321	1.170.478	
Jordânia	1,3	Desconhecido	841	806	Desconhecido	Desconhecido
Laos	Desconhecido	19,3 ⁶⁸	32	Desconhecido	82.433	Desconhecido
Líbano	2,1	Desconhecido	3.216	2.929	5.991	1,1 ⁶⁹
Moçambique	11,8	Desconhecido	18.600	Desconhecido	80.628	4,7 ⁷⁰
Sri Lanka ⁷¹	3,8	Desconhecido	28.465	28.409	6.813	Desconhecido
Iêmen	2,7	Desconhecido	667	464	10.594	69,3
<i>Somalilândia</i>	0,6	21,6	407	304	25.154	79,5
Totais	131,3	172,4	162.610	125.351	2.665.406	263,9

⁵⁹ Apesar as significantes informações sobre desminagem em áreas afetadas em 2004 (21,4 quilômetros quadrados), a Polônia não incluiu neste quadro se estão limpando minas e UXOs da Segunda Grande Guerra e não tem um programa formal de ação contra minas.

⁶⁰ Aparentemente algumas áreas minadas reportadas limpas foram em áreas de batalha (especialmente onde os dados separados não mencionam BAC).

⁶¹ Aparentemente alguns destes totais incluem não apenas UXOs mas também itens de engenhos explosivos abandonados.

⁶² Os totais de minas antipessoal destruídas são baseados em panoramas cumulativos providos pelos operadores de ação contra minas, e são maiores do que os totais informados por Angola no seu informe do Artigo 7 de 2005. A pesquisa técnica total é baseada nos dados providos por apenas dois operadores, e dessa forma representa menos do que o total verdadeiro.

⁶³ Azerbaijão reports the destruction of 1,629 minas e UXO, but does not break this figure down.

⁶⁴ Um total de 1.742 minas antiveículo foram destruídas Segundo informes, em 2004, mas não é certo se todas estas minas chegaram a ser plantadas.

⁶⁵ Os dados são do Centro de Ação Contra Minas do Camboja, apenas.

⁶⁶ Eritreia reportou que 21.855 metros quadrados de terrenos foram marcados e pesquisados.

⁶⁷ Etiópia reportou desminagem de 10,9 quilômetros quadrados em 2004, mas parece que dois quilômetros quadrados eram BAC e 1,7 quilômetros quadrados de terrenos reduzidos por pesquisas técnicas.

⁶⁸ Este inclui uma limpeza agregada do Minas Advisory Group, que reportou BAC em 2004 e janeiro de 2005.

⁶⁹ Estas figures são do Mines Advisory Group, apenas.

⁷⁰ Baseadas nas informações providas pela HALO Trust e Norwegian People's Aid; dados do Instituto Nacional de Desminagem não são consistentes com os da HALO e NPA.

⁷¹ IMSMA registrou em setembro de 2005 que 28.537 minas antipessoal plantadas, 58 minas antiveículo plantadas, e 6.276 UXOs foram destruídos no Sri Lanka em 2004. Email de Harshini Ranasinghe, Communications Officer, PNUD Escritório de Ação contra minas Office, 28 September 2005.

Em 2004, Pesquisa sobre o Impacto das Minas Terrestres (PIMT) foi concluída em três países: Afeganistão, Eritréa e Etiópia. Em maio de 2005, uma PIMT anterior postergou a conclusão na região de Puntle, na Somália, por razões de segurança. A coleta de dados para a PIMT na Armênia foi completada no final de agosto de 2005. Até setembro de 2005, as pesquisas sobre o impacto estavam em andamento ou em fase inicial em Angola, Colômbia, Iraque e Vietnã. Há planos em andamento para se realizar pesquisa de impacto na Jordânia e em dois estados do Suão, assim como para levar a cabo coleta de opiniões preliminares na República Democrática do Congo. Em anos anteriores, a PIMT foi completada em oito países (Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Camboja, Chade, Líbano,⁷² Moçambique, Tailândia e Iêmen), assim como na maior parte da Somalilândia.

É típico o aumento de estimativas do total de contaminação com a PIMT—frequentemente em quantidades significativas. Uma realização única e notável foi realizada no Afeganistão: a Pesquisa sobre o Impacto das Minas Terrestres realizada de novembro de 2003 até novembro de 2004 *reduziu* a estimativa de área contaminada em mais de 40 por cento para 715 quilômetros quadrados. E fez isto incluindo dados de pesquisas técnicas e limpezas anteriores, assim como pesquisas gerais de informações sobre áreas suspeitas coletadas durante a última década. A PIMT do Afeganistão foi também notável em no envolvimento de autoridades nacionais e provinciais no processo, que geralmente dão retorno com informações melhores.

Durante o período reportado houve também um número de desenvolvimentos problemáticos no processo de pesquisa. Em Angola, a Pesquisa sobre o Impacto das Minas Terrestres esteve parada em maio de 2005 por falta de fundos. Na Etiópia, a pesquisa continua suspensa durante o período reportado por preocupações governamentais sobre a qualidade dos dados de algumas pesquisas que não estavam bem direcionadas, apesar de as pesquisas com comunidades terem sido concluídas no início de 2004.⁷³

Em Moçambique e Camboja, operadores de ação contra minas continuam a manifestar suas preocupações sobre a qualidade e a utilidade dos dados em pesquisas certificadas e completas. Em Moçambique, operadores e autoridades governamentais sustentam que a PIMT superestima o problema. Pesquisa técnica e geral realizada durante quatro anos desde a PIMT acabou por diminuir a quantidade de terras suspeitas em mais de 350 quilômetros quadrados da estimativa da PIMT que era superior a 560 quilômetros quadrados. Outras novas áreas também foram descobertas por não terem sido identificadas pelo processo da PIMT.

No Camboja, a PIMT de 2002 informou mais de 4.500 quilômetros quadrados de terreno perigoso, mas uma avaliação do setor de ação contra minas em 2004 afirmou que apenas em torno de 460 quilômetros quadrados necessitaria ser limpa. Todavia, ainda há preocupações generalizadas de que a PIMT não registrou muitas áreas minadas. A Autoridade Cambojana de Ação contra Minas afirmou que suas realizações entre 1992–2004 de que os dados da PIMT não foram regularmente atualizados e checados.

Uma concepção comumente errônea é a de que a PIMT é capaz de prover dados precisos sobre a extensão de terrenos contaminadas. Apenas raramente uma PIMT geograficamente registrou a localização e o tamanho das áreas suspeitas pela medição física do polígono contendo áreas suspeitas ou minada de terrenos.

⁷² The survey was completed in 2003, certified by UNMAS in 2004, e the report was released in 2005.

⁷³ No final de setembro de 2005, foi relatado um acordo para pesquisar novamente o impacto em 26 comunidades antes do final de 2005 para revisar a precisão os dados pesquisados. Isto seria para prover subsídios para aprovação governamental e a requisição formal da certificação da ONU da pesquisa.

O artigo 5, parágrafo 2 do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres requer que o Estado-Parte faça “todo esforço” para identificar áreas minada e suspeitas. O co-presidente do Comitê Permanente para Limpeza de Minas, Educação para o Risco de Minas e Tecnologias para Ação contra minas anotou em junho de 2005 que isto não requer que “cada Estado-Parte deve pisar em todo metro quadrado do seu território para achar minas.”⁷⁴ No entanto, alguns formulários das pesquisas nacionais de áreas contaminadas (umas gerais e/ou pesquisas de impacto) indicam que seria presumivelmente necessário realizar estes procedimentos.

Ao Encontro aos Prazos do Artigo 5

Sob o artigo 5 do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres, todo Estado-Parte empreende “para a destruição ou para garantir a destruição de todas as minas antipessoal em áreas minadas sob sua jurisdição ou controle, o mais breve possível, mas não após dez anos” após se tornar parte do tratado.

De acordo com o Relatório Final da Primeira Conferência de Exame, apenas três Estados-Partes informaram terem concluído a limpeza de acordo com os termos do artigo 5: Costa Rica, Djibouti e Honduras.⁷⁵ Todavia, Djibouti apenas manifestou estar “a salvo de minas.”

Em junho de 2005, a Organização dos Estados Americanos (OEA) disse aos Estados-Partes durante a reunião do Comitê Permanente que o Suriname iniciou as operações de limpeza em fevereiro de 2005, e as completou em 4 de abril de 2005. De acordo com a OEA, “a limpeza das minas foi conduzida com o uso de tecnologias e metodologias apropriadas em de acordo com os Padrões Internacionais da Ação contra Minas (IMAS) assim como os resultados estão conforme o requerido no artigo 5” do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres.⁷⁶

Aparentemente muitos Estados-Partes não estão no caminho de atenderem seus respectivos prazos finais, pois pelos seus planejamentos estratégicos não enfrentaram a desminagem no tempo previsto. Isto inclui quatro dos 14 estados entre os primeiros prazos, de 1º de março de 2009—Bósnia e Herzegovina, Croácia, Dinamarca e o Reino Unido – assim como o Camboja com o prazo final em 2010. É claro que os Estados-Partes tem um caminho longo pela frente para concluir suas responsabilidades afirmadas na Primeira Conferência de Exame para “se esforçarem para assegurar que poucos, ou nenhum, Estados-Partes sintam-se compelido a requerer uma ampliação dos prazos de acordo com conteúdo do artigo 5, parágrafos 3-6 da Convenção.”⁷⁷

Outros 10 estados têm prazos finais até 2009; destes estados, há preocupações sobre o Chade, Níger, Suazilândia e Tailândia para que os atendam.

⁷⁴ “O estado geral da implementação do artigo 5,” Pronunciamento da Suécia pelo co-presidente, Comitê Permanente de Limpeza de Minas, Educação para o Risco de Minas e Tecnologias para Ação Contra Minas Technologies, Genebra, 13 de junho de 2005, p. 3.

⁷⁵ Anexo III da Parte II, Nações Unidas, “Relatório Final, Primeira Conferência de Exame dos Estados-Partes da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição,” Nairobi, 29 de novembro–3 dezembro de 2004, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 49.

⁷⁶ Organização dos Estados Americanos (OEA) intervenção “no processo de cumprimento das obrigações dos Estados-Partes do Artigo #5 da Convenção (Suriname),” Comitê Permanente sobre Desminagem, Educação sobre o Risco de Minas e Tecnologias na Ação contra minas, Genebra, 13 de junho de 2005, www.gichd.ch

⁷⁷ Plano de Ação de Nairobi, Ação #27, Relatório Final da Primeira Conferência de Exame, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 99.

Prazos finais para a Desminagem (artigo 5)

2009 (22 países)	Bósnia e Herzegovina, Chade, Croácia, Dinamarca, Equador, França (Djibouti), Guatemala, Jordânia, FYR Macedônia, Malawi, Moçambique, Nicarágua, Níger, Peru, Senegal, Suazilândia, Tailândia, Uganda, Reino Unido (Falkland), Venezuela, Iêmen, Zimbábue
2010 (6 países)	Albânia, Argentina (Malvinas), Camboja, Ruanda, Tajikistan, Tunísia
2011 (5 países)	Colômbia, Rep. Congo, Guiné-Bissau, Mauritânia, Zâmbia
2012 (5 países)	Argélia, Chile, RD Congo, Eritréa, Suriname
2013 (3 países)	Afganistão, Angola, Ciprus
2014 (5 países)	Burundi, Grécia, Sérvia e Montenegro, Sudão, Turquia
2015 (1 país)	Etiópia

Os seguintes Estados-Partes não declararam áreas minadas sob sua jurisdição ou controle, mas o Monitor das Minas Terrestres os identificou como afetados pelas minas e/ou engenhos não-detonados: Bangladesh, Bielorrússia, República do Congo, Djibouti, Libéria, Moldova, Namíbia, Filipinas e Serra Leoa.

A Dinamarca ainda não iniciou a limpeza de minas antipessoal na península de Skallingen na Jutland ocidental, cujo solo foi contaminado por minas terrestres na Segunda Guerra Mundial. Skallingen é hoje uma reserva natural protegida, na sua maior parte de propriedade do governo. As áreas minadas estão marcadas e não há relatos de acidentes com minas no local. No seu primeiro relatório do Artigo 7 apresentado em agosto de 1999, a Dinamarca garantiu que a área está sendo mapeada e que um plano de limpeza seria desenvolvido. Maiores detalhes e informações não foram dados nos relatórios posteriores, o que só pode indicar que não há programa de limpeza de minas sendo organizado.

Em junho de 2005, em um encontro do Comitê Permanente inter-sessional, a Dinamarca comunicou aos Estados-Partes que o campo minado está hoje reduzido a somente 250 acres, e que o “número original de minas era 16.000 minas antiveículo e 8.300 antipessoal... Através dos anos a maior parte desta área foi engolida pelo Mar do Norte. Durante este processo e depois de fortes tempestades muitas minas sobrevieram à superfície e foram coletadas pelas autoridades e destruídas... Além do mais, estamos confiantes que com o passar dos anos as minas provaram ser mais ou menos auto-destrutivas, assim como os detonadores não estão funcionando e os explosivos parecem ser inativos... Neste pano de fundo, é de nossa firme crença que não há perigo, uma vez que não há qualquer tráfego ou movimento na área de Skallingen... Eu estou convencido que em um futuro próximo haverá maneiras e meios de voltar ao comitê e declarar oficialmente Skallingen uma área livre de minas”.⁷⁸ Em setembro de 2005, a Autoridade

⁷⁸ “Relatório da Dinamarca para o grupo de trabalho intersessional”, Comitê Permanente para a Limpeza de Minas, Educação para o Risco de Minas e a Tecnologia para a Ação de Minas, Genebra, 14 Junho 2005.

Costeira disse que “a cerca na parte sul de Skallingen continuará existindo a longo prazo, sendo mantida até que o campo minado seja limpo ou o perigo não mais exista”.⁷⁹

O problema de minas terrestres da Nigéria data da Segunda Guerra Mundial e mais recentemente o conflito armado da década de 1990. O governo noticiou que o problema das minas afeta o turismo, o transporte e a economia local. Enquanto em 1998 um acordo de paz com a Frente Revolucionária Democrática incluiu previsões para a limpeza de minas, o governo ainda não levou à cabo nenhuma desminagem devido à falta de recursos e mão-de-obra especializada. Desde 2001, o governo tem buscado assistência para o seu plano de buscas e delimitação de áreas afetadas por minas e limpeza destas. Em fevereiro de 2004, a Nigéria apresentou um rascunho de plano de minas para os anos de 2004-2006 durante o encontro do Comitê Permanente intersessional. O plano inclui a marcação e o mapeamento das áreas afetadas, a educação para o risco das minas, treino de desminagem e a aquisição de novos equipamentos de limpeza de áreas minadas. Em seu relatório Artigo 7 para o período de 31 de março de 2004 a 31 de março de 2005, entretanto, a Nigéria não apresentou atividades de limpeza de minas. O termo final para o término do trabalho de desminagem é 1 de setembro de 2009.⁸⁰

A Suazilândia tem um pequeno campo minado perto da cidade de Mananga na fronteira com Moçambique. A Força de Defesa Umbutfo da Suazilândia (USDF) recebeu treinamento, suporte e compromissos de recursos para desminagem advindos dos Estados Unidos, mas em março de 2003 a embaixada dos EUA na Suazilândia notou uma falta completa de progressos na desminagem, incluindo a falha em usar o equipamento de desminagem doado. A Suazilândia não submeteu uma requisição para usar os fundos reservados pelos EUA para a limpeza de campos minados e a oferta de ajuda subsequente foi retirada. O Monitor das Minas Terrestres não recebeu indicações de que a Suazilândia tenha feito algum esforço para iniciar as operações de desminagem. A Suazilândia não noticiou progressos aos outros Estados-Partes; o país não submete o Relatório do Artigo 7 desde 2000. O termo final para o término do trabalho de desminagem na Suazilândia é 1 de junho de 2009.

O Reino Unido reporta que há áreas minadas nas ilhas Falkland que estão sob a “jurisdição ou controle” do Reino Unido nos termos do Tratado para o Banimento das Minas. As Falklands foram minadas pelas forças britânicas e argentinas durante a guerra de 1982. A Argentina continua a reclamar soberania sobre as Falklands (Malvinas) e conseqüentemente a responsabilidade com relação ao Artigo 5 para a limpeza das minas antipessoal. Na Primeira Conferência de Exame, em novembro de 2004, o Reino Unido e a Argentina conjuntamente anotaram que “ambos países concordam em continuar trabalhando juntos para possibilitar a finalização do estudo de praticabilidade”.⁸¹ Em fevereiro de 2005, o Reino Unido mandou uma missão às ilhas Falkland. De acordo com o noticiário midiático, o estudo de praticabilidade é esperado para abril de 2006.⁸²

⁷⁹ Tráfego na parte sul de Skallingen é proibido. Autoridade Costeira Dinamarquesa, www.kyst.dk acessado em 24 de setembro de 2005.

⁸⁰ A organização Médicos sem Fronteiras não encontrou problemas devido a minas terrestres durante o curso de seu trabalho direcionado a problemas de desnutrição em nas regiões de Maradi, Tahaua e Zinder. Informação disponibilizada por Johanne Sekkenes, Chefe da Missão, Médicos Sem Fronteiras, Nigéria, 25 de setembro de 2005.

⁸¹ “Informação da República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte na Implementação do Tratado de Ottawa” APLC/CONF/2004/MISC.3. 1 de dezembro de 2004.

⁸² A. Gillan, “Como o plano dos moradores da ilhas Falkland ajudam o mundo mantendo suas minas terrestres” *Guardian*, 11 de junho de 2005, p. 10.

Em junho de 2005, o Reino Unido comunicou ao Comitê Permanente de Limpeza de Minas, que “para o cumprimento das obrigações do Artigo 5 da Convenção nós temos que continuar a trabalhar conjuntamente com o governo argentino para achar uma solução”. Foi dito que o Grupo de Trabalho Unido “encontra-se regularmente, sendo que o último encontro que ocorreu foi no final de abril em Buenos Aires.” O Reino Unido também disse que “nossos próprios estudos mostraram que há aproximadamente 100 áreas minadas nas ilhas Falkland que provavelmente contém tanto minas antipessoal quanto antiveículo... [todas as áreas minadas estão cercadas e marcadas para evitar civis.... nunca houve um acidente com um civil e todos os moradores, incluindo crianças, são educados em como evitar estes campos minados].”⁸³

Declarações sobre o Artigo 5 e Extensões

A ICBL convocou os Estados-Partes a estabelecer um processo detalhado de determinação do que fora ou não atingido em termos das obrigações advindas do Artigo 5 e acerca da requisição da extensão dos termos finais e, se for o caso, sob quais condições específicas. A ICBL acredita que o processo pelo qual um Estado-Parte declara que está limpo de todas as minas antipessoal em áreas sob sua jurisdição ou controle deve ser formalizada. Uma das maneiras que isto poderia ser feito seria a apresentação formal ao Encontro dos Estados-Partes de que atingiu os critérios do Artigo 5. Isto tornaria possível que os outros Estados-Partes revisassem a declaração e requisitassem qualquer clarificação ou informações necessárias mais profundas.

No caso do Suriname, a OEA concluiu que “nós gostaríamos de recomendar ao Governo do Suriname que eles usem um formato similar de declaração aquelas utilizadas pela Costa Rica e Honduras (e sob consideração da Guatemala) para comunicar o cumprimento da Convenção. O formato permitiria declarar que todas as áreas minadas conhecidas ou suspeitas foram desminadas; e que o Plano/Programa nacional foi concluído de maneira bem sucedida; que a capacidade nacional residual está em ordem para responder qualquer circunstância relatada com a desminagem.”⁸⁴

Ao Estado-Parte que não atingir os resultados esperados no termo final dos 10 anos é recomendado um pedido de prolongamento de prazo aos outros Estados-Partes. Isto precisa ser feito no encontro anual dos Estados-Partes ou em uma Conferência de Exame. A maioria dos presentes e votantes irá decidir se a extensão do prazo é concedida ou não. Os Estados precisam fazer uma decisão, o que quer dizer que não é possível a inação. Até agora nenhum Estado-Parte requisitou um alongamento de tempo, apesar de muitos terem comunicado informalmente que pretendem fazê-lo informalmente, incluindo o Camboja.

O Estado-Parte que pretenda a dilação de seu prazo precisa submeter uma requisição formal que incluía os seguintes tópicos: duração requerida, uma explicação da requisição, incluindo a “preparação e o estado atual do programa de desminagem nacional,” os meios financeiros e técnicos disponíveis para a desminagem, e as circunstâncias que impediram que o trabalho de limpeza fosse completada no prazo especificado de 10 anos, as conseqüências

⁸³ Memorando de John Freeman, Representante permanente do Reino Unido na Conferência de Desarmamento, Comitê Permanente na Limpeza das Minas Terrestres, Educação sobre o Risco das Minas e Tecnologia de Ação contra minas, Genebra, 14 de junho de 2005.

⁸⁴ Intervenção da OEA no “Estados-Partes no processo de cumprimento das obrigações do Artigo # 5º da Convenção (Suriname)”. Comitê Permanente para Desminagem, Educação para o Risco de Minas e Tecnologias para Ação de Minas, Genebra, 13 de junho de 2005, www.gichd.ch.

“humanitárias, sociais, econômicas e ambientais da dilação” e qualquer outra informação relevante.

A um Estado-Parte requerente pode ser concedida uma dilação de até 10 anos de uma vez (não há limites do número de dilatações que são possíveis de serem requeridas ou concedidas). Os Estados-Partes não tem autoridade para conceder um prazo maior ou menor do que o requerido, bem como impor outras condições. Por outro lado, não há aparente impedimento a tanto. A ICBL acredita que dilatações incondicionais de 10 anos não são recomendáveis, sendo que tarefas específicas no menor prazo possível devem ser anexadas a todas as requisições concedidas.

Panorama dos Programas de Ação Contra as Minas

É geralmente aceito que a responsabilidade primária para o banimento das minas reside no governo do Estado-Parte afetado; este princípio norteia tanto o Tratado para o Banimento das Minas quanto os Padrões Internacionais de Ações Contra Minas.

O IMAS promove uma estrutura de duas vias para a administração e coordenação para o plano nacional contra minas. Uma autoridade para ação contra as minas nacional (*National Mine Action Authority* - NMAA) é tipicamente – apesar de nem sempre – um corpo interministerial que estabelece uma estratégia geral e uma política para o programa e tem a responsabilidade para sua efetiva implementação. O NMAA é ajudada em sua tarefa pelo Centro de Ação das Minas (*Mine Action Center* - MAC, algumas vezes chamado centro de coordenação para ação contra as minas), que se foca na coordenação operacional para as atividades de minas, especialmente desminagem e educação sobre o risco de minas.

Parece que a maior parte dos países afetados por minas, incluindo aqueles que tem os maiores programas de ação contra minas, seguiram a estrutura em duas vias. O Monitor das Minas Terrestres registrou 23 países e dois territórios que formalmente tem um NMAA e um MAC.⁸⁵ Em um pequeno número pelo uma dessas duas estruturas parece não estar ativa.⁸⁶ Há indicações de que o Afeganistão, a Etiópia e a Uganda estão constituindo estruturas similares.

Alguns países adotaram estruturas de coordenação e administração diferentes para suas operações com minas, tendo ou um NMAA ou um MAC, mas não os dois. Este é o caso de 17 países e uma área, dos quais nove países e uma área têm um MAC, e os outros 10 têm um NMAA.⁸⁷

Adicionalmente, dois programas significativos de desminagem – Camboja e Laos – tem modificado sua administração e coordenação nos anos mais recentes. Em ambos os casos, isto ocorreu devido a críticas dos doadores e operadores acerca da ineficiência na administração de seus programas de ação contra minas, nos quais suas estruturas tipo MAC (o Centro de Ação para Minas do Camboja e o UXO Laos) procuravam não somente coordenar outros operadores, mas também implementar a desminagem e os programas de educação diretamente. O Laos hoje

⁸⁵ Aqueles com um NMAA e um MAC incluem Albânia, Angola, Armênia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, República do Chade, Colômbia, Croácia, Chipre, República Democrática do Congo, Eritreia, Guiné-Bissau, Irã, Iraque, Líbano, Maláui, Moçambique, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Iêmen, Zâmbia e Zimbábue, assim como Nagorno-Karabakh e Somalilândia. Para os dois últimos, o NMAA não é reconhecido como uma autoridade nacional pela ONU.

⁸⁶ Este parece ser o caso do Centro de Ação Contra Minas do Iraque, a Comissão Nacional na Luta contra as minas antipessoal da República Democrática do Congo, o Comitê Técnico para a Ação contras as Minas do Governo do Sudão e a autoridade para Minas Terrestres do ‘Movimento de Libertação Popular’ do Sudão.

⁸⁷ Aqueles com um MAC incluem Afeganistão, Burundi, Chile, Djibouti, Equador, Mauritània, Peru, Sérvia (há MACs separados para a Sérvia e Montenegro) e Tajikistão, assim como Kosovo. Com um NMAA estão inclusos a Algéria, a Bielorrússia, Egito, Grécia, Guatemala, Jordânia, Líbia, Nicarágua e Uganda.

está seguindo o exemplo do Camboja em ter um NMAA com responsabilidade geral para a ação contra as minas e outorgar a um MAC a autoridade para somente implementar projetos.⁸⁸

A maior parte dos programas contra minas acabam ficando no controle de civis, mas os militares são diretamente responsáveis pela administração dos programas em um pequeno número de países, particularmente quando os países receberam ajuda para militares de militares dos EUA ou da Organização dos Estados Americanos. Na Armênia, Chile, Maurítânia, Ruanda e Tailândia, estruturas similares a MACs ou são partes ou respondem diretamente ao Ministro da Defesa. Na Tunísia, o exército é responsável por todas as operações de desminagem. Na Venezuela, o Ministro da Defesa será o responsável pela desminagem. Na Macedônia, a criação de um novo diretório em 2005 transferiu a competência para a ação com relação a minas ao Ministro da Defesa.

Conhecem-se somente quatro países que adotaram uma legislação nacional para a ajuda da ação contra minas: Bósnia e Herzegovina, Colômbia, Croácia e Zâmbia. O Camboja ajustou ou emendou a responsabilidade dos corpos para minas terrestres pelos decretos reais e sub-decretos. Vários outros países, incluindo o Afeganistão, a Albânia, Iraque, Nicarágua, Senegal e Uganda relataram que estão no processo de adoção, projeto ou plano de tais legislações. O Azerbaijão tem a legislação em projeto desde 2002, mas ainda não atingiu sua adoção.

Pelo menos 19 países projetaram padrões de ações contra minas: Afeganistão, Albânia, Angola, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Camboja, Chade, Croácia, Chipre, Etiópia, Grécia, Guiné-Bissau, Iraque, Líbano, Moçambique, Nicarágua, Ruanda, Sri Lanka e Sudão.⁸⁹

Apesar das persistentes advertências – notadamente pelos doadores-chave e pelas Nações Unidas – para que a ação contra minas seja ampliada para um trabalho mais amplo de reconstrução e desenvolvimento, os progressos nesta área continuam desapontando. A Comissão Européia declarou, por exemplo, “o que está se tornando evidente é que mais da atenção que está sendo dada ao passado precisa ser focada em integrar a ação contra minas terrestres com a reabilitação da infra-estrutura (i.e., energia e suprimento de água) assim como a recuperação das estradas e planejamento agrícola. Similarmente, ONGs devem ser encorajadas a incorporar indicadores socioeconômicos nos seus programas para ajudar a aumentar os impactos socioeconômicos que podem ser conectados com a desminagem... Quando da definição e da adesão ao plano nacional, os países beneficiários freqüentemente se omitem na reflexão acerca de seus problemas com as minas de maneira suficientemente profunda, seja explicitamente, seja implicitamente, relacionando-o com suas prioridades de desenvolvimento. Essa priorização deve ser evidente para que seja possível uma robusta ação contra minas através desses programas.”⁹⁰

Passos significantes foram dados por alguns. No Afeganistão, por volta de 40 por cento de todo o trabalho de desminagem é diretamente proporcionado pelas políticas de reconstrução nacional. O Sri Lanka deu sua maior prioridade ao reassentamento assim como à reconstrução e desenvolvimento de projetos.

Na Eritreia, o programa nacional contra minas foi interrompido em 2005 pela segunda vez em três anos quando, em 8 de abril, o governo reteve os veículos usados pelas equipes de

⁸⁸ No Laos, é chamada a Autoridade para Regulação Nacional (NRA) e Camboja, a Autoridade da Ação para Minas Cambojana (CMAA). A NRA ainda não está com força total e pretende-se que esteja em setembro de 2005, apesar de estar estabelecida por decreto desde 2004.

⁸⁹ A Tunísia teve, de acordo com a UNMAS, procedimentos de desminagem que encontrem procedimentos que atinjam os requerimentos da IMAS. Isto também pode se aplicar a um bom número de outros países.

⁹⁰ Comissão Européia, “O mapa da via europeu para o alvo zero vítima: A estratégia da Comissão Européia para as Minas & Programa Indicador Multianual para 2005-2007,” Bruxelas, sem data p. 17.

desminagem e outros equipamentos da ONU. O Ministro do Desenvolvimento Nacional indicou que a Eritréia não vai mais requerer assistência técnica para seu programa contra as minas.

Há pouca evidência de que questões de gênero sendo incorporadas aos programas de ação contra minas, apesar da UNMAS ter publicado as Linhas Gerais de Gênero para os Programas de Ação para Minas em fevereiro de 2005. As Linhas Gerais evidenciaram um leque de considerações que devem ser levadas em conta na desminagem, educação para o risco de minas, assistência às vítimas, e advocacia.⁹¹

Componentes e Técnicas da Ação Contra as Minas

Por um bom tempo, os especialistas em desminagem referiam-se a uma plêiade de técnicas de limpeza, geralmente composta de limpeza manual, preparação do solo e máquinas de desminagem e cães de detecção de minas (MDDs). A espinha dorsal da desminagem continua sendo realizada por desminadores manuais. Cães detectores de minas estão sendo usados em pelo menos 26 países.⁹² Máquinas estão sendo utilizadas na desminagem em pelo menos 25 países e três áreas.⁹³

Em setembro de 2005, o Centro Internacional para a Desminagem Humanitária de Genebra (GICHD) lançou um estudo de um manual de desminagem, a pedido da UNMAS. O estudo conclui que o ritmo médio era por volta “de 15 a 20 metros quadrados desminados por dia” e que desde o final da Segunda Guerra Mundial “o nível de ferimentos no pessoal de desminagem diminuiu consideravelmente”.⁹⁴ Conclui-se, ainda que as principais áreas para o melhoramento da desminagem são encontráveis nos níveis intermediário e sênior de administração, “onde uma significativa perda de tempo e recursos foi observada.”⁹⁵

Existe um crescente debate na indústria de desminagem acerca do uso de cães de detecção de minas. Críticos apontam preocupações acerca de minas perdidas, as técnicas de limpeza, e o tempo e despesas gastos em programa de cães, especialmente onde o terreno precisa ser preparado para que os cães o cubram. O consórcio HALO parou de utilizar MDDs em Angola em 2004 por causa das variações sazonais e seu custo e manutenção. Outros continuam a defender o uso de MDDs como rápidos e baratos, especialmente em áreas minadas com pouca densidade e para pesquisas técnicas.⁹⁶

⁹¹ Veja UNMAS, “Linhas Gerais para Gênero nos Programas de Ação para Minas”, Nova York, fevereiro de 2005, www.mineaction.org.

⁹² Detecção de minas com cachorros são usados no Afeganistão, na Albânia, na Angola, na Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Colômbia, Croácia, Chipre, Eritréia, Etiópia, Grécia, Iraque, Líbano, Moçambique, Nicarágua, Paquistão, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Turquia, Iêmen e Zâmbia.

⁹³ Máquinas de desminagem são utilizadas no Afeganistão, Angola, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Camboja, China, Croácia, Chipre, Eritréia, Etiópia, Índia, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Moçambique, Nicarágua, Ruanda, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Turquia e Uganda, assim como Abkhazia, Nagorno-Karabakh e Terra da Somália.

⁹⁴ GICHD, Estudo Principal, conclusões e recomendações, “Um Estudo sobre a Desminagem Manual”, Genebra, Setembro de 2005, Seção 1, pp. 2, 30.

⁹⁵ GICHD, Resumo executivo, “Um estudo da desminagem manual,” Genebra, setembro de 2005, seção 1, p. 7.

⁹⁶ Entrevistado pelo Monitor das Minas Terrestres em setembro de 2005, Havard Bach, especialista pioneiro em desminagem com cães, disse que é difícil estabelecer um programa de desminagem com custo baixo com menos de 20 cães, uma vez que os custos fixos associados com tais programas são altos. Ele ainda ressaltou que poucas organizações ou companhias têm os conhecimentos necessários para estabelecer e manter um programa MDD efetivo. Entrevista com Havard Bach, Chefe, Seção de Métodos Operacionais, Genebra, 20 de setembro de 2005.

Até recentemente, máquinas foram usadas primariamente como uma ferramenta de preparação do solo, para que fossem utilizados outros dispositivos de desminagem (desminadores manuais ou cães) em seguida. Um estudo sobre as aplicações mecânicas em desminagem foi publicado pela GICHD em maio de 2004 concluindo que “dadas as condições favoráveis, as máquinas podem ser utilizadas como o principal sistema de desminagem... o GICHD acredita que as máquinas estão subutilizadas na desminagem, em grande parte devido ao pouco conhecimento na comunidade de desminagem para seus papéis e aplicações, e particularmente os recentes progressos no seu desenho.”⁹⁷

Segurança

Um total de 171 desminadores foram mortos ou feridos em 2004 durante operações e exercícios em 26 países e quatro áreas (ver *Vítimas de Minas Terrestres e Assistência aos Sobreviventes*, conforme seção adiante). Certamente isto subestima o verdadeiro estado de coisas, uma vez que muitos países e operadores não informam acidentes na desminagem ao Monitor das Minas Terrestres. O maior número de acidentes relatos em desminadores em um único país foi o Irã, com 51.

Parece que há alguma forma de seguro para os desminadores em somente 12 países e no Kosovo: Afeganistão, Albânia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Camboja, Croácia, Etiópia, Guiné-Bissau, Maurítânia, Moçambique, Nicarágua e Sri Lanka. Operadores individuais em alguns outros países garantem seus próprios desminadores, mesmo que não seja um requerimento nacional.

Desminagem de qualidade é conduzida em pelo menos 29 programas: Afeganistão, Albânia, Angola, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Chade, Croácia, Chipre, Eritréia, Etiópia, Guatemala, Guiné-Bissau, Iraque, Moçambique, Laos, Líbano, Nicarágua, Paquistão, Peru, Rússia, Ruanda, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, Sudão, Tailândia e Iêmen, assim como Kosovo e Somalilândia. Destes, somente dois – Afeganistão e Sri Lanka – tem a garantia formal de qualidade para a educação sobre o risco de minas.

Desminagem Comunitária

Desminagem de “vilas” ou “informal” (limpeza por aqueles que não pertencem a uma organização acreditada) é uma prática comum em um grande número de países.⁹⁸ Isto é uma prática comum no sudoeste da Ásia, incluindo o Camboja, Laos e Sri Lanka, assim como no Iraque. Civis desminando a terra que eles precisam é, e sempre foi, um modo de vida, apesar de nunca ter sido cientificamente estudado por mais do que poucos países. Alguns indivíduos limpam a terra para plantar e para garantir a segurança física e econômica de suas famílias. Outros contratam um morador local para limpar a terra para eles. Os pesquisadores do Monitor das Minas Terrestres encontram antigos membros de órgãos de desminagem agora engajados individualmente em atividades de desminagem de vilas.

O debate de como endereçar as atividades de desminagem para os moradores ocorre desde o início da década de 1990 e permanece não-resolvido. A Handicap Internacional (HI)

⁹⁷ GICHD, "Estudo sobre a Aplicação Mecânica em Desminagem." Genebra, maio de 2004, pp. 4, 6.

⁹⁸ De acordo com a definição IMAS 3.271, desminagem de vilas significa “limpeza e marcação auto-sustentável de minas ou outros engenhos não-detonados, normalmente executados pelos moradores locais, a partir de sua própria vontade ou de sua comunidade. Frequentemente descrita como uma iniciativa espontânea ou de auto-ajuda, a desminagem de vilas usualmente assenta-se fora ou em paralelo com estruturas de ação para minas, como as desminagens promovidas pelos militares ou pelas instituições humanitárias, como a ONU, organizações nacionais ou internacionais, empresas privadas e governos, entre outras.”

levou a cabo um estudo para a desminagem local no Camboja para determinar como as organizações contra minas poderiam melhor responder. O estudo foi conduzido por uma equipe de quatro pessoas, liderados por antropólogo, de setembro de 2004 a janeiro de 2005, e publicado pela HI em maio de 2005. O estudo questionou as prioridades do setor de minas e os meios de trabalho e a recomendação para que a desminagem local seja formalmente reconhecida como um componente legítimo e construtivo do setor para ação contra minas.⁹⁹ O estudo gerou uma considerável controvérsia e críticas no Camboja.

Em outubro de 2003, o Grupo de Aconselhamento de Minas e autoridades locais iniciaram um projeto piloto na província de Battambang, Camboja, mirando o treinamento de pessoas que vivem nas comunidades afetadas pelas minas para se tornarem desminadores. Em outubro de 2005, o MAG disse ao Monitor das Minas Terrestre que eles tinham completado os testes desta nova iniciativa, que foi chamada de “Equipes de Desminagem Local”.¹⁰⁰

Grupos Armados não-estatais e Ação Contra as Minas

Alguns grupos armados locais estão envolvidos de alguma maneira na ação contra minas, incluindo a investigação, marcação desminagem e ERM, seja em conjunto com uma entidade nacional de desminagem, ou em cooperação com uma ONG da área.

Recentes acordos bilaterais nacionais entre o Movimento para as Forças Democráticas de Casamence no Senegal e o Governo do Senegal, e também o movimento para a Democracia e a Justiça em Chade e o Governo de Chade requereram uma ação conjunta para as minas.

No Sri Lanka, os Tigres de Libertação de Tamil Elam (LTTE) assumiram a desminagem através de uma conexão LTTE, a Organização de Assistência Tamil (TRO). A TRO sem suas próprias unidades de desminagem, trabalhando com várias ONGs, e sendo assistido por diversos doadores internacionais.

Na Colômbia, em janeiro de 2005, o Exército da Libertação Nacional limpou as minas que tinha previamente instalado com o fim de beneficiar a população local. Também na Colômbia, a Guarda Indígena (rede de guardas indígenas que protegem a população civil) removeu minas e engenhos não-detonados, apesar de não treinada para tanto, com o intuito de evitar que crianças locais sejam atingidas por elas.

Medidas de Redução de Riscos

De acordo com o artigo 5 (2) do Tratado para o Banimento das Minas, os Estados-Partes afetados “devem garantir o mais cedo possível que todas as minas antipessoal em áreas minadas sob sua jurisdição ou controle tenham seu perímetro marcado, monitorado e protegido por cercas ou outros meios, para assegurar a efetiva exclusão de civis, até que todas as minas antipessoal ali presentes tenham sido destruídas”. Parece que poucos Estados-Partes fizeram esforços sérios para marcar e cercar estas áreas. Em alguns países, o programa de ação contra minas completa o trabalho, mas este não dura muito, uma vez que a população local remove estas marcas (particularmente estacas de madeira e arame farpado). O Relatório Final da Primeira Conferência de Exame identificou estes desafios: “cercar vários trechos de território e mantê-las são medidas

⁹⁹ Michael L. Fleisher, “Desminagem informal de Vilas no Camboja: um estudo operacional,” HI, Phnom Penh, maio de 2005.

¹⁰⁰ Email de Tim Carstairs, Diretor de Políticas, MAG, 5 de outubro de 2004.

caras ... monitorá-las requer preciosos recursos humanos, e ... comunidades de lugares pobres têm procurado as cercas para utilizá-las em seus próprios propósitos diários.”¹⁰¹

Gerenciamento da Informações

O Sistema de Gerenciamento de Informações Sobre Ações Contra Minas (IMSMA) ainda é a base de dados preferida pela esmagadora maioria dos programas de ação contra minas. Assim, em 2005, foi instalado em 37 países e quatro áreas.¹⁰² Os únicos grandes programas de ação contra minas que ainda não estão usando o IMSMA como principal base de dados para planejamento foram Croácia e Bósnia e Herzegovina, embora o último experimentou o IMSMA em um escritório regional em 2004, e usa o sistema para armazenar informações de seu levantamento sobre o impacto das minas terrestres. Nos últimos três meses de 2005, uma nova e mais flexível versão do IMSMA foi entregue para entrar em campo de testes em até oito locais selecionados, com distribuição geral e entrada em ação marcada para 2006.

Durante anos os operadores de ações contra minas criticaram a relutância das autoridades de alguns países em disponibilizar a eles as informações do IMSMA. O acesso e a disseminação das informações do IMSMA continua problemática em alguns países. Além disso, em certos países, os operadores estão céticos quanto às aparentes discrepâncias na informação contida no IMSMA. Isto não se deve a problemas com o sistema em si, mas quanto à qualidade da entrada e edição das informações. Em Moçambique, por exemplo, estatísticas esclarecedoras informadas ao Instituto Nacional de Desminagem por, pelo menos, um operador, não foram corretamente introduzidas no IMSMA. No Sri Lanka, um operador refez manualmente o trabalho de inserir as estatísticas porque havia uma espécie de confusão com as que haviam sido alimentadas no IMSMA.

Avaliação dos Programas de Ação Contra as Minas

Um número de avaliações de programas de ação contra minas foi feita em 2004 e 2005, particularmente em Camboja, Eritreia, Moçambique e no Iêmen.¹⁰³

Uma avaliação da ação contra minas no Camboja foi executada pelo Grupo Doador para Ação Contra Minas do Camboja. A maior descoberta foi que soluções existentes para o problema pareciam estar maximizando o tempo necessário para eliminar o perigo de minas, sendo melhor que se fosse utilizada uma abordagem mais voltada para resultados e custo-benefício. Os mecanismos existentes de arrecadação de fundos foram julgados como geralmente incapazes de promover a eficiência ou transferência de responsabilidade. O estudo encontrou um positivo desenvolvimento no estabelecimento de Unidades de Planejamento de Ações Contra Minas, assim como isso apoiou a política governamental de descentralização e a capacidade das autoridades provinciais de priorizar a remoção das minas de forma transparente.¹⁰⁴

¹⁰¹ Relatório Final da Primeira Conferência de Exame, APLC/CONF/2004/5, em 9 de fevereiro de 2005, p.51. Em muitos lugares, as comunidades ou aprendem a evitar a área ou podem usar as marcações informais para prevenir acidentes.

¹⁰² IMSMA está instalado no Afeganistão, Albânia, Angola, Armênia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Camboja, Chade, Chile, Colômbia, Chipre, DR Congo, Equador, Eritreia, Estônia, Etiópia, Guatemala, Guiné-Bissau, Iraque, Jordânia, Líbano, FYR Macedônia, Mauritânia, Moçambique, Nicarágua, Peru, Ruanda, Sérvia e Montenegro, Serra Leoa, Sri Lanka, Sudão, Tadjiquistão, Tailândia, Iêmen e Zâmbia, assim como na Chechênia/Ingushetia/Ossétia do Norte, Kosovo, Somália e Saara do Norte.

¹⁰³ O relatório da Eritreia não foi tornado público enquanto o Monitor de Minas Terrestres estava sendo impresso.

¹⁰⁴ Robert Griffin e Robert Keeley, “Avaliação Conjunta da Ação contra minas no Camboja Grupo Doador de Ação contra minas,” Volume I, Phnom Penh, 4 de dezembro de 2004.

Em uma análise de custo-benefício dos programas cambodjanos de remoção de minas, realizada de 2004 a 2005 pela Autoridade Cambojana de Ação contra minas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicou que a remoção de minas contribuiu substancialmente para a economia cambojana e para o país como um todo, e que está plenamente justificada em termos econômicos.¹⁰⁵

Uma publicação sobre ação contra minas em Moçambique, com 10 anos de existência, identificou sérias deficiências no plano de ação contra minas, pouca habilidade para planejar e priorizar ações contra minas com eficácia e uma necessidade de integrar ação contra minas com desenvolvimento nacional. A publicação descreveu o problema das minas de Moçambique como mais um impedimento ao desenvolvimento econômico do que uma emergência humanitária.¹⁰⁶

Em abril de 2005, o GICHD realizou uma avaliação de meio-termo da fase II do apoio do PNUD ao programa de ação contra minas do Iêmen. A avaliação concluiu que a característica mais marcante da ação contra minas no Iêmen tinha sido o forte apoio recebido dos mais altos escalões de governo iemenita. A avaliação afirmou que o programa de ação contra minas no Iêmen está mostrando um “nível de maturidade comparável aos melhores programas de ação contra minas do mundo.”¹⁰⁷

Desenvolvimentos Internacionais

Plano de Ação de Nairobi

O Plano de Ação de Nairobi foi adotado pela Primeira Conferência de Exame do Tratado de Banimento das Minas, em 3 de dezembro de 2004. A Parte III do Plano lida com a implementação dos compromissos firmados no Artigo 5. Ele afirma, “Cumprir com êxito estes prazos será o mais importante desafio dos próximos cinco anos e exigirá esforços intensivos dos Estados-Partes atingidos por minas e daqueles em condições de assisti-los. A velocidade e a forma com que ele será buscado terá implicações cruciais para a segurança humana - a segurança e o bem-estar dos indivíduos e comunidades afetados.”

O que segue foi extraído do Plano de Ação:

Os Estados-Partes decidem:

Ação # 17: Intensificar e acelerar os esforços para assegurar o mais efetivo e mais rápido cumprimento possível dos compromissos de remoção de minas do Artigo 5º (1) no período de 2005 a 2009.

Os 49 Estados-Partes que informaram áreas de minas sobre sua jurisdição ou controle, que ainda não o haviam feito, farão o máximo para:

Ação # 18: Identificar urgentemente todas as áreas sob sua jurisdição ou controle nas quais há minas antipessoal ou suspeita da existência das mesmas, como exigido pelo Artigo 5 (2) e relatar esta informação como exigido pelo Artigo 7.

¹⁰⁵ Bjorn Gildestad, "Análise de Custo-Benefício das Operações de Remoção de Minas no Camboja," Grupo Nórdico de Consultoria, fevereiro de 2005, dirigido pelo CMAA e pela PNUD, citado em "Remoção para Resultados," PNUD, 28 de julho de 2005.

¹⁰⁶ GICHD, "Uma Revisão da Ação contra minas em Moçambique," Versão Final, Genebra, agosto de 2005.

¹⁰⁷ GICHD, "Resultados da Avaliação de Meio-Termo para Fortalecimento da Capacidade Nacional de Ação contra minas no Iêmen – Fase II," 2005, pp. V-VI, 1-2.

Ação # 19: Desenvolver e implementar planos nacionais urgentemente, usando um processo que envolva, quando relevante, elementos locais ou comunidades atingidas por minas, definindo a limpeza de áreas de alto e médio impacto como prioridade e assegurando que a escolha das tarefas, priorização e planejamento da remoção de minas onde relevante seja realizada em comunidades atingidas por minas.

Ação # 20: Reduzir significativamente os riscos para as populações e, a partir disso, reduzir o número de novas vítimas, conseqüentemente levando-nos perto da meta de zero novas vítimas, inclusive por priorizar a limpeza de áreas com mais alto impacto humanitário, providenciar o ensino de redução do risco de minas e o aumento dos esforços para demarcar perímetros, monitorar e proteger áreas minadas que estão aguardando limpeza, visando assegurar o efetivo afastamento de civis, como exige o Artigo 5 (2).

Ação # 21: Assegurar que programas de educação para redução do risco de acidentes com minas estejam disponíveis em todas as comunidades em risco, para prevenir acidentes e salvar vidas, promover mútuo entendimento e reconciliação e ampliar planos de ação contra minas, integrando tanto programas dentro de sistemas educacionais e o mais amplo auxílio e atividades de desenvolvimento, levando em consideração idade, sexo e fatores sociais, econômicos, políticos e geográficos, e assegurando coerência com os relevantes Padrões Internacionais de Ação contra Minas, assim como padrões nacionais.

Ação # 22: Tornar seus problemas, planos, progressos e prioridades em assistência do conhecimento de outros Estados-Partes, das Nações Unidas, organizações regionais, o CICV e organizações não-governamentais especializadas, a Unidade de Apoio à Implementação no Centro Internacional de Desminagem Humanitária de Genebra (GICHD) e outras organizações, especificando quais recursos estes contribuíram para cumprir as exigências do Artigo 5.

Os Estados-Partes em condições de fazê-lo decidem:

Ação # 23: Atuar com relação a suas obrigações contidas no Artigo 6 (3) e 6 (4) para prontamente assistir os Estados-Partes que demonstraram claramente necessidades de apoio externo para remoção de minas e educação sobre riscos de minas, respondendo às prioridades de assistência como enunciado pelos próprios Estados-Partes atingidos por minas e assegurando a continuidade e sustentabilidade dos recursos confiados.

Todos os Estados-Partes irão

Ação # 24: Assegurar e ampliar a efetividade e a eficiência de seus esforços em todas as áreas mencionadas acima, envolvendo todos os sujeitos relevantes na coordenação da ação contra minas, assegurar que exista coordenação em nível local e envolva operadores de remoção de minas e comunidades atingidas, fazendo o melhor uso possível e adaptando ferramentas de gerenciamento a particularidades nacionais, tais como o Sistema de Gerenciamento da Informação da Ação contra Minas e uso de Padrões Internacionais de Ação contra Minas como um elemento de referência para estabelecer padrões nacionais e procedimentos operacionais, auxiliar autoridades nacionais a cumprir suas obrigações de acordo com o Artigo 5.

Ação # 25: Intensificar os esforços para possibilitar que os Estados-Partes atingidos por minas participem o máximo possível do intercâmbio de equipamento, material e informação científica e tecnológica relativa à implementação da Convenção, de acordo com o Artigo 6 (2), além de reduzir a distância entre os usuários finais da tecnologia e aqueles que a desenvolvem.

Ação # 26: Compartilhar informação – além de desenvolver e aperfeiçoar – técnicas de remoção de minas, tecnologias e procedimentos, e, enquanto o trabalho segue no

desenvolvimento de novas tecnologias, procurar assegurar um fornecimento adequado e mais eficiente do uso de tecnologias existentes, particularmente recursos de remoção mecânica e biossensores, incluindo cães detectores de minas.

Ação # 27: Empenhar-se para assegurar que poucos, se houver algum, Estados-Partes sintam-se compelidos a solicitar uma prorrogação de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 5, parágrafos 3-6 da Convenção.

Ação # 28: Monitorar e promover ativamente o cumprimento dos objetivos e a identificação de necessidades de assistência, continuando a fazer uso integral do texto do Artigo 7, promovendo os Encontros dos Estados-Partes, o Programa Intersessional de Trabalho e encontros regionais como os para Estados-Partes, a fim de que apresentem seus problemas, planos, progressos e prioridades de assistência.

Outros Desenvolvimentos

Em 2004, dois encontros do Tratado Intersessional de Banimento das Minas foram realizados em fevereiro e junho. Em 2005, mantendo uma decisão tomada na Primeira Conferência de Exame, um encontro intersessional foi realizado em junho. Desde a Conferência de Exame, Argélia e Suécia serviram como co-presidentes do Comitê Permanente de Eliminação de Minas, Educação sobre os Riscos de Minas e Tecnologias de Ação contra minas, e Jordânia e Eslovênia serviram como relatores (espera-se que se tornem co-presidentes em dezembro de 2005). No encontro de junho de 2005, 36 países mais a OEA fizeram declarações ou apresentações para o Comitê Permanente, incluindo todos os principais programas de ação contra minas. Pela primeira vez, representantes do Grupo de Trabalho de Ação contra minas da ICBL e PNUD atuaram como relatores experientes. Doze países (incluindo doares-chave), OEA, PNUD e GICHD fizeram declarações relacionadas à cooperação e à assistência.

Em 6 de junho de 2005, o Grupo Inter-Agências de Coordenação da Ação contra minas adotou uma nova política das Nações Unidas na ação contra minas, depois de longa negociação entre as várias agências das Nações Unidas e grupos engajados nas atividades. A mudança mais significativa na recente política é que, de agora em diante, mais do que responsabilidades setoriais sendo pré-determinadas pela política, o Oficial Sênior das Nações Unidas e a Equipe de Países das Nações Unidas (UNCT) pode, caso o problema seja de grande importância, designar uma agência líder e, então, alocar responsabilidades dentro da UNCT numa análise caso a caso, “levando em conta as competências e vantagens comparativas dos diferentes parceiros das Nações Unidas.”¹⁰⁸

A Comissão Europeia declarou: “O princípio básico da ação contra minas da CE vai no sentido de que os esforços devem estar diretamente relacionados aos objetivos traçados pela comunidade internacional no contexto do Tratado de Banimento das Minas, particularmente no Encontro de Nairobi, e no contexto de importantes instrumentos internacionais e acordos relativos ao desarmamento.” A CE declara sua abordagem “provida de todo o necessário focada em alcançar uma mais eficiente e priorizada remoção de minas das áreas de alto impacto, acompanhada de um aumento no foco em demarcar e cercar áreas de baixo e médio impacto e o ensino sobre riscos de minas.”¹⁰⁹ Em 2004, a CE pediu que o Instituto de Pesquisas para o

¹⁰⁸ ONU, “Ação contra minas e Coordenação Efetiva: A Política Interinstitucional das Nações Unidas,” New York, 2005, p. 10.

¹⁰⁹ CE, “O Mapa Rodoviário Europeu Rumo à Meta de Zero Vítimas: A Estratégia da CE de Ação contra minas & Programa Indicativo Multi-Anual 2005–2007,” Bruxelas, sem data, pp. 4 e 13.

Desarmamento da ONU desenvolvesse normas para uma futura estratégia sobre explosivos remanescentes de guerra.

A perspectiva das ONGs acerca dos explosivos remanescentes de guerra consiste em um número adequado de operadores de ação contra minas que se empenhem em manter a orientação para as metas de remoção de minas.¹¹⁰ Elas afirmam que o problema é finito e precisa de soluções simples e efetivas mais do que de caras e complicadas ações externamente coordenadas e aconselhadas para obter êxito. Elas salientam a necessidade de uma infra-estrutura operacional transparente para a instalação prioritária de ações contra minas implementadas por organizações internacionais de remoção de minas.

Em março de 2005, a Ação contra minas Terrestres (Reino Unido), em cooperação com Ação contra minas do Canadá e Grupo de Ação de Minas publicou um relatório global sobre explosivos remanescentes de guerra e minas outras que não minas antipessoal. O projeto identificou mais de 90 países ou territórios disputados que contêm algum nível de contaminação por explosivos remanescentes de guerra.¹¹¹

Educação Sobre O Risco De Minas

A Educação sobre o Riscos de Minas (ERM) é definida como atividades que procuram “reduzir o risco de ferimentos por minas/engenhos não-detonados através do aumento da conscientização e da promoção da mudança comportamental, incluindo disseminação pública da informação, educação e treinamento, e ação conjunta da comunidade sobre as minas”.¹¹²

A educação sobre o risco de minas tem continuado a evoluir, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Em junho de 2004, a ICBL e a UNICEF declararam: “O pensamento futuro sobre a ERM exigirá uma abordagem mais estratégica em um número maior de países, de forma que a ERM necessitará ser popularizado para assegurar sua sustentabilidade. Isso passará pela inclusão da ERM nos currículos escolares, na fiscalização de feridos e planejamento de saúde pública e pela integração de processo de ERM em organizações comunitárias e estruturas juntamente com a remoção de minas.”¹¹³

Em 2004 e 2005, um crescente número de programas de ERM tem estabelecido vínculos com fiscalização, demarcação e remoção e trabalho dentro da infra-estrutura do currículo escolar oficial. Um desenvolvimento particularmente encorajador tem sido a crescente promoção da ERM entre as escolas durante o período citado. Em certo número de países-chave atingidos por minas, a ERM tem continuado a evoluir da disseminação de mensagens em mídias de massa em direção a um processo que é baseado, principalmente, na comunidade, que procura desenvolver soluções sob medida para comunidades específicas afetadas por minas, e que é integrado a outras ações de desenvolvimento. Esse processo tem sido levado adiante através da finalização dos Padrões Internacionais de Ação Contra Minas do ERM e do desenvolvimento de

¹¹⁰ O grupo inclui DanChurchAid, Grupo Dinamarquês de Extinção de Minas, HALO, Handicap International, Ação Terrestre para Minas e Ajuda do Povo Norueguês. O Grupo de Alerta de Minas é um observador.

¹¹¹ Ação Terrestre para Minas Reino Unido, Grupo de Ação Minas Terrestres.de e Ação contra minas do Canadá, “Explosivos remanescentes de guerra, Minas e Outras Minas Antipessoal. Relatório Global 2003-2004,” março de 2005.

¹¹² IMAS 07.11: Guia para o gerenciamento da educação sobre o riscos de minas, Primeira Edição, 23 de dezembro de 2003, p. 2. Em 2001, a expressão “educação sobre o riscos de minas” substituiu o termo “conscientização sobre minas.”

¹¹³ Declaração da ICBL e UNICEF no Comitê Permanente de Desminagem, Educação sobre o Riscos de Minas e Tecnologias de Ação Contra Minas, Genebra, 22 de junho de 2004.

uma série de normas para acompanhar sua efetiva implementação. O Plano de Ação de Nairobi também reforçou a importância da educação sobre o riscos de minas para a efetiva ação contra minas.

Programas de Educação sobre o Risco de Minas

De modo geral, o Monitor de Minas Terrestres registrou programas ou atividades de ERM em 61 países e seis áreas em 2004 e 2005.¹¹⁴ Isso representa dois países e uma área a menos do que foi registrado no Monitor de Minas Terrestres do último ano. Desses países, 41 são Estados-Partes do Tratado de Banimento das Minas.¹¹⁵ Vinte deles não fazem parte do Tratado.¹¹⁶

O número total de beneficiados diretamente pela ERM em nível global caiu de 8,4 milhões de pessoas em 2003 para 6,25 milhões em 2004. Esse é o primeiro ano em que o Monitor de Minas Terrestres registrou uma queda no número de beneficiados em nível global pela ERM, embora o total de 2004 seja favorável em comparação a 2002 (4,8 milhões) e a anos anteriores. Como em anos passados, o total geral é apenas uma estimativa baseada nos relatórios de nações do Monitor de Minas Terrestres com diferentes graus de confiabilidade. O total de 6,25 milhões não inclui beneficiados pela ERM atingidos por mídias de massa, mas muitos poderiam ser indivíduos recebendo ERM de múltiplas fontes. Cinco países contabilizaram aproximadamente quatro milhões de beneficiados: Afeganistão, Angola, Camboja, Etiópia e Laos. Os operadores de ERM cada vez mais salientam que o número de pessoas atingidas pelo ERM é menos importante que a qualidade e impacto da ERM.

O Tratado de Banimento de Minas exige que os Estados-Partes informem medidas tomadas “para providenciar um imediato e efetivo alerta à população” de áreas minadas. Assim como em junho de 2005, 33 Estados-Partes informaram ao ERM, em seu relatório de transparência do Artigo 7 de 2005.¹¹⁷

Novas Atividades de ERM

Em 2004 e 2005, novos projetos e atividades de educação sobre o risco de minas foram registradas em 15 países e duas áreas. Isso inclui 11 Estados-Partes (Angola, Burundi, Camboja, Chade, Maurítânia, Sudão, Tadjiquistão, Tailândia, Turquia, Uganda e Iêmen) e quatro Estados-não-Partes (Geórgia, Nepal, Paquistão e Vietnã), assim como Palestina e Somália.

¹¹⁴ As áreas são Abkhazia, Chechênia, Kosovo, Nagorno-Karabakh, Palestina e Somália.

¹¹⁵ Estados-Partes com ERM incluem Afeganistão, Albânia, Angola, Bangladesh, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Camboja, Chade, Chile, Colômbia, Croácia, República Democrática do Congo, Equador, El Salvador, Eritreia, Estônia, Etiópia, Guatemala, Guiné-Bissau, Jordânia, Latvia, Libéria, Maláui, Maurítânia, Moldova, Moçambique, Namíbia, Nicarágua, Filipinas, Ruanda, Senegal, Sérvia e Montenegro, Sudão, Tadjiquistão, Tailândia, Turquia, Uganda, Iêmen, Zâmbia e Zimbábue.

¹¹⁶ Estados-não-Partes com programas de ERM incluem Armênia, Azerbaijão, Burma/Myanmar, Geórgia, Índia, Irã, Iraque, Israel, Quirguistão, Laos, Líbano, Nepal, Paquistão, Rússia, Somália, Coreia do Sul, Sri Lanka, Síria, Ucrânia e Vietnã.

¹¹⁷ Relatos de ERM em Estados-Partes em 2004 incluíram Afeganistão, Albânia, Angola, Burundi, República da África Central, Chade, Chile, República Democrática do Congo, Costa Rica, Croácia, Chipre, Eritreia, Guiné-Bissau, Guatemala, Honduras, Jordânia, Maláui, Maurítânia, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Peru, Filipinas, Ruanda, Senegal, Sérvia e Montenegro, Serra Leoa, Sudão, Tadjiquistão, Tailândia, Uganda, Iêmen e Zimbábue.

Programas Relevantes de ERM

Trinta e um países e quatro áreas tiveram relevantes programas de ERM em ação em 2004 e 2005.¹¹⁸ Vinte e um países com relevantes programas de ERM são Estados-Partes, incluindo Albânia, Angola, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Camboja, Chade, Colômbia, Croácia, República Democrática do Congo, Eritreia, Etiópia, Guatemala, Guiné Bissau, Nicarágua, Senegal, Sudão, Tajiquistão, Tailândia, Uganda e Iêmen.

Dez Estados-não-Partes têm relevantes programas de ERM, incluindo Azerbaijão, Geórgia, Iraque, Irã, Laos, Líbano, Nepal, Paquistão, Sri Lanka e Vietnã. As quatro áreas com relevantes programas de ERM são Abkhazia, Chechênia, Palestina e Somália.

Desafios notáveis na implementação de programas de ERM em 2004/2005 incluíram a contínua deterioração da situação de segurança no Iraque e a escassez de fundos na República Democrática do Congo, Uganda e Zimbábue.

Limitadas Atividades de ERM

Atividades de ERM básicas ou limitadas foram registradas em 30 países em 2004 e 2005.¹¹⁹ Isto incluiu 20 Estados-Partes (Bangladesh, Bielorrússia, Chile, Equador, El Salvador, Estônia, Jordânia, Latvia, Libéria, Maláui, Mauritânia, Moldova, Moçambique, Namíbia, Filipinas, Ruanda, Sérvia e Montenegro, Turquia, Zâmbia e Zimbábue) e 10 Estados-não-Partes (Armênia, Burma/Myanmar, Índia, Israel, Quirguistão, Rússia, Somália, Coréia do Sul, Síria e Ucrânia). Atividades limitadas de ERM também foram registradas em Kosovo e Nagorno-Karabakh.

Atividades Sem ERM

Em 2004 e 2005, atividades sem Educação sobre o risco de minas foram registradas em 25 países atingidos por minas. Quinze são Estados-Partes: Algéria, República do Congo, Chipre, Dinamarca, Djibouti, Grécia, Macedônia, Nigéria, Peru, Serra Leoa, Suriname, Suazilândia, Tunísia, Reino Unido (Ilhas Falkland) e Venezuela. Dez são Estados-não-Partes: China, Cuba, Egito, Kuwait, Coréia do Norte, Líbia, Marrocos, Omã, Polônia, e Uzbequistão. Além disso, atividades sem ERM foram registradas em Taiwan e no Oeste do Sahara. Ensino formal sobre riscos de minas não é obrigatoriamente necessária em todos esses países.

¹¹⁸ Esse quadro difere consideravelmente dos 46 relevantes programas de ERM programas identificados no *Relatório 2004 do Monitor de Minas Terrestres*. O Monitor de Minas Terrestres decidiu reclassificar 14 programas de ERM como limitados ao invés de significantes. Isso inclui sete Estados-Partes (Equador, Jordânia, Moçambique, Namíbia, Sérvia e Montenegro, Zâmbia e Zimbábue), cinco Estados-não-Partes (Burma/Myanmar, Índia, Quirguistão, Rússia e Síria) e duas áreas (Kosovo e Nagorno-Karabakh). Além disso, três países foram completamente excluídos: Honduras declarou-se livre de minas em 2004, e o Monitor de Minas Terrestres não tem conhecimento de quaisquer atividades de ERM na Macedônia e Peru durante o período relatado.

¹¹⁹ Esse quadro difere consideravelmente dos 17 programas restritos de ERM identificados no *Relatório do Monitor de Minas Terrestres de 2004*, primeiramente porque o Monitor de Minas Terrestres decidiu reclassificar 14 programas de ERM como limitados ao invés de significantes.

Atores-chave

Internacionalmente, os principais operadores de ERM são o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, UNICEF, Handicap International, a Aliança Internacional Salve as Crianças (Salve as Crianças da Suécia, Reino Unido e EUA), Grupo de Orientação Sobre Minas, Dan Church Aid, e a Fundação HALO. Outras ONGs internacionais envolvidas em substanciais atividades de ERM incluem a Fundação para a Conscientização Sobre Minas, Sem Violência Internacional e Intersos, assim como organizações de remoção de minas como o Grupo Dinamarquês de Eliminação de Minas.

ONGs internacionais – predominantemente ONGs de ação contra minas– conduziram atividades de ERM em 20 países em 2004 e 2005.¹²⁰ Um total de 83 ONGs nacionais conduziram atividades de ERM em 32 países durante o período mencionado.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a Cruz Vermelha/Sociedades Nacionais Crescente Vermelho conduziram programas de ERM em 25 países em 2004 e 2005.¹²¹ Em 2005, CICV desenvolveu uma infra-estrutura para suas futuras operações de prevenção de minas, buscando integrar a ação de minas através de todos os departamentos do CICV relacionados. A infra-estrutura consiste em três categorias de atividade operacional de ação contra minas (coleta de informações sobre acidentes, redução do risco de minas e ensino sobre o risco de minas), as quais podem ser flexivelmente combinadas, de acordo com o cenário operacional. A infra-estrutura também lida com a questão da remoção de minas através de outras organizações, determinando quando e como estas tomarão lugar. Este documento guiará todas as futuras ações contra minas do CICV.¹²²

Em 2005, as Nações Unidas lançaram uma política interinstitucional revisada sobre a ação contra minas, representando uma possível diversificação no papel da UNICEF na ação contra minas, com a possibilidade de encarregar-se da inspeção dos feridos, demarcação de áreas minadas e, em circunstâncias excepcionais, remoção de minas. A UNICEF mantém um papel primário nas áreas de ERM, assistência a sobreviventes e advocacia.

Decisões relacionadas às atividades do UNICEF e outras agências da ONU têm sido descentralizadas para a equipe da ONU de cada país. Em situações de emergência, o UNICEF pode apoiar a coordenação nacional do ERM com o UNMAS, e, na falta de UNMAS ou PNUD, o UNICEF pode assumir a responsabilidade como ponto central das Nações Unidas da ação contra minas em qualquer país. Tais providências devem ser compatíveis com suas capacidades e prioridades em nível regional, determinado pela Equipe Regional da ONU e organizada com o Grupo de Coordenação interinstitucional de Ação contra minas.¹²³

¹²⁰ ONGs internacionais atuaram em Angola, Afeganistão, Bósnia e Herzegovina, Burma/Myanmar, Burundi, Camboja, e República Democrática do Congo, Geórgia, Iraque, Laos, Líbano, Mauritânia, Nepal, Paquistão, Senegal, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Vietnã e Uganda, assim como em Abkhazia, Chechênia, Nagorno-Karabakh e Palestina.

¹²¹ A Cruz Vermelha atuou no Afeganistão, Albânia, Angola, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Burma/Myanmar, Camboja, Colômbia, Croácia, Geórgia, Índia, Irã, Iraque, Jordânia, Quirguistão, Líbano, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Cáucaso do Nordeste (Federação Russa), Moçambique, Sérvia e Montenegro (Kosovo), Sudão, Síria, Tajiquistão, assim como Palestina. CICV, “Relatório Especial de Ação contra minas2004,” Genebra 2005; entrevista por telefone com Ben Lark, líder do Setor de Ação contra minas, CICV, 23 de setembro de 2005.

¹²² CICV, “Infra-estrutura Operacional de Ação Preventiva Contra Minas”, (sem data) Genebra 2005.

¹²³ E-mail de Reuben McCarthy, Oficial de Projeto, Unidade de Minas Terrestres e Armas de Pequeno Portet, UNICEF, New York, 26 de setembro de 2005. Veja também ONU, “Ação contra minas e Coordenação Efetiva: A Política Interinstitucional das Nações Unidas”, New York, 6 de junho de 2005.

Grupos Em Risco

A população mais exposta a riscos de minas e engenhos não-detonados varia conforme o país e a região, mas, geralmente, em sua maioria, é composta por homens, ou adolescentes ou em idade produtiva e, freqüentemente, moradores de zonas rurais.

Na Bósnia e Herzegovina, homens fazendeiros formam o maior grupo de risco. Mais de um terço de todos os sobreviventes de minas admitiram arriscar-se conscientemente, apesar de saber dos perigos. Crianças e adolescentes de até 18 anos somaram 20 por cento das novas vítimas registradas em 2003 e 16 por cento em 2004.

No Camboja, um estudo datado de 2004 descobriu que garotos com idades entre 10 e 15 anos e homens de 25 a 35 anos apresentavam maior probabilidade de envolvimento com engenhos não-detonados ou com o manuseio de peças de artilharia ativas. Mais da metade dos homens e meninos examinados haviam manuseado ou destruído peças de artilharia, mais freqüentemente para lhes permitir pisar a terra com segurança ou impedir outros (normalmente crianças) de encontrar esses itens. As pessoas que desempenham tais atividades geralmente o fazem tão somente para responder a circunstâncias específicas.

Ao Sul do Iraque, um estudo de impacto concluiu, em 2004, que homens fazendeiros e nômades beduínos estão particularmente em risco devido à sua atividade de geração de renda: a coleta de sucata de metal. No Centro do Iraque, pessoas desalojadas internamente também são consideradas como um grande grupo de risco.

No Nepal, 57 por cento dos acidentes entre janeiro e março de 2005 foram resultado do manuseio intencional de artefatos explosivos, e 67 por cento dessas vítimas possuíam até 18 anos. No Sri Lanka, homens em idade adulta são o maior grupo de risco; eles contabilizavam 38 das 53 vítimas de minas e engenhos não-detonados do país em 2004.

ERM em Áreas de Conflito ou Desastre Natural

Em certo número de lugares com crescentes conflitos e onde o auxílio humanitário não pode ser prestado, o ERM ainda é praticado e é, freqüentemente, um instrumento de redução de acidentes. No caso do Sri Lanka, a rede nacional e internacional de ONGs para ERM foi útil na avaliação do impacto do tsunami de dezembro de 2004 nas áreas atingidas por minas terrestres.

Na Chechênia, 10 grupos focalizados vêm sendo criados para promover segurança e identificar meios apropriados para reduzir o impacto da contaminação por minas/engenhos não-detonados. Cerca de 15 caixas postais foram criadas em cada distrito da Chechênia para assegurar a efetiva coleta de informações relativas a incidentes com minas/engenhos não-detonados, com pessoas encorajadas a enviar dados sobre áreas perigosas. Grupos armados paramilitares em Burma e na Colômbia permitem que mensagens de ERM sejam propagadas devido a seu foco somente na prevenção e não na discussão de uso ou políticas.

No Senegal, onde conflitos contínuos impediram a remoção de minas, o ERM – usando meios de massa e agentes comunitários e comitês baseados na comunidade que demarcaram áreas suspeitas – têm sido o principal motivo da grande redução do número de vítimas de minas. Na Palestina, 15 áreas de recreação segura para crianças foram instaladas em Gaza durante 2005, em parte devido ao tratado de engenhos não-detonados e minas. A polícia palestina realizou sessões de ERM, alertando as crianças dos perigos de engenhos não-detonados e dizendo-lhes a quem contatar, caso descubram artefatos suspeitos.

Integração do ERM com Outras Atividades Contra Minas

Em 2004 e 2005, a popularização ou integração do ERM a ações contra minas e disciplinas mais amplas continuou a ser discutida e, mais importante ainda, implementada. IMAS para ERM, finalizado em dezembro de 2003, encorajou ativamente as organizações de ERM a integrar seus programas “com as outras ações contra minas, atividades humanitárias e de desenvolvimento para atingir um efeito sinérgico”. O estado padrão que “uma agência de ação contra minas conduzindo atividades de ensino e treinamento de ERM pode precisar examinar se também deve vir a envolver-se na disseminação de informação pública ou atividades de integração com a comunidade, ou mesmo atividades que não sejam de ERM, tais como demarcação e cercamento, descarte de artefatos explosivos, ou assistência a vítimas.”¹²⁴

Na Bósnia e Herzegovina, uma estratégia de ERM concluída em março de 2004 visa assegurar que atividades de ERM complementem e integrem as estratégias de ação contra minas em todo o país. No Camboja, CMAC está mudando de equipes de conscientização sobre minas para a promoção do conceito de redução do risco de minas baseado na comunidade, no qual o grupo usa técnicas participativas para identificar como minas e engenhos não-detonados causam impacto em aldeias, e, então, usar isso como base para priorizar planos de remoção e solicitações de recursos para desenvolvimento. Uma vez identificadas as áreas para apoio, as equipes entram em contato com várias agências para solicitar serviços apropriados de ação contra minas.

Na Etiópia, oficiais de ligação com a comunidade informam as comunidades sobre atividades planejadas de remoção, obtêm detalhes sobre como minas e engenhos não-detonados causam impactos nessas comunidades e abastecem com isso os planos de remoção. O envolvimento do grupo de integração com a comunidade resultou em um aperfeiçoamento da cooperação com equipes de eliminação de minas, reduziu a remoção de marcadores de campos minados, aumentou o respeito por cercas e pela sinalização de campos minados e ampliou o número de minas e engenhos não-detonados informados pelas comunidades.

No Sri Lanka, equipes de remoção relataram que o papel da integração da comunidade às equipes de ERM as ajudou a funcionar mais efetivamente, especialmente na Península Jaffna. No Sudão, equipes de ERM assumiram a coleta de informações e avaliação de necessidades de comunidades atingidas por minas e vítimas de minas, e também fizeram contato muito próximo com organizações de remoção para prover as comunidades com detalhes concernentes a atividades de remoção já planejadas e atuais.

ERM Sediado na Escola

A promoção do ERM através do treinamento em escolas e da integração ao currículo escolar tem sido uma característica notável do ERM em 2004 e 2005. Novos programas treinando grande número de professores e/ou a integração do ensino sobre risco de minas ao currículo escolar foram registrados em 10 países: Albânia, Angola, Azerbaijão, Chade, República Democrática do Congo, Iraque, Jordânia, Mauritânia, Tadjiquistão e Tailândia. Programas existentes continuaram no Afeganistão, Bósnia e Herzegovina, Camboja, Chechênia, Geórgia, Guiné Bissau, Irã, Laos, Líbano, Palestina, Senegal, Sri Lanka, Uganda e Vietnã, e, em menor extensão, em Bielorrússia, Moçambique, Nepal e Rússia.

¹²⁴ IMAS 12.10: Planejamento para programas e projetos de ensino sobre riscos de minas, seção 7.3. O IMAS para ERM Primeira Edição, 23 de dezembro de 2003, pode ser encontrado em www.mineactionstearns.org/imas.htm.

Na Albânia, manuais de treinamento têm sido desenvolvidos e utilizados na prefeitura de Kukes, no nordeste. Caso esse programa obtenha sucesso, será executado em todo o país. Em Angola, o ERM foi integrado a uma nova iniciativa nacional de treinamento de professores. Cerca de 20.000 novos professores fizeram parte de um programa nacional de capacitação de professores e foram treinados para repassar o ERM usando metodologias participativas.

No Azerbaijão, um Memorando de Compreensão trilateral foi assinado pelo Ministério da Educação, UNICEF e a Agência Nacional de Ação contra minas do Azerbaijão em maio de 2004, visando integrar o ERM ao currículo escolar nas áreas atingidas. No Irã, mais de 600 escolas na Província do Curdistão receberam orientação de ERM de 2002 a abril de 2005; aproximadamente 34.000 alunos receberam algum tipo de ERM.

Na Mauritània, um programa nacional de ERM para professores e crianças está sendo desenvolvido em parceria com o Escritório Nacional Humanitário de Eliminação das Minas, autoridades regionais e departamentos locais e nacionais de educação; ele atinge 20.000 alunos. No Sri Lanka, o ERM foi incorporado ao currículo escolar em 2003, dentro de um programa nacional de ERM baseado na escola, em colaboração com o Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Educação. Todas as escolas em distritos diretamente atingidos pelo conflito e aquelas às margens de áreas em conflito oferecem ERM tanto em escolas primárias como secundárias. Até dezembro de 2004, 8.120 professores de escolas primárias e secundárias no norte e no leste do Sri Lanka haviam sido beneficiados com sessões de treinamento de ERM. O treinamento de professores para as províncias do Centro-Norte iniciou no final de 2004.

Metodologias de ERM e Indicadores de Sucesso

O ERM tem continuado a evoluir em larga escala, tradicionais, apresentações tipo “leitura”, para um conjunto de atividades mais amplo, altamente voltado na direção das comunidades atingidas por minas. Os provedores de ERM estão encontrando essa mudança de comportamento, mais do que meramente ampliar o conhecimento, é experimentar a dificuldade; é cada vez mais evidente que eles precisam levar em conta as pressões dos recursos que levam pessoas marginalizadas a envolverem-se em comportamento de alto risco e propor alternativas realistas.

Uma certa quantidade de programas de ERM continuaram seu desenvolvimento longe de modelos tradicionais de transmissão de mensagem, na direção de um processo mais segmentado, participativo e interativo, que também integra ERM à ação contra minas ou atividades desenvolvimentistas mais amplas. Este é o caso de Bósnia e Herzegovina, Camboja e Sri Lanka. Na Croácia, o centro de ação contra minas concluiu que o ERM é mais eficiente, em termos de reduzir o número de vítimas de minas, quando diretamente combinado com a demarcação de áreas suspeitas. O Centro Cambojano de Ação contra minas revisou sua estratégia de ERM reduzindo o número de equipes de conscientização e desenvolvendo redução de riscos baseada na comunidade, acreditando que qualidade mais que quantidade em ERM é provável causa de mudança de comportamento.

Como mensurar impacto efetivamente é, ainda, uma questão difícil. Uma avaliação da ação contra minas no Camboja, publicada em dezembro de 2004, afirmou que “na literatura disponível e em entrevistas a equipe não foi capaz de encontrar *qualquer* justificativa quantificável para atividades de ERM... Após muitos anos de implementação do ERM, a comunidade de ação contra minas tem a pequena noção do impacto das intervenções do ERM em

qualquer sentido quantitativo... Alimentaria melhor o debate se mais análises fossem levadas adiante neste tema.”¹²⁵

Os Guias IMAS ERM, que estão marcados para serem lançados no Sexto Encontro dos Estados-Partes em novembro, demonstram melhores práticas de programas de ERM globalmente para identificar uma série de possíveis indicadores de impacto, relevância, efetividade, eficiência e sustentabilidade.¹²⁶

Algumas agências estão buscando novos indicadores de sucesso. No Afeganistão, quatro equipes de garantia de qualidade e uma equipe de treinamento têm sido preparadas pelo centro de ação contra minas a fim de monitorar e avaliar atividades de ERM e abastecer parceiros de implementação com novos treinamentos e metodologias atualizadas. Na Nicarágua, o coordenador nacional da OEA informou que o sucesso dos programas de ERM pode ser mensurado através da redução dos incidentes com minas, do número de minas coletadas em lares civis, da criação de ERM baseado na comunidade que aumente a sustentabilidade, dos progressos com o plano nacional de eliminação das minas e aumento da segurança nas comunidades afetadas agora e anteriormente. No Sri Lanka, ERM é tema de visitas de garantia de qualidade pela mesma equipe que inspeciona locais de remoção. Atividades de ERM são escolhidas aleatoriamente e recebem regulamente monitoramento externo. Atividades baseadas na escola realizadas pelo Ministério da Educação são monitoradas através de canais governamentais.

Avaliações e Aprendizagem

Em avaliações de 2004 e 2005, temas como Conhecimento, Atitudes, Levantamento de Práticas (KAP) e oportunidades de aprendizagem da questão das minas ou engenhos não-detonados foram registrados no Afeganistão, Burundi, Colômbia, Etiópia, Camboja, Laos e Sri Lanka.

No Afeganistão, equipes de levantamento de PIMT descobriram que apesar das informações sobre as grandes quantidades que receberam ERM, apenas 27 por cento das 2.368 comunidades afetadas relataram algum tipo de ERM nos últimos 24 meses. O PIMT descobriu que a metodologia mais comumente utilizada foi a de encontros comunitários (55 por cento), seguida de cartazes e placas (49 por cento). Em 2004, a Agência de Monitoramento, Avaliação e Treinamento conduziu uma pesquisa de KAP, entrevistando 600 participantes em cinco regiões do Afeganistão para determinar a efetividade e impacto dos programas de ERM.

In Burundi, uma avaliação foi conduzida pelo programa de ERM da Dan Church Aid ERM para refugiados em campos na fronteira da Tanzânia. Ela realçou o impacto financeiro (em \$50.000, o projeto custa aproximadamente um dólar americano por refugiado atingido). Na Colômbia, um *workshop* de ERM realizado em março de 2005 marcou a primeira vez em que todos os integrantes nacionais do ERM estiveram juntos para partilhar experiências.

Na Etiópia, uma avaliação foi iniciada por solicitação do UNICEF, que descobriu que seu programa de ERM era um dos “mais maduros programas de ensino sobre riscos de minas” do mundo, mas pediu que a coordenação de todas as partes fosse intensificada e as habilidades de gerenciamento de projetos fossem reforçadas. No Laos, o UNICEF autorizou GICHD a conduzir

¹²⁵ Robert Griffin e Robert Keeley, “Avaliação Conjunta da Ação contra minas no Camboja para o Grupo de Trabalho Doador em Ação contra minas,” Volume I, Phnom Penh, 4 de dezembro de 2004, p.11.

¹²⁶ Para maiores informações veja www.gichd.ch/579.0.html.

uma avaliação de jogos e projetos de currículos de escola primária para engenhos não-detonados; o lançamento do relatório era esperado para antes do final de 2005.

No Sri Lanka, uma avaliação da ECHO descobriu que o ERM tem desempenhado um importante papel como parte de um programa de ação contra minas mais amplo, especialmente através de atividades de integração da comunidade, unindo eliminadores de minas às comunidades nas quais eles operam. A avaliação também afirmou que o desenvolvimento de um currículo de ERM baseado na escola e a incorporação do ERM como um elemento funcional do programa de ação contra minas do Sri Lanka são excelentes meios de sustentar a capacidade da ERM no Sri Lanka.

No Camboja, um estudo encomendado sobre o manuseio e o uso intencional de artefatos ativos foi finalizado em julho de 2004.¹²⁷ Ele concluiu que o manuseio intencional de artefatos era indicativo de problemas mais fundamentais (mais comumente a pobreza) e a falta de estruturas para minimizar esses problemas. Outra avaliação do setor de ação contra minas no Camboja ressaltou a falta de sólidos indicadores de impacto para ERM. Um estudo da eliminação de minas informal no Camboja foi concluído em janeiro de 2005, com implicações no objeto, conteúdo e credibilidade das mensagens de ERM.¹²⁸

Um *workshop* regional para a sub-região do Mekong foi realizado em novembro de 2004 para desenvolver programação regional e compartilhar aprendizado. As descobertas do *workshop* incluem: iniciativas de ERM freqüentemente têm obtido mais sucesso em aumentar a conscientização do que em mudar o comportamento; mesmo após intervenções bem-sucedidas de ERM, a pobreza ainda leva muitas pessoas a arriscarem-se em seus meios de vida; o aumento da incidência de vítimas de minas/engenhos não-detonados devido à coleta de sucata e explosivos é um especial desafio para programas de ERM nesta região; em alguns casos, atividades de ERM têm sido desenvolvidas sem uma estratégia clara e, freqüentemente, entrando em conflito com outras prioridades da comunidade; e a cooperação das autoridades locais, incluindo as forças da lei, é essencial para que os esforços de ERM tenham sucesso.¹²⁹

Normas e Padrões de ERM

Os Padrões Internacionais de Ação Contra Minas em ERM, lançados pela primeira vez em dezembro de 2003, formam a base na qual autoridades nacionais em ação contra minas podem, se assim desejarem, desenvolver padrões nacionais para assegurar qualidade.¹³⁰ Em dezembro de 2004, o ICBL expressou sua profunda preocupação com o mecanismo de credibilidade desenvolvido no IMAS.¹³¹ Em resposta, o UNICEF procedeu a uma revisão do padrão, a fim de aperfeiçoá-lo.¹³² Os resultados da revisão ainda não são conhecidos.

¹²⁷ Richard Moyes, “modificação, manuseio e uso intencional de artefatos ativos no Camboja,” Phnom Penh, 2004.

¹²⁸ Michael L. Fleisher “Eliminação Informal de Minas em Aldeias no Camboja: Um Estudo Operacional,” Handicap Internacional, Phnom Penh, 2005.

¹²⁹ Declaração Final do *Workshop* sobre Ensino dos Riscos de Minas Terrestres e Artefatos Não-Detonados na Sub-região do Mekong, Siem Reap, novembro de 2004.

¹³⁰ Veja www.mineactionstearnds.org.

¹³¹ “Os Padrões Internacionais de Ação para ERM, apesar de uma quantidade de idéias conceituais interessantes, desenvolvem um sistema de registro que, na nossa visão, só está aumentando custos e criando mais camadas burocráticas nas já frágeis operações de ERM.” Declaração do Subgrupo de Trabalho ICBL ERM, Primeira Conferência de Revisão do Tratado de Banimento das Minas, Nairobi, 1 de dezembro de 2004.

¹³² E-mail para o Grupo Internacional de Trabalho do ERM, Equipe de Minas Terrestres e Armas de Pequeno Porte, UNICEF New York, 25 de abril de 2005.

Padrões Nacionais de ERM têm sido adotados ou estão em desenvolvimento na Bósnia e Herzegovina, Etiópia, Iraque e Sri Lanka. No Afeganistão, IMAS para ERM têm sido traduzidos para as duas línguas nacionais e estão sendo usados pelas ONGs. A importância das normas para assegurar qualidade foi reforçada no Plano de Ação de Nairóbi, com a Ação # 21, a qual declara que todos os programas de ERM devem assegurar “consistência com relevantes Padrões de Ação contra minas , assim como padrões nacionais de ação contra minas .”¹³³

¹³³ Relatório Final da Primeira Conferência de Revisão, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 98.

VÍTIMAS DE MINAS TERRESTRES E ASSISTÊNCIA AOS SOBREVIVENTES

Novas vítimas em 2004-2005

Ao passo que o número de novas vítimas de minas terrestres e de UXOs declinou em 2004, o número de sobreviventes de minas continua a crescer com novas vítimas registradas em todas as regiões do mundo. O número de sobreviventes de vítimas com minas terrestres continua a crescer com novas vítimas sendo cadastradas em todas as regiões do mundo.¹³⁴ Em 2004 e até agosto de 2005, o Monitor de Minas Terrestres encontrou novas vítimas de minas e explosivos não-detonados(UXOs) registradas em 58 países, oito a menos do registrado no Relatório Monitor de Minas Terrestres de 2004. O Monitor de Minas Terrestres também registrou vítimas de minas/explosivos não-detonados em oito áreas não reconhecidas internacionalmente como estados independentes que são monitoradas em razão do seu status de afetados por minas, uma a mais do Relatório Monitor de Minas Terrestres de 2004.¹³⁵ No calendário do ano de 2004, novas vítimas de minas terrestres e explosivos não-detonados foram registradas em 56 países e seis áreas. No início de 2005, vítimas de minas/UXO foram também registradas em El Salvador, Zimbábue e Taiwan.

Novos incidentes com Minas Terrestres janeiro 2004-agosto 2005

África	Américas	Ásia/Pacífico	Europa/Ásia Central	Meio Leste / Norte da África
Angola	Colômbia	Afganistão	Albânia	Argélia
Burundi	Equador	Burma (Myamar)	Armênia	Egito
Chade	El Salvador	Camboja	Azerbaijão	Irã
Djibouti	Nicarágua	China	Bielorrússia	Iraque
RD Congo	Venezuela	Índia	Bósnia e Herzegovina	Jordânia
Eritrea		RO da Coreia	Croácia	Kuwait
Etiópia		Laos	Ciprus	Líbano
Guiné-Bissau		Nepal	Geórgia	Síria
Mauritânia		Paquistão	Grécia	Iêmen
Moçambique		Filipinas	Rússia	<i>Palestina</i>
Ruanda		Sri Lanka	Servia e Montenegro	<i>Sahara Ocidental</i>
Senegal		Tailândia	Tadjiquistão	
Somália		Vietnã	Turquia	
Sudão		<i>Taiwan</i>	Uzbequistão	
Uganda			<i>Abkhazia</i>	
Zâmbia			<i>Chechênia</i>	
Zimbábue			<i>Kosovo</i>	
<i>Somalilândia</i>			<i>Nagorno-Karabakh</i>	

Negrito: Estados não-Partes do Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres

¹³⁴ Para os propósitos do Monitor de Minas Terrestres, vítimas incluem aqueles indivíduos mortos ou feridos como resultado de um incidente envolvendo minas antipessoal, minas antiveículo, dispositivos explosivos improvisados, munições cluster e outros engenhos explosivos. Quando ficou claro que o dispositivo era detonado por comando estes incidentes foram excluídos. Da informação disponível em muitos países não é sempre possível determinar com certeza o tipo de arma que causou o incidente. Onde este nível de detalhes é disponível, a informação é incluída no relatório do país. Se apenas incidentes causados por UXOs foram identificados em um país em particular, o país não é incluído na tabela.

¹³⁵ Entre estes incluem-se Abkhazia, Chechênia, Kosovo, Nagorno-Karabakh, Palestina, Somalilândia, Taiwan, e Sahara Ocidental.

Itálico: Áreas não reconhecidas internacionalmente como estados independentes

Comparado ao Monitor de Minas Terrestres do último ano, há quatro novos países com registro de vítimas cadastradas—Bielorrússia, Djibuti, El Salvador e Venezuela—assim como Taiwan. Ainda 12 países informaram vítimas com minas/UXO anteriormente, mas não desde o final de 2003: Bolívia, Chile, Indonésia, Quênia, Quirguistão, Libéria, FYR Macedônia, Maláui, Namíbia, Níger, Peru, e Ucrânia.

Em 2004-2005, o Monitor de Minas Terrestres também identificou outros 13 países sem novas vítimas de minas, mas vítimas causadas exclusivamente por engenhos explosivos não-detonados(UXOs) de conflitos passados, incluindo: Bangladesh, Chile, Estônia, Guatemala, Quirguistão, Látvia, Libéria, Namíbia, Panamá, Peru, Polônia, Tanzânia e Ucrânia.

Um Balanço do Problema

Desde a entrada em vigor do Tratado pela Erradicação das Minas Terrestres ocorreram avanços. O número de novas vítimas de minas/UXOs tem caído significativamente em alguns países duramente afetados. Todavia, as minas terrestres continuam a fazer muitas novas vítimas em muitos países. Ainda que não seja possível se saber dados com absoluta certeza, atualmente se estima haver entre 15.000 e 20.000 novas vítimas de minas/UXOs a cada ano. Baseado nas informações colhidas pelo *Relatório Monitor de Minas Terrestres 2005*, está claro que:

- As minas terrestres continuam como uma ameaça duradoura, significativa e não-discriminada;
- Os civis respondem pela vasta maioria das novas vítimas de minas terrestres;
- Não apenas países afetados têm problemas com minas terrestres; nacionais de 25 países/áreas (incluindo cinco países livres de minas terrestres) foram mortos ou feridos por minas terrestres enquanto estavam fora de suas fronteiras em 2004-2005.

Em 2004-2005, ainda se tinha novas vítimas de minas/UXOs em todas as regiões do mundo: em 17 países e uma área da África Sub-saariana, em 14 países e quatro áreas na Europa e Ásia Central, em 13 países e uma área na região da Ásia banhada pelo Oceano Pacífico, em nove países e duas áreas do Meio Leste e Norte da África, e cinco países das Américas. O Monitor de Minas Terrestres concluiu que 33 dos 58 países e áreas que sofreram com novas vítimas de minas em 2004-2005 não estavam em conflitos armados durante o período de pesquisa. Em muitos casos, o conflito havia acabado há uma ou mais décadas; por exemplo: no Camboja, Moçambique e Vietnã. Para todos os países incluídos na lista por terem novas vítimas em 2004-2005, a razão para sua inclusão como novas vítimas de conflitos pretéritos, mais do que em razão de novos conflitos em andamento.

Em 2004-2005, as vítimas de minas/UXOs também incluem nacionais de 24 países, mais a Palestina, que foi morto ou ferido enquanto no exterior engajado em conflito militar, operações de desminagem, manutenção de paz (*peacekeeping*) e outras atividades. Os 24 países foram Argélia, Egito, Eritreia, França, Geórgia, Índia, Irã, Iraque, Itália, Mauritânia, Moldávia, Marrocos, Países Baixos, Paquistão, Polônia, Romênia, Rússia, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos, Uzbequistão e Zimbábue.

Em 2004 e até agosto de 2005, os vítimas com minas durante as operações de remoção de minas ou exercícios de treinamento que tenham causado vítimas entre desminadores e soldados atingiram 26 países (Afeganistão, Albânia, Angola, Bósnia e Herzegovina, Camboja, Chade, RD

Congo, Croácia, Etiópia, Geórgia, Grécia, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Libéria, Moçambique, Nepal, Nicarágua, Ruanda, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, Sudão, Vietnã e Iêmen) e as três áreas (Abkhazia, Nagorno-Karabakh e Taiwan).

Coleta de Dados sobre Vítimas

Ainda se mantém difícil de se ter dados amplos sobre vítimas de minas/UXOs, particularmente em países que estão em conflitos armados, ou em caso de campos minados em áreas remotas, ou com recursos para monitoramento de saúde pública escassos. As fontes utilizadas para identificar novas vítimas incluem base de dados estatísticos, registros governamentais, registro de hospitais, dados dos meios de comunicação, pesquisas e levantamentos, avaliações e entrevistas.

O Monitor de Minas Terrestres identificou mais de 6.521 novas vítimas com minas terrestres/UXO durante o ano de 2004, incluindo pelo menos 1.262 crianças (19 por cento) e 239 mulheres (quatro por cento).¹³⁶ Vinte e cinco por cento dos vítimas reportados foram identificados como militares.¹³⁷ As análises do Centro de Ação em Pesquisa sobre as Pesquisas de Impacto das Minas Terrestres em 13 países desde 2000 indicou que 96 por cento de todos os vítimas “recentes” foram civis, 24 por cento foram crianças abaixo de 15 anos de idade e 12 por cento foram mulheres.¹³⁸

É importante lembrar, entretanto, que 6.521 representam só os vítimas *reportados* e não levam em conta as inúmeras vítimas que acreditamos que não foram reportadas. Em vários países, civis são mortos ou feridos em áreas remotas longe de qualquer forma de assistência ou meios de comunicação, e em alguns países, vítimas não são reportados por razões militares ou políticas.

Governos estão agora dando maior ênfase na importância na precisão e na atualidade dos dados de vítimas com minas e sobreviventes de minas para uma melhor compreensão das necessidades dos sobreviventes e assegurar que os recursos limitados sejam usados mais efetivamente onde as necessidades são maiores. Em um aumento maior ainda com um número

¹³⁶ Em comparação, 8.270 novas vítimas com minas/UXO foram identificadas em 2003. Entretanto, o número reportado dos novas vítimas deveria ser visualizado como mínimo, como em alguns países altamente afetados com minas que não são capazes de prover estatísticas de todo o ano ou de todo país, por exemplo, o Iraque, onde 261 vítimas foram armazenados em comparação com 2.189 do último ano. Algumas informações referem-se a várias pessoas mortas ou prejudicadas sem dar uma categoria específica; estes relatórios e qualquer com estimativa não são incluídas no total. Além disso, as categorias para vítimas com minas envolvem mulheres e crianças que deveriam ser visualizadas como o mínimo; o gênero e a idade das vítimas são geralmente não identificados nos relatórios.

¹³⁷ Este é um significativo aumento dos menos de 14 por cento das vítimas militares reportadas no ano passado. O Monitor de Minas Terrestres não acredita que este seja um indicativo de mudança, ao todo, no impacto do problema das minas terrestres com civis, mas é muito um reflexo da informação que está disponível. Em países afetados onde a mídia é a principal fonte de informação, vítimas reportadas são predominantemente militares. Na Colômbia, por exemplo, onde o mecanismo de coleta de dados foi estabelecido e o país está enfrentando um conflito armado, 71 por cento dos 863 vítimas armazenados em 2004 foram de pessoal militar (63 por cento em 2003, 49 por cento em 2002). Vítimas de minas/UXOs reportadas na Colômbia contabilizam 13 por cento das vítimas verificados pelo Monitor de Minas Terrestres em 2004. Então, a alta percentagem de vítimas militares na Colômbia traz um impacto na percentagem global de todas as vítimas militares e civis. Em contraste, no Camboja, um país em paz, somente um por cento dos 898 vítimas foram militares.

¹³⁸ Em um e-mail para o Monitor de Minas Terrestres (HI) de Mike Kendellen, Diretor de Pesquisas, Centro de Ação em Pesquisas, 7 de setembro de 2005. Os resultados da Pesquisa sobre o Impacto das Minas Terrestres do Afeganistão, Angola, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Camboja, Chad, Eritreia, Etiópia, Líbano, Moçambique, Somália, Tailândia e Iemen. Vítimas “recentes” referem-se a vítimas que aconteceram 24 meses anteriores da data da pesquisa.

limitado de países afetados com minas, vítimas com minas e dados de sobreviventes são coletados e armazenados em Sistemas de Gerenciamento de Informação para Ações Contra as Minas (IMSMA) ou outros bancos de dados comparáveis. Dos 58 países e oito áreas reportam novas vítimas com minas em 2004-2005, 33 países e seis áreas reportadas estão usando IMSMA, ou outro banco de dados comparável, para armazenar dados de vítimas. Desses, somente 20 países e três áreas eram capazes de prover um Monitor de Minas Terrestres com as informações completas do ano ou dados coletados em todas as regiões afetadas por minas. Até mesmo em países com um sistema de coleta de dados funcionando, é provável que nem todas as vítimas de minas sejam informadas. IMSMA tem a capacidade de armazenar dados de vítimas de minas; entretanto, uma falha humana ou recursos financeiros reportados às vezes impede que o sistema seja utilizado de forma eficiente. O principal coletor de dados de vítimas com mina são os centros de ações contra minas, o CICV, o Crescente Vermelho nacionais e sociedades da Cruz Vermelha. UNICEF, e algumas ONGs. As pesquisas de Impacto de Minas Terrestres também são uma grande fonte de informação de vítimas “recentes” e de sobreviventes. Entretanto, a realidade continua a ser que em vários países afetados com minas a coleta de dado é incompleta, e em alguns casos com sérias falhas. Em vários países, existe uma grande falha de uma significativa falta de informação e também uma inexatidão ou dados duplicados.

O número de vítimas reportadas diminuiu em 2004 de 2003 em vários países afetados com minas, sendo que em alguns casos significativamente, como em Angola, Líbano e Sri Lanka. Em alguns casos, a significativa diminuição no que foi reportada de novas vítimas parece como um resultado da diminuição na capacidade de realizar uma coleta de dados inclusiva, como na Eritreia, Etiópia e Uganda. Em outros casos, conflitos, como em Burma, RD Congo e Iraque, e instabilidade e insegurança, como no Sudão, impedem a coleta de dados e o compartilhamento de informações.

Onde um aumento das vítimas em 2004 foi reportado isto parece ser em grande parte uma melhor coleta de dados, como na Armênia, Burundi, Chade, Guiné-Bissau e Jordânia, como também na Somália. Na Colômbia, Paquistão, Filipinas, Somália e Turquia, foi melhorada a coleta de dados na mesma quantidade que aumentaram as tensões e se expandiu o conflito, e isso parece ter contribuído para o aumento significativo das vítimas com minas reportados em 2004. Outros fatores, como os movimentos da população, aumento das atividades agrícolas, e um comércio crescente em sucata de metal têm contribuído para o aumento nos vítimas informados em países como o Camboja e Laos, como também em Nagorno-Karabakh.

Abaixo estão alguns dos resultados durante o ano de 2004 de países e áreas com banco de dados de vítimas com minas. Eles estão listados em ordem dos que registraram mais vítimas para os que registraram menos, e indica a mudança relativa a 2003.

- No Camboja, 898 vítimas registradas, mais do que as 772 de 2003.
- No Afeganistão, 878 vítimas registradas pela UNMACA, menos do que as 1.018 de 2003. E ainda, entretanto, estima-se que existam em torno de 100 novas vítimas em cada mês.
- Na Colômbia, 863 vítimas registradas, mais do que as 724 de 2003.
- Em Burundi, 320 vítimas registradas, mais do que as 235 de 2003.
- Em Angola, 195 vítimas registradas, menos do que as 270 de 2003.
- No Laos, 194 vítimas registradas, mais do que as 128 de 2003.
- Na Chechênia, 94 vítimas civis registrados pela UNICEF, menos do que as 209 de 2003.
- Na Somália, 63 vítimas registradas, mais do que as 50 de 2003.
- No Sudão, 62 vítimas registradas pelo NMAO, menos do que as 127 de 2003.

- No Sri Lanka, 56 vítimas registradas, menos do que as 99 vítimas de 2003.
- Na República Democrática do Congo, 50 vítimas registradas, menos do que as 233 de 2003.
- Na Bósnia e Herzegovina, 43 vítimas registradas, menos do que as 54 de 2003.
- Em Nagorno-Karabakh, 34 vítimas registradas, mais do que as 21 de 2003.
- No Chade 32 vítimas registradas, mais do que as 18 de 2003.
- No Azerbaijão, 32 vítimas registradas, mais do que 28 de 2003.
- Na Eritreia, 30 vítimas registrados na Zona de Segurança Temporária, menos do que 62 de 2003.
- Em Guiné-Bissau, 30 vítimas registradas, mais do que as 12 de 2003.
- Em Moçambique, 30 vítimas registradas, mais do que as 14 de 2003.
- Na Etiópia, 27 vítimas registradas em Tigray e Afar somente, menos do que as 39 de 2003; a Pesquisa de Impacto das Minas Terrestres registrou 297 vítimas de 2003.
- Na Albânia, 25 vítimas registradas, mais do que quatro de as 2003; 20 vítimas ocorreram em um incidente durante uma sessão de treinamento.
- Na Tailândia, 24 vítimas registradas, menos do que as 29 de 2003.
- Na Croácia, 20 vítimas registradas, mais do que as nove de 2003.
- No Senegal, 17 vítimas registradas, menos do que as 19 de 2003.
- No Iêmen, 17 vítimas registradas, menos do que as 18 de 2003.
- Em Kosovo, 14 vítimas registrados, menos do que as 19 de 2003.
- No Líbano, 14 vítimas registradas, menos do que as 26 de 2003.
- No Tajikistão, 14 vítimas registradas, mais do que 12 de 2003.
- Em Ruanda, 12 vítimas registradas, mais do que as sete de 2003.
- No Peru, cinco UXO, mas não foram registradas vítimas com minas, menos do que as 21 de 2003.
- No Zimbábue, quatro UXO, mas não foram registradas vítimas com minas em 2004, menos do que 26 de 2003.

Em outros países afetados com minas, somente alguns dados sobre vítimas de minas terrestres/UXO são coletados pelos ministérios e agências do governo, agências internacionais e ONGs, hospitais, relatórios da mídia, pesquisas, e campanhas nacionais da ICBL. Em alguns casos, dados estão disponíveis também com estimativas do número de pessoas mortas ou prejudicadas por minas terrestres a cada ano.

- Na Índia, 295 vítimas registradas, mais do que 270 de 2003.
- No Iraque, 261 vítimas registradas, significativamente menos do que 2.189 registradas de 2003; entretanto, devido a uma falha no sistema de monitoramento e a situação da segurança, o número de vítimas informados é provavelmente menor. Muito mais vítimas foram por Dispositivos Explosivos Improvisados, a maioria era para ser detonada por comando.
- No Vietnã, 238 vítimas registradas, mais do que as 220 de 2003; o verdadeiro gráfico acredita-se ser consideravelmente alto.
- No Paquistão, 195 vítimas registradas, mais do que 138 de 2003.
- Na Turquia, 184 vítimas registradas, significativamente mais do que 67 de 2003.
- No Nepal, 132 vítimas foram informados pela mídia nos primeiros seis meses de 2004.

- No Irã, 109 vítimas registradas, menos do que 135 de 2003; entretanto, o Centro de Ações Contra Minas do Irã estima que três pessoas são mortas ou feridas por minas terrestres a cada dois dias.
- Na Somália, 91 vítimas informados, mais do que 75 vítimas de 2003.
- Em Burma (Myanmar), 82 vítimas foram identificadas; entretanto, o gráfico correto estima-se ser consideravelmente alto.
- Na Geórgia, 53 vítimas registradas, mais do que as 50 de 2003.
- Nas Filipinas, 47 vítimas registradas, mais do que as 21 de 2003.
- Em Uganda, 31 vítimas registradas, menos do que as 64 de 2003.
- Na Jordânia, 27 vítimas registradas, mais do que as seis de 2003.
- Na Palestina, 26 vítimas informados, mais do que as 23 de 2003.
- Na Grécia, 24 vítimas informados, o dobro das 12 de 2003.
- No Kuwait, 20 vítimas informados, significativamente mais do que as duas de 2003.
- Na Bielorrússia, 16 vítimas informados, mais do que nove de 2003.
- Na Armênia, 15 vítimas informados, mais do que oito de 2003.

Em 2005, vítimas com minas terrestres/UXO continuam sendo reportadas em cada região do mundo, incluindo:

- No Camboja, 594 novas vítimas registradas até o final de junho, em comparação com 596 vítimas registradas no mesmo período de 2004.
- Na Colômbia, 510 novas vítimas registradas até 1º de agosto de 2005.
- No Afeganistão, 491 novas vítimas registradas até o final de junho, um aumento comparado com o mesmo período de 2004.
- No Laos, 127 novas vítimas registradas até o final de julho.
- No Paquistão, 82 novas vítimas registradas até o início de julho.
- No Vietnã, 81 novas vítimas registradas até julho.
- Nas Filipinas, vítimas reportadas aumentaram significativamente com 54 novas vítimas até maio, mais do que foi reportado no ano inteiro de 2004.
- No Sudão, 50 novas vítimas foram registradas nos primeiros seis meses.
- Na Somália, 38 novas vítimas foram registradas até agosto.
- Em Angola, 36 novas vítimas foram registradas nos primeiros seis meses, uma significativa diminuição se comparado com 2004.
- Na RD do Congo, 21 novas vítimas foram registradas nos primeiros oito meses.
- Em Moçambique, 20 novas vítimas foram registrados até o final de agosto.
- No Iêmen, vítimas registradas aumentaram significativamente com 19 novas vítimas até agosto de 2005, mais do que foi reportado no ano inteiro de 2004.
- Na Croácia, 14 novas vítimas até o final de julho.
- Em Ruanda, vítimas reportadas aumentaram significativamente com 14 novas vítimas em junho, mais do que o informado no ano inteiro de 2004.
- No Tajikistão, 14 novas vítimas registradas até 30 de abril, o mesmo número informado para o ano inteiro de 2004.
- Em Guiné-Bissau, 12 novas vítimas foram registradas até o final de agosto, uma significativa diminuição se comparado com 2004.

O número de novas vítimas é somente um pequeno indicador do problema das minas terrestres. O mais importante é o número de sobreviventes com minas que precisam ou tem o direito a assistência. Enquanto o número de novas vítimas com minas é reportado em muitos países afetados com minas, o número de sobreviventes de minas terrestres continua *crescendo*.

O número exato de sobreviventes de minas no mundo é desconhecido. Por Pesquisas de Impacto de Minas Terrestres e aumento da coleta de dados mais informações estão passando a ser disponíveis. O Monitor de Minas Terrestres tem identificado mais de 247.750 sobreviventes de minas registrados em 97 países¹³⁹ e oito áreas. Enquanto alguns dados de vítimas voltam para o final da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos sobreviventes que foram feridos são da época da metade da década de 1970. Este gráfico não inclui a estimativa de mais de 100.000 ou mais sobreviventes de minas no Afeganistão, ou de soldados estrangeiros feridos durante a Guerra do Vietnã nos anos de 1970, a invasão soviética no Afeganistão na década de 1980, ou a primeira Guerra do Golfo em 1990. É desconhecida a quantidade desses sobreviventes que continuam vivos. Dado o alto número de vítimas que provavelmente nunca foram registrados, é razoável assumir que eles são algo entre 300.000 e 400.000 sobreviventes de minas no mundo hoje.

Vários países sem novas informações sobre vítimas com minas terrestres, não obstante, têm sobreviventes de minas terrestres que continuam precisando de assistência. Além dos 58 países onde foram reportados vítimas com minas/UXOs em 2004-2005, o Monitor de Minas Terrestres tem identificado 63 países com sobreviventes de minas/UXO incluindo 15 países não afetados com cidadãos prejudicados no exterior em incidentes com minas ou vítimas desde 1999, dois com cidadãos prejudicados antes de 1999, e três com sobreviventes conhecidos mas sem estatísticas disponíveis. Quase dois-terços dos países no mundo – 121 países – são afetados com algum problema relacionado com mina terrestre/UXO, envolvendo o assunto dos sobreviventes.

Buscando atender a necessidade dos sobreviventes

Os Estados-Partes do Tratado de Banimento das Minas Terrestres concordaram em promover uma aproximação integrada inclusiva na ajuda às vítimas que por enquanto aguarda por uma lenta definição do que seja uma vítima de mina terrestre. Isto significa que uma “vítima de mina” agrega diretamente os efeitos individuais de sua família e de comunidades afetadas por minas. Consequentemente, a assistência à vítima é visualizada como uma gama grande de atividades que beneficia indivíduos, famílias e comunidades.¹⁴⁰ Ao longo do *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2005* o termo "ajuda aos sobreviventes" é usado nos relatórios nacionais para descrever as atividades ligadas aos indivíduos afetados diretamente em um incidente com minas terrestres. Pretende-se com a utilização do termo "sobrevivente", enfatizar esta distinção.

Além disso, os Estados-Partes reconheceram que os sobreviventes de minas fazem parte de uma grande comunidade de pessoas com deficiências e deficiência, sendo que aqueles esforços de ajuda a vítima não deveriam excluir pessoas com deficiências ou com deficiência por outros motivos. O Relatório Final da Primeira Conferência de Exame apontou que "o ímpeto provido pela Convenção para ajudar as vítimas de minas tem possibilitado a oportunidade para aumentar o bem-estar de não somente vítimas de minas terrestres mas também de outras

¹³⁹ Além dos países afetados por minas, sobreviventes de minas ou UXOs foram identificados na: Bolívia, Bulgária, Costa Rica, Estônia, Húngria, Quênia, Indonésia, Latvia, Lituânia, Mongólia, Nigéria, Panamá, República do Congo, Suriname, Tanzânia e Timor-Leste.

¹⁴⁰ Nações Unidas, Relatório Final, Primeira Conferência de Exame dos Estados-Partes sobre a Convenção pela Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição, Nairobi, 29 de novembro-3 de dezembro de 2004, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 27.

pessoas com prejuízos relacionados à guerra e pessoas com deficiência"¹⁴¹. O Monitor de Minas Terrestres provê informações sobre instalações disponíveis para pessoas com deficiência qualquer que seja a causa da inaptidão e onde é possível identificar o número de sobreviventes que tem acesso a esses serviços.

O conhecimento dos problemas enfrentados pelos sobreviventes de minas e as instalações e programas disponíveis para assistência está aumentando. Muitos sobreviventes de minas terrestres não têm acesso para algumas das mais básicas necessidades: segurança alimentar, acesso à água, moradia adequada, estradas, uma forma de ganhar uma renda, cuidado médico, e acesso aos serviços de reabilitação vitalícios que muitos tem necessidades. Sobreviventes de mina e outras pessoas com deficiência estão entre o grupo mais pobre em toda sociedade.

As necessidades dos sobreviventes de minas terrestres são de longo prazo, em várias situações duram toda a vida. Frequentemente ter uma inaptidão significa não ser totalmente incluído na sociedade, e tradicionalmente a ajuda foi direcionada de um modo médico ou caridoso, provendo serviços segregados para pessoas com deficiência. Esta aproximação não envolveu o foco dos direitos e capacidades das pessoas com deficiência para contribuir como membros ativos da sociedade. Como consequência, pessoas com deficiência reuniram-se em Organizações de Pessoas com Deficiência para promover os direitos básicos e sociais próximos da inaptidão, mudando assim a sociedade e tornando isso inclusivo. "Nada sobre nós sem nós" é o lema deste movimento e é o princípio básico para o debate sobre deficiência. A mais comum aproximação com a questão da inaptidão é a aproximação de caminho duplo, baseado em colocar as questões de deficiência em destaque em todos os setores da sociedade e do desenvolvimento, enquanto não esquece o lado obscuro de algumas necessidades especiais das pessoas com deficiência.

Estados-Partes têm também reconhecido que a assistência aos sobreviventes precisa ser considerada dentro do contexto do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Eles concordaram que a assistência a uma vítima de mina precisa ser integrada dentro das estratégias de redução da pobreza e nos planos de desenvolvimento a longo prazo para assegurar a sustentabilidade e evitar a segregação desnecessária dos sobreviventes.¹⁴²

O Tratado de Banimento das Minas Terrestres exige, no Artigo 6, Parágrafo 3, que "Cada Estado-Parte em condições de fazê-lo proporcionará assistência para o tratamento e a reabilitação de vítimas de minas e sua reintegração social e econômica...." Muitos sobreviventes de mina estão se beneficiando do aumento da atenção dada para o assunto de assistência a vítimas pelos Estados-Partes e outros. Não obstante, muitos sobreviventes de minas ainda não estão aptos para acessar as instalações necessárias para sua completa reabilitação e reintegração, e muitas ONGS locais e internacionais relatam uma falha no investimento, especialmente no investimento a longo prazo, estão limitando as suas operações e a sustentabilidade dos programas. Existe um bom entendimento sobre a extensão do problema, e os programas existentes estão longe de satisfazer as necessidades. Se surgisse aquela adicional assistência de fora continuaria sendo necessário o provimento de cuidado e reabilitação aos sobreviventes de minas.

Capacidades dos Estados Afetados em Prover Assistência aos Sobreviventes de Minas Terrestres

O Relatório Final da Primeira Conferência de Exame reiterou que os seis componentes básicos da assistência as vítimas são: coleta de dados; cuidados de emergência e contínua

¹⁴¹ Relatório Final da Primeira Conferência de Exame, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 27.

¹⁴² Relatório Final da Primeira Conferência de Exame, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 28.

assistência médica; reabilitação física e prótica; suporte psicológico e reabilitação social; reintegração econômica; leis sobre deficientes e políticas públicas.¹⁴³

Uma análise detalhada dos esforços e das capacidades dos Estados afetados por minas em prover as necessidades dos sobreviventes de minas terrestres, e pessoas com deficiência em geral, está além da pesquisa realizada pelo Monitor de Minas Terrestres. Baseando-se em uma pura análise quantitativa das informações que estão disponíveis no *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2005*, vai parecer que a maioria dos países possuem instalações para tratar de algumas necessidades dos sobreviventes de minas terrestres.

Entretanto, o Monitor de Minas Terrestres encontrou que no mínimo 51 dos 58 países com novas vítimas com minas em 2004-2005, e nas seis áreas, um ou mais aspectos da assistência aos sobreviventes são, segundo notícias, inadequados para satisfazer às necessidades de sobreviventes de minas ou de outras pessoas com deficiência. Até mesmo se os serviços existissem, eles estão frequentemente a longas distâncias das áreas afetadas com minas, fazendo deles inacessíveis para muitos sobreviventes, são muito caros para os sobreviventes, ou são burocraticamente fora dos limites de um grupo ou outro. Assistência na área identificada como de grande prioridade para muitos sobreviventes de minas – reintegração econômica – continua faltando na maioria dos países.

Pesquisa coletada pelo Monitor de Minas Terrestres em 2004-2005 identificou os mesmos problemas-chave apontados nos anos anteriores :

- Vários dos serviços estão situados nos centros urbanos, mas a maioria dos sobreviventes são encontrados nas áreas rurais onde a concentração de poluição de minas é bastante acentuada;
- A maioria dos recursos é direcionada para cuidados médicos e a instalação de aparelhos ortopédicos;
- A disponibilidade de assistência no suporte psicossocial e na reintegração econômica é limitada;
- Muitos países afetados por minas sofrem uma falta de treinamento adequado de cuidados médicos e provedores de reabilitação, e buscam nas organizações internacionais, ONGs e agências da ONU ajuda no oferecimento de serviços aos sobreviventes de minas;
- ONGs locais e infraestruturas de saúde/reabilitação seguidamente tem problemas com recursos financeiros e a impossibilidade de continuar os programas depois que as organizações internacionais se retiram;
- Conflitos contínuos, e a conseqüente segurança, no que concerne a alguns países afetados, limitam seguidamente a habilidade do governo ou de agências internacionais de proverem assistência aos sobreviventes de minas;
- A situação econômica de muitos países afetados e sobreviventes de minas terrestres permanece um obstáculo para o provimento de assistência adequada.

Coleta de Dados

Na Primeira Conferência de Exame, os Estados-Partes reconheceram "o valor e a necessidade de dados precisos e atualizados sobre o número de novas vítimas com minas terrestres, o total de sobreviventes e suas necessidades específicas, e a extensão/falta de qualidade dos serviços que existem para prover suas necessidades...."¹⁴⁴ Nos relatórios de países

¹⁴³ Relatório Final da Primeira Conferência de Exame, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 28.

¹⁴⁴ Relatório Final da Primeira Conferência de Exame, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 29.

afetados por minas no *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2005*, é provida informação sobre as instalações que foram identificadas como ajudando sobreviventes de minas e outras pessoas com deficiência. Muitas instalações foram questionadas para informar quantas pessoas foram ajudadas nos anos anteriores, e quantas eram sobreviventes de minas terrestres. O Monitor de Minas Terrestres quase nunca foi capaz de conseguir esta informação, inclusive algumas instalações não mantêm registros nos casos de danos, como se todas as pessoas fossem tratadas da mesma forma. Algumas instalações informaram não haver a capacidade de armazenar qualquer tipo de informação. Entretanto, considerável informação sobre vítimas com minas terrestres está disponível. O problema é que não é coletado de uma maneira sistematizada ou centralizada para que estes dados possam ser verificados, agregados e efetivamente analisados. Não obstante, enquanto que reconhecemos que os dados estão longe de serem completos, eles mostram uma indicação de onde é necessária uma atenção adicional na ajuda aos sobreviventes de minas terrestres.

A informação sobre as atividades de assistência aos sobreviventes no *Relatório de Minas Terrestres 2005* não é exaustiva, e é provável que informação sobre as atividades de algumas ONGs locais e internacionais em serviços e atividades empreendidas por agências governamentais não estão incluídas. O Monitor de Minas Terrestres gostaria de receber mais dados de agências governamentais e não-governamentais sobre atividades de assistência à vítimas para futuras edições deste relatório. Não obstante, com a pesquisa realizada, o Monitor de Minas Terrestres tentou prover a indicação de progresso e problemas enfrentados na solução das necessidades dos sobreviventes de minas. Abaixo são exemplos de alguns resultados-chave e desenvolvimentos em 2004 e no início de 2005.

Emergência e Cuidados Médicos Contínuos

Emergência e cuidado médico contínuo inclui primeiros socorros e gerenciamento dos danos imediatamente depois de uma explosão de uma mina terrestre, cirurgia, administração da dor, cuidado no hospital, sendo necessário o contínuo cuidado médico para a recuperação física de um sobrevivente de mina. Em 2004, o Monitor de Minas Terrestres identificou mais de 2.266 vítimas de mina terrestre/UXO em registros de hospital, incluindo 66 vítimas na África, 321 nas Américas, 1.236 na região da Ásia-Pacífico, 348 na Europa e na Ásia Central, e 295 no Oriente Médio e no Norte da África. O Monitor de Minas Terrestres também identificou mais de 1.296 médicos, cirurgiões, enfermeiros, provedores de primeiros socorros e agentes de saúde comunitários que receberam treinamento: 103 provedores de cuidados médicos locais na África, 470 nas Américas, 613 na região da Ásia-Pacífico, 75 na Europa e Ásia Central, e 35 no Oriente Médio e no Norte da África.

- No Afeganistão, a Pesquisa sobre o Impacto das Minas Terrestres descobriu que somente 10 por cento das comunidades que sofrem o impacto das minas possuem instalações para cuidado médico de qualquer tipo.
- Na Albânia, em novembro de 2004, um equipamento móvel de raio-x e kits de cirurgia ortopédica foram entregues ao principal hospital em uma área para melhorar a capacidade cirúrgica; dois cirurgiões e um anestesista receberam treinamento na Eslovênia.
- Em Burma, apresentações sobre cirurgia de Guerra, incluindo amputação e outros cuidados para vítimas com minas, foram feitos na conferência anual militar médica no Hospital

- Militar Mingaladon; equipes móveis de cuidados médicos foram capazes de acessar áreas anteriormente restritas dos Estados de Mon, Karen e Karenni.
- Em Burundi, em julho de 2004, o governo assinou um memorando de entendimento com a UNHCR, UNICEF e a Organização Mundial da Saúde para melhorar a qualidade dos cuidados médicos.
 - Na Chechênia, em julho de 2004, o Hospital No. 1 Central Town em Gudermes foram reabertos, e em fevereiro e maio de 2005 dois hospitais em Grozny foram reabertos.
 - Na RD do Congo, alguns agentes de saúde informaram que não receberam o salário estatal por mais de uma década.
 - No Irã, em novembro de 2004 na cidade de Tehran, o Seminário Regional em Prevenção e Tratamento de Ferimentos de Minas Terrestres reuniu mais de 200 pessoas que lidam com aspectos médicos e educacionais do problema das minas terrestres no Irã.
 - No Iraque, 12 por cento das instalações médicas foram danificadas e sete por cento foram pilhadas durante a guerra, incluindo duas dos três hospitais de reabilitação que foram forçados a fechar.
 - No Laos, serviços médicos foram melhorados e estão contribuindo para a diminuição do número de vítimas que matam devido à consequência dos ferimentos.
 - Na Somália, resultados preliminares da Fase II da Pesquisa sobre o Impacto das Minas Terrestres descobriram, em comunidades afetadas por minas em Bari, Nugaal e North Mudug, que estruturas médicas são em grande maioria inexistentes.
 - No Sri Lanka, o tsunami de 26 de dezembro casou uma devastação no setor de saúde, particularmente na região nordeste, com vários grandes hospitais danificados e um grande número de pequenos centros de saúde completamente ou parcialmente destruídos.
 - No Sudão, uma amostra dos vítimas registrados no banco de dados NMAO indicava que levava cinco horas ou mais para 20 por cento dos vítimas para encontrar a primeira instalação médica.
 - No Yêmen, em dezembro de 2004, a Red Crescent Iraniana abriu um novo centro/hospital com 70 leitos em Sana com instalações avançadas para cirurgias de olho e emergências.

Reabilitação Física

Reabilitação física inclui o provimento de serviços para reabilitação, fisioterapia e o suprimento de próteses e dispositivos de ajuda, como cadeiras de rodas, muletas, para promover o bem-estar dos sobreviventes de minas que tiveram a perda de um membro, abdominal, tórax ou danos na coluna, perda da vista ou surdez.

Em 2004, o Monitor de Minas Terrestres identificou mais de 140.128 pessoas com deficiência recebendo serviços de reabilitação física, incluindo no mínimo 6.978 minas terrestres/UXO sobreviventes: 27.206 pessoas (703 sobreviventes) na África; 8.990 (380 sobreviventes) nas Américas; 72.369 (4.791 sobreviventes) na região da Ásia-Pacífico; 22.772 (846 sobreviventes) na Europa e na Ásia Central; e 8.791 (258 sobreviventes) no Oriente Médio e Norte da África. O Monitor de Minas Terrestres também identificou mais de 489 especialistas em reabilitação, incluindo técnicos em próteses, terapeutas físico, médicos e enfermeiros que receberam treinamento em 2004: 157 especialistas em reabilitação na África, 16 nas Américas; 124 na região da Ásia-Pacífico; 192 na Europa e Ásia Central; nenhum foi identificado no Oriente Médio ou no Norte da África. Isto não incluiu os especialistas em reabilitação que recebem treinamento regular no trabalho.

- No Afeganistão, serviços para deficiência existem em somente 20 das 34 províncias.
- Na Albânia, em novembro de 2004, 30 enfermeiros vindos de vilas afetadas por minas receberam treinamento em técnicas básicas de reabilitação.
- Na Argélia, o Escritório Nacional Algeriano para Equipamentos e Acessórios para Pessoas com Inaptidão retomou o tratamento e a provisão de membros artificiais e dispositivos de mobilidade para veteranos ineptos e vítimas de guerra no hospital Ben Akmoun na Argélia.
- Em Angola, os centros de reabilitação física estão em um processo de início de nacionalização. No início de 2005, 12 técnicos angolanos foram enviados para El Salvador para participar de um programa de treinamento de três anos na Universidade Don Bosco; o projeto de reabilitação baseado na comunidade começou nas províncias de Benguela, Huíla e Namibe.
- No Azerbaijão em 2004, o governo abriu um centro de reabilitação em Sumgayit, e vai abrir outro centro na cidade de Sheki em 2005.
- No Camboja, no final de 2004, existiam lá 11 centros de reabilitação física e oficinas de ortopedia abrangendo 24 províncias em Camboja, uma diminuição de 14 no início de 2003.
- Na Colômbia, pelo menos três novos programas começaram a facilitar a reabilitação física de sobreviventes de minas e outras pessoas com deficiência.
- Na Eritreia, em 2004, o Centro Ortopédico e Prostético Nacional Maekel fora de Asmara tornou-se operacional.
- Na Etiópia, em agosto de 2005 um novo centro de reabilitação física foi aberto em Bahir Dar.
- Em Guiné-Bissau, existe somente um centro de reabilitação funcionando para servir o país inteiro.
- Na Índia, em 2004, o CICV começou a dar suporte ao departamento de próstata/ortopedia do Colégio Médico Governamental de Jammu.
- No Iraque, os serviços de reabilitação física são informados como inadequados para conhecer as necessidades dos sobreviventes de minas e outras pessoas com deficiência e as autoridades falham em manter os recursos financeiros para manter as instalações.
- Na Jordânia, começou a construção em agosto de 2004 de um novo Centro de Reabilitação Nacional para Amputados.
- No Laos, terapia ocupacional e treinamento em fisioterapia iniciaram em 2004, e em 2005, um programa de reabilitação baseado na comunidade foi expandido para atender em mais comunidades.
- No Nepal, em maio de 2004, o CICV iniciou um novo programa de reabilitação física para ajudar o Hospital Green Pasture e o Centro de Reabilitação em Pokhara.
- No Paquistão, seguindo a missão de avaliação em agosto de 2004, o CICV iniciou um programa de reabilitação física para assegurar que pessoas de áreas de conflito e em campos de refugiados tenham acesso seguro aos serviços.
- Na Palestina, em março de 2005, dois novos centros de fisioterapia foram abertos em Hebron.
- Nas Filipinas, no início de 2005 um novo projeto foi lançado com um barco especialmente equipado com mecanismos ortopédicos para viajar ente as ilhas para fazer membros artificiais personalizados e prover reabilitação.

- No Sri Lanka, um novo centro de reabilitação foi aberto em Batticaloa, e em maio de 2005, a Escola de Prótese e Ortopedia começou treinamento.
- No Sudão, somente 16 trabalhadores em reabilitação estão disponíveis em áreas afetadas. Em janeiro de 2005, o CICV inaugurou o primeiro curso internacionalmente reconhecido em prótese e ortopedia do Sudão.
- Na Tailândia, em setembro de 2004, o Programa de Cuidados Médicos e Reabilitação para Vítimas de Minas Terrestres começou. Também em 2004, um programa piloto de reabilitação baseado na comunidade de três anos foi lançado em cinco províncias para atender às necessidades das pessoas com deficiência em regiões rurais.
- Em Uganda, em 2004, um novo programa de três anos para pessoas com deficiência nos distritos do norte de Gulu, Ktgum, Pader, Apac e Lira, e no lado Oeste nos distritos de Nile, Nebbi e Arua.

Fornecimento de Próteses, Órteses e Aparelhos de Assistência

- Em 2004, os centros de próteses e órteses apoiados pela CICV produziram pelo menos 22.495 próteses (13.239 para sobreviventes de minas), 20.937 órteses (226 para sobreviventes de minas), 47.467 muletas, e 1.718 cadeiras de rodas.
- Com base em dados parciais, em 2004 centros de próteses e órteses apoiados outros governos ou ONGs produziram pelo menos 44.086 próteses, 30.740 órteses, 25.266 muletas, 18.454 cadeiras de rodas ou triciclos, 31.323 outros aparelhos e componentes de assistência, e consertaram 8.401 aparelhos ortopédicos. Pelo menos 1.260 aparelhos ortopédicos foram para sobreviventes de minas ou engenhos não-detonados.
- No total, o Monitor de Minas Terrestres identificou 250.887 próteses, órteses, andadores, peças ou outros aparelhos de assistência produzidos, distribuídos ou consertados em 2004, incluindo pelo menos 14.725 para sobreviventes de engenhos não-detonados ou minas: 48.413 auxílios ortopédicos (pelo menos 2.864 para sobreviventes de minas ou engenhos não-detonados) na África; 6.590 (pelo menos 156 para sobreviventes) nas Américas; 107.525 (pelo menos 10.541 para sobreviventes) na Ásia e no Pacífico; 53.357 (pelo menos 237 para sobreviventes) na Europa e Ásia Central; e 35.002 (pelo menos 927 para sobreviventes) no Oriente Médio e África do Norte.

Apoio Psicossocial e Reintegração Social

A atividade de Apoio psicossocial e de reintegração social inclui atividades que ajudam sobreviventes de minas e as famílias dos mortos ou mutilados a superar o trauma da explosão de uma mina terrestre e promover seu bem-estar social. Estas atividades incluem grupos de apoio comunitários, associações para os incapacitados, esporte e atividades relacionadas e aconselhamento profissional.

O Monitor de Minas Terrestres identificou pelo menos 14.214 pessoas portadoras de deficiências que foram beneficiadas por atividades de apoio psicossocial e reintegração social, incluindo pelo menos 5.926 sobreviventes: 3.560 pessoas (492 sobreviventes de minas ou engenhos não-detonados) na África; 569 (503 sobreviventes) nas Américas; 4.233 (956 sobreviventes) na Ásia e no Pacífico; 1.630 (968 sobreviventes) na Europa e Ásia Central; e 4.222 (3.007 sobreviventes) no Oriente Médio e África do Norte.

- Vários sobreviventes de minas participaram dos Jogos Paraolímpicos em Atenas, em setembro de 2004.
- No Afeganistão, a União dos Incapacitados Afegãos foi fundada por um sobrevivente de mina para praticar atividades de assistência política e jurídica, conscientização e pesquisa.
- Na Armênia, de acordo com médicos na região de Tavush, menos de dez por cento dos sobreviventes de minas têm acesso à reabilitação psicossocial.
- Na Croácia, em janeiro de 2005 começou a construção do centro de apoio psicossocial em Rovemj.
- No Iraque há muito poucos assistentes sociais, psicólogos e enfermeiras treinadas à disposição para providenciar apoio psicossocial para ferimentos com minas e outros ferimentos de guerra.
- No Sudão, hospitais e centros de saúde têm poucas equipes treinadas em apoio psicossocial e casos de discriminação.
- No Tajiquistão, não há especialistas treinados em apoio psicológico nos hospitais ou clínicas que tratam sobreviventes de minas ou grupos de apoio.
- No Iêmen, em setembro de 2004, a Associação para os sobreviventes de minas ou engenhos não-detonados do Iêmen foi lançada.

Reintegração Econômica

A reintegração econômica é entendida de modo geral como programas de assistência “que melhoram a situação econômica das vítimas de minas... por meio da educação, desenvolvimento econômico da infra-estrutura da comunidade e da criação de postos de trabalho.”¹⁴⁵ A maioria dos sobreviventes de minas e outras pessoas com deficiências está nos mais pobres países afetados pelas minas e a falta de acesso a oportunidades de emprego é uma preocupação comum. Conforme lembrou o Fundo Mundial de Reabilitação e o PNUD, para muitos sobreviventes de minas o mais importante “não são os serviços médicos de reabilitação, mas ajuda para retomar seus papéis como membros produtivos da comunidade e contribuintes para o bem-estar de suas famílias.”¹⁴⁶

O Monitor de Minas identificou 29.929 pessoas deficientes assistidas com treinamento vocacional e/ou outras atividades de geração de renda em 2004, incluindo pelo menos 7.190 sobreviventes de minas ou engenhos não-detonados: 10.156 pessoas na África (pelo menos 1.017 sobreviventes); 506 nas Américas (pelo menos 140 sobreviventes); 16.406 na Ásia e no Pacífico (pelo menos 5.569 sobreviventes); 1.163 na Europa e Ásia Central (pelo menos 232 sobreviventes); e 1.698 no Oriente Médio e África do Norte (pelo menos 232 sobreviventes de minas).

- No Afeganistão, o Estudo sobre Impacto de Minas Terrestres descobriu que de 1.323 sobreviventes recentes de minas, apenas 29 (dois por cento) receberam treinamento vocacional desde o acidente.

¹⁴⁵ Jack Victor, Steven Estey e Heather Burns Knierim, “Diretrizes para a Reintegração Socioeconômica dos Sobreviventes de Minas,” Fundo Mundial de Reabilitação e Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, agosto de 2003, p. 1.

¹⁴⁶ Jack Victor, Steven Estey e Heather Burns Knierim, “Diretrizes para a Reintegração Socioeconômica dos Sobreviventes de Minas,” Fundo Mundial de Reabilitação e Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, agosto de 2003, p. 1.

- Na Armênia, apenas 5 de 34 sobreviventes entrevistados (15 por cento) foram normalmente empregados.
- Na Jordânia, em março de 2005, um acordo foi assinado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e um centro de treinamento vocacional para facilitar a reintegração socioeconômica para assegurar que sobreviventes de minas recebam as mesmas oportunidades de emprego e treinamento que seus pares não-incapacitados.
- No Senegal, os programas de reintegração socioeconômica estão integrados dentro da Estratégia de Redução da Pobreza através de planos de desenvolvimento nacionais.
- Na Somália, de 43 sobreviventes recentes, 12 estavam desempregados antes do acidente, subindo para 21 desempregados após o acidente.
- No Sudão, de acordo com o banco de dados da NMAO, mais de 75 por cento dos sobreviventes perderam ou trocaram seus empregos após o acidente com minas ou engenhos não-detonados.
- No Tajiquistão, em janeiro de 2005, um novo programa teve início para facilitar o acesso oportunidades de geração de renda para sobreviventes de minas em seis distritos.
- Em Uganda, em abril de 2004, um novo programa iniciado no Distrito de Gulu para oferecer treinamento vocacional, empréstimos rotativos e outras formas de apoio a atividades de geração de renda.
- No Iêmen, a Estratégia de Redução da Pobreza do governo inclui o objetivo de fundar centros de treinamento para pessoas com incapacidades.

Política e Ação para Deficientes

Os Estados-Partes reconheceram a necessidade de leis e ações “que promovam efetivo tratamento, cuidado e proteção para todos os cidadãos incapacitados.”¹⁴⁷ A ajuda a sobreviventes de minas, assim como a todas as pessoas deficientes, é mais que apenas um assunto médico e de reabilitação; é também um caso de direitos humanos. O Monitor de Minas Terrestres identificou mais de 50 países afetados por minas ou áreas com legislação ou medidas que claramente protegem os direitos das pessoas portadoras de deficiência; em outros países, pessoas portadoras de deficiências são protegidas pela lei comum. Entretanto, em muitos casos estas leis não são totalmente implementadas ou efetivadas.

- Na Albânia, em janeiro de 2005, uma nova Estratégia Nacional para Pessoas Portadoras de Deficiência foi aprovada pelo Conselho de Ministros. Em abril de 2005, foi adotada uma nova lei habilitando a pensões todas as pessoas portadoras de deficiências.
- Na Bósnia e Herzegovina, em 1º de janeiro de 2005 na República de Srpska uma nova lei para vítimas civis de militares de minas foi implementada.
- No Camboja, em 2005 um novo e revisado Projeto de Lei sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência foi submetido à aprovação do Conselho de Ministros.
- Na Croácia, as medidas legais para os sobreviventes de minas foram estendidas com a Lei de Direitos dos Participantes da Guerra Civil e Membros de suas Famílias, datada de 2004, e a Lei de Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Portadoras de Deficiências, datada de 2005.

¹⁴⁷ Relatório Final da Primeira Conferência de Revisão, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, pp. 31-32.

- Em Maláui, na última sessão do Parlamento em 2004, foi aprovada uma nova política nacional para os deficientes.
- Em Marrocos, em setembro de 2004 foi lançado um censo sobre deficiência, que irá levar à criação de um plano de ação nacional em 2006.
- No Paquistão, em abril de 2005, foi convocada uma oficina de dois dias, em Islamabad, com o título Consulta Nacional sobre o Plano de Ação para Implementação da Política Nacional para Pessoas Portadoras de Deficiência.
- Na Polônia, em 1º de janeiro de 2004, uma nova lei deu indenização às pessoas permanentemente incapacitadas ao trabalho em função de ferimentos de guerra, incluindo sobreviventes de minas ou engenhos não-detonados.
- Na Somália, em dezembro de 2004, foi instituído um novo governo de transição que inclui o Ministério de Deficientes e Órfãos.
- No Sri Lanka, o Ministério do Serviço Social obteve aprovação do Gabinete de Ministros para assegurar que todos os projetos de reconstrução pós-tsunami considerem o tema da acessibilidade para portadores de deficiência, de acordo com os Padrões Nacionais de Deficiência.
- Na Síria, em julho de 2004, uma nova lei nacional para proteger os direitos das pessoas portadoras de deficiência foi promulgada pelo Presidente.

Coordenação e Planejamento

Os Estados-Partes têm reconhecido a necessidade de desenvolver planos de ação para atingir as necessidades e direitos dos sobreviventes de minas e outras pessoas com deficiências e integrar planejamentos a um amplo desenvolvimento de estratégias de redução da pobreza.¹⁴⁸

- No Afeganistão, em setembro de 2004 a UNDP assumiu a responsabilidade pelo Programa de Abrangência aos Deficientes Afegãos e desenvolveu um novo projeto, o Programa Nacional de Ação para os Deficientes.
- Na Bósnia e Herzegovina, a assistência às vítimas é uma sub-estratégia da Estratégia de Ação para Minas da BHMAC, para o período 2005-2009.
- Na Croácia, o Plano Nacional de Ação para 2005-2009 inclui assistência às vítimas e reabilitação, que é organizada e conduzida principalmente por ONGs em cooperação com o Ministério da Saúde e o Ministério de Relações Exteriores.
- A Eritreia pretende unir até 2015 a assistência aos sobreviventes a seu plano Metas de Desenvolvimento do Milênio.
- Na Jordânia, em junho de 2005 o Plano Nacional de Ação sobre Minas para 2005-2009 foi lançado com o objetivo de “desenvolver e entregar uma coerente e coordenada política e programa nacional de Assistência às Vítimas e Sobreviventes (SVA) que integre reabilitação física e reintegração social para todas as vítimas e sobreviventes de minas terrestres.”
- No Líbano, em dezembro de 2004, o Escritório Nacional de Remoção de Minas lançou sua Estratégia de Estado que tem por objetivo atingir com sucesso a reintegração dos sobreviventes de minas terrestres à sociedade “com apoio adequado para casos individuais através de um sistema nacional”.

¹⁴⁸ Relatório Final da Primeira Conferência de Revisão, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p.

- Em Maláui, o plano de ação quinquenal (2005-2009) inclui o objetivo de aumentar o nível de assistência às vítimas.
- Em Moçambique, o esboço de um plano nacional de ação para os deficientes está atualmente sendo revisto.
- Na Sérvia e Montenegro, em 2004, o Ministério da Saúde da República de Montenegro instituiu uma Comissão para as Vítimas de Minas Antipessoal e na República da Sérvia foi fundado o Conselho dos Trabalhadores da Saúde.
- No Sudão, o Diretório Nacional de Ação Estratégica de Minas inclui assistência às vítimas.
- Em Uganda, a estratégia é privilegiar a assistência às vítimas em programas de desenvolvimento.
- Em Zâmbia, programas de assistência a sobreviventes de minas serão privilegiados no programa de desenvolvimento nacional.

Os Desafios da obtenção da assistência adequada, apropriada e sustentável

Pesquisa liderada pelo Monitor de Minas indica que enquanto há progressos, existe ainda muito trabalho a fazer. A maioria dos países atingidos por minas continuam passando por problemas similares aos de anos anteriores, ainda que em diferentes níveis, e permanecem muitos desafios-chave que precisam receber atenção para assegurar que o crescente número de sobreviventes de minas receba assistência adequada e em quantidade suficiente.¹⁴⁹ Isto inclui:

- Facilitar acesso à saúde e a instalações de reabilitação;
- Dedicar-se a tornar acessíveis a saúde e reabilitação;
- Aumentar e melhorar recursos para reabilitação e apoio psicossocial;
- Criar oportunidades de emprego e geração de renda;
- Capacitação e treinamento avançado de profissionais de saúde, incluindo médicos cirurgiões, enfermeiras, fisioterapeutas e técnicos em ortopedia;
- Capacitação de pessoal dentro de ministérios governamentais relevantes e associações locais de pessoas com deficiências;
- Aumentar a conscientização sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiências;
- Instituir um sistema de previdência social efetivo legal e social para proteger os direitos de todas as pessoas com deficiências, incluindo vítimas de minas;
- Apoiar ONGs locais e órgãos locais para garantir a participação de pessoas portadoras de deficiências nas questões que mais lhe interessam e promover programas específicos e sustentáveis;
- Colaboração e coordenação de todos os envolvidos, incluindo agências locais, nacionais e internacionais, no que se refere aos recursos, planejamento e treinamento;
- Obter fundos suficientes para apoiar os programas e coordenação do apoio aos doadores;
- Engajar os ministérios governamentais relevantes nos países atingidos por minas no planejamento e implementação de programas.

¹⁴⁹ Para maiores informações veja Amputados Internacional, “Workshop de Lições Aprendidas: Uma Revisão de Programas de Assistência para Feridos de Guerra e Outras Pessoas Vivendo em Países Atingidos por Minas” Paris, 25 a 28 de maio de 2004, www.handicap-international.org; veja também Amputados Internacional, “Assistência às Vítimas de Minas no Sudeste da Europa,” Bruxelas, setembro de 2003, www.handicapinternational.be/downloads/ITFVASTudyfinalreport.pdf

O Plano de Ação de Nairobi, Estados-Partes e Assistência às Vítimas de Minas

O Tratado de Proibição de Minas é o primeiro tratado de desarmamento multilateral na história que menciona a assistência às vítimas de armas proibidas. A Primeira Conferência de Exame em novembro e dezembro de 2004 proporcionou a oportunidade de futuramente aumentar a conscientização sobre os direitos e necessidades dos sobreviventes de minas e outras pessoas portadoras de deficiências e encorajar os Estados-Partes a destinar os esforços e recursos necessários para facilitar a completa reabilitação, reintegração e participação de sobreviventes de minas e outras pessoas portadoras de deficiências. Enquanto eram feitos progressos na assistência aos sobreviventes de minas, Estados-Partes identificaram um número de desafios-chave a receber atenção no período de 2005 a 2009 para cumprir aos sobreviventes de minas a promessa contida no tratado.

Estados-Partes na Primeira Conferência de Exame reconheceram que todos os Estados têm a responsabilidade de assistir os sobreviventes de minas. Entretanto, 24 Estados-Partes foram identificados como tendo significantes números de sobreviventes de minas e “a maior responsabilidade de agir, mas também as maiores necessidades e expectativas de assistência” em fornecer serviços adequados para cuidados, reabilitação e reintegração de sobreviventes. Os 24 que serão “um desafio a receber maior atenção” para os Estados-Partes no período de 2005 a 2009 incluem Afeganistão, Albânia, Angola, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Camboja, Chade, Colômbia, Croácia, República Democrática do Congo, El Salvador, Eritreia, Etiópia, Guiné-Bissau, Moçambique, Nicarágua, Peru, Senegal, Sérvia e Montenegro, Sudão, Tajiquistão, Tailândia, Uganda e Iêmen.¹⁵⁰ De 2004 a 2005, 23 dos 24 Estados informaram novas vítimas de minas, calculando em 57 por cento (3.729 de 6.521) das vítimas registradas pelo Monitor de Minas em 2004, e 39 por cento dos engenhos não-detonados ou minas em 97 países.

Com respeito à assistência às vítimas, o Plano de Ação de Nairobi para o período de 2005 a 2009 tem por objetivo “aumentar os esforços de cuidados, reabilitação e reintegração” através de ações tanto para os Estados-Partes atingidos por minas como para os não atingidos.¹⁵¹

- Ação # 29: implementar e ampliar serviços de saúde necessários para responder a imediatas e crescentes necessidades das vítimas de minas;
- Ação # 30: aumentar a capacidade nacional de reabilitação física;
- Ação # 31: desenvolver capacidades de promover o encontro entre o apoio psicológico e social às necessidades das vítimas de minas;
- Ação # 32: apoiar ativamente a reintegração socioeconômica das vítimas de minas;
- Ação # 33: assegurar que estruturas de leis e políticas nacionais efetivamente atinjam as necessidades e os direitos fundamentais das vítimas de minas;
- Ação # 34: desenvolver ou ampliar a capacidade nacional de coleta nacional de informações sobre vítimas de minas;
- Ação # 35: assegurar que, em todos os esforços de assistência às vítimas, seja dado privilégio a critérios de idade e sexo;
- Ação # 36: agir sobre a obrigação contida no Artigo 6 (3) de prontamente assistir aqueles Estados-Partes que claramente demonstraram necessidade de apoio externo;

¹⁵⁰ “Relatório Final da Primeira Conferência de Revisão, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 33. Etiópia foi incluída na Pesquisa sobre o Impacto das Minas Terrestres de países focalizados após ratificar o Tratado de Proibição das Minas em dezembro de 2004.

¹⁵¹ Para maiores detalhes veja Relatório Final da Primeira Conferência de Revisão, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, pp. 99-101.

- Ação # 37: monitorar e promover progresso para atingir as metas de assistência às vítimas no período de 2005 a 2009;
- Ação # 38: assegurar efetiva reintegração das vítimas de minas ao trabalho da Convenção;
- Ação # 39: assegurar uma efetiva contribuição em todas as deliberações relevantes, por profissionais e oficiais de serviços sociais, de saúde e de reabilitação.

O Comitê Permanente de Assistência e Reintegração Econômica às Vítimas (SC-VA) foi um mecanismo integrante do aperfeiçoamento da compreensão e identificação das necessidades com relação à assistência às vítimas entre os Estados-Partes. Sobreviventes de minas, a ICBL, CICV e inúmeras ONGs têm trabalhado muito próximas aos Estados-Partes para ampliar o importante trabalho do Comitê Permanente para Assistência às Vítimas. Em 2005 a Comitê Permanente para Assistência às Vítimas aumentou seus esforços visando assegurar com sucesso a implementação do Plano de Ação de Nairobi durante os próximos cinco anos.

Desde dezembro de 2004, a Nicarágua e a Noruega têm servido como co-presidentes do Comitê Permanente para Assistência às Vítimas e o Afeganistão e a Suécia têm atuado como relatores (espera-se que se tornem co-presidentes em dezembro de 2005).

No início de 2005, os co-presidentes desenvolveram um questionário, com ajuda da Unidade de Apoio à Implementação, e em conferência com investidores-chave incluindo a ICBL, para assistir os 24 Estados-Partes mais afetados para desenvolver um plano de ação relativo à assistência às vítimas. O questionário pedia respostas para quatro questões-chave: qual é a situação em 2005 de cada uma das seis principais áreas temáticas da assistência às vítimas; em que situação o estado deseja estar (objetivos) em cada uma das seis áreas temáticas em 2009; quais são os planos para atingir estes objetivos em cada uma das seis áreas temáticas em 2009; e que recursos estão disponíveis ou são necessários para implementar estes planos. Os co-presidentes enviaram o questionário para os 24 Estados-Partes em março de 2005 com o objetivo de que estes Estados-Partes produzissem objetivos que fossem específicos, mensuráveis, viáveis, relevantes vinculados a um cronograma. (SMART).¹⁵² Dois *workshops* regionais foram organizados pelos co-presidentes nas Américas (Manágua, Nicarágua, 26-27 de abril de 2005) e na África (Nairobi, Quênia, 31 de maio a 2 de junho de 2005) para permitir que importantes Estados compartilhem experiências e desenvolvam suas respostas ao questionário. O *workshop* nas Américas foi assistido por Colômbia, El Salvador, Nicarágua e Peru, e na África por Angola, Burundi, DR Congo, Eritreia, Etiópia, Guiné-Bissau, Moçambique, Senegal, Sudão e Uganda.

No encontro intersessional do Comitê Permanente para Assistência às Vítimas, em junho de 2005, 18 dos 24 Estados-Partes que receberam uma atenção mais aprimorada fizeram atualizações em seus planos, avanços e prioridades para a assistência às vítimas de minas e seus problemas encontrando as necessidades: Afeganistão, Albânia, Angola, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Camboja, Colômbia, Croácia, El Salvador, Guiné-Bissau, Moçambique, Nicarágua, Peru, Sudão, Tadjiquistão, Tailândia, Uganda e Iêmen. Um Estado Não Parte do Tratado de Proibição das Minas, o Líbano, também partilhou suas experiências. Três Estados-Partes

¹⁵² “Esforços para assegurar que os 24 Estados-Partes para a Convenção que têm relatado números significativos de sobreviventes de minas desenvolvam objetivos de assistência às vítimas em 2009 a tempo para o Sexto Encontro dos Estados-Partes de 2005: Atualização para investidores interessados, 26 de setembro de 2005,” enviado por e-mail para o Monitor de Minas Terrestres (HI) de Kerry Brinkert, Manager, Unidade de Apoio à Implementação, 26 de setembro de 2005.

relataram suas políticas e iniciativas de apoio aos Estados atingidos por minas ao conceder fundos e outra assistência às vítimas de minas em 2005: Austrália, Canadá e Japão.¹⁵³

Assim como em 26 de setembro de 2005, 16 dos 24 Estados-Partes forneceram alguma informação sobre seus objetivos na assistência às vítimas entre 2005 e 2009. Os co-presidentes continuaram a dar manutenção e a necessária assistência no desenvolvimento de objetivos SMART com os 24 Estados-Partes, na intenção de produzir uma compilação de objetivos para o Sexto Encontro de Estados-Partes, em Zagreb, de novembro a dezembro de 2005.¹⁵⁴ A próxima etapa do processo será transformar objetivos em planos concretos de ação que assegurem que sobreviventes de minas e outras pessoas portadoras de deficiências recebam cuidado adequado e suficiente.

O Grupo de Trabalho da ICBL para Assistência às Vítimas continuou a participar ativamente em 2005 dos encontros Comitê Permanente para Assistência às Vítimas. Os co-presidentes (Amputados Internacional e a ugandense sobrevivente de mina terrestre Margaret Arach Orech), o coordenador de pesquisa temática sobre assistência às vítimas do Monitor de Minas Terrestres, Rede de Sobreviventes de Minas Terrestres e sobreviventes de minas do Camboja e Sri Lanka trabalharam juntos para manter os membros e Estados-Partes informados sobre os aspectos relativos aos progressos e problemas na implementação do Artigo 6.3. Em junho de 2005, o Grupo de Trabalho da ICBL para Assistência às Vítimas e suas ONGs membros apresentaram três documentos que tinham por objetivo o aumento do nível de conhecimento sobre assistência a sobreviventes: “101 Grandes Idéias para a Reintegração Socioeconômica dos Sobreviventes de Minas” (com o apoio de Austrália, Canadá e Noruega); “Diretrizes Nacionais Relativas às Pessoas Portadoras de Deficiência em Países Severamente Afetados por Minas;” e “Assistência às Vítimas de Minas Terrestres em 2004: Resumo da Situação em 24 Estados-Partes” (com o apoio da Austrália).

Assim como em 31 de agosto de 2005, um total de 35 Estados-Partes submeteram o Formulário J voluntário a seu relatório do Artigo 7 de 2005, para relatar as atividades de assistência às vítimas ou financiamento de ação contra minas mais genericamente: 20 Estados-Partes atingidos por minas (Afeganistão, Albânia, Angola, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Camboja, Chade, Chile, Colômbia, Croácia, Eritréia, Guiné-Bissau, Maláui, Moçambique, Peru, Sérvia e Montenegro, Sudão, Tadjiquistão, Turquia e Zimbábue); e 15 Estados-Partes não atingidos (Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Malta, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul e Suécia). Além disso, um Estado-Partes atingido por minas (Iêmen) providenciou informação sobre a assistência às vítimas no Formulário I no texto de seu Artigo 7. O Sri Lanka submeteu um relato voluntário do Artigo 7 ao Formulário J para relatar sua política para os deficientes e outros temas.¹⁵⁵

¹⁵³ Maiores informações sobre SC-VA, incluindo textos de apresentações, estão disponíveis em www.gichd.ch.

¹⁵⁴ “Esforços para assegurar que os 24 Estados-Partes para a Convenção que têm relatado números significativos de sobreviventes de minas desenvolvam objetivos de assistência às vítimas em 2009 a tempo para o Sexto Encontro dos Estados-Partes de 2005: Atualização para investidores interessados, 26 de setembro de 2005,” enviado por e-mail para o Monitor de Minas Terrestres (HI) de Kerry Brinkert, Manager, Unidade de Apoio à Implementação, 26 de setembro de 2005.

¹⁵⁵ Oito outros Estados-Partes apresentaram o Formulário J para relatar outros temas: Bielorrússia, Ciprus, RD do Congo, Dinamarca, Estônia, Eslováquia, Espanha e Tailândia. A Polônia também apresentou um Relatório Artigo 7 voluntário incluindo Formulário J que relatou suas atividades sobre minas.

Outros Progressos Internacionais

Em 28 de novembro de 2004, um Conselho de Sobreviventes, organizado pela Rede de Sobreviventes de Minas foi convocado em Nairobi reunindo 45 sobreviventes de 30 países e representantes-chave de vários governos para discutir as necessidades dos sobreviventes e submeter a declaração ao encontro dos Estados-Partes durante a Primeira Conferência de Revisão. Os sobreviventes também participaram da maratona Correndo por um Mundo Livre de Minas em bicicletas (um sobrevivente de minas venceu a corrida de bicicleta), a pé ou em cadeiras de rodas. A Declaração do Conselho de Sobreviventes foi apresentada ao presidente da conferência. A Declaração reconheceu o trabalho que vem sendo feito, mas conclamou todos os governos a fazer mais para assegurar os direitos e necessidades dos sobreviventes de minas e outras pessoas portadoras de deficiência e que os sobreviventes sejam incluídos nos processos de tomada de decisão.¹⁵⁶

De 29 de março a 2 de abril de 2005, sobreviventes de minas de Uganda, Etiópia e Sudão encontraram-se em Kampala, Uganda, para o primeiro programa de Intercâmbio de Sobreviventes de Minas Terrestres, em cooperação com o Ação Ecumênica para a Paz na África. Um segundo encontro de sobreviventes foi sediado em Uganda de 29 a 31 de agosto de 2005, para sobreviventes de minas de Uganda, Eritreia, Sudão e Ruanda, apoiado pela Áustria.

De 9 a 10 de maio de 2005, a Rede de Sobreviventes de Minas Terrestres organizou a conferência Caminhos para a Recuperação e Reintegração dos Sobreviventes de Ferimentos de Guerra. Sobreviventes de 37 países reuniram-se em Washington para discutir recuperação e adaptação após ferimentos de minas terrestres ou engenhos não-detonados. Participantes trocaram histórias sobre como apoiar a comunidade, o uso do esporte na reabilitação e oportunidades econômicas para pessoas portadoras de deficiência pode afetar a recuperação geral de um indivíduo.

Negociações continuam no rascunho da Convenção Abrangente e Integral para Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência. O Grupo de Trabalho encarregado de desenvolver o rascunho é composto por 27 representantes governamentais e 12 representantes de ONGs, organizações particulares de e para portadores de deficiência. O Grupo de Trabalho preparou um rascunho, que foi discutido durante a Terceira, Quarto, Quinto e Sexta Sessão do Comitê Ad Hoc em 2004 e 2005. A Sexta Sessão foi realizada de 1º a 12 de agosto de 2005 e a Sétima está agendada para janeiro de 2006. Espera-se que as negociações sejam concluídas no final de 2006. A Convenção proposta tinha tido um impacto significativo ao colocar os direitos dos deficientes nas agendas governamentais.¹⁵⁷

De 16 a 17 de março de 2005, uma conferência foi convocada em Amã, na Jordânia, intitulada O Simpósio Parlamentar Árabe sobre Temas de Legislação no Mundo Árabe. Membros do Parlamento e ministros lidando com o tema dos deficientes em 12 países do Meio Oeste, junto com peritos da União Européia e representantes de ONGs, discutiram a implementação da Convenção sobre Deficientes proposta, a necessidade de aprovar e revisar uma legislação sobre o tema e a necessidade de apoiar coordenação e cooperação entre governos e organizações visando inaugurar a Década Árabe para Pessoas com Deficiências.

¹⁵⁶ O texto completo da declaração está disponível em www.icbl.org/news/sobrevivente_summit_declaration.

¹⁵⁷ Para maiores informações www.un.org/esa/socdev/enable/rights/; veja também www.rightsforall.com

FINANCIAMENTO PARA AÇÕES CONTRA MINAS

Como em anos anteriores, mapear o apoio financeiro para as ações contra as minas continua difícil. Continua a existir um grande desafio na variação quanto ao que os doadores informam, o nível de detalhes de informações, e para qual período, apesar de ter-se melhorado a transparência e os mecanismos de informação¹⁵⁸. Entretanto, com o gráfico da pesquisa do Monitor de Minas Terrestres é possível prover uma tabela informativa da situação global do financiamento.

Para 2004, o Monitor de Minas Terrestres identificou US\$399 milhões de fundos para as ações contra minas por mais de 27 doadores.¹⁵⁹ É um aumento de \$60 milhões, ou 18 por cento, desde 2003, e um aumento de \$ 75 milhões, ou 23 por cento, desde 2002. Deveria ser notado que as maiores somas totais de financiamentos para ações contra minas para os últimos três anos foram expressas em dólares estadunidenses e em parte refletiram um aumento favorável nas taxas de câmbio para muitos doadores.¹⁶⁰

Como antes, o Monitor de Minas Terrestres não incluiu fundos para pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de desminagem e equipamentos nestes totais, e esta lista está disponível separadamente em financiamento de pesquisa e desenvolvimento. Somente nove doadores – Bélgica, Canadá, França, Comissão Européia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos – informaram precisamente o financiamento de PESQUISA E DESENVOLVIMENTO. Juntos eles gastaram \$29,1 milhões – um aumento de 15 por cento dos \$25,3 milhões total analisados pelo Monitor de Minas Terrestres em relação a 2003.

Fundo de Pesquisa e Desenvolvimento a parte, essas tabelas mostram um panorama significativo, mas por baixo dos fundos à ação contra as minas, por um número de razões. Financiamento para programas de assistência às vítimas inclui onde é possível, mas para a maioria dos doadores, o financiamento para assistência às vítimas de minas terrestres não podem ser separadas de outros programas específicos contra minas terrestres. Em alguns casos, doadores não informam o valor intrínseco (ao invés de dinheiro) das contribuições. Os totais também não refletem financiamento em ações contra minas informados pelas ONGs ou pelo setor privado.

A parte dos financiadores internacionais, os países afetados por minas tem feito por eles mesmos significantes contribuições para ações contra as minas. A seguir estão alguns exemplos de contribuições de países afetados por minas em 2004, gráfico dos relatórios deste ano dos países ao Monitor de Minas Terrestres. O governo da Croácia contribuiu KN 183,8 milhões (\$30,4 milhões) em ações contra as minas, 58 por cento do total dos custos de ações contra as minas. Na Bósnia e Herzegovina, fontes nacionais (incluindo o Conselho de Ministérios, entidades governamentais e outros) proveram KM15,4 milhões (\$9,8 milhões), ou mais que um terço do financiamento em ações contra as minas. Moçambique proveu 178 bilhões de Meticais (US\$7,9 milhões, parte em espécie e em isenções de impostos) para ações contra as minas. O governo da Etiópia gastou em torno de ETB 35 milhões (\$4 milhões) em desminagem. O governo do Yêmen contribuiu \$3,5 milhões para o programa nacional de ações contra minas. O

¹⁵⁸ Somente 10 países doadores em 2004 informaram suas contribuições em financiamento para o banco de dados sobre Investimentos em Ações Contra as Minas da ONU.

¹⁵⁹ Em alguns casos, doadores não informaram no calendário de 2004. Entre os países que informam diferentes anos fiscais estão os EUA (outubro de 2003 a setembro 2004), Canadá (abril 2004 a março 2005), Reino Unido (abril 2004 a abril 2005) e Austrália (julho 2004 a junho 2005).

¹⁶⁰ Por exemplo, o Euro aumentou sua cotação cerca de 10 por cento ao contrário do dólar em 2004. Para o Euro, o Monitor de Minas Terrestres usou estas taxas de câmbio: em 2004 €1=\$1,2438; em 2003 €1=\$1,13; em 2002, €1=\$0,95; em 2001, €1=\$0,90. US Federal Reserve, "List of Exchange Rates (Annual)," 3 de janeiro de 2005.

governo da Tailândia contribuiu 38,3 milhões Bahts (US\$957.500) para o centro nacional de ações contra minas.¹⁶¹ O governo colombiano aprovou COP 2,5 bilhões (um montante de \$934.100) para o programa nacional de ações contra minas para o período de julho de 2004 a junho de 2005, e um montante similar no ano anterior. Juntos, estes sete países contribuíram cerca de \$57,5 milhões para ações contra as minas em 2004. Em adição, o governo do Iraque informou investir \$20 milhões em este tipo de programa de ações contra as minas, mas não está claro que período estes valores vão cobrir. Muitos dos Estados-Partes Tratado de Banimento das Minas Terrestres afetados por minas do anteriormente informaram contribuições para ações contra as minas nacionalmente totalizando \$190 milhões de 1997 a 2003.¹⁶²

Aumentos maiores no financiamento das ações contra as minas serão necessários no futuro para cobrir completamente o problema global das minas terrestres e tornar possível que os Estados-Partes do Tratado de Banimento das Minas Terrestres possam encontrar seus prazos finais de 10 anos para a desminagem. No Plano de Ação de Nairobi 2005-2009, Estados-Partes concordaram que eles vão assegurar a sustentabilidade de seus compromissos, inclusive provendo quando possível financiamentos plurianuais para facilitar planejamentos a longo prazo em ações contra as minas e programas de assistência às vítimas (Ação #45); eles concordaram, quando pertinente, utilizar a ONU, organizações regionais e o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento e instituições financeiras para apoiar os Estados-Partes requerendo assistência para cumprir suas obrigações do Tratado (Ação #48); e concordaram em alocar esforços para identificar novas e não tradicionais fontes de ajuda, podendo ser técnica, material ou financeira (Ação #50).¹⁶³

Contribuições em 2004

Dos 20 mais significantes doadores, a metade aumentou suas contribuições para ações contra as minas em 2004, em termos de moeda nacional, e a metade proveu menos.¹⁶⁴ Aqueles que aumentaram foram: Áustria (200 por cento), Japão (191 por cento), Nova Zelândia (135 por cento), os Países Baixos (60 por cento), Suíça (24 por cento),¹⁶⁵ Irlanda (20 por cento), Estados Unidos (20 por cento), Noruega (14 por cento), Dinamarca (5 por cento) e Comissão Européia (0.7 por cento). Doadores que diminuíram as contribuições em ações contra as minas em 2004 incluem Grécia (57 por cento), Itália (51 por cento), Reino Unido (33 por cento), França (32 por cento), Alemanha (23 por cento), Suécia (19 por cento), Bélgica (16 por cento), Finlândia (14 por cento), Austrália (12 por cento) e Canadá (4 por cento).

Os Estados Unidos foram novamente o maior país doador individual para ações contra as minas. Contribuiu um total de \$96,5 milhões no ano fiscal de 2004 para programas humanitários de ações contra as minas em 31 países, incluindo \$35,8 milhões providos para o Iraque.

¹⁶¹ A contribuição foi para o ano fiscal tailandês de 2005 (1 de outubro de 2004–30 de setembro de 2005).

¹⁶² Entre outras contribuições em 2004 estavam os governos da Jordânia (\$280.000, consistindo em uma contribuição anual de \$235.000 do Ministério das Finanças e \$35.000 vindos das Forças Armadas) e a Macedônia (\$15.000 para o escritório da Unidade para Desminagem Humanitária). Informação não está disponível para outros que contribuíram com financiamentos nacionais para ações contra as minas no passado, como o Chade, Nicarágua e Peru.

¹⁶³ Relatório Final da Primeira Conferência de Exame, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, pp. 94-105.

¹⁶⁴ Esses aumentos no financiamento incluem os quarto maiores doadores históricos, e sete dos maiores 11: EUA, EC, Noruega, Japão, Países Baixos, Dinamarca e Suíça. Dos que diminuíram estão incluídos quarto dos maiores doadores: Reino Unido, Canadá, Alemanha e Suécia.

¹⁶⁵ Em 2005 pela primeira vez a Suíça proveu ao Monitor de Minas Terrestres informações sobre financiamentos em Francos Suíços (CHF); anteriormente, tinha informado somente em dólares estadunidenses.

Doadores que significativamente aumentaram suas contribuições em termos de dólares estadunidenses incluem o Japão (\$29,8 milhões), os Estados Unidos (\$15,9 milhões), os Países Baixos (\$7,2 milhões), e a Comissão Européia (\$6,9 milhões) e a Noruega (\$5,7 milhões). A distorção acima de contribuições quando expressadas em dólares estadunidenses, causados pela queda do dólar americano em 2004, é evidente no caso da Comissão Européia (EC – sigla em inglês). Em termos de dólares estadunidenses, a contribuição da EC aumentou 10,7 por cento enquanto que em Euros subiu somente 0,7 por cento.

Em termos de contribuição por capita em ações contra as minas (relativas a população nacional), o maior países dorador foi: Noruega, sendo a maior contribuição, provendo \$7,49 per capita; Dinamarca \$2,54 per capita, e Luxemburgo \$1,72 per capita. **Suíca, Suécia, Países Baixos, Finlândia** também tiveram contribuições que excederam \$1 per capita.

Deveria ser notado que os financiamentos em ações contra as minas compilados pelo Monitor de Minas Terrestres para os anos individuais de 2002, 2003 e 2004 não incluíram os \$50 milhões contribuídos pelos Emirádios Árabes, pela UNMAS, para ações contra as minas no Líbano de 2002-2004. Não está claro quanto deste total foi gasto em cada ano; entretanto, isto incluiu o total de 1992-2004.

Relatório do Financiamento das Ações Contra as Minas por Ano

1992-2004	\$2,53 bilhões
2004	\$399 milhões
2003	\$339 milhões
2002	\$324 milhões
2001	\$237 milhões
2000	\$243 milhões
1999	\$219 milhões
1998	\$187 milhões (incluindo a estimativa de \$9 m.)
1997	\$139 milhões (incluindo a estimativa de \$35 m.)
1996	\$132 milhões (incluindo a estimativa de \$34 m.)
1992-95	\$258 milhões (incluindo a estimativa de \$41 m.)

Nota: Não inclui financiamento para pesquisa e desenvolvimento

Doadores a Fundos para Ações Contra Minas Identificados em 2004: \$399 milhões¹⁶⁶

Estados Unidos	\$96,5 milhões
Comissão Européia	\$71,4 milhões
Japão	\$42,8 milhões
Noruega	\$34,3 milhões
Canadá	\$22,6 milhões
Países Baixos	\$19,3 milhões
Alemanha	\$18,7 milhões
Reino Unido	\$15,3 milhões
Dinamarca	\$13,7 milhões
Suécia	\$11,4 milhões
Suíça	\$10,9 milhões
Finlândia	\$6,0 milhões
Bélgica	\$5,7 milhões
Austrália	\$5,3 milhões
Eslováquia	\$3,5 milhões
Itália	\$3,2 milhões
República da Coréia	\$3,1 milhões
Áustria	\$3,0 milhões
Irlanda	\$3,0 milhões

¹⁶⁶ A média das taxas de câmbio em 2004 são tomadas segundo o US Federal Reserve, "List of Exchange Rates (Annual)," 3 de janeiro de 2005, com a exceção de: US\$1 = CHF1,35, taxa fixa especificada pelo governo da Suíça.

Nova Zelândia	\$2,5 milhões
Grécia	\$2,4 milhões
França	\$1,9 milhões
Espanha	\$1,2 milhões
Outros ¹⁶⁷	\$1,5 milhões

Nota: Não inclui financiamento para pesquisa e desenvolvimento

Relatório dos Doadores para Financiamento de Ações contra as Minas 1992-2004: \$2,5 bilhões

Estados Unidos	\$626,4 milhões
Comissão Européia	\$376,1 milhões
Noruega	\$219,1 milhões
Japão	\$178 milhões
Reino Unido	\$148,8 milhões
Canadá	\$127,6 milhões
Alemanha	\$122,9 milhões
Suécia	\$114,9 milhões
Países Baixos	\$114,6 milhões
Dinamarca	\$98,5 milhões
Suíça	\$67,8 milhões
Austrália	\$65,8 milhões
Itália	\$52 milhões
Emirados Árabes	\$50 milhões
Finlândia	\$46,2 milhões
Bélgica	\$27,5 milhões
França	\$24,8 milhões
Irlanda	\$14,1 milhões
Áustria	\$14,0 milhões
Nova Zelândia	\$11,5 milhões
Grécia	\$9,6 milhões
Espanha	\$8,2 milhões
Outros ¹⁶⁸	\$24,6 milhões

Nota: Não inclui financiamento para pesquisa e desenvolvimento

¹⁶⁷ Inclui fundo da República Checa, Luxemburgo, Eslovênia e África do Sul. O total para 2004 não estava disponível para a China ou o número de outros doadores anteriores.

¹⁶⁸ Inclui a China (\$6,2 milhões), Luxemburgo (\$4,6 milhões), Sul Coréia (\$4,1 milhões), a Arábia Saudita (\$3 milhões), Eslovênia (\$3,4 milhões), Islândia (\$1,3 milhões), e \$2 milhões para outros doadores como o Brasil, República Tcheca, Hungria, Liechtenstein, Mônaco, Portugal, Eslováquia, a África do Sul e outros.

Financiamento para Ações Contra as Minas Per Capita em 2004¹⁶⁹

\$ por pessoa	
Noruega	7,49
Dinamarca	2,54
Luxemburgo	1,72
Suíça	1,48
Suécia	1,27
Países Baixos	1,19
Finlândia	1,15
Irlanda	0,75
Canadá	0,71
Eslováquia	0,65
Nova Zelândia	0,62
Bélgica	0,55
Áustria	0,37
Estados Unidos	0,33
Japão	0,33
Reino Unido	0,26
Austrália	0,26
Alemanha	0,23
Grécia	0,22
Slovênia	0,22
República da Coreia	0,06
Itália	0,06
França	0,03
Espanha	0,03
República Checa	0,02

Nota: Não inclui financiamento para pesquisa e desenvolvimento

Doadores para Ações Contra as Minas

Salvo o contrário, as tabelas estão em dólares estadunidenses.¹⁷⁰ As tabelas incluem financiamento para assistência às vítimas que são conhecidos. Tabelas não incluem fundos para pesquisa e desenvolvimento, que são identificadas separadamente.

¹⁶⁹ Financiamentos per capita oferece outra perspectiva no financiamento de ações contra as minas por países doadores. Para calcular estas tabelas de 2004 foi dividida a quantia recebida pela população do país. O número da população foi obtido pelo Banco Mundial, World Development Indicators Database, "Population 2004," 1 julho de 2005, disponível em www.worldbank.org/data/datatopic/POP.pdf, acessado em 27 de setembro de 2005.

¹⁷⁰ Tabelas para os anos anteriores de 2003 foram tomadas do Sumário Executivo do *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004*, sem qualquer correção recebida para os anos anteriores. Em várias, mas não em todas as instâncias, as tabelas de anos anteriores foram calculadas nas taxas de câmbio daqueles anos.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — \$626,4 milhões

2004	\$96,5 milhões¹⁷¹
2003	\$80,6 milhões
2002	\$73,8 milhões
2001	\$69,2 milhões
2000	\$82,4 milhões
1999	\$63,1 milhões
1998	\$44,9 milhões
1997	\$30,8 milhões
1996	\$29,8 milhões
1995	\$29,2 milhões
1994	\$15,9 milhões
1993	\$10,2 milhões

- Tabelas não incluem fundos para assistência às vítimas; entretanto, financiamento para programas de vítimas de Guerra totalizaram um adicional de \$11,9 milhões no ano fiscal de 2004.
- Pesquisa e desenvolvimento totalizaram \$12,8 milhões no ano fiscal de 2004, \$12,6 milhões no ano fiscal de 2003, e \$133 milhões nos anos fiscais de 1995-2004.
Veja o relatório dos Estados Unidos para mais detalhes no financiamento para ações contra as minas dos Estados Unidos.

COMISSÃO EUROPEIA — \$376,1 milhões

2004	71,4 milhões (€57,4 milhões)¹⁷²
2003	\$64,5 milhões (€57 milhões)
2002	\$38,7 milhões (€40,7 milhões)
2001	\$23,5 milhões (€26,1 milhões)
2000	\$14,3 milhões (€15,9 milhões)
1999	\$15,5 milhões (€17,3 milhões)
1998	\$21,4 milhões (€23,8 milhões)
1992-1997	\$126,8 milhões (€141,2 milhões)

- As tabelas não incluem financiamentos para ações contra as minas individuais pelos Estados Membros da União Europeia. Pesquisa e desenvolvimento totalizaram €460.000 (\$572.148) em 2004, €10.000 em 2003, e €50 milhões em 1992-2004.
Veja o Apêndice da Comissão Europeia para mais detalhes dos financiamentos para ações contra as minas da EC.

¹⁷¹ O Gráfico Histórico USG contém informações de FY 2004, através do e-mail de Angela L. Jeffries, Especialista em Gestão Contábil, Departamento de Estado dos EUA, Escritório de Relações Políticas-Militares, 20 de julho de 2005.

¹⁷² A Contribuição da Comunidade Europeia ao Monitor de Minas Terrestres 2005, pelo e-mail de Nicola Marcel, RELEX Unit 3a Security Policy, Comissão Europeia, 19 de julho de 2005.

NORUEGA — \$219,1 milhões

2004	\$34,3 milhões (NOK 231,2 milhões)
2003	\$28,6 milhões (NOK 202,4 milhões)
2002	\$25,4 milhões (NOK 202,9 milhões)
2001	\$20 milhões (NOK 176,9 milhões)
2000	\$19,5 milhões (NOK 178,6 milhões)
1999	\$21,5 milhões (NOK 185 milhões)
1998	\$24 milhões
1997	\$16,7 milhões (NOK 125 milhões)
1996	\$13,5 milhões (NOK 101 milhões)
1995	\$11,6 milhões (NOK 87 milhões)
1994	\$4,0 milhões (NOK 30 milhões)

- Pesquisa e desenvolvimento totalizaram NOK2.250.000 (\$333.833) em 2004; anteriormente os valores da Noruega em Pesquisa e Desenvolvimento eram desconhecidos.

A Noruega foi o maior doador per capita para ações contra as minas em 2004. A Noruega aumentou seu financiamento para ações contra as minas para NOK 231.187.806 (\$34,3 milhões), o mais alto nível e o mais significativo aumento de NOK 202,4 milhões (\$28,57 milhões) em 2003.¹⁷³ A Noruega forneceu em torno de NOK 137,2 milhões (\$20,4 milhões) para desminagem e atividades relacionadas em 16 países, incluindo desminagem, capacidade de construção, rápidos assentamentos, orientadores técnicos, e centros de treinamento para cachorros desminadores. A Noruega proveu fundos para a Mauritânia pela primeira vez. Países ou regiões receberam significativo aumento no financiamento incluindo Angola, América Central, Croácia, Jordânia, Sri Lanka e Sudão. Financiamento diminuiu para a Eritrêia, Etiópia, Iraque e Moçambique. Apoio à assistência às vítimas totalizou mais de NOK 43 milhões (\$6,4 milhões), quase 20 por cento do financiamento em ações contra as minas da Noruega; isso beneficiou programas no Afeganistão, Iraque, Líbano, e as seguintes organizações: Landmine Survivors Network, Tromsø Victim Resource Center, Handicap International e o Apelo Especial da CICV.

¹⁷³ Relatório do Artigo 7, Formulário J, 28 de abril de 2005; e-mails de May-Elin Stener, Seção para Relações Humanitárias, Departamento de Relações Globais, Ministério das Relações Exteriores, abril-maio de 2005.

JAPÃO — \$178 milhões

2004	\$42,8 milhões (¥4,63 Bilhões)
2003	\$13 milhões (¥1,59 Bilhões)
2002	\$49,7 milhões (¥5,537 Bilhões)
2001	\$7,5 milhões (¥802 milhões)
2000	\$12,7 milhões (¥1,48 Bilhões)
1999	\$16 milhões (¥1,9 Bilhões)
1998	\$6,3 milhões (¥722 milhões)
Antes-1998	Aprox. \$30 milhões

- Pesquisa e desenvolvimento totalizaram ¥795 milhões (\$7,35 milhões) em 2004, ¥720 milhões (\$5,9 milhões) em 2003, e ¥1,555 (\$13,6 milhões) de 1999 para 2004.

Em 2004, o Japão contribuiu ¥4,63 bilhões (\$42,8 milhões) em ações contra as minas.¹⁷⁴ Esta foi a segunda maior contribuição anual para financiar ações contra as minas até agora e das três vezes de ¥1,59 bilhões providos em 2003. O financiamento para projetos de desminagem aumentou significativamente, 81 por cento (¥3,75 bilhões) do total da contribuição em 2004 comparado com 65 por cento (¥1,5 bilhões) em 2003. O Japão alocou somente 1 por cento (¥53,3 milhões - \$492.843) do seu financiamento para assistência às vítimas de minas, todos foram para o Yêmen. O Japão não fez nenhuma contribuição para assistência às vítimas em 2003. Japão contribuiu financiando 11 países, UNMAS e os OEA em 2004. O Japão fez uma exceção em contribuição para ações contra as minas de ¥1,76 bilhões (\$16,3 milhões) como parte do total financiado para Camboja em 2004.

REINO UNIDO — \$148,8 milhões

2004-2005	\$15,3 milhões (£8,3 milhões)
2003-2004	\$20 milhões (£12,3 milhões)
2002-2003	\$18,5 milhões (£12,5 milhões)
2001-2002	\$15,4 milhões (£10,7 milhões)
2000-2001	\$21,5 milhões (£15 milhões)
1999-2000	\$20,4 milhões (£13,6 milhões)
1998-1999	\$6,5 milhões (£4,6 milhões)
1997-1998	\$6,6 milhões (£4,6 milhões)
1996	\$6,3 milhões
1995	\$6,9 milhões
1994	\$6,3 milhões
1993	\$5,1 milhões

- Tabelas não incluem financiamento para assistência às vítimas.

¹⁷⁴ E-mail de Kitagawa Yasu, Japanese Campaign to Ban Landmines (JCBL), 10 de agosto de 2005, com tradução da informação do Ministério das Relações Exteriores enviada para a JCBL em 11 de maio de 2005.

- Pesquisa e desenvolvimento totalizou £1.066.332 (\$1,95 milhões) em 2004-2005, £1.5 milhões (\$2,5 milhões) em 2003-2004, e £7 milhões (\$11,1 milhões) de 1999-2000 para 2004-2005.

O Reino Unido contribuiu £8.339.080 (\$15,3 milhões) para atividades de ação contra as minas durante o ano fiscal de 2004-2005, uma diminuição de 33 por cento dos £12,3 milhões em 2003-2004.¹⁷⁵ O Reino Unido financiou seis países, da mesma forma que Kosovo e Somália. Fundos para desminagem totalizaram aproximadamente \$5,1 milhões em 2004-2005, comparados com a estimativa de \$14,1 milhões em 2003-2004. O Reino Unido não proveu qualquer fundo para ações contra as minas no Iraque em 2004-2005, comparado com os \$8,5 milhões em 2003-2004. O Reino Unido continuou a consolidação do financiamento para apoiar a UNMAS, PNUD e UNICEF. O Ministro da Defesa do Reino Unido proveu \$554.992 para o programa Phoenix da Handicap International em 2004-2005.

CANADÁ — \$127,6 milhões¹⁷⁶

2004	\$22,6 milhões (C\$29,5 milhões)
2003	\$22,5 milhões (C\$30,8 milhões)
2002	\$15,1 milhões (C\$22,3 milhões)
2001	\$15,5 milhões (C\$24 milhões)
2000	\$11,9 milhões (C\$17,7 milhões)
1999	\$15,2 milhões (C\$23,5 milhões)
1998	\$9,5 milhões
1997	\$3,0 milhões (C\$4,6 milhões)
1996	\$4,0 milhões (C\$6 milhões)
1995	\$1,5 milhões (C\$2,2 milhões)
1994	\$2,9 milhões (C\$4,4 milhões)
1993	\$2,2 milhões (C\$3,4 milhões)
1989	\$1,7 milhões (C\$2,5 milhões)

- Pesquisa e desenvolvimento totalizou C\$3.132.600 (\$2,4 milhões) em 2004, C\$2.8 milhões (\$2 milhões) em 2003, e US\$13,5 milhões de 1998-2004.

Para o período de 2004/2005, o fundo de ações contra as minas do Canadá diminuiu de C\$30.8 milhões (\$22,5 milhões) para C\$29.474.658 (\$22.643.224).¹⁷⁷ Este foi o segundo maior financiamento para ações contra as minas do Canadá. O Canadá proveu financiamento para 36 países (dois a menos que no ano passado) e áreas, como também em áreas regionais, agências da ONU, ONGs e para o Centro Internacional para Desminagem Humanitária. No período 2004/2005 Canadá aumento seu apoio para educação para o risco de minas (de \$625.109 para \$1,14 milhões), assistência às vítimas (de \$463.312 para \$2,01 milhões), para advocacia,

¹⁷⁵ E-mail de Andrew Willson, Departamento de Relações de Conflito e Humanitárias, Departamento de Desenvolvimento Internacional, 1 de julho de 2005; e-mail ao Monitor de Minas Terrestres de Debbie Clements, Diretora de Parcerias e Compromissos, Ministério da Defesa, 10 de agosto de 2005.

¹⁷⁶ Tabelas anteriores a 1998 somente incluem o financiamento CIDA.

¹⁷⁷ Canadá é um bom exemplo de taxa de câmbio variante afetando o total do financiamento quando informado em dólares estadunidenses. Fundos canadenses diminuíram 1.3 milhões em dólares canadenses, mas aumentaram 0.1 em dólares estadunidenses.

prevenção e destruição de estoques (de \$1,91 milhões para \$2,98 milhões).¹⁷⁸ Em 2004/2005, o Canadá diminuiu seu suporte para limpeza de minas, incluindo desminagem (de \$4,19 milhões para \$3,5 milhões), coordenação (de \$4,54 milhões para \$2,87 milhões), e informação incluindo pesquisas (de \$869.820 para \$212.722).

ALEMANHA — \$122,9 milhões

2004	\$18,7 milhões (€15 milhões)
2003	\$22,1 milhões (€19,5 milhões)
2002	\$19,4 milhões (€20,4 milhões)
2001	\$12,3 milhões (DM26,8 milhões, €13,7 milhões)
2000	\$14,5 milhões (DM 27,6 milhões)
1999	\$11,4 milhões (DM 21,7 milhões)
1998	\$10,1 milhão
1997	\$4,9 milhão
1996	\$7,9 milhão
1995	\$0,8 milhão
1994	\$0,5 milhão
1993	\$0,3 milhão

- Pesquisa e desenvolvimento totalizou €102.989 (\$128.098) em 2004, e \$5,1 milhões de 1993-1999; na tabela estão disponíveis de 2000-2003.

Os fundos providos pela Alemanha para ação contra as minas foram de aproximadamente €15 milhões (\$18,7 milhões) em 2004,¹⁷⁹ uma diminuição de €19,5 milhões (\$22,1 milhões) em 2003. As contribuições da Alemanha beneficiaram 19 países em 2004, comparados com 15 em 2003, e cada região mas nas Américas. A maioria dos fundos foram aplicados em ações de limpeza de minas. A Alemanha não proveu financiamento para o GICHD em 2003, mas em 2004 proveu \$301.579.

¹⁷⁸ Banco de dados em Investimentos de Ações Contra as Minas; e-mails de Elvan Isikozlu, Equipe de Ações Contra as Minas, Relações Exteriores do Canadá, junho-agosto de 2005.

¹⁷⁹ Relatório do Artigo 7, Formulário J, 15 de abril de 2005; e-mail de Dirk Roland Haupt, Escritório Federal de Relações, Divisão 241, 25 de julho de 2005.

SUÉCIA — \$114,9 milhões

2004	\$11,4 milhões (SEK 83,5 milhões) desembolsado
2003	\$12,7 milhões (SEK 102,9 milhões) desembolsado
2002	\$7,3 milhões (SEK 71 milhões) desembolsado
2001	\$9,8 milhões (SEK 100,9 milhões) desembolsado
2000	\$11,8 milhões (SEK 107,9 milhões) desembolsado
1999	\$9,8 milhões (SEK 83,3 milhões) desembolsado
1998	\$16,6 milhões (SEK 129,5 milhões) alocado
1997	\$11,9 milhões alocado
1996	\$10,4 milhões alocado
1995	\$5,1 milhões alocado
1994	\$2,6 milhões alocado
1990-93	\$5,5 milhões alocado

- Tabelas não incluem financiamentos para assistência às vítimas.
- Suécia no passado financiou um número de programas de pesquisa e desenvolvimento (aproximadamente \$24 milhões 1994-1999 e \$1,7 milhões em 2003), mas o total do valor de 2004 é desconhecido.

Em 2004, o fundo para ações contra as minas da Suécia diminuiu de SEK 102,9 milhões (\$12,7 milhões) para SEK 83.475.664 (\$11,4 milhões).¹⁸⁰ Isso inclui novos fundos para limpeza de minas para a Somália (SEK 9,5 milhões) e Sudão (SEK 3,8 milhões), e aumentou o financiamento para a Bósnia e Herzegovina (SEK 5,0 milhões mais de SEK 1,9 milhões) e o Sri Lanka (SEK 6 milhões a mais de SEK 4 milhões). Financiamento para Ações Contra as Minas diminuiu significativamente para o Afeganistão (SEK 4,05 milhões para SEK 14 milhões), Camboja (SEK 12 milhões de SEK 16 milhões), Eritríia (SEK 3,4 milhões de SEK 4,4 milhões), Iraque (SEK 10 milhões de SEK 26 milhões) e Moçambique (SEK 3,0 milhões de SEK 8,0 milhões). Financiamento para Angola e Nicarágua permaneceu basicamente nos mesmos níveis do ano passado.

¹⁸⁰ Documento enviado por correio de Alf Eliasson, SIDA, 23 de março de 2005.

PAÍSES BAIXOS — \$114,6 milhões¹⁸¹

2004	\$19,3 milhões (€15,5 milhões)
2003	\$12,1 milhões
2002	\$16 milhões
2001	\$13,9 milhões (Dfl 32 milhões, €15,5 milhões)
2000	\$14,2 milhões (Dfl 35,4 milhões)
1999	\$8,9 milhões (Dfl 23 milhões)
1998	\$9,3 milhões
1997	\$10,2 milhões
1996	\$10,7 milhões

- Tabelas incluem alguns mas não todos os financiamentos para assistência às vítimas.

Os Países Baixos contribuíram €15.494.919 (\$19,3 milhões) para atividades de ação contra as minas em 2004, comparado com \$12,1 milhões em 2003. Aproximadamente \$12,2 milhões da contribuição de 2004 foi designada para desminagem em 14 países.¹⁸² Os Países Baixos proveram \$435.330 para assistência às vítimas em 2004.

DINAMARCA — \$98,5 milhões

2004	\$13,7 milhões (DKK 82,3 milhões)
2003	\$11,9 milhões (DKK 78,6 milhões)
2002	\$10,6 milhões (DKK 83,5 milhões)
2001	\$14,4 milhões (DKK 119,4 milhões)
2000	\$13,4 milhões (DKK 106,7 milhões)
1999	\$7 milhões (DKK 49,9 milhões)
1998	\$6,2 milhões (DKK 44,3 milhões)
1997	\$5,4 milhões (DKK 38,6 milhões)
1996	\$8 milhões (DKK 57 milhões)
1995	\$2,3 milhões
1994	\$2,0 milhões
1993	\$1,7 milhões
1992	\$1,9 milhões

- Tabelas de 1992-1995 não incluem contribuições bilaterais.
- Dinamarca fundou um número de programas de pesquisa e desenvolvimento, mas o total do valor é desconhecido.

¹⁸¹ Tabelas anteriores a 1996 não estão disponíveis.

¹⁸² E-mail de Freek Keppels, Divisão de Controle de Armas e Política de Exportação de Armas, Ministério das Relações Exteriores, 4 de agosto de 2005.

A contribuição dinamarquesa para atividades de ação contra as minas aumentou em aproximadamente DKK 82,3 milhões (\$13,8 milhões) em 2004¹⁸³ de alguns DKK 78,6 milhões (\$12 milhões) em 2003. Foi provido o total dos financiamentos da Dinamarca para as ONGs Danish. O Fundo Danish beneficiou nove países em 2004, e aconteceu em 2003, incluindo Afeganistão, Angola, Iraque, Moçambique e Sri Lanka. As contribuições dinamarquesas foram primeiramente para limpeza de minas, para atividades de advocacia e prevenção.

SUIÇA — \$67,8 milhões

2004	\$10,9 milhões	CHF14,8 milhões
2003	\$8,8 milhões	
2002	\$8,3 milhões	
2001	\$9,8 milhões	
2000	\$7,4 milhões	
1999	\$5,7 milhões	
1998	Desconhecido	
1997	\$4,0 milhões	
1996	\$2,6 milhões	
1995	\$4,1 milhões	
1994	\$3,5 milhões	
1993	\$2,7 milhões	

- Financiamento para assistência às vítimas não está incluída nestas tabelas pelo motivo de estar integrada em outro financiamento para vítimas de Guerra, reconstrução após o conflito e para desenvolvimento em longo prazo.
- Os totais incluem \$6,1 milhões para o Centro Internacional de Genebra para Desminagem Humanitária em 2004, \$5,3 milhões em 2003 e algo em torno de \$21,4 milhões de 2000-2004; muitos deles não puderam ser contados para Pesquisa e Desenvolvimento.

A Suíça proveu CHF 14.756.648 (aproximadamente \$10,9 milhões) para atividades de ação contra as minas em 2004, um aumento de 24 por cento dos \$8,8 milhões providos em 2003.¹⁸⁴ Em adição ao GICHD, a Suíça contribuiu beneficiando 15 países em 2004, comparado com 12 em 2003. Apoiando para o aumento da desminagem para uma estimativa de \$3,1 milhões em 2004, de uma estimativa de \$2,4 milhões em 2003.

¹⁸³ Banco de dados de Investimentos em Ações Contra as Minas; e-mail de Hanne Elmelund Gam, Departamento de Cooperação Humanitária e com ONG, Ministério das Relações Exteriores, 18 de julho de 2005.

¹⁸⁴ Banco de dados de Investimentos em Ações Contra as Minas; e-mail de Janine Voigt, Colaborador Diplomático, Ministério das Relações Exteriores, 1 de julho de 2005.

AUSTRÁLIA — \$65,8 milhões

2004-2005	\$5,3 milhões (A\$7,2 milhões)
2003-2004	\$5,5 milhões (A\$8,2 milhões)
2002-2003	\$7,8 milhões (A\$14,5 milhões)
2001-2002	\$6,6 milhões (A\$12,9 milhões)
2000-2001	\$7,3 milhões (A\$12,6 milhões)
1999-2000	\$7,9 milhões (A\$12,4 milhões)
1998-1999	\$6,8 milhões (A\$11,1 milhões)
1997-1998	\$7,3 milhões (A\$9,9 milhões)
1996-1997	\$5,8 milhões (A\$7,5 milhões)
1995-1996	\$5,5 milhões (A\$7,5 milhões)

- Austrália fundou um número de programas de pesquisa e desenvolvimento, mas no valor total é desconhecido.

A Austrália contribuiu A\$7.246.585 (\$5,3 milhões) para atividades de ações contra minas de julho de 2004-junho de 2005, uma diminuição de 12 por cento de A\$8,2 milhões (\$5,5 milhões) no ano fiscal de 2003/2004. De acordo com a informação disponível para o Monitor de Minas Terrestres, a Austrália excedeu A\$100 milhões de financiamento de 10 anos avaliado em torno de A\$4 milhões. Durante o ano fiscal de 2004-2005, as contribuições australianas beneficiaram três países (Camboja, Sri Lanka e Vietnam), comparado com cinco países em 2003/2004 (Afeganistão e Laos, em adição com os três acima).¹⁸⁵

ITÁLIA — \$52 milhões

2004	\$3,2 milhões (€2,5 milhões)¹⁸⁶
2003	\$5,8 milhões (€5,1 milhões)
2002	\$8,7 milhões (€9,9 milhões)
2001	\$5,1 milhões (L 11,2 bilhões, €5,6 milhões)
2000	\$1,6 milhões (L 4,3 bilhões, €1,7 milhões)
1999	\$5,1 milhões (L 13,9 bilhões, €4,8 milhões)
1998	\$12 milhões (L 20 bilhões)
1995-97	\$10,5 milhões (L 18 bilhões)

- Itália fundou vários de programas em pesquisa e desenvolvimento, mas o total do valor é desconhecido.

A Itália contribuiu €2.539.500 (\$3.158.630) em atividades de ação contra as minas em 2004, algo em torno da metade da sua contribuição de 2003 (€5,1 milhões, \$5,8 milhões). Esta grande diminuição é devido a Itália terminar suas duas ações para ações contra as minas do Iraque (\$3,3 milhões em 2003). Em 2004, a ajuda italiana para ações contra as minas na Eritreia também

¹⁸⁵ E-mail de Doug Melvin, AusAID, 17 de junho de 2005.

¹⁸⁶ Banco de dados de Investimentos em Ações Contra as Minas; e-mails de Manfredo Capozza, Orientador de Desminagem Humanitária, Ministério das Relações Exteriores, junho-julho de 2005.

terminou. As contribuições da Itália em 2004 continuaram com aumento equivalente para ações contra as minas em Angola, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Sudão, Iêmen, e para a OEA, GICHD e o Chamado de Genebra (*Geneva Call*). Em 2004, Itália iniciou a contribuir para ações contra as minas no Afeganistão.

EMIRÁDIOS ÁRABES — \$50 milhões

A União dos Emirados Árabes informaram que proveram \$50 milhões, para UNMAS, para ações contra as minas no Líbano de 2002-2004 nas Operações Solidárias dos Emirados.¹⁸⁷ Os dados anuais sobre o financiamento não estão disponíveis.

FINLÂNDIA — \$46,2 milhões

2004	\$6 milhões (€4,8 milhões)¹⁸⁸
2003	\$6,3 milhões (€5,6 milhões)
2002	\$4,5 milhões (€4,8 milhões)
2001	\$4,5 milhões (€5 milhões)
2000	\$4,8 milhões
1999	\$5,7 milhões
1998	\$6,6 milhões
1997	\$4,5 milhões
1996	\$1,3 milhões
1995	\$0,7 milhões
1991-94	\$1,3 milhões

Veja o relatório do país Finlândia para mais detalhes sobre o financiamento para ações contra as minas.

¹⁸⁷ O relatório UAE informou ao Banco de dados de Investimentos em Ações Contra as Minas que gastou os \$50 milhões de 2002-2004 como segue: \$1.631.715 para a Fase 1 (reconhecimento de campos minados e eliminação das armadilhas); \$24.766.000 para a Fase 2 (limpeza e eliminação de minas e UXO); \$6.199.000 para a Fase 3 (limpeza e eliminação de UXO); \$1.349.685 para comprar maquinário para desminagem e outros equipamentos; \$3.342.800 como contribuição para o escritório da ONU no Sul do Líbano; \$476.538 para filmes e cobertura da mídia do projeto da Emirates Media Corp; \$12.234.262 para despesas das Forças Armadas UAE e outras despesas administrativas. Banco de dados de Investimentos em Ações Contra as Minas, www.mineaction.org, acessado em 4 agosto de 2005.

¹⁸⁸ Quantia foi tirada do Banco de dados de Investimentos em Ações Contra as Minas. Confirmado por e-mail de Teemu Sepponen, Ministério das Relações Exteriores, 13 de julho de 2005.

BÉLGICA — \$27,5 milhões

2004	\$5,7 milhões (€4,6 milhões)¹⁸⁹
2003	\$6,2 milhões (€5,5 milhões)
2002	\$3,6 milhões (€3,8 milhões)
2001	\$2,1 milhões (€2,2 milhões)
2000	\$2,5 milhões (BEF 111 m.)
1999	\$2,3 milhões (BEF 93 m.)
1994-1998	\$5,1 milhões

- pesquisa e desenvolvimento totalizaram €1.090.215 (\$1,36 milhões) em 2004, €475.000 (\$538.000) em 2003, e \$9,2 milhões de 1994-2004.

A Bélgica contribuiu €4.547.878 (\$5.656.651) em atividades de ação contra as minas em 2004, uma diminuição de 17 por cento dos €5.517.595 (\$6.243.159) que contribuiu em 2003 (excluindo o financiamento em pesquisa e desenvolvimento). Em 2004, a Bélgica contribuiu em ações contra as minas no Afeganistão, Bósnia e Herzegovina, Camboja, e República Democrática do Congo, Kosovo e Laos. Bélgica contribuiu em torno de €331.000 para assistência aos sobreviventes em Angola em 2003, mas não continuou a ajudar em 2004. Contribuições para as atividades da Handicap International na RD do Congo diminuíram para €1 milhão em 2004, de €3 milhões em 2003. As contribuições da Bélgica em 2004 para ações contra as minas no Camboja também diminuíram para aproximadamente a metade dos níveis de 2003 (2004: €506.000; 2003: €960.000), que não financiou assistência às vítimas no Camboja em 2004.

FRANÇA — \$24,8 milhões

2004	\$1,9 milhões (€1,5 milhões)
2003	\$2,5 milhões (€2,2 milhões)
2002	\$3,6 milhões (€3,8 milhões)
2001	\$2,7 milhões (€3 milhões)
2000	\$1,2 milhões
1999	\$0,9 milhão
1995-98	\$12 milhões

- França designou consideráveis fundos para pesquisa e desenvolvimento, mas o valor destes que seja relevante para ações contra as minas humanitariamente é desconhecido; em 2004, contribuições totalizaram €1,4 milhões (\$2,2 milhões).

França contribuiu €1.523.845 (\$1,9 milhões) para atividades de ação contra as minas em 2004,¹⁹⁰ uma diminuição de 32 por cento dos €2,2 milhões (\$2,5 milhões) providos em 2003,

¹⁸⁹ Relatório do Artigo 7, Formulário J, 2 de maio de 2005.

¹⁹⁰ E-mails do Embaixador Gerard Chesnel, Ministério das Relações Exteriores, 30 de junho de 2005, e Anne Villeneuve, HI, julho-agosto de 2005.

uma diminuição dos €3,8 milhões (\$4,3 milhões) providos em 2002. As contribuições francesas beneficiaram 15 países em 2004, em comparação com cinco em 2003. A França aumentou o apoio à assistência às vítimas para \$315.298 em 2004 (no Afeganistão, Angola, Iraque, Jordânia e Sri Lanka) de \$24.000 a 2003. Contribuições francesas para programas de educação para risco de minas diminuíram para \$25.735 em 2004, de \$475.230 em 2003.

IRLANDA — \$14,1 milhões

2004	\$3 milhões (€2,4 milhões)
2003	\$2,3 milhões (€2 milhões)
2002	\$1,6 milhões (€1,7 milhões)
2001	\$2 milhões (€2,2 milhões)
2000	\$1,1 milhões
1999	\$1,5 milhões
1994-1998	\$2,6 milhões

A Irlanda proveu €2.047.000 (\$2,55 milhões) para atividades de desminagem e afins, comparada com €1 milhão (\$1,13 milhões) em 2003, e proveu €380.000 (\$472.644) para educação para o risco de minas, comparado com nada em 2003. Assistência às vítimas não recebeu financiamentos em 2004 comparados com €385.000 em 2003.¹⁹¹

ÁUSTRIA — \$14 milhões

2004	\$3 milhões (€2,4 milhões)
2003	\$0.9 milhões (€0,8 milhões)
2002	\$2 milhões (€2,1 milhões)
2001	\$0,9 milhão (ATS 13,7 milhões)
2000	\$2 milhões (ATS 30 milhões)
1999	\$1 milhão (ATS 15 milhões)
1994-1998	\$4,2 milhões

A Áustria aumentou seu financiamento para atividades de ações contra as minas para €2,4 milhões (\$3 milhões) em 2004, de €775.056 (\$876.976) em 2003. Este foi o mais alto nível de financiamento para ações contra as minas, e mais do que três vezes o dos anos anteriores. A Áustria ajudou para o aumento na desminagem, de \$551.375 em 2003 para aproximadamente \$2,2 milhões em 2004.¹⁹² A ajuda para a Primeira Conferência de Exame (governamental e não-governamental) totalizou algo em torno de \$61.692 em 2004. Contribuições da Áustria beneficiaram sete países em 2004, em comparação com três países em 2003.

¹⁹¹ Relatório do Artigo 7, Formulário J, 14 de junho de 2005; e-mail do Departamento das Relações Exteriores, 4 de agosto de 2005 via Tony D'Costa, Pax Christi Ireland.

¹⁹² Relatório do Artigo 7, Formulário J, 27 de abril de 2005; e-mail de Norbert Hack, Ministro, Departamento de Desarmamento, Controle de Armas e Não Proliferação, Ministério das Relações Exteriores, 1 de agosto de 2005.

NOVA ZELÂNDIA — \$11,5 milhões

2004/05	\$2,5 milhões (NZ\$3,7 milhões)
2003/04	\$1,1 milhões (NZ\$1,6 milhões)
2002/03	\$0,8 milhão (NZ\$1,4 milhões)
2001/02	\$0,7 milhão (NZ\$1,7 milhões)
2000/01	\$1,1 milhão (NZ\$2,3 milhões)
1999/00	\$0,8 milhão (NZ\$1,6 milhões)
1998/99	\$0,5 milhão (NZ\$0,9 milhão)
1992-1998	\$4 milhões (NZ\$6,9 milhões)

- Nova Zelândia contribuiu para programas de pesquisa e desenvolvimento, mas as contribuições não foram ainda quantificadas.

Nova Zelândia proveu NZ\$3.736.922 (\$2,48 milhões) para atividades de ações contra as minas durante o ano fiscal de julho de 2004 até junho de 2005, mais do que o dobro de NZ\$1,59 milhões (\$1,05 milhões) que foram providos no ano fiscal de 2003/2004.¹⁹³ A Nova Zelândia continua a ajudar atividades de ações contra as minas (desminagem, assistência às vítimas e educação para o risco de minas) no Camboja, Laos, Moçambique e Sri Lanka.

GRÉCIA — \$9,6 milhões

2004	\$2,4 milhões (€1,9 milhões)
2003	\$5 milhões (€4,4 milhões)
2002	\$1,4 milhões (€1,5 milhões)
2001	\$0,8 milhão (€0,9 milhão)

A Grécia contribuiu com \$2,4 milhões para operações de desminagem no Iraque e no Líbano, menos que a metade da contribuição de 2003, de \$5 milhões.

Outros Doadores para Ações Contra as Minas

Eslováquia informou que está contribuindo com \$3,5 milhões como contribuições das Forças Armadas da Eslováquia em operações de desminagem no Afeganistão e no Iraque em 2004.¹⁹⁴

República da Coreia contribuiu com \$3,1 milhões para ações contra as minas em 2004, incluindo \$3 milhões para o Iraque. Em todos os anos anteriores, combinou um total de US\$1,06 milhões para ações contra as minas, incluindo \$50.000 em 2003.

Espanha proveu €978.494 (\$1,2 milhões) para atividades de ação contra as minas durante 2004, uma diminuição de 9 por cento dos €1,07 milhões em 2003. As contribuições da Espanha em 2004 incluíram desminagem no Kosovo, Iraque, Afeganistão, e treinamento para militares chilenos e espanhóis em seu Centro Internacional para Desminagem.

Luxemburgo proveu \$773.186 para atividades de ações contra as minas em 2004, uma diminuição de aproximadamente \$1,8 milhões providos em 2003.¹⁹⁵ A diferença é mais notável

¹⁹³ Carta de Charlotte Darlow, Divisão de Desarmamento, Ministério das Relações e Comércio Exterior, 20 de abril de 2005; e-mail de Jane Coster, NZAID, 11 de agosto de 2005.

¹⁹⁴ E-mail de Markus Henrik, Ministério das Relações Exteriores, 17 de agosto de 2005.

para financiamentos providos em 2003 para cuidados médicos e projetos para pessoas portadoras de necessidades especiais para a HI de Luxemburgo (\$837.688) que não foi repetida em 2004. Contribuições de Luxemburgo beneficiaram quatro países nos Balcãs (Croácia, Sérvia e Montenegro, e Bósnia e Herzegovina) e Sudeste da Ásia (Laos e Camboja). Os financiamentos foram direcionados para a desminagem e remoção de UXOs, assistência às vítimas, destruição do estoque, e educação para o risco de minas. Pesquisa e desenvolvimento totalizou €2.500 (\$3.110) em 2004.

Eslovênia informou contribuir \$433.861 para ações contra as minas para o International Trust Fund (ITF) em 2004, comparado com \$376.250 em 2003.

República Checa financiou atividades de ações contra as minas em 2004 totalizando \$189.234,¹⁹⁶ menos que \$301.757 em 2003. Proveu fundos para o ITF, GICHD e para a Unidade de Suporte à Implementação.

Turquia contribuiu \$100.000 para projetos de ações contra as minas no Azerbaijão, e para experientes militares que foram para ajudar com o projeto.

Estados e a Assistência às Vítimas

Os Estados-Partes na Primeira Conferência de Exame reiteraram suas obrigações do Artigo 6.3, que “Cada Estado na posição de fazer deverá prover assistência para ajuda e reabilitação, e reintegração social e econômica, para as vítimas de minas,” declarando que isso “constitui uma promessa vital para centenas de milhares” de sobreviventes de minas. Estados-Partes reafirmaram seu compromisso coletivo para prover suporte externo para assistência às vítimas no Plano de Ação de Nairobi. Ação #36 chama para os Estados-Partes para “atuar mais do que suas obrigações do Artigo 6.3.”¹⁹⁷

Em vários países afetados por minas a assistência disponível para atender as necessidades dos sobreviventes é inadequada e assistências externas adicionais são necessárias no provimento de cuidado e reabilitação de sobreviventes de minas. O Monitor de Minas Terrestres identificou pelo menos 33 países recebendo recursos de outros Estados para programas de assistência em 2004, com a maioria dos recursos sendo providos para reabilitação física.

Tabelas precisas, compreensivas e comparáveis sobre recursos disponíveis para assistência às vítimas de minas são difíceis de serem obtidas. Alguns governos não provêm um específico fundo para assistência às vítimas, mas considera assistência às vítimas como uma parte integrada da ação humanitária contra as minas. Algumas vezes atividades para assistência às vítimas são financiadas juntamente com educação para o risco de minas e por isto não é possível de separar as quantias gastas em cada atividade. Alguns países, por exemplo a Suécia e o Reino Unido, não provêm um fundo específico para assistência às vítimas ao todo com a percepção que os sobreviventes de minas são alcançados por cooperação bilateral no desenvolvimento e outras contribuições. Entretanto, experiências anteriores mostraram que quanto menos o fundo é direcionado especificamente para instalações e programas que ajudam pessoas portadoras de necessidades especiais, incluindo sobreviventes de minas terrestres, são o tipo de recursos que vão ser direcionados para outras áreas da saúde pública ou relacionado ao desenvolvimento podendo deixar as pessoas portadoras de necessidades especiais em desvantagem.

¹⁹⁵ E-mail de Francois Berg, Disarmament Desk, Ministério das Relações Exteriores, 2 de agosto de 2005.

¹⁹⁶ E-mail de Jan Kara, Director, Ministério das Relações Exteriores, 29 de julho de 2005.

¹⁹⁷ Relatório Final da Primeira Conferência de Exame, APLC/CONF/2004/5, 9 de fevereiro de 2005, p. 27.

Baseado nas análises de várias fontes de informação disponíveis para o Monitor de Minas Terrestres, entre os doadores estatais para assistência às vítimas de minas em 2004 incluem:¹⁹⁸

	2004	2003¹⁹⁹	Total desde 1999
Austrália	\$1.206.952	\$19.500	\$4.928.433
Áustria	\$280.628	\$79.205	\$1.554.647
Bélgica	\$2.099.552	\$936.921	\$5.493.402
Canadá	\$1.804.429	\$513.766	\$13.543.340
Croácia	\$17.241	\$11.495	\$50.297
República Checa	\$15.944	\$108.060	\$182.154
Dinamarca	\$0	\$0	\$604.414
Finlândia	\$624.664	\$304.323	\$3.230.128
França	\$318.042	\$27.156	\$1.450.849
Alemanha	\$1.075.887	\$3.865.984	\$11.107.083
Hungria	\$0	\$31.000	\$33.910
Irlanda	\$0	\$435.628	\$2.450.956
Itália	\$0	\$96.936	\$5.946.804
Japão	\$186.616	\$0	\$6.318.083
Luxemburgo	\$6.219	\$854.036	\$2.814.242
Países Baixos	\$435.330	\$495.603	\$5.295.373
Nova Zelândia	\$174.530	\$163.044	\$687.116
Noruega	\$4.737.173	\$5.532.700	\$28.976.418
Polônia	\$0	\$0	\$25.364
Portugal	\$0	\$68.700	\$285.946
Eslováquia	\$0	\$0	\$35.477
Eslovênia	\$49.698	\$67.699	\$684.558
África do Sul	\$95.200	\$59.536	\$247.987
Espanha	\$0	\$323,663	\$323.663
Suécia ²⁰⁰	\$0	\$0	\$226.677

¹⁹⁸ Todas as quantias são expressas em dólares estadunidenses. Esta informação foi coletada segundo a análise feita pelo Monitor de Minas Terrestres do Formulário J anexo aos Relatórios do Artigo 7, e a contabilidade auditada pelo Apelo Especial da CICV para Ações Contra as Minas e o Fundo Especial do CICV para Portadores de Necessidades Especiais, informação provida pelo International Trust Fundo for Demining e Mine Victims Assistance (ITF), USAID, “Patrick J. Leahy War Victims Fund: 2004 Portfolio Synopsis,” p. 74, e outras informações relevantes providas ao Monitor de Minas Terrestres. Maiores detalhes estão disponíveis por requisição. Deveria ser notado que as contas financeiras do CICV estão bseadas em um calendário anual onde alguns doadores possuem diferentes anos fiscais, como no caso do fundo de assistência às vítimas australianas em 2004.

¹⁹⁹ Algumas das tabelas de 2003 mudaram desde o *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004*, como novas informações tornaram-se disponíveis.

²⁰⁰ Embora esteja entre os países que não informaram os financiamentos para programas de assistência às vítimas em 2004, o Monitor de Minas Terrestres identificou a Suécia como um dos principais doadores para programas de assistência às vítimas na Colômbia, através da Agência Internacional de Desenvolvimento da Suécia, via Estrela da Esperança Internacional.

Suíça	\$112.000	\$0	\$1.646.910
Estados Unidos da América	\$15.577.227 ²⁰¹	\$13.501.388	\$72.778.762
Total	\$28.817.332	\$27.496.343	\$170.992.262

Recursos para assistência às vítimas têm diminuído significativamente e continuamente se contado como uma percentagem do total de fundo para ações contra as minas, mesmo como o número de sobreviventes de minas terrestres requerendo assistência tem continuado a crescer a cada ano. O fundo para a assistência às vítimas para 2004 identificado foi \$28,8 milhões comparados com os \$27,5 milhões em 2003, um aumento de 4,8 por cento.

Em adição aos recursos providos pelos Estados, a Comissão Européia informou financiar assistência para ações contra as minas em 2004. Em 2003 a EC informou financiamentos para programas de assistência às vítimas de minas pela primeira vez. O total de fundos atribuídos especificamente para assistência às vítimas é desconhecido, entretanto a EC informou que em 2004 contribuíram, €100.000 (\$124.380) para ajudar um centro de reabilitação no Sri Lanka; €1,4 milhões (\$1.741.320) para educação sobre o risco de minas e assistência às vítimas também no Sri Lanka; €250.000 (\$310.950) para assistência às vítimas e para educação sobre o risco de minas para refugiados de Burma nas fronteiras tailandesas; e €70.000 (\$87.066) para educação sobre o risco de minas assistência às vítimas em Uganda.

Muitos Estados aumentaram significativamente seus financiamentos informados para assistência às vítimas em 2004 incluindo: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Finlândia, França, Japão, África do Sul, Suíça e Estados Unidos. Deveria ser notado que a contribuição dos EUA parece ser a maior, isso inclui toda a contribuição do Leahy War Victims Fund (mais de \$11 milhões), que ajudou programas para todas as vítimas de guerra; o percentual do financiamento que serviu para ajudar programas de assistência aos sobreviventes de minas terrestres não está disponível.

Igualmente, se não mais importante, são as atividades dos Estados afetados por mina em prover recursos para instalações e serviços dentro do sistema público de saúde para atender as necessidades das vítimas de minas terrestres. Por exemplo, na Croácia, o Estado informou alocar \$17.241 especificamente para assistência às vítimas de minas em 2004. Informação sobre as contribuições feitas por Estados afetados por minas para assistência às vítimas não está prontamente disponível. Além disso, vários se não a maioria dos programas de assistência às vítimas são mantidos por ONGs que recebem financiamento de várias fontes incluindo governos, doadores privados e fundações de caridade. Por exemplo, em 2004, o Fundo pela Memória da Princesa de Gales – Diana - (uma instituição com base na Inglaterra) comprometeu \$3.350.000 para a Landmine Survivors Network por mais de três anos para ajudar sobreviventes de minas

²⁰¹ Esta quantia inclui três componentes. Primeiro, Patrick J. Leahy War Victims Fund administrado pela Agência para Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID – sigla em inglês) totalizando \$11,93 milhões. Despesas da LWVF para sobreviventes de minas terrestres não estão separadas dessas vítimas de guerra em geral. Segundo, os Centros de Controle de Doença e Prevenção proveram \$3,15 milhões para Landmine Survivors Network. E-mail de Michael Gerber, Emergências Internacionais e Centro de Cuidado aos Refugiados, Centro para Controle e Prevenção de Doenças, 21 de setembro de 2005. Este foi o primeiro relatório com financiamento anual do CDC para assistência às vítimas que foi identificado por incluir no total os financiamentos dos EUA. Terceiro, o Departamento de Estado dos EUA financiou através do Fundo Internacional da Eslovênia para Desminagem e Assistência às vítimas de Mina totalizando \$497.227 para programas de assistência às vítimas nos balcãs no ano de 2004.

terrestres e suas famílias e comunidades pelo mundo.²⁰² Então, as informações obtidas pelo *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2005* sobre contribuições em financiamento não pode ser tomada como uma completa representação do total de recursos disponíveis para prover assistência para vítimas de minas e outras pessoas portadoras de necessidades especiais.

Incluída na informação provida pelos Estados estão as contribuições para o Apelo Especial do CICV para Ações Contra as Minas e o Fundo Especial do CICV para Portadores de Necessidades Especiais.²⁰³ Em 2004 o Apelo Especial do CICV para Ações Contra as Minas gastou CHF 15,15 milhões (\$13,19 milhões) em seus programas de reabilitação física, comparado com CHF 18,8 milhões (\$14 milhões) em 2003 para cuidados de emergência, cuidado médico continuado e programas de reabilitação física. Em 2004, as contribuições para programas de reabilitação física totalizaram CHF 15.793.587 (\$12.708.068) que foram recebidas pelo Apelo Especial do CICV para Ações Contra as Minas: CHF 7.000.247 (\$5.632.642) de seis países (Austrália, Bélgica, Canadá, Finlândia, Noruega e África do Sul); CHF 319.952 (\$257.444) de uma sociedade nacional da Cruz Vermelha (Japão); CHF 1.473.716 (\$1.185.803) de organizações incluindo Rotary, UEFA, Soroptimist International e outros doadores; e, um adicional de CHF 6.999.672 (\$5.632.179) foi financiado de contribuições para os apelos de emergência anuais.²⁰⁴

O Fundo Especial do CICV para Portadores de Necessidades Especiais gastou CHF 4.074.085 (\$3.278.150) em programas de reabilitação física, incluindo sobreviventes de minas terrestres em 2004, um aumento de \$2.235.206 informado para 2003. Em 2004, cinco países (Áustria, Canadá, República Checa, Noruega e Estados Unidos via o Leahy War Victims Fund) contribuiu CHF 2.775.378 (\$2.233.165), cinco sociedades nacionais (Alemanha, Mônaco, Noruega, Emirados Árabes e Suíça) proveram CHF 682.123 (\$548.860), e doadores privados proveram CHF 181.598 (\$146.120).²⁰⁵

Os Estados também informaram contribuições para assistência às vítimas para o *International Trust Fund for Demining and Mine Victims Assistance* sediado na Eslovênia. Em 2004 o ITF gastou \$717.358 em assistência às vítimas, constituindo somente 2,9 por cento do total gasto. Esta é uma leve diminuição dos 10,8 por cento (\$2.684.100)²⁰⁶ em 2003, e é a mais baixa contribuição percentual da história, longe do objetivo da ITF de 15 por cento para assistência às vítimas.²⁰⁷ Em 2004 quatro países contribuíram para atividades de assistência às

²⁰² E-mail de Therese Lyras, Coordenador de Imprensa e Comunicação, Diana, Fundo em Memória da Princesa de Gales, 20 de julho de 2005.

²⁰³ Deveria ser anotado que as contas financeiras do CICV são baseadas no calendário civil onde alguns doadores possuem diferente ano fiscal. Para os propósitos de análise do financiamento, as contribuições são reflexo no ano em que eles são recebidos pela CICV.

²⁰⁴ Apelo Especial do CICV para Ações Contra as Minas em 2004. ICRC Special Appeal Mine Action 2004. O Monitor de Minas Terrestres analisou o KPMG Fides Peat, "Assistance for Mine Victims, Geneva: Auditor's report on supplementary information on the Special Appeal, Statement of contributions and expenditure, Financial Statements 2004," Apêndice II e III, Genebra, 14 de julho de 2005. A média da taxa de câmbio para 2004: US\$1 = CHF1,2428, usado para quantias em CHF não contribuídas pelo governo suíço para fixar a taxa. US Federal Reserve, "List of Exchange Rates (Annual)," 3 de janeiro de 2005., "Média da taxa de câmbio para 2003: US\$1 = CHF 1,3454 US Federal Reserve, "List of Exchange Rates (Annual) 2 de janeiro de 2004.

²⁰⁵ Fundo Especial da CICV Portadores de Necessidades Especiais de 2004. Monitor de Minas Terrestres analisou o KPMG Fides Peat, "Assistance for Mine Victims, Geneva: Auditor's report on supplementary information on the Special Appeal, Statement of contributions and expenditure, Financial Statements 2004," Apêndice V, Genebra, 14 de julho de 2005. O déficit em contribuições acima das despesas foi coberto por reservas gerais.

²⁰⁶ ITF, "Contribution to the Landmine Monitor 2005," por e-mail de Iztok Hočevar, Chefe do Departamento de Relações Internacionais, 22 de julho de 2005.

²⁰⁷ Resumo, *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004*, p. 71.

vítimas através do ITF, incluindo os Estados Unidos, Eslovênia, França e Noruega, comparando-se com sete países em 2003.²⁰⁸

Principais Receptores de Ações Contra as Minas

Tabelas precisas, completas e comparáveis para os países que mais receberam para ações contra as minas são as mais difíceis de se obter que dos doadores. De acordo com as informações disponíveis ao Monitor de Minas Terrestres os maiores receptores foram o Afeganistão (\$433 milhões desde 1991), Camboja (\$232 milhões desde 1994), Iraque (\$225 milhões desde 1993), Moçambique (\$204 milhões desde 1993), Bósnia e Herzegovina (\$148 milhões desde 1995), Angola (\$141 milhões desde 1993), Kosovo (\$91 milhões desde 1999), Líbano (calculou naus que \$80 milhões desde 2000) e Laos (\$62 milhões desde 1994).

Em 2004 os que mais receberam foram o Afeganistão (\$91,8 milhões), Iraque (\$58,7 milhões), Camboja (\$41,6 milhões), Angola (\$28 milhões), Sri Lanka (\$23,6 milhões), Bósnia e Herzegovina (\$18,8 milhões) e Sudão (\$15 milhões).

²⁰⁸ E-mail de Natasa Uršič, Gerente de Projeto do Sistema Geográfico de Informações, 22 de setembro de 2005.

<i>Países que receberam \$1 milhão ou mais em 2004</i>	
Afeganistão	91,8 milhões
Iraque	58,7 milhões
Camboja	41,6 milhões
Angola	28,0 milhões
Sri Lanka	23,6 milhões
Bósnia e Herzegovina	18,8 milhões
Sudão	15,0 milhões
Moçambique	12,0 milhões
Croácia	9,3 milhões
Laos	8,1 milhões
Líbano	5,2 milhões
Eritreia	4,9 milhões
Vietnã	4,9 milhões
RD do Congo	4,5 milhões
Somália	4,1 milhões
Nicarágua	4,0 milhões
Colômbia	3,5 milhões
Azerbaijão	3,2 milhões
Ciprus	3,1 milhões
Albânia	3,0 milhões
Iêmen	2,6 milhões
Etiópia	2,3 milhões
Tajikistão	2,3 milhões
Jordânia	2,2 milhões
Abkhazia	2,0 milhões
Chade	1,9 milhões
Sérvia e Montenegro	1,7 milhões
Kosovo	1,6 milhões

O maior aumento em doações para ações contra as minas em 2004 foi para o Camboja (\$24,6 milhões), Afeganistão (\$16,6 milhões), Bósnia e Herzegovina (\$8,4 milhões), Sri Lanka (\$7,8 milhões), Angola (\$6,7 milhões), Sudão (\$5,5 milhões), Croácia (\$3,8 milhões), Iraque (\$3,7 milhões), Laos (\$2,8 milhões), Somália (\$2 milhões) e Jordânia (\$1,5 milhões).

A maior diminuição foi em Moçambique (\$3,3 milhões), Azerbaijão (\$2,4 milhões), Eritreia (\$2 milhões) e Nicarágua (\$1,4 milhões).

Abkhazia (Geórgia) — Doadores informaram que Abkhazia recebeu aproximadamente \$2 milhões para assistência em ações contra as minas em 2004 comparado com a estimativa de \$1,4 milhões em 2003.

Afganistão – Relatórios de doadores indicam que 16 países e a EC proveram \$91,8 milhões para ações contra as minas no Afeganistão em 2004. Isto representa um aumento de aproximadamente 22 por cento, comparado com \$75,2 milhões informados pelo Centro de Ações Contra as Minas das Nações Unidas para o Afeganistão em 2003.

Albânia – O Monitor de Minas Terrestres estima que aproximadamente \$3 milhões foram doados para ações contra as minas na Albânia em 2004, comparados com a estimativa de \$3,6 milhões em 2003.

Angola – em 2004, 15 países doadores, a EC e PNUD informaram contribuições que totalizaram aproximadamente \$28 milhões para ações contra as minas em Angola. Isso significa um aumento da estimativa de contribuições de \$21,3 milhões em 2003, quando foram 17 países doadores e a EC.

Azerbaijão – Doadores informaram contribuições no total de \$3,2 milhões para ações contra as minas no Azerbaijão em 2004. Isso representa uma diminuição do financiamento do ano passado em aproximadamente \$5,6 milhões.

Bósnia e Herzegovina — O Monitor de Minas Terrestres estima que em 2004 um total de \$18,8 milhões foram doados para ações contra as minas na Bósnia e Herzegovina por 13 governos, a EC, SFOR, PNUD e uma série de organizações internacionais, um substancial aumento de \$10,4 milhões em 2003.

Burundi — Em 2004, três ONG receberam \$1.046.082 para ações contra as minas em Burundi.

Camboja — Treze países e a EC informaram contribuições de \$41.652.918 para ações contra as minas no Camboja em 2004. Este total é mais que o dobro do financiamento informado pelo Monitor de Minas Terrestres em 2003, aproximadamente \$17 milhões, e mais que o Centro de Ações contra Minas do Camboja reportou como despesas em ações contra as minas em 2004. O maior aumento único em financiamentos doados veio do Japão, \$16 milhões, um aumento de seis vezes mais que a contribuição de 2003.

Chade – Como no passado, as informações sobre financiamento para ações contra as minas para o Chade são inconsistentes e incompletas. De acordo com a pesquisa do Monitor de Minas Terrestres, quatro doadores informaram prover \$1,9 milhões para o fundo de ações contra as minas para o Chade em 2004, comparado com \$1,2 milhões em 2003.

Checênia – em 2004, três países e a EC informaram prover um total de US\$804.066 para ações contra as minas na Checênia e regiões ao redor. A UNICEF informou receber \$1.035.145 para ações contra as minas na Checênia e nas redondezas em 2004.

Colômbia – ao contrário em outros países afetados por minas, doadores internacionais tem contribuído pouco especificamente e diretamente para ações contra as minas na Colômbia. Muitos governos contribuíram indiretamente para ajuda com organizações internacionais. Quatro doadores informaram contribuir um total de \$3,53 milhões em financiamentos para ações contra as minas na Colômbia em 2004 e 2005, mas o total do valor não é conhecido.

Croácia – O Monitor de Minas Terrestres identificou doações internacionais para ações contra as minas na Croácia em 2004 totalizando \$9,3 milhões de sete países e a EC. Isso representa um significativo aumento dos \$5,5 milhões doados em 2003.

Ciprus – Em agosto de 2004, o EC disponibilizou €2,5 milhões (\$3,1 milhões), através de suas Parcerias para programas Futuros, para limpeza pela Guarda Nacional em campos minados em áreas afetadas. Anteriormente, o Canadá proveu \$250.000 em 2003.

República Democrática do Congo – Doadores internacionais informaram contribuir \$4,5 milhões para ações contra as minas na RDC em 2004, um aumento dos \$3,79 milhões em 2003.

Eritrêa – Em 2004 oito países doadores e a EC informaram que contribuíram um total de \$4,95 milhões para ações contra as minas na Eritrêa, uma diminuição de \$6,85 milhões em 2003 e \$11,1 milhões em 2002.

Etiópia – Quatro países e a EC informaram que contribuíram aproximadamente \$2,34 milhões para ações contra as minas na Etiópia em 2004.

Guiné-Bissau – O Monitor de Minas Terrestres estima que apenas menos de \$1 milhão foi contribuído para ações contra as minas em Guiné-Bissau em 2004, comparado com \$1,21 milhões em 2003.

Iraque – A Autoridade Nacional para Ações Contra as Minas declarou que recebeu algo em torno de \$61 milhões em doações em 2004. O Monitor de Minas Terrestres foi capaz de identificar \$58,7 milhões em contribuições para ações contra as minas no Iraque em 2004 vindos de 13 doadores. Isso inclui doações para ONGs e agências internacionais operando no Iraque, e algumas contribuições em espécie. O Monitor de Minas Terrestres identificou \$55 milhões em contribuições internacionais para ações contra as minas no Iraque de 15 doadores em 2003.

Jordânia – Quatro países doadores mais o PNUD proveram algo em torno de \$2,2 milhões em 2004. Isso sobre os \$1,1 milhões recebidos em 2003.

Kosovo – Um total de três países informaram contribuir aproximadamente \$1,58 milhões para ações contra as minas no Kosovo em 2004. O Monitor de Minas Terrestres estima financiamento externo para ações contra as minas de \$2,2 milhões em 2003.

Líbano – O Monitor de Minas Terrestres identificou sete países doadores contribuindo um total de \$5,18 milhões para ações contra as minas no Líbano em 2004, comparados com os \$5,9 milhões informados por doadores em 2003. Além disso, os Emirados Árabes informaram que proveram \$50 milhões, através da UNMAS, para ações contra as minas no Líbano de 2002-2004 como Operação Solidária dos Emirados. A diminuição de ano após ano das despesas não está disponível.

Laos – Nove países doadores e a EC informaram contribuir \$8,13 milhões para ações contra as minas no Laos em 2004, incluindo fundos para o PNUD Trust Fund e outras doações bilaterais. Isso representa um aumento de aproximadamente \$5,27 milhões doados por 10 países e a EC em 2003.

Moçambique – Informações providas de financiamentos ao Monitor de Minas Terrestres diretamente dos doadores indicaram que em 2004, 14 países e a EC contribuíram com \$11,95 milhões para ações contra as minas em Moçambique. Isso é uma substancial diminuição dos \$15,25 milhões informados por doadores em 2003.

Nagorno-Karabakh — Em 2004, a HALO Trust recebeu algo em torno de \$1,16 milhões para seu trabalho em Nagorno-Karabakh.

Nicarágua — É difícil para identificar claramente o financiamento para ações contra as minas na Nicarágua em bases anuais, porque vários doadores designaram fundos para o programa de Remoção de Minas da Organização dos Estados Americanos e não especificamente para a Nicarágua, e alguns proveram financiamento pluri-anuais. Em 2004 o Canadá, Dinamarca, Noruega, Suécia e Estados Unidos informaram contribuir \$3,99 milhões para ações contra as minas na Nicarágua.

Sérvia e Montenegro – O Monitor de Minas Terrestres estima que Sérvia e Montenegro receberam \$1,7 milhões em financiamentos para ações contra as minas em 2004, de dois doadores governamentais, comparados com aproximadamente \$1,1 milhões em 2003.

Somália – Seis países e a EC proveram \$4,1 milhões para ações contra as minas na Somália em 2004. Isso é quase o dobro de \$2,1 milhões doados em 2003.

Sri Lanka – Houve um aumento nas contribuições para ações contra as minas para o Sri Lanka desde o cessar-fogo teve efeito em fevereiro de 2002. Em 2004, 12 países e a EC informaram \$23,6 milhões em financiamentos para ações contra as minas, comparados com \$15,8 milhões em 2003, e \$6 milhões em 2002.

Sudão – Doze doadores e a EC contribuiu aproximadamente \$15 milhões para ações contra as minas no Sudão em 2004. Isso é quase 70 por cento de aumento dos \$9,5 milhões de contribuições internacionais identificadas pelo Monitor de Minas Terrestres em 2003.

Tajikistão – Para 2004, Tajikistão informou que ele recebeu \$2,3 milhões de sete países, PNUD e OSCE. O Monitor de Minas Terrestres identificou financiamento de \$2,5 milhões para ações contra as minas no Tajikistão de sete países doadores e a EC em 2003.

Tailândia – Doadores internacionais informaram contribuir com \$964.945 para ações contra as minas na Tailândia em 2004, uma diminuição de cerca de 1,2 milhões em 2003.

Vietnã — Em 2004, quatro doadores informaram prover um total de aproximadamente \$4,9 milhões para ações contra as minas no Vietnã. Contribuições internacionais em 2003 totalizaram cerca de \$4,3 milhões.

Iêmen — O Monitor de Minas Terrestres estima que o Iêmen recebeu aproximadamente \$2,6 milhões para seus programas de ações contra as minas de oito países doadores em 2004. Isso é uma diminuição de \$3,6 milhões recebidos em 2003.

A SITUAÇÃO DA CONVENÇÃO

Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição (Tratado de Erradicação das Minas Terrestres de 1997)

Mediante o artigo 15, o tratado foi aberto para assinaturas em 3 de dezembro de 1997 até sua entrada em vigor, que foi em 1 de março de 1999. Na lista a seguir, a primeira data é assinatura, a segunda data é ratificação. Agora que o tratado entrou em vigor, os estados não podem mais assiná-lo, mas eles podem encurtar o caminho por um só passo sem assinatura, conhecido pela adesão. De acordo com o artigo 16 (2), o tratado é aberto para adesão para qualquer Estado que não o tenha assinado. Adesão é indicada abaixo com (a).

Até 20 de setembro de 2005, 154 assinaturas/adesões e 147 ratificações ou adesões (a).

Estados-Partes

Afeganistão 11 set 02 (a)
África do Sul 3 dez 97; 26 jun 98
Albânia 8 set 98; 29 fev 00
Alemanha 3 dez 97; 23 jul 98
Argélia 3 dez 97; 9 out 01
Andorra 3 dez 97; 29 jun 98
Angola 4 dez 97; 5 jul 02
Antígua e Barbuda 3 dez 97; 3 mai 99
Argentina 4 dez 97; 14 set 99
Austrália 3 dez 97; 14 jan 99
Áustria 3 dez 97; 29 jun 98
Bahamas 3 dez 97; 31 jul 98
Bangladesh 7 mai 98; 6 set 00
Barbados 3 dez 97; 26 jan 99
Bélgica 3 dez 97; 4 set 98
Belize 27 fev 98; 23 abr 98
Benin 3 dez 97; 25 set 98
Bielorrússia 3 set 03 (a)
Bolívia 3 dez 97; 9 jun 98
Bósnia e Herzegovina 3 dez 97; 8 set 98
Botsuana 3 dez 97; 1 mar 00
Brasil 3 dez 97; 30 abr 99
Bulgária 3 dez 97; 4 set 98
Burkina Faso 3 dez 97; 16 set 98
Burundi 3 dez 97; 22 out 03
Butão 18 ago 05 (a)
Cabo Verde 4 dez 97; 14 mai 01
Camarões 3 dez 97; 19 set 02
Camboja 3 dez 97; 28 jul 99
Canadá 3 dez 97; 3 dez 97
Chade 6 jul 98; 6 mai 99

Chile 3 dez 97; 10 set 01
Ciprus 4 dez 97; 17 jan 03
Colômbia 3 dez 97; 6 set 00
Comoros 9 set 02 (a)
Congo (Brazzaville) 4 mai 01 (a)
Congo, Rep. Democrática 2 mai 02 (a)
Costa Rica 3 dez 97; 17 mar 99
Cote d Ivoire 3 dez 97; 30 jun 00
Croácia 4 dez 97; 20 mai 98
Dinamarca 4 dez 97; 8 jun 98
Djibuti 3 dez 97; 18 mai 98
Dominica 3 dez 97; 26 mar 99
El Salvador 4 dez 97; 27 jan 99
Equador 4 dez 97; 29 abr 99
Eritréa 27 ago 01 (a)
Eslovênia 3 dez 97; 27 out 98
Espanha 3 dez 97; 19 jan 99
Estônia 12 mai 04 (a)
Etiópia 3 dez 97; 17 dez 04
Fiji 3 dez 97; 10 jun 98
Filipinas 3 dez 97; 15 fev 00
França 3 dez 97; 23 jul 98
Gabão 3 dez 97; 8 set 00
Gâmbia 4 dez 97; 23 set 02
Gana 4 dez 97; 30 jun 00
Granada 3 dez 97; 19 ago 98
Grécia 3 dez 97; 25 set 03
Guatemala 3 dez 97; 26 mar 99
Guiana 4 dez 97; 5 ago 03
Guiné 4 dez 97; 8 out 98
Guiné Equatorial 16 set 98 (a)
Guiné-Bissau 3 dez 97; 22 mai 01
Honduras 3 dez 97; 24 set 98
Hungria 3 dez 97; 6 abr 98
Iêmen 4 dez 97; 1 set 98
Ilhas Salomões 4 dez 97; 26 jan 99
Irlanda 3 dez 97; 3 dez 97
Islândia 4 dez 97; 5 mai 99
Itália 3 dez 97; 23 abr 99
Jamaica 3 dez 97; 17 jul 98
Japão 3 dez 97; 30 set 98
Jordânia 11 ago 98; 13 nov 98
Kiribati 7 set 00 (a)
Latvia 1 jul 05 (a)
Lesoto 4 dez 97; 2 dez 98
Libéria 23 dez 99 (a)

Liechtenstein 3 dez 97; 5 out 99
Lituânia 26 fev 99; 12 mai 03
Luxemburgo 4 dez 97; 14 jun 99
Macedônia FYR 9 set 98 (a)
Madagascar 4 dez 97; 16 set 99
Malásia 3 dez 97; 22 abr 99
Maláui 4 dez 97; 13 ago 98
Maldivas 1 out 98; 7 set 00
Máli 3 dez 97; 2 jun 98
Malta 4 dez 97; 7 mai 01
Maurícius 3 dez 97; 3 dez 97
Mauritânia 3 dez 97; 21 jul 00
México 3 dez 97; 9 jun 98
Moçambique 3 dez 97; 25 ago 98
Moldova 3 dez 97; 8 set 00
Mônaco 4 dez 97; 17 nov 98
Namíbia 3 dez 97; 21 set 98
Nauru 7 ago 00 (a)
Nicarágua 4 dez 97; 30 nov 98
Níger 4 dez 97; 23 mar 99
Nigéria 27 set 01 (a)
Niue 3 dez 97; 15 abr 98
Noruega 3 dez 97; 9 jul 98
Nova Zelândia 3 dez 97; 27 jan 99
Países Baixos 3 dez 97; 12 abr 99
Panamá 4 dez 97; 7 out 98
Papua Nova Guiné 28 jun 04 (a)
Paraguai 3 dez 97; 13 nov 98
Peru 3 dez 97; 17 jun 98
Portugal 3 dez 97; 19 fev 99
Qatar 4 dez 97; 13 out 98
Quênia 5 dez 97; 23 jan 01
Reino Unido 3 dez 97; 31 jul 98
República Centro Africana 8 nov 02 (a)
República da Eslováquia 3 dez 97; 25 fev 99
Republica Dominicana dez 97; 30 jun 00
Republica Tcheca 3 dez 97; 26 out 99
Romênia 3 dez 97; 30 nov 00
Ruanda 3 dez 97; 8 jun 00
Saint Kitts e Nevis 3 dez 97; 2 dez 98
Saint Vincent e Grenadines 3 dez 97; 1 ago 01
Samoa 3 dez 97; 23 jul 98
Santa Lucia 3 dez 97; 13 abr 99
Santa Sé 4 dez 97; 17 fev 98
São Marino 3 dez 97; 18 mar 98
São Tome e Príncipe 30 abr 98; 31 mar 03

Seicheles 4 dez 97; 2 jun 00
Senegal 3 dez 97; 24 set 98
Serra Leoa 29 jul 98; 25 abr 01
Sérvia e Montenegro 18 set 03 (a)
Suazilândia 4 dez 97; 22 dez 98
Sudão 4 dez 97; 13 out 03
Suécia 4 dez 97; 30 nov 98
Suíça 3 dez 97; 24 mar 98
Suriname 4 dez 97; 23 mai 02
Tailândia 3 dez 97; 27 nov 98
Tajiquistão 12 out 99 (a)
Tanzânia 3 dez 97; 13 nov 00
Timor-Leste 7 mai 03 (a)
Togo 4 dez 97; 9 mar 00
Trinidad e Tobago 4 dez 97; 27 abr 98
Tunísia 4 dez 97; 9 jul 99
Turcomenistão 3 dez 97; 19 jan 98
Turquia 25 set 03 (a)
Uganda 3 dez 97; 25 fev 99
Uruguai 3 dez 97; 7 jun 01
Vanuatu 4 dez 97; 16 set 05
Venezuela 3 dez 97; 14 abr 99
Zâmbia 12 dez 97; 23 fev 01
Zimbábue 3 dez 97; 18 jun 98

Signatários

Brunei Darussalem 4 dez 97
Haiti 3 dez 97
Ilhas Cook 3 dez 97
Ilhas Marshall 4 dez 97
Indonésia 4 dez 97
Polônia 4 dez 97
Ucrânia 24 fev 99

Não-Signatários

Arábia Saudita
Armênia
Azerbaijão
Bahrain
Burma
Cazaquistão
China
Coréia do Norte
Coréia do Sul

Cuba
Egito
Emirados Árabes Unidos
Estados Unidos
Federação Russa
Finlândia
Geórgia
Índia
Irã
Iraque
Israel
Kuwait
Laos PDR
Líbano
Líbia
Marrocos
Micronesia
Mongolia
Nepal
Omã
Palau
Paquistão
Quirguistão
Singapura
Síria
Somália
Sri Lanka
Tonga
Tuvalu
Uzbequistão
Vietnã

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

Estados-Partes

Afeganistão

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Lei nacional para ações contra as minas foi escrita. Em setembro de 2004, o governo montou um comitê para decidir sobre a destruição dos estoques das minas antipessoal e outros explosivos remanescentes de guerra. O inventário das minas antipessoal armazenadas de uma fábrica nacional começou e o plano de destruição aprovado. De março de 2003 até 30 de abril de 2005, um total de 28.893 minas armazenadas foram destruídas em cooperação com ONGs de desminagem. Em abril de 2005, o Afeganistão retira 1.076 mina para treinamento de cães detectores de mina. Em dezembro de 2004, o Afeganistão tornou-se co-relator do Comitê Permanente em Assistência às Vítimas e Reintegração Sócio-Econômica. Relatórios de imprensa indicaram possíveis novos uso de minas por forças de oposição. O uso de dispositivos explosivos improvisados por forças contrárias parece ter aumentado em 2004 e 2005. A Pesquisa de Impacto de Minas Terrestres realizou de novembro de 2003 a novembro de 2004 uma redução na área estimada de contaminação de 1.350 km² para 715 km². Em 2004, mais de 33 km² de áreas minadas e quase 70 km² de áreas de batalhas foram limpas, destruindo mais de 5.000 minas antipessoal, 500 minas antiveículo e um milhão de outros explosivos. Alguns 65 km² de áreas minas e antigos campos de batalha também foram pesquisados. Uma estimativa de US\$91,8 milhões foi dedicada para ações contra as minas em 2004, um grande aumento em relação a 2003. INMACA informou financiar \$97,2 milhões em seu ano fiscal de 2004-2005. Em 2005, pela primeira vez, o Afeganistão fez uma significativa doação para ações contra as minas (\$1,6 milhões). Educação sobre o risco de minas (ERM) foi recebida por mais de dois milhões de afegãos em 2004-2005. Somete 27 por cento das comunidades com o impacto de minas reportaram alguns formulários de educação sobre o risco de minas nos dois anos anteriores. Significante diminuição em novas vítimas de minas terrestres, UXOs e munições em cluster foram encontradas em 2004 comparado com 2003. Entre as vítimas inclui-se pelo menos um desminador morto e 13 feridos. O Afeganistão foi identificado na Primeira Conferência de Exame do Tratado de Banimento das Minas Terrestres como um dos 24 Estados-Partes com as maiores necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada às vítimas. A diminuição da limpeza e a necessidade de revisar as estratégias foram atribuídas a dificuldades em 2004, quando uma das duas.

Albânia

Principais Desenvolvimentos desde maio de 2004: Uma Lei de desminagem humanitária foi elaborada para a aprovação do parlamento após as eleições de julho de 2005. A revisão da estratégia para ação contra as minas foi finalizada em março de 2005, adiada a limpeza de áreas afetadas de alta e média importância para 2006, e para todas as áreas para 2009. A responsabilidade governamental para ação contra as minas foi também prorrogada para 2006-2009. Em 2004, mais de 400.000 m² foram liberados (incluindo alguns 180.000 m² desminados), comparado com mais de 1.100.000 m² em 2003. A redução da desminagem e a necessidade de revisar a estratégia foram atribuídas às dificuldades em 2004, quando uma das duas organizações de desminagem retirou-se devido a não possibilidade de manter os financiamentos, e um sério acidente de treinamento atrasou outras atividades planejadas. A UNICEF ajudou a preparação de

dois manuais sobre o risco de minas e armas. Em torno de US\$3,8 milhões foi doado para ações contra as minas em 2004. Vítimas de Minas/UXOs aumentaram significativamente em 2004. Na Primeira Conferência de Exame em Nairobi, a Albânia foi identificada com um dos 24 Estados-Partes com as maiores necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes. Um novo projeto de assistência às vítimas começou em outubro de 2004 pela UNDP. Em janeiro de 2005, a Estratégia Nacional para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais foi aprovado, e em abril de 2005 uma nova Lei que beneficia todas as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais com a adoção de uma pensão.

Argélia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Argélia destruiu 144.020 minas antipessoal armazenadas entre novembro de 2004 e maio de 2005. Os planos para completar a destruição do seu estoque em novembro de 2005. A Argélia sediou um seminário internacional sobre a implementação do Tratado de Banimento das Minas Terrestres em Algiers em maio de 2005. Em dezembro de 2005, a Argélia tornou-se co-presidente do Comitê Permanente em Desminagem, Educação sobre o risco de minas e Tecnologias para Ações Contra as Minas. Em setembro de 2004, o Comitê Inter-ministerial para a Implementação do Tratado de Banimento das Minas Terrestres tornou-se operativo. O Comitê escreveu um plano de ação contra as minas para o período de 2005 a 2009; até setembro de 2005 não foi adotado pelo governo. Em 27 de novembro de 2004, a Argélia relançou seu programa de desminagem nas fronteiras leste e oeste; 137,395 minas antipessoal foram removidas entre novembro de 2004 e julho de 2005.

Angola

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Angola apresentou um plano para a destruição do estoque em junho de 2005. Angola declarou que não vai conseguir alcançar o prazo final de 1 de janeiro de 2007 para a destruição do seu estoque de mina antipessoal, e iria requerer uma prorrogação; entretanto, não existe previsão no Tratado de Banimento das Minas Terrestres para essa prorrogação. A Pesquisa de Impacto das Minas Terrestres foi suspensa em 31 de maio de 2005 devido a falta de fundos, depois de completar a pesquisa em 10 das 18 províncias. Após proverem fundos de segurança adicionais, a PIMT foi recomeçada e “continuou em um ritmo reduzido.” Angola informou a desminagem de 10.7 km² e a remoção de 7.351 minas antipessoal em 2004, um considerável aumento em 2003 (3.525.197 m²). Cinco dos 11 operadores de ações contra as minas informaram a limpeza de mais de 9,5 km² em 2004 até abril de 2005, mais redução de áreas e desminagem de estradas. Estima-se que US\$28 milhões foram providos por doadores internacionais para ações contra as minas em Angola em 2004, continuando a tendência de aumento das doações nos últimos anos. A Comissão Nacional Intersetorial para Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH) criou comitês de minas nos níveis provinciais e comunitários. Preparou padrões baseados em IMAS para educação sobre o risco de minas, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2005. A educação sobre o risco de minas de 18 organizações cobriu 15 províncias. Houve uma significativa diminuição no número de vítimas de minas informadas em 2004. Na Primeira Conferência de Exame, Angola foi identificado como um dos 24 Estados-Partes com as maiores necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes.

Bangladesh

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em 28 de fevereiro de 2005, Bangladesh completou a destruição do seu estoque de 189.227 minas terrestres antipessoal. Em dezembro de 2004, Bangladesh tornou-se co-presidente do Comitê Permanente em Detruição do Estoque. Nonviolence International-Bangladesh conduziu um programa de treinamento de três dias educação sobre o risco de minas em Chittagong na primeira metade de junho de 2004.

Bielorrússia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Bielorrússia decidiu converter mais de 200.000 OZM-72 minas de salto-fragmentação em munições detonadas por comando. Bielorrússia está comprometida em destruir os fuzíveis tipo MUV como dispositivos anti-manipulação e armadilhas. Bielorrússia submeteu seu relatório de transparência do Artigo 7 em 1 de julho de 2004 e um segundo relatório em 9 de maio de 2005. Limpou mais de 1.000 minas antipessoal em 2004, mas não se declarou formalmente como afetado por minas. O Ministério da Defesa lançou uma campanha de educação sobre o risco de minas com a pretensão de diminuir o número de vítimas entre a população civil em áreas afetadas. Vítimas de minas continuaram a ocorrer em 2004 e 2005.

Butão

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: o Butão aderiu ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres em 18 de agosto de 2005, seguido da aprovação pela Assembléia Nacional em julho de 2005. Butão anunciou formalmente sua intenção de aderir em setembro de 2004.

Bósnia E Herzegovina

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em dezembro de 2004, a Bósnia e Herzegovina (BiH) emendou o código criminal para aplicar sanções penais para as violações do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. A estratégia de ação contra as minas da BiH foi revisada em 2004, e integrada com as metas nacionais de desenvolvimento. Uma nova estratégia chama para a redução de 40 por cento no total de áreas suspeitas de terem minas no final de 2008, dois meses antes do prazo limite do Artigo 5. Esconderijos ilegais de minas antipessoal continuam a ser descobertos. No final de dezembro de 2004, foi estimado que 2.300 km², cerca de 4,4 por cento do país, era afetado por minas e material não detonado. Em 2004, 4,3 km² de terra foi desminada. Uns 2,3 km² foram reduzidos por pesquisa técnica, um grande aumento em 2003. Ambos fundos nacionais e internacionais para ações contra as minas na BiH aumentaram em 2004, totalizando US\$28,6 milhões (comparados com \$17,46 milhões em 2003). Doadores internacionais contribuíram com \$18,8 milhões no total. Uma nova estratégia para educação sobre o risco de minas foi desenvolvida, incluindo a integração com outros aspectos da ação contra as minas, marcação dos campos minados, e fortalecendo a realização e coordenação de educação sobre o risco de minas foi adotado. A tendência de diminuição das vítimas de minas/UXOs continuaram em 2004. Na Primeira Conferência de Exame, BiH foi identificada como um dos 24 Estados-Partes que tem grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada às vítimas. Em junho de 2005, BiH apresentou alguns dos seus objetivos para o período de 2005-2009 para atender às necessidades dos sobreviventes de minas.

Burundi

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em 8 de novembro de 2004, Burundi declarou ter de 1.212 minas antipessoal armazenadas, mas não realizou futuros inventários do estoque. O aumento do número de vítimas de mina particularmente na província rural de Bujumbura onde batalhas aconteceram, indicam a utilização contínua de minas antipessoal. Entretanto, o Monitor de Minas Terrestres recebeu poucas alegações específicas sobre o uso pelos rebeldes da FNL ou pelas forças do Exército. A ONU ajudou o estabelecimento de um centro de coordenação para ações contra as minas. Em novembro de 2004, Burundi anunciou planos para uma pesquisa sobre o impacto nacional de minas terrestres a ser conduzida em 2005. Em maio de 2005, DanChurchAid começou atividades de limpeza de minas na província de Makamba próxima da fronteira com a Tanzânia. A Fundação Suíça para Ações contra as Minas adiou atividades de desminagem planejadas para 2005; realizou educação sobre o risco de minas em todo país durante 2004. O total financiado de US\$6,5 é direcionado para ações contra as minas em Burundi em 2005. A UNICEF suspendeu seu apoio para o programa de educação sobre o risco de minas do Departamento de Proteção Civil, aguardando a criação de uma autoridade nacional para ações contra as minas. Em 2004, existiu um grande aumento no número de vítimas de minas/UXOs. Burundi reconhece que em termos de assistência aos sobreviventes “tudo permanece para ser feito.” Na Primeira Conferência de Exame, Burundi foi identificada como um dos 24 Estados-Partes que tem grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes.

Camboja

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: De setembro de 2003 até dezembro de 2004, o Camboja co-presidiu o Comitê Permanente em Desminagem, Educação sobre o risco de minas e Tecnologias de Ações contra as Minas. O Deputado-Primeiro Ministro do Camboja atendeu a Primeira Conferência de Exame, e a Embaixatriz Jovem da ICBL Song Kosal participou da cerimônia de abertura. O principal lançamento do *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004* aconteceu no Camboja com a participação do Rei. Camboja recentemente descobriu e destruiu mais de 15.000 minas antipessoal armazenadas em 2004, mais do que qualquer programa de destruição anterior que foi completado.

Em junho de 2005, o Camboja informou aos Estados-Partes que ia requerer uma prorrogação do prazo final do Artigo 5 (março de 2010) a menos que os doadores aumentassem os financiamentos. Doações internacionais para ações contra as minas no Camboja aumentaram substancialmente em 2004, para mais de \$41 milhões. Camboja informou que aproximadamente \$30 milhões foram gastos em ações contra as minas em 2004. Uma avaliação das ações contra as minas disse que um terço da área identificada anteriormente como contaminada por minas precisaria de desminagem. A avaliação recomendou redefinirem o papel da autoridade de ação contra as minas. Durante 2003, quatro operadores de desminagem limpavam mais de 32 km² de terra, menos que em 2003. Em 10 de agosto de 2005, cinco padrões nacionais para desminagem foram aprovados pelo Primeiro Ministro Hun Sen. Educação sobre o risco de minas alcançou cerca de 600.000 pessoas em 2004, incluindo alunos que já tiveram cursos. Houve um significativo aumento no número de vítimas registradas, comparado com 2003; houve mais vítimas devido a material não detonado anteriormente. Na Primeira Conferência de Exame, o

Camboja foi identificado como um dos 24 Estados-Partes com um número significativo de sobreviventes de minas, e com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes.

Chade

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A implementação nacional está em processo de aprovação. O Chade declarou seu objetivo de ser “livre do impacto de minas e UXOs antes do final de 2010...” Apesar do conflito no Tibesti, Chade foi escolhido para competir para a Iniciativa de Conclusão do PNUD. Em outubro de 2004, o Grupo de Orientação para Minas supervisionou operações de desminagem e iniciou um novo projeto para desminar esconderijos de armas e pontos e água nas regiões do norte. De maio de 2004 para abril de 2005, 244.227 m² foram limpos de minas e 2.68 km² foram limpos de campos de batalha; 3.630 minas antipessoal, 1.364 minas antiveículo e 67.513 UXO foram destruídos. Uma campanha de ERM alcançou mais de 41.307 pessoas, e 990 voluntários da comunidade foram treinados. Vítimas registradas aumentaram significativamente em 2004. Na Primeira Conferência de Exame, Chade foi identificado como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes.

Chile

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Uma operação de desminagem que começou em agosto de 2004 no Aeroporto Chacalluta em Arica foi completo em abril de 2005, com a destruição de quase 5.000 minas antipessoal e mais de 2.000 minas antiveículo. Em 21 de julho de 2005, o Chile começou desminagem através das fronteiras com a Bolívia em Tambo Quemado. Em seu relatório do Artigo 7 de maio de 2005, o Chile informou novas informações significantes sobre áreas minadas. O Chile está preparando legislação mais completa e específica para a implementação do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. Chile e Argentina têm feito propostas conjuntas para expandir a informação sobre minas retidas para fins de terinamento e desenvolvimento.

Colômbia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Colômbia completou a destruição do seu estoque de minas antipessoal em 24 de outubro de 2004. Grupos armados não-estatais, mais notavelmente as FARC, continuam a usar minas antipessoal e dispositivos explosivos improvisados de forma regular. O problema continua a crescer. Em 1 de julho de 2005, 31 dos 32 departamentos da Colômbia, e mais da metade das municipalidades do país, eram afetadas por minas ou material não detonado. Em agosto de 2004, o governo aprovou um Plano Estratégico Nacional para ações contra as minas de 2004-2009. Em 2004, o Observatório de Minas Antipessoal registrou 863 novas vítimas de minas/UXOs, um significativo aumento das 724 novas vítimas registradas em 2003. Na Primeira Conferência de Exame, a Colômbia foi identificada como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes.

Croácia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Croácia vai sediar o Sexto Encontro dos Estados-Partes em novembro-dezembro de 2005. A Croácia estipulou uma ampla legislação de implementação nacional em outubro de 2004. Estabeleceu uma comissão nacional para monitorar a implementação. A Croácia serviu como co-presidente do Comitê Permanente em Assistência às vítimas e Reintegração Sócio-econômica até novembro de 2004. A Croácia ratificou o Protocolo V do CCAC sobre Explosivos Remanescentes de Guerra em 7 de fevereiro de 2005. A partir do fim de agosto de 2005, a companhia croata Agencija Alan ainda estava anunciando a venda minas antiveículo TMRP-6 equipadas com incline de vara em seu catálogo de produtos; a ICBL acredita que esta mina é banida. Através de uma pesquisa geral, a Croácia reduziu sua estimativa de áreas minadas e suspeitas de estarem minadas para 1.174 km². A tabela da Croácia de programas de ações contra as minas apela pela limpeza de 346 km² de áreas minadas desconhecidas e o prazo limite do Tratado é de 1 de março de 2009. Em 2004, mais de 10,6 km² de território foram desminados e 23 km² adicionais foram reduzidos pela pesquisa. Como resultado, duas das 14 municípios afetados foram consideradas livre de minas em 2004. Um total de 4.453 minas antipessoal, 5.257 minas antiveículo e 40.850 UXOs foram encontrados e destruídos. Quase US\$52 milhões foram gastos em desminagem em 2004; doações internacionais aumentaram substancialmente, para \$9,8 milhões em 2004. Um total de 36.200 pessoas receberam treinamento para educação sobre o risco de minas em 2004 e 100.000 pessoas foram expostas a mensagens de ERM. Houve um significativo aumento em vítimas de minas, maioria causadas por minas antipessoal. Na Primeira Conferência de Exame, a Croácia foi identificada como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes. Em 2004-2005, as provisões legais para sobreviventes de minas foram extendidas.

Ciprus

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em agosto de 2005, forças turcas concordaram em limpar os campos minados de seu lado da zona de conflito, e as atividades de limpeza começaram em 12 de agosto. A limpeza dos campos minados realizado pela Guarda Nacional da República do Ciprus na zona de conflito começou em novembro de 2004; 294, 118 m² de área minada e 2.063 minas foram limpas entre novembro de 2004 até 30 de junho de 2005. A Comissão Européia contribuiu com €2,5 milhões (algo em torno de US\$3,1 milhões) para a limpeza da zona de conflito. A Agência de Ações Contra as Minas da ONU foi estabelecida em abril de 2004 para gerir e monitorar o projeto de desminagem. Ciprus informou a destruição de 335 minas antipessoal em áreas minadas fora da zona de conflito em 2004. Destruiu 4.368 minas antipessoal armazenadas entre julho de 2003 e dezembro de 2004, incluindo 441 em 2004.

Djibouti

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Djibouti novamente parece ter declarado que conhece sua obrigação do Artigo 5 para limpar áreas minadas, embora exista a evidência que áreas minadas ainda existem.

A França conduziu uma missão militar em março-abril de 2005 para preparar a liberação da base militar La Dodah do problema da mina.

República Democrática Do Congo

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Como em maio de 2005, a RDC não informou o número e tipos de minas antipessoal armazenadas no país. Esta data limite para completar a destruição do estoque é 1 de novembro de 2006. Algumas minas antipessoal de antigas forças de oposição estão sendo destruídas a partir do processo de desmobilização, e algumas minas retidas pelo Exército também estão sendo destruídas. O Monitor de Minas Terrestres não recebeu nenhuma alegação séria ou relatórios da utilização de minas antipessoal por grupos armados não-estatais desde junho de 2004. De 16 de junho de 2005, 828 áreas perigosas foram registradas pelo Centro de Coordenação de Ações Contra as Minas da ONU em Kinshasa. Uma missão avançada para a pesquisa nacional de impacto das minas terrestres foi conduzida em março de 2005; outra tarefa avançada, em 2004, para realizar a pesquisa em uma província começou em abril de 2005. O relatório do Artigo 7 da RDC para 2004 não informava qualquer condução de limpeza de mina durante o ano. Entretanto, várias ONGs informaram dados de atividades de desminagem em 2004-2005, como também programas de educação sobre o risco de minas. Mais de US\$4,4 milhões foram doados para ações contra as minas na RDC em 2004. Uma significativa diminuição de vítimas de minas/UXOs foi registrada em 2004. Na Primeira Conferência de Exame, a RDC foi identificada como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes.

Equador

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em agosto de 2004, o Equador destruiu 1.970 minas antipessoal que retinha para treinamento, deixando um total de 2.000 minas. Em 2004, sete novas vítimas de minas foram registradas; nenhum acidente em 2005 foi informado até setembro.

El Salvador

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A legislação de implementação nacional entrou em vigor em novembro de 2004. Em dezembro de 2004, um funcionário do Ministério das Relações Exteriores foi questionado sobre ações anteriores feitas por um grupo de desminagem sediado no Reino Unido sobre as áreas que permanecem afetadas por minas e explosivos remanescentes de guerra em El Salvador. Na Primeira Conferência de Exame, El Salvador foi identificada como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidade de prover assistência adequada aos sobreviventes. Em junho de 2005, como parte do seu compromisso com o Plano de Ação de Nairobi, El Salvador apresentou alguns dos seus objetivos para o período 2005-2009 para atender as necessidades dos sobreviventes de minas.

Eritrêia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em 8 de abril de 2005 um programa de ação contra as minas eritreano parou por ação governamental pela segunda vez em três anos, quando veículos usados pelas equipes de desminagem e outros equipamentos da ONU foram retirados. O Ministro do Desenvolvimento Nacional posteriormente indicou que a Eritrêia não vai requerer futura assistência técnica da ONU para seus programas de ações contra as minas. A Pesquisa de Impacto das Minas Terrestres, completada em junho de 2004, descobriu que mais de 655.000 pessoas em 481 comunidades eram afetadas por minas terrestres e UXOs em aproximadamente 1.000 áreas contaminadas. Alguns 3,6 km² de terra e 2.180 km de estrada foram limpos das minas em 2004 (1.327 minas antipessoal, 93 minas antiveículo e 3.865 UXOs foram destruídas). Em adição, 21.855 m² de terra foram marcadas ou pesquisadas. A Eritrêia completou seu Plano Estratégico Nacional pra Ações Contra as Minas marcado para 2004. No total, US\$5,8 milhões foram gastos em programas nacionais de ações contra as minas na Eritrêia em 2004, excluindo os gastos da UNMEE. Doadores internacionais contribuíram com aproximadamente \$4,9 milhões em 2004.

Educação nacional sobre o risco de minas, que foi suspenso em 2002 durante a reestruturação do governo, recomeçou em 2004. Em março de 2005, a educação sobre o risco de minas começou em áreas fora da Zona de Segurança Temporária, os primeiros programas desde o final da guerra com a Etiópia em 1998-2000. O aumento da cobertura foi alcançado dentro da ZST. Vítimas de minas/UXOs registradas na Zona de Segurança Temporária diminuíram significativamente em 2004. Na Primeira Conferência de Exame, a Eritrêia foi identificada como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes. Como parte do seu comprometimento com o Plano de Ação de Nairobi, a Eritrêia identificou alguns dos seus objetivos para o período de 2005-2009 para atender as necessidades dos sobreviventes de minas.

Estônia

Principais desenvolvimentos desde Maio de 2004: Estônia aderiu ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres em 12 de maio de 2004, e o Tratado entrou em vigor em 1 de novembro de 2004. A Estônia enviou seu relatório inicial de transparência do Artigo 7 em 21 de março de 2005, no qual declarou não possuir minas antipessoal armazenadas ou retidas para treinamento. Em 2004, um total de 1.952 itens de UXOs foram destruídos, e até 19 de setembro de 2005, 1.114 UXOs foram destruídos, incluindo 82 minas. Quase 400 UXOs foram encontrados na ilha de Saaremaa durante operações planejadas de limpeza e construção de um porto de balsa em 2005.

Grécia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Grécia completou seu plano para destruição do estoque e aprovou o orçamento. A Grécia está mantendo seus campos minados na fronteira com a Turquia, mas está trocando minas antipessoal por minas antiveículo. Como em 22 de abril de 2005, 7.660 das 24.751 minas antipessoal nos campos minados de Evros na fronteira foram removidas e trocadas por minas antiveículo. Em junho de 2005, um desminador do exército morreu durante as operações de limpeza. Em 2004, o batalhão de limpeza nacional

pesquisou 808.169 m² de terra e limpou mais de 511.810 m². O custo anual das operações de desminagem na Grécia foi de €3,3 milhões (US\$4,1 milhões).

Guatemala

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em 2004, operações de limpeza foram completadas nos departamentos de Alta Verapaz, Baja Verapaz e Huehuetenango. A desminagem de 2004 resultou na destruição de 40 itens de material não detonado, incluindo duas minas antipessoal. A educação sobre o risco de minas alcançou 92.231 pessoas em 395 comunidades. A Guatemala serviu como co-presidente do Comitê Permanente em Destruição do Estoque de setembro de 2003 até dezembro de 2004, e ocupa o lugar de co-relator do Comitê Permanente em Situação Geral e Operação da Convenção neste momento.

Guiné-Bissau

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Guiné-Bissau agendou para completar sua destruição do estoque em 17 de outubro de 2005, antes do seu prazo final do Tratado de 1 de novembro de 2005. Um plano de ação contra as minas para 2004 a 2009 foi desenvolvido para alcançar as obrigações de Guiné-Bissau impostas pelo Artigo 5 do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. A Handicap International começou um projeto em 2005 para desenvolver capacidade e eficiência na desminagem. Mais de 215.000 m² de território foram limpos em 2004, menos que em 2003. A contribuição dos doadores internacionais não alcançou US\$1 milhão para ações contra as minas em 2004, uma diminuição em relação a 2003. A educação sobre o risco de minas em 2004 foi interrompida por uma pequena queda no financiamento. Um significativo aumento de vítimas de minas/UXOs foi informado em 2004. Na Primeira Conferência de Exame, Guiné-Bissau foi identificada como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes. Em junho de 2005, Guiné-Bissau apresentou seus objetivos para 2005-2009 para atender as necessidades dos sobreviventes de minas.

Guiana

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: a Guiana não enviou ainda seu relatório inicial de transparência do Artigo 7, devido a partir de 29 de julho de 2004.

Jordânia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Jordânia publicou seu Plano Nacional de Ações Contra as Minas para 2005-2009. O plano pretende tornar a Jordânia livre das minas antipessoal em 2009. Em 2004 a 1 de maio de 2005, equipes de engenheiros desminadores do exército limpavam 1.266.000 m², destruindo 806 minas antipessoal e 35 minas antiveículo em 14 campos minados. Uma modificação na pesquisa sobre o impacto de minas terrestres era para começar em 2005. A Sociedade Jordaniana do Crescente Vermelho realizou mais que 100 eventos de educação sobre o risco de minas, alcançando 12.000 pessoas. A Jordânia recebeu aproximadamente US\$2,2 milhões de doadores internacionais para ações contra as minas em 2004. O número informado para vítimas de minas/UXOs aumentou substancialmente em 2003.

O sub-comitê de assistência às vítimas foi criado em 2004 para coletar dados sobre vítimas de minas na Jordânia.

Quênia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: de 28 de novembro a 3 de dezembro de 2004, o Quênia sediou a Primeira Conferência de Exame do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, também conhecido como "Cúpula e Nairobi por um Mundo Livre de Minas". A legislação nacional está sendo preparada. Um Centro de Treinamento Internacional para Ações Contra as Minas em parceria entre Inglaterra-Quênia, para treinamento de ações contra as minas na África sub-sahariana, foi inaugurada em 17 de fevereiro de 2005 nas proximidades de Nairobi.

Latvia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Latvia aderiu ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres em 1 de julho de 2005. Latvia apresentou seu terceiro relatório de transparência voluntário em junho de 2005, com os totais de estoque revisados. Em 2004, equipes peritas em material explosivo destruíram 3.426 itens de UXOs, incluindo 42 minas antipessoal e antiveículo.

Libéria

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em 20 de outubro de 2004, a Libéria enviou seu relatório de transparência do Artigo 7, devido originalmente em 28 de novembro de 2000. O relatório "vazio" indica que a Libéria não tem minas antipessoal armazenadas, incluindo para propósitos de treinamento, e sem áreas contaminadas ou suspeitas de conter minas antipessoal. O prazo final estipulado pelo Tratado para a Libéria destruir qualquer estoque de mina antipessoal, 1 de junho de 2004, passou sem a Libéria informar oficialmente aos Estados-Partes que já tinha cumprido a obrigação. Em 16 de setembro de 2005, a Libéria aderiu ao Protocolo II Emendado (Minas Terrestres) da Convenção sobre Certas Armas Convencionais.

Macedônia (Antiga República Da Iugoslávia)

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: FYR Macedônia aderiu ao Protocolo II Emendado do CCAC em 31 de maio de 2005. Nenhuma atividade de pesquisa foi realizada em 2004, e relatórios detalhados de atividades de desminagem de 2004 não foram obtidos. Financiamento internacional para ações contra as minas continuou em 2004, mas em um nível reduzido com doadores indicando a necessidade de maior contribuição nacional para o problema das minas/UXOs. Em janeiro de 2005, a responsabilidade para ações contra as minas foram passadas para uma nova diretoria. Não existiram relatórios confirmados sobre vítimas de minas ou UXOs durante 2004; entretanto, nenhuma agência nacional registrou incidentes de minas/UXOs.

Maláui

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Maláui escreveu a legislação de implementação nacional. O Presidente da Malawi atendeu a Primeira Conferência de Exame. O Maláui começou a pesquisar e desminar terrenos pertencentes aos licenciados Jovens Pioneiros de Maláui. O Maláui desenvolveu um plano de cinco anos para ações contra as minas, com assistência técnica da ONU. Um programa foi desenvolvido para pesquisas detalhadas sobre vítimas de minas. Os planos para cinco anos incluem o objetivo de melhorar a assistência às vítimas. Em 2004, uma nova política nacional para pessoas portadoras de necessidades especiais foi aprovada.

Mauritânia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Mauritânia completou seu programa de destruição do estoque em dezembro de 2004 e vai reter 728 minas para propósitos de treinamento. Operações de desminagem em 2004 foram limitadas a uma pequena escala de operações para engenhos com dispositivos explosivos e a limpeza de aproximadamente 26.000 m² na região de Nouadhibou, onde 20.000 m² foram limpos por uma ONG francesa HAMAP Démineurs. Em 2004, o Escritório Nacional de Desminagem Humanitária começou uma pesquisa técnica para reduzir a extensão das áreas suspeitas perigosas. A educação sobre o risco de minas foi iniciada pela UNICEF em agosto de 2004, para treinar 100 ativistas comunitários e marcar áreas suspeitas de serem perigosas; em agosto de 2005, alguns 2.5 km² devem ser marcados. Em agosto de 2004, Mauritânia começou coletando dados de vítimas.

Moldova

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Durante 2004, Moldova destruiu 736 minas que tinha anteriormente identificado reter para treinamento. Também declarou que as 249 minas antipessoal controladas remotamente iriam ser retidas e seriam destruídas no futuro. Moldova revisou sua informação anterior sobre destruição do estoque de minas antipessoal, indicando 13.194 minas destruídas em 2002.

Moçambique

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Moçambique informou em abril de 2005 que a legislação de implementação nacional estava aguardando aprovação pela Assembleia. Moçambique serviu como Amigo do Presidente para a Primeira Conferência de Exame. Moçambique sediou um grande lançamento do *Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2004*. Maiores mudanças foram feitas neste período de relatório, trocando a data-alvo anterior de 2012 para ser declarado livre do impacto das minas para não ter mais o confronto com o Tratado que apontava a data-alvo para 2009 para tornar-se livre de minas, integrando a ação contra as minas nos seus planos nacionais de desenvolvimento, e mudando as bases dos planos e prioridades de ações contra as minas. Uma revisão de 10 anos das ações contra as minas em Moçambique identificou sérias deficiências no plano de ação, limitada habilidade para planejar e priorizar ações contra as minas efetivas, e a necessidade de integrar ações contra as minas com o desenvolvimento nacional. Resultados de limpeza e contínua revisão da Pesquisa de Impacto de Minas Terrestres de 2001 pelo Instituto Nacional de Desminagem para tentar reduzir sua

estimativa de territórios com suspeita de estarem contaminados por minas para 171,6 km². Substancialmente mais território foi limpo de minas e material não detonado em 2004 (aproximadamente 12 km²) que em 2003, removendo a ameaça de 379 vilas e 217.000 pessoas. Algo em torno de 4,6 km² foram pesquisados, cancelando 84 suspeitas de áreas perigosas em cinco províncias. Um operador de desminagem parou com o trabalho devido à falta de fundos. Dois outros anunciaram planos de retiraram-se em 2006-2007. Pouca educação sobre o risco de minas foi realizada em 2004, por falta de fundos.

Doadores internacionais proveram uma estimativa de \$11,95 milhões para ações contra as minas em Moçambique em 2004 (em contraste com mais de \$15 milhões em 2003), e o governo moçambicano proveu um aumento nos fundos de \$7,9 milhões (parcialmente em espécie, incluindo isenção de taxas). Vítimas de minas/UXOs aumentaram em 2004. Moçambique reconhece que assistência às vítimas é o “componente mais fraco” deste tipo de programa de ação contra as minas. Na Primeira Conferência de Exame, Moçambique foi identificado como um dos 24 Estados-Partes com significativo número de sobreviventes de minas, e com grandes responsabilidades de atuar, mas também com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada. Em junho de 2005, uma parte dos seu comprometimento com o Plano de Ação de Nairobi, Moçambique apresentou alguns dos seus objetivos para o período de 2005-2009 para atender às necessidades dos sobreviventes de minas.

Namíbia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Namíbia submeteu seu relatório inicial do Artigo 7 em 7 de julho de 2004, que era devido desde 28 de agosto de 1999. A atualização anual para 2004 não foi submetida e está em atraso desde 30 de abril de 2005. A Namíbia revelou que em 1998 destruiu 21.857 minas e reteve 9.999 para treinamento. Em junho de 2005, informou que 3.848 das minas retidas para treinamento foram destruídas durante atividades de treinamento. A Namíbia reconhece que existe um problema residual de minas e material não detonado, para qual ela manteve uma capacidade de resposta. Em julho de 2005, a Namíbia começou uma pesquisa para identificar qualquer área afetada por minas/UXOs.

Nicarágua

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Nicarágua atuou como Amigo do Presidente da Primeira Conferência de Exame e serviu como co-presidente do Comitê Permanente em Assistência às Vítimas e Reintegração Sócio-Econômica desde dezembro de 2004. Nicarágua sediou uma Oficina Avançada em Assistência às Vítimas nas Américas em abril de 2005. Em outubro de 2004, 387.906 m² de território foram limpos, e 10.430 minas terrestres e 653 UXOs foram destruídos. Novos campos minados estão sendo descobertos na Nicarágua. De 1990 até 28 de fevereiro de 2005, as equipes de desminagem do Exército limpavam 120.568 minas terrestres antipessoal, incluindo 11.092 minas não registradas, de 4.106.714 m². Era uma estimativa que 26.167 minas permanecem para serem limpas. Em 2004, 102.239 pessoas em 315 comunidades de alto risco receberam educação sobre o risco de minas, que quase alcançou 30.000 pessoas em 102 comunidades entre janeiro e abril de 2005. Doadores internacionais proveram \$4 milhões para ações contra as minas na Nicarágua em 2004. Na Primeira Conferência de Exame, a Nicarágua foi identificada como um dos 24 Estados-Partes com números significantes de sobreviventes de minas, e com grandes necessidades e responsabilidades de

prover assistência adequada aos sobreviventes. Em junho de 2005, a Nicarágua apresentou alguns dos seus objetivos para o período de 2005-2009 para atender as necessidades dos sobreviventes de minas.

Papua Nova Guiné

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Papua Nova Guiné aderiu ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres em 28 de junho de 2004 e ele entrou em vigor para o país em 1 de dezembro de 2004. Papua Nova Guiné submeteu seu relatório inicial do Artigo 7, antes de entrar em vigor, em 29 de novembro de 2004.

Peru

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Peru nomeou pela primeira vez os três centros penitenciários que estavam minados nos departamentos de Puno, Cajamarca e Lima. Em junho de 2005, a Polícia declarou que 1.361 torres elétricas em Huancavelica, Ica e Lima anteriormente minadas são ainda consideradas perigosas e afetadas por mina. Nenhuma educação sobre o risco de minas foi realizada no Peru desde outubro de 2003. Não existe conhecimento sobre vítimas de minas terrestres em 2004, em contraste com 2003 quando 21 vítimas de minas/UXOs foram registradas. Na Primeira Conferência de Exame, o Peru foi identificado como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes. O Peru apresentou seus objetivos de assistência aos sobreviventes para o período até 2009.

Filipinas

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A legislação de implementação nacional passou na Câmara em agosto de 2004 e no Senado em novembro de 2004. Os rebeldes New People's Army continuam a usar dispositivos explosivos improvisados; é proibido a utilização de minas ativadas pelas vítimas. Existem também relatórios de utilização contínua de minas antipessoal pelo Grupo Abu Sayyaf. Segundo um resumo da batalha pela primeira vez desde 1996, um comandante com o grupo Moro National Liberation Front-Misuari reconhece a utilização de minas antipessoal e antiveículo. Em 2004 um significativo aumento no número de novas vítimas de minas foi informado.

Ruanda

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Limpeza de minas caminhou significativamente devagar em 2004 seguindo o fim dos fundos dos EUA, o único doador externo para o programa de desminagem. Durante 2004, 19.687 m² foram desminados, destruindo em torno de 750 minas e UXOs. Cerca de 900.000 m² de território afetado por mina permanecem para serem limpos. Vítimas de minas/UXOs aumentaram em 2004, pela falta de educação sobre o risco de minas.

Senegal

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em 14 de julho de 2005, a Assembléia Geral do Senegal adotou uma Lei sobre ações contra as minas. Segundo um incidente de segurança em abril de 2004, o Exército cessou atividades de desminagem. No final de 2004, o PNUD começou a assistência para o programa de ações contra as minas no Senegal. Um estudo de seis meses sobre emergência foi planejado para começar em outubro de 2005, para coletar informações sobre a presença de minas terrestres em Casamance e avaliar o impacto delas para a população. Uma desminagem limitada começou na segunda metade de 2003 e parou em abril de 2004 depois desminadores serem mortos em um incidente de segurança. A Handicap international acredita que a redução de vítimas, de 198 em 1998 para 17 em 2004, é devido em grande parte a educação sobre o risco de minas. O Senegal foi identificado como um dos 24 Estados-Partes com significativo número de sobreviventes de minas, e com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes.

Sérvia E Montenegro

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Sérvia e Montenegro enviou seu relatório inicial do Artigo 7 em 25 de outubro de 2004. O Projeto de destruição do estoque foi estabelecido, em cooperação com a Agência da OTAN de Manutenção e Suprimento; a destruição começou em 17 de agosto de 2005. Sérvia e Montenegro tem a intenção de reter 5.000 minas antipessoal para propósitos de treinamento. Em 2004, pelo menos 1,6 km² de território foi limpo na Sérvia com um custo de aproximadamente US\$2 milhões; em torno de 1.060 minas antipessoal e 215 minas antiveículo foram destruídas. O Ministério da Saúde montenegrino estabeleceu uma comissão de sobreviventes de minas antipessoal, e o Ministério da Saúde sérvio estabeleceu o Conselho de Trabalhadores pela Saúde para desenvolver programas para ajudar sobreviventes de minas terrestres. Na Primeira Conferência de Exame, Sérvia e Montenegro foi identificado como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes.

Sudão

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O governo e SPLM/A assinou um Acordo de Paz Amplo em janeiro de 2005 que inclui a proibição do uso de minas terrestres. Não tem ocorrido sérias alegações de novo uso de minas antipessoal pelo governo, SPLA ou outras forças no Sudão, neste período de relatório. O Sudão preparou seu relatório de transparência inicial do Artigo 7, indicando um estoque preliminar de 9.485 minas antipessoal. O Sudão decidiu reter 5.000 minas para fins de treinamento. Novas estruturas de ações contra as minas foram desenvolvidas, com envolvimento intenso da ONU, para permitir um aumento de ações contra as minas seguindo o acordo de paz. Entretanto, a capacidade operacional foi informada como inadequada. Em 2004-2005, a capacidade estava concentrada em pesquisas e limpeza de rotas de transporte e áreas de reassentamento necessitadas por refugiados, carentes e forças pacificadoras da ONU. Organizações de desminagem limpam meio km² de território em 2004, destruindo 336 minas antipessoal, 400 minas antiveículo, e 200.000 itens de material não detonado ou abandonado. Mais de 106 km de estradas foram verificados. Em 2004, aproximadamente US\$15 milhões foram doados para ações contra as minas no Sudão.

Uma significativa diminuição nas vítimas de minas/UXOs foi informada em 2004; entretanto, dados de vítimas é “imensamente não informado”. Na Primeira Conferência de Exame, o Sudão foi identificado com um dos 24 Estados-Partes com as grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes. Em outubro de 2004, um novo centro de oficinas ortopédicas e reabilitação abriu em Rumbek, e em janeiro de 2005, o primeiro curso diplomado reconhecido internacionalmente em prótese e ortopedia começou. Em junho de 2005, como parte do seu compromisso com o Plano de Ação de Nairobi, o Sudão apresentou seus objetivos para o período de 2005 a 2009 para atender as necessidades dos sobreviventes de mina.

Suriname

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em junho de 2005, a Organização dos Estados Americanos informou que o Suriname iniciou operações de limpeza de minas em fevereiro de 2005 e as completou em 4 de abril de 2005. Entretanto, o governo do Suriname não informou ainda que completou todos os requisitos do Artigo 5 do Tratado de Banimento das Minas Terrestres de limpar todas as áreas minadas.

Tailândia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Ministério das Relações Exteriores serviu como Presidente do Quinto Encontro dos Estados-Partes antes da Conferência de Exame de novembro de 2004. O Plano Master de Ações Contra as Minas Humanitário da Tailândia para 2005-2009 foi lançado; ele não se refere ao prazo final do Artigo 5 de 1 de março de 2009 para a limpeza de todas as áreas minadas. Menos que um por cento das áreas contaminadas por mina foram limpas depois de seis anos. Em 2004, mais de dois km² de território foram limpos e áreas reduzidas, com uma adicional limpeza de 500.000 m² em janeiro-maio de 2005. O governo contribuiu com US\$965.000 para ações contra as minas na Tailândia, e doadores internacionais proveram uma quantia similar. Foram adiados os planos da TMAC para criar uma quinta unidade de desminagem devido à falta de consolidação do financiamento do governo. Durante o período de relatório, mais de 120.000 pessoas receberam educação sobre o risco de minas. Em 2004, TMAC registrou menos vítimas de mina que em 2003. Um plano nacional para assistência às vítimas estava sendo desenvolvido. Na Primeira Conferência de Exame, a Tailândia foi identificada como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes.

Tunísia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em novembro de 2004, a Tunísia começou a limpar o campo minado Ras Jedir, representando 70 por cento das áreas minadas conhecidas no seu território; em abril de 2005, o exército já tinha limpado 3.305 minas. Em adição, o Exército destruiu 477 UXO dos campos de batalha da era da II Guerra Mundial entre dezembro de 2004 e 15 de junho de 2005.

Turquia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Turquia enviou o relatório inicial de transparência em outubro de 2004 e uma atualização anual em maio de 2005. Declarou um estoque de 2,97 milhões de minas antipessoal e algo em torno de 920.000 minas antipessoal em áreas de fronteira. A Turquia ratificou o Protocolo II Emendado do CCAC em 2 de março de 2005. Durante as operações de limpeza em 2004, 1.225 minas antipessoal foram removidas e destruídas; 16.065 m² foram limpos em 2004 e no início de 2005. Um significativo aumento de vítimas de minas/UXOs foi relatado em 2004. O PKK/Kongra-Gel continuou a utilizar minas terrestres. A Turquia é a nação líder em um projeto para limpar uma instalação de armazenamento de munição altamente contaminada da antiga União Soviética no Azerbaijão.

Turcomenistão

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Turcomenistão informou em abril de 2005 a finalização da destruição do seu estoque de minas antipessoal, incluindo aquelas anteriormente retidas para treinamento. Em junho de 2004, o Turcomenistão pela primeira vez participou nas Reuniões Inter-sessões do Tratado de Banimento das Minas Terrestres.

Uganda

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Exército de Libertação de Deus continua a utilizar minas antipessoal. Não existem relatórios do Exército sobre minas antipessoal do Exército de Redenção do Povo. Em fevereiro de 2005, um Orientador de Ações Contra as Minas do PNUD foi designado para ajudar o governo a estabelecer um programa de ações contra as minas, que foi oficialmente lançado em julho de 2005 pelo Deputado Primeiro Ministro. Em março, o Departamento de Preparação para Desastres e Refugiados com o Escritório do Primeiro Ministro assumiu a responsabilidade pela coordenação para ações contra as minas. De agosto até a metade de setembro de 2005, 20 engenheiros militares foram treinados em limpeza de minas no centro internacional de treinamento em Nairobi. A *Mine Awareness Trust* realizou um treinamento para precisar necessidades de desminagem e educação sobre o risco de minas. Na Primeira Conferência de Exame, Uganda foi identificada com um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades em prover assistência aos sobreviventes adequada. Em junho de 2005, Uganda identificou alguns dos seus objetivos para o período de 2005-2009 para atender as necessidades dos sobreviventes de minas.

Vanuatu

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Vanuatu ratificou o Tratado de Banimento das Minas Terrestres em 16 de setembro de 2005. Vanuatu participou na Primeira Conferência de Exame do Tratado de Banimento das Minas Terrestres em Nairobi em novembro-dezembro de 2004.

Venezuela

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Venezuela enviou seu primeiro relatório do Artigo 7 em dois anos, com detalhes adicionais providos na destruição do estoque e

informações anteriores revisadas sobre minas plantadas pela Venezuela no passado. A Venezuela aderiu à Convenção sobre Certas Armas Convencionais e seu Protocolo II Emendado em 19 de abril de 2005. Em julho de 2005, a Venezuela realizou um cronograma para limpeza, antes do prazo final do Artigo 5, das minas terrestres nas redondezas dos seis postos da Marinha. Até agosto de 2005, operações de limpeza de minas ainda não haviam iniciado.

Iêmen

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Iêmen elaborou a legislação para implementar o Tratado de Banimento das Minas Terrestres em abril de 2005. Em junho de 2004, o governo acusou um grupo militante de utilizar minas terrestres antipessoal para enfrentamento com tropas. A revisão do Plano Nacional de Estratégia para Ações Contra as Minas foi disponibilizado em junho de 2004, cobrindo o período de 2004-2009. Como em junho de 2005, a limpeza foi finalizada em 10 das 14 comunidades altamente afetadas por minas ou material não detonado, e 53 das 86 comunidades com impacto médio. Os estados de Aden e Hodeidah foram declarados como livres de minas. Em 2004, 464 minas antipessoal, 203 minas antiveículo e 10.594 UXOs foram limpos de 2,7 km² de território. Pesquisa técnica foi conduzida em 69 km² de áreas suspeitas. Um resultado independente concluiu que o programa de ação contra as minas do Iêmen mostra “uma profunda maturidade comparado com os melhores programas de ação contra as minas no mundo.” Na Primeira Conferência de Exame, o Iêmen foi identificado como um dos 24 Estados-Partes com grandes necessidades e responsabilidades de prover assistência adequada aos sobreviventes. Como parte do seu compromisso ao Plano de Ação de Nairobi, o Iêmen realizou seus objetivos para 2005 e 2009 para atender as necessidades dos sobreviventes de minas. Em setembro de 2004, foi lançada a Associação do Iêmen de Sobreviventes de Minas Terrestres e UXOs.

Zâmbia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A legislação de implementação doméstica da Zâmbia, realizada em dezembro de 2003, entrou em vigor em agosto de 2004. A legislação formalizou o estabelecimento do Centro da Zâmbia para Ações Contra as Minas Antipessoal (ZAMAC – sigla em inglês), substituindo o Centro de Ações Contra as Minas da Zâmbia (ZMAC). A Zâmbia completou a destruição do seu estoque de 3.345 minas antipessoal em outubro de 2004 e reteu um total de 3.346 minas para treinamento. A Zâmbia desenvolveu um plano de cinco anos para ações contra as minas (2005-2009), embora o objetivo de tornar-se livre de minas é em 2007. Em 2004, 7.780 m² foram desminados, em uma das 41 áreas contaminadas por minas/UXOs. Com o fim da assistência dos EUA, a Zâmbia planejou criar um fundo para desminagem humanitária.

Zimbábue

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em agosto de 2005, o Zimbábue desenvolveu um plano de cinco anos para a limpeza de todas as áreas minadas, para cumprir com o Artigo 5 do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. O plano estimou um custo de quase US\$30 milhões. Em setembro de 2005, a limpeza da área Victoria Falls-Mlibizi, que era prioridade para desminagem por cinco anos, foi informado que está quase completa.

Signatários

Etiópia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Etiópia ratificou o Tratado de Banimentos das Minas Terrestres em 14 de dezembro de 2004 e o tratado entrou em vigor no país em 1 de junho de 2005. Em 2004, operações de retirada das minas foram conduzidas num total de mais de 10 quilômetros quadrados de terra nas regiões de Afar e Tigray; 478 minas antipessoal, 76 minas antiveículo e 8.354 engenhos não-detonados foram destruídos. Um plano estratégico foi apresentado para o governo em agosto de 2005 para aprovação. Em torno de 800.000 pessoas receberam educação sobre o risco das minas no ano de 2004. Uma avaliação favorável do programa de educação sobre o risco das minas foi publicado em julho de 2005. Mortes por minas ou engenhos não-detonados continuaram sendo registradas em 2004 e 2005. A Etiópia tem sido identificada como um dos 24 Estados-Partes com as maiores necessidades e responsabilidade de provêr assistência adequada de sobrevivência. O alargamento e a renovação dos cinco centros regionais de reabilitação física foram completados.

Haiti

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em junho de 2005, um oficial do Ministério de Assuntos Internacionais disse à ICBL que a legislação de ratificação aprovada pelo parlamento seria publicada no diário oficial logo, um dos últimos passos requeridos pelo Haiti para a ratificação. Também em junho de 2005, o Haiti participou das reuniões inter-sessões em Genebra, a sua primeira participação em uma reunião relacionada ao Tratado de Banimento das Minas.

Indonésia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em junho de 2005, representantes do grupo de trabalho interdepartamental sobre o Tratado de Banimento das Minas chegou a um consenso a favor da ratificação e enviou uma recomendação para a aprovação do Presidente. A ICBL fez uma missão especial à Indonésia em julho de 2005, durante a qual o Ministro da Defesa pediu apoio para a ratificação, sem mais delongas.

Polônia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Polônia mudou a sua política e começou um processo interno de ratificação do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. O Ministério da Defesa disse que não havia obstáculos para a destruição do estoque polonês de 997.680 minas antipessoal e estimou que a destruição não deve levar mais do que dois anos. Oficiais da defesa indicaram que a Polônia irá manter em torno de 5.000 minas antipessoal para fins de treinamento. Em abril de 2005, a Polônia enviou o seu terceiro relatório voluntário de transparência do Artigo 7. Em 2004, 1.517 minas antipessoal e antiveículo e 52.308 engenhos não-detonados foram destruídos em operações de limpeza dos engenhos não-detonados; no

primeiro quarto do ano de 2005, 564 minas terrestres e 2.368 engenhos não-detonados foram limpos pelas equipes especializadas em engenhos com dispositivos explosivos. A Polônia contribuiu com 424 engenheiros militares em missões no exterior que incluíam tarefas de limpeza de campos minados; essa assistência é avaliada em US\$ 1,74 milhões.

Ucrânia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O parlamento ucraniano ratificou o Tratado de Banimento das Minas em maio de 2005, mas a Ucrânia não fez a ratificação oficial na ONU até setembro de 2005. A Comissão Europeia decidiu, em 2004, dar fundos para a destruição das 5,9 milhões de minas PFM da Ucrânia e, em junho de 2005, seguindo a ratificação, anunciou que tinha concluído as negociações sobre os termos da referência para um projeto de €6 milhões (US\$7,5 milhões) para destruir as minas. A Ucrânia ratificou oficialmente o Protocolo V da CCAC sobre explosivos remanescentes de guerra, em maio de 2005.

Não-signatários

Armênia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em uma pesquisa conduzida pelo Comitê Nacional Armeniano da ICBL em abril/maio de 2004, somente 39 por cento dos participantes apoiou a posição do governo de não seguir o Tratado de Banimento das Minas Terrestres. Em agosto de 2004, o Programa de Desenvolvimento da ONU lançou um projeto de 36 meses com a Comissão Europeia, PNUD e fundos governamentais da Armênia. Uma pesquisa sobre impacto das minas terrestres completado em agosto de 2005 identificou 102 áreas suspeitas de perigo, totalizando 321.680.000 metros quadrados que afetam 60 comunidades. Em 2004, 50.000 metros quadrados foram limpos. Mortes por minas aumentaram significativamente em 2004, segundo informações.

Azerbaijão

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Azerbaijão expressou grande apoio ao Tratado de Banimento das Minas e erradicação das minas antipessoal. O Ministro do Exterior indicou que o Azerbaijão vai preparar um relatório voluntário sobre o Artigo 7 e vai votar a favor da resolução pro-banimento AGNU. Em 2004, mais de 2,4 quilômetros quadrados de áreas minadas e quase 4,8 quilômetros quadrados de terra contaminada por engenhos não-detonados foram limpos e a área reduzida. A capacidade de limpeza aumentou em 2004. O financiamento diminuiu de 2003 para US\$3,2 milhões em 2004, incluindo \$255.000 pelo governo. A educação sobre o risco das minas focou-se no fortalecimento das iniciativas das comunidades e integração ao currículo escolar. O número de novas mortes por minas/engenhos não-detonados aumentou em 2004. Uma pesquisa nacional identificou 1.883 sobreviventes das minas.

Bahrain

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Oficiais do Ministério de Relações Exteriores indicaram pela primeira vez que não havia grandes impedimentos em unir-se ao

Tratado de Banimento das Minas Terrestres e disseram que processos internos para considerar a adesão estavam a caminho. Bahrain participou na Primeira Conferência de Exame em Nairobi, sua primeira participação em uma reunião de Estados-Partes do Tratado de Banimento das Minas. Oficiais do Ministério da Defesa revelaram pela primeira vez que Bahrain mantém um estoque limitado de minas antipessoal para fins de treinamento. A ICBL e UNMAS conduziram a primeira missão advocatícia a Bahrain, bem como a ONG Protection Egípcia e a Sociedade de Direitos Humanos de Bahrain organizaram uma oficina sobre minas terrestres.

Burma (MYANMAR)²⁰⁹

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: As forças militares de Myanmar, o Tat Ma Daw e pelo menos 12 grupos armados não-estatais continuam usando minas antipessoal. Isso inclui dois grupos recentemente identificados como usuários de minas, a Frente de Liberação Nacional do Povo de Karenni e a Organização Solidária Nacional Karenni, que praticaram algumas atividades armadas em colaboração com o Tat Ma Daw. Na falta de informação oficial, entrevistas informais com oficiais e civis revelaram que as minas representam uma ameaça significativa às comunidades em nove dos 14 estados e divisões. Retiradas forçadas das minas por civis (“retirada atroz”) foram relatadas em 2004-2005, assim como nos anos anteriores. Nenhuma desminagem humanitária aconteceu em Burma. Nenhuma retirada de minas militares ou nas vilas foi informada desde maio de 2004. No seminário da ACNUR em novembro de 2004, a ameaça de minas foi identificada como o maior impedimento do retorno seguro de pessoas e refugiados deslocados internamente. Educação sobre o risco de minas está sendo feita por ONGs de forma progressiva, em campos de refugiados e outras formas de assistência. O número de incidentes com minas e mortes permanece desconhecido, mas ONGs que dão assistência a sobreviventes das minas indicam que as mortes têm aumentado. Ações das minas e outros programas de causas humanitárias têm sido interrompidas pelas mudanças no governo em outubro de 2004.

China

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A China expressou o seu desejo de expandir a cooperação com os Estados-Partes do Tratado de Banimento das Minas. A China enviou uma delegação de observação de alto nível para a Primeira Conferência de Exame do Tratado de Banimento das Minas e disse que estava “considerando positivamente” a submissão de um relatório voluntário de transparência do Artigo 7. Declarou, também, que o exército tinha começado recentemente uma nova rodada de operações de desminagem em áreas onde a demarcação de fronteiras está em progresso, na fronteira com o Vietnã em Guangxi e províncias Yunnan. A China continua destruindo e modificando minas antipessoal que não estão de acordo com Protocolo II Emendado da CCAC. Na Sexta Conferência Anual dos Estados-Partes do Protocolo II Emendado da CCAC, a China disse que um novo programa internacional de assistência para a retirada de minas estava previsto para começar na primeira metade de 2005.

²⁰⁹ A junta militar que governa o país atualmente mudou o nome de Burma para Myanmar. Muitos grupos étnicos no país ainda preferem chamá-lo de Burma. Nesse relatório, Myanmar é usado para se referir às políticas e práticas do Conselho de Desenvolvimento e Estado de Paz, e Burma é utilizado nos demais. Nomes de Estados e Divisões são dados na sua forma comum, ou na sua designação SPDC em parênteses, e.g., Karenni (Kayah) State.

Egito

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Na Primeira Conferência de Exame em dezembro de 2004, o Egito anunciou oficialmente pela primeira vez uma moratória na produção de minas antipessoal. O Egito se distanciou da Posição Africana Comum sobre Minas Terrestres adotada em Addis Ababa em 17 de setembro de 2004. O Comitê Nacional para Desenvolver a Costa Noroeste e Limpeza das Minas não se reuniu durante o período do relatório. Nenhuma atividade de educação quanto ao risco das minas foi relatado no Egito durante 2004 e primeira metade do ano de 2005. Pelo menos 10 pessoas se feriram em incidentes com minas/engenhos não-detonados em 2004.

Finlândia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Finlândia anunciou em setembro de 2004 que não iria se juntar ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres até 2012, seis anos após a data prevista anteriormente. Um total de €300 milhões (US\$373 milhões) deve ser destinado em oito anos para alternativas para minas terrestres. Em 2004, a Finlândia proveu \$4,8 milhões para ações contra as minas em países afetados por minas.

Geórgia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em setembro de 2004, a OSCE manifestou preocupação sobre a colocação de minas por ambas as forças da Georgia e Ossétia do Sul. A Geórgia deve completar um inventário e teste do seu estoque de munição em setembro-outubro de 2005; o Ministro da Defesa disse à ICBL que as minas terrestres estarão entre as primeiras armas agendadas para a destruição e que a Geórgia não pretende manter minas antipessoal. Em julho de 2004, o Centro de Ação e Pesquisa conduziu uma missão de avanço na Geórgia para testar a necessidade de uma Pesquisa de Impacto das Minas Terrestres. Nenhuma ação de limpeza por exército da Geórgia foi informada em 2004; atividades limitadas de limpeza estavam acontecendo em 2005. HALO Trust fez uma pesquisa sobre o problema das minas e engenhos não-detonados na Geórgia em setembro-outubro de 2004. Ela expandiu suas atividades de educação sobre o risco das minas, de modo a incluir áreas próximas às antigas bases militares e campos minados. HALO também conduziu uma demarcação do campo minado. Em 2004-2005, a Geórgia foi sede de um curso médio de treinamento de supervisores de programas de ação contra as minas no Cáucaso.

Índia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Índia participou da Primeira Conferência de Exame do Tratado de Banimento das Minas em Nairobi em novembro/dezembro de 2004 como observador, a primeira participação do país em uma reunião relacionada ao tratado. Muitos grupos armados não-estatais continuaram a usar minas e aparelhos explosivos improvisados em muitas partes da Índia, as quais geraram um número significativo de mortes de civis e militares. O exército indiano informou que tinha completado quase todas as operações de retirada das minas na fronteira com o Paquistão, com exceção da Linha de Controle em Jammu e Kashmir. O dirigente de uma comissão parlamentar revelou que o contingente militar sofreu

perdas substanciais na colocação e retirada das minas na fronteira com o Paquistão. Notícias da mídia sugerem que existem cerca de 260-270 mortes causadas por minas e aparelhos explosivos improvisados anualmente.

Irã

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: De março de 2004 a março de 2005, 528 quilômetros quadrados de território contaminado por minas foram limpos, com 252.383 minas antipessoal, 37.522 minas antiveículo e 1.478.508 engenhos não-detonados. O PNUD está dando assistência no desenvolvimento de uma estratégia nacional de ação contra as minas e plano de ação. Em agosto de 2005, o centro de minas do Irã anunciou um plano de 10 anos para eliminar todas as minas terrestres até 2015, com datas-alvo para muitas províncias afetadas por minas. Durante 2004, a educação sobre o risco das minas foi expandida. Em setembro de 2005, a ACNUR concordou em transferir o treinamento daqueles que retornavam do Afeganistão e Iraque sobre educação sobre o risco de minas para a Sociedade Iraniana do Crescente Vermelho.

Iraque

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Autoridade Nacional sobre a Ação Contra as Minas (NMAA) estima que existe cerca de 8.000 quilômetros quadrados de território contaminado no Iraque, incluindo 1.578 quilômetros quadrados afetados por minas e engenhos não-detonados e 6.370 quilômetros quadrados de campos minados na fronteira. Esta estimativa tende a aumentar, uma vez que a Pesquisa sobre Impacto das Minas no Iraque será completada em 2006. Em setembro de 2005, a PIMT identificou 1.460 comunidades afetadas, incluindo 83 comunidades com alto impacto, 519 com médio e 858 com baixo impacto. Em outubro de 2004, a NMAA adotou uma estratégia nacional de ação contra as minas que busca uma sociedade iraquiana “livre do medo e do impacto” das minas terrestres e engenhos não-detonados até 2020. De acordo com a NMAA, em 2004 mais de 61 quilômetros quadrados de terra foram limpos, incluindo 56 quilômetros por meio de limpeza de área de batalha; 13.321 minas antipessoal, 8.806 minas antiveículo e 1.170.478 engenhos não-detonados destruídos. A NMAA informou que é necessário um financiamento de US\$355 milhões para o período de 2004 a 2008. Doações internacionais para a ação contra as minas no Iraque totalizaram algo em torno de \$58,7 milhões em 2004. O governo iraquiano informa que está investindo \$20 milhões em ações contra as minas.

Forças de oposição têm usado minas antipessoal e minas antiveículo e, mais frequentemente, aparelhos explosivos improvisados, de ambos tipo detonado por comando e ativado pelas vítimas. Em agosto de 2005, um oficial dos EUA disse que os ataques com aparelhos explosivos improvisados foram 100 por cento superiores ao ano anterior. O governo de transição do Iraque está estudando a adesão ao Tratado de Banimento das Minas. O Iraque votou a favor na Resolução 59/84 da Assembléia Geral da ONU em 3 de dezembro de 2004, apoiando o Tratado de Banimento das Minas. Devido à destruição dos centros de produção e as declarações do governo em favor de banimento das minas pessoais, o Monitor de Minas Terrestres decidiu retirar o Iraque da lista de países que produzem minas antipessoal.

Em 2004, havia pelo menos 261 novas mortes registradas por minas ou engenhos não-detonados; o número real é provável de ser bem maior. Em agosto de 2005, a PIMT tinha

registrado 510 mortes “recentes”; mais de 20 por cento eram crianças com menos de 15 anos. A PIMT também registrou 6.657 mortes “menos recentes”.

Cazaquistão

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Cazaquistão informou que está se preparando para desenvolver um plano bianual para destruição do estoque das minas.

Kuwait

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em junho de 2005, um oficial do Kuwait disse a ICBL que o Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa tinham recomendado a adesão ao Tratado de Banimento das Minas. O Ministro da Defesa disse em outubro de 2004 que o Kuwait não tem um estoque de minas antipessoal. Em 2004, 20 novas mortes por minas ou engenhos não-detonados foram informadas, representando um crescimento significativo com relação às duas mortes registradas em 2003.

Quirguistão

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Monitor de Minas foi informado que o Ministério da Defesa estoca dezenas de milhares de minas antipessoal e as Tropas da Fronteira estocam entre 1.000 e 2.000 minas antipessoal; a vida útil para a maioria, senão todas essas minas, expirou. Em 2004, a limpeza de território minado na área ocupada por uzbequistaneses em Shakhimardan, no Quirguistão, foi completada pelo Uzbequistão, conforme informado.

República Democrática do Povo do Lao

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em julho de 2005, Laos confirmou sua intenção de aderir ao Tratado de Banimento das Minas no futuro. A nova Autoridade Regulatória Nacional previu um Plano Estratégico Nacional até março de 2004, embora não tivesse começado a operar até agosto de 2005. Em torno de 18 quilômetros quadrados de terra foram limpos por engenhos não-detonados de Laos e dois operadores comerciais em 2004, e outros 1,4 quilômetros quadrados foram limpos por um Grupo de Aconselhamento das Minas de 2004 a janeiro de 2005. Em 2004, doações internacionais geraram \$8,1 milhões para ações contra as minas no Laos, duas vezes mais do que em 2003. Cerca de 300.000 pessoas receberam educação sobre o risco de minas e engenhos não-detonados em 2004 e nos primeiros 3 meses de 2005. Em 2004, um aumento significativo do número de mortes por minas e engenhos não-detonados foi informada.

Líbano

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Líbano participou e fez declarações na Primeira Conferência de Exame em 2004 e nas reuniões inter-sessões de junho de 2005. A Pesquisa de Impacto das Minas Terrestres publicada em fevereiro de 2005 encontrou 28 comunidades de alto impacto e mais de 250 comunidades com médio e baixo impacto. Uma pesquisa técnica nacional começou em abril de 2005. Em agosto de 2004, o Líbano finalizou a

sua Estratégia para Ação Contra as Minas e Plano a Longo Prazo (2005-2009); isso estabelece a meta de limpar áreas de impacto médio e alto até 2010. Em 2004, mais de dois quilômetros quadrados de área afetada por minas foi limpo, destruindo 2.929 minas antipessoal, 287 antiveículo e 5.991 engenhos não-detonados. Desde 2002, a Operation Emirates Solidarity limpou e liberou para a comunidade mais de 4,9 quilômetros quadrados de território suspeito de conter minas e que as continha, no antigo território ocupado pelos israelenses no sul do Líbano. O projeto terminou em junho de 2004, com a ação de limpeza incompleta na área 6. O Líbano recebeu US\$9,7 milhões um financiamento internacional para a ação contra as minas em 2004, além de \$4 milhões de assistência do governo. Houve uma queda significativa no número de mortes em 2004. A assistência a sobreviventes das minas foi identificada como uma prioridade nacional de ação contra as minas.

Líbia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: No primeiro seminário sobre minas terrestres na Líbia em maio de 2005, o presidente da Fundação Gaddafi para Associações de Caridade e o filho do presidente da Líbia, clamou ao país para aderir ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres. Em abril de 2005, a Líbia estabeleceu o Programa Nacional de Retirada de Minas e Reclamação de Terra para limpar áreas afetadas para que elas pudessem ser usadas como parte do plano de desenvolvimento nacional. Em maio de 2005, a Líbia lançou uma campanha nacional para remover as minas terrestres plantadas ao longo das suas fronteiras com o Egito e Chade.

Mongólia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Programa de Ação da Mongólia para 2004-2008 estabelece uma abordagem passo-a-passo com fins de aderir ao Tratado de Banimento de Minas em 2008. Em outubro de 2004, o então presidente da Mongólia denunciou o uso, produção e armazenamento e transferência de minas terrestres durante uma visita oficial ao Canadá. Ao mesmo tempo, a Mongólia demonstrou a sua intenção de não retirar as suas minas antipessoal. A Mongólia indicou que irá submeter um relatório voluntário de transparência do Artigo 7. Um escritório da OTAN sediada em Ulaanbaatar em junho de 2004 concluiu que um teste detalhado de locais militares abandonados a longo tempo era necessário e recomendou que a Mongólia desenvolvesse um plano de ação para pesquisa, limpeza e reabilitação dos locais; nenhum progresso foi informado até maio de 2005.

Marrocos

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em dezembro de 2004, o Marrocos votou pela primeira vez a favor da resolução da Assembleia Geral da ONU, apoiando a universalização e total implementação do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. Na Primeira Conferência de Exame, o Marrocos assertiu que *de facto* implementa todas as provisões do tratado. Ele reconheceu que armazena minas antipessoal usadas somente para fins de treinamento. De abril de 2004 a abril de 2005, 354 minas e UXOS foram descobertos e marcados e 30 operações de limpeza de explosivos foram conduzidas em ambos lados da barreira que divide o Marrocos e o Saara Ocidental.

Nepal

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A guerra civil intensificou, incluindo o amplo uso de minas terrestres e aparelhos explosivos improvisados em ambos lados, particularmente depois que o Rei Gyanendra chegou ao poder em fevereiro de 2005. Uma das milícias civis locais, conhecida como Forças de Defesa do Vilarejo, disse que tinha colocado 1.500 minas na sua área de operação. De 8-9 de setembro de 2004, a Campanha do Nepal pelo Banimento das Minas Terrestres sediou um seminário em que participaram representantes de alto nível dos três principais partidos políticos, em que concluíram com uma declaração pedindo para o Nepal aderir ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres. A Campanha do Nepal pelo Banimento das Minas Terrestres gravou de notícias da mídia que dizem que o Exército Real do Nepal se desfez ou retirou aparelhos explosivos em 46 distritos em 2004. Em 2004, a UNICEF e seus parceiros ajudaram a estabelecer um Grupo de Trabalho sobre a Educação sobre o Risco das Minas.

Omã

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em março de 2005, oficiais disseram ao Serviço de Ação Contra as Minas da ONU que o Ministério de Relações Exteriores tinha aprovado a adesão de Omã ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres, mas o Ministério da Defesa não quer ir adiante sem uma posição comum entre os estados membros do Conselho de Cooperação do Golfo.

Ilhas do Pacífico (Micronésia, Palau, Tonga, Tuvalu)

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A Ala Executiva dos Estados Federados da Micronésia completou a revisão do Tratado de Banimento das Minas Terrestres e pretende enviar a concordância para o congresso para a adesão em setembro de 2005. Em dezembro de 2004, Tuvalu votou a favor na Resolução 59/84 da Assembléia Geral da ONU e Palau se absteve; essa foi a primeira vez que cada nação votou na resolução anual pró Tratado de Banimento.

Paquistão

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Muitos grupos armados não-estatais têm usado minas terrestres e aparelhos explosivos improvisados regularmente, mais notoriamente em Baluchistan, Agência Waziristan e outros lugares das Áreas Tribais Federalmente Administradas (ATFA). O Paquistão defende que limpou completamente a área de fronteira que minou durante as tensões com a Índia em 2001-2002. Educação sobre o risco das minas foi conduzido por ONGs na ATFA e até certo ponto pelas autoridades paquistanesas. Em 2004, o número de mortes aumentou significativamente comparado a 2003; a maioria foram causados por aparelhos explosivos improvisados.

República da Coréia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A República da Coréia limpou 8.800 minas ao redor de espaços militares em 2004. O governo aumentou as suas contribuições para a limpeza das minas em Eritreia, Moçambique e, substancialmente, no Iraque. O governo contribuiu com \$3,1 milhões para ações contra as minas em 2004, incluindo \$3 milhões para o Iraque, uma soma três vezes maior do que as suas contribuições anteriores.

Federação Russa

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: As forças russas continuaram usando minas antipessoal na Chechênia. Os rebeldes que tomaram conta da escola em Beslan, Ossétia do Norte, em setembro de 2004, colocaram, com consequências desastrosas, tanto minas antipessoal como aparelhos explosivos improvisados pela escola. A Rússia, pela primeira vez, divulgou que o número de minas antipessoal no seu armazenamento é de 26,5 milhões, dos quais 23,5 estão sujeitos à destruição até 2015. Aproximadamente 19,5 milhões de minas antipessoal foram destruídas ou inutilizadas entre 2000 e novembro de 2004. A Rússia está planejando gastar em torno de 3,33 bilhões de rubles (US\$116 milhões) para novas munições de engenharia, incluindo alternativas para minas antipessoal, de 2005 a 2015. A Rússia ratificou o Protocolo II Emendado da CCAC em 2 de março de 2005. De acordo com as notícias da mídia, em 2004 o Grupamento Nacional Russo de Operações Humanitárias limpou mais de 30.000 engenhos não-detonados na Federação Russa; na limpeza em julho de 2004, isso incluiu 2.842 minas terrestres. Uma companhia comercial local completou um contrato para retirar as minas da ilha de Sakhalin de ordens explosivas em dezembro de 2004, limpando mais de 25 milhões de metros quadrados e destruindo mais de 500 peças de natureza explosiva.

Arábia Saudita

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Na Primeira Conferência de Exame do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, a Arábia Saudita pediu para que os países produtores de minas parassem com a produção.

Somália

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Primeiro Ministro do Governo Federal de Transição da Somália participou da Primeira Conferência de Exame, onde confirmou a intenção do governo de unir-se ao tratado. O Primeiro Ministro participou das reuniões do Comitê inter-sessional em Genebra, em junho de 2005, onde anunciou a sua decisão de destruir o estoque de minas antipessoal mantido pela sua milícia. Atualmente, há uso de minas antipessoal em várias partes do país por um número de facções. A Coalizão da Somália para Banir as Minas Terrestres foi lançada em novembro de 2004. Uma pesquisa sobre o impacto das minas identificou 35 comunidades afetadas por minas em Puntland, das quais nove eram de alto impacto e nove outras de impacto médio. As equipes policiais de inutilização das minas foram treinadas e enviadas a Puntland. Em 2004, um aumento significativo de mortes causadas por minas foi informado.

Sri Lanka

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Sri Lanka participou como observador na Primeira Conferência de Exame e participou das reuniões inter-sessões de junho de 2005, onde anunciou a apresentação do primeiro relatório voluntário do Artigo 7. Em setembro de 2004, o Sri Lanka aderiu ao Protocolo II Emendado da CCAC. Em 2004, cerca de quatro quilômetros quadrados de terra foram limpos, um grande aumento comparado a 2003; 28.409 minas antipessoal, 56 minas antiveículo e 6.699 engenhos não-detonados foram destruídos. Mais 1,5 quilômetros quadrados foram limpos de janeiro a março de 2005. Três ONGs conduziram pesquisas de impacto na comunidade e/ou pesquisas técnicas. O Escritório Regional de Ação Contra as Minas em Killinochchi, cobrindo a área controlada pela LTTE na região Vanni começou a funcionar completamente. Doações internacionais para a ação contra as minas em 2004 totalizaram US\$23,6 milhões, um grande aumento comparado a 2003. Educação sobre o risco de minas expandiu significativamente, atingindo mais de 280.000 pessoas e os padrões nacionais foram finalizados em julho de 2004. Durante 2004, aconteceram duas avaliações positivas da educação sobre o risco de minas no Sri Lanka. Houve um número significativamente menor de mortes por minas ou engenhos não-detonados em 2004 comparado a 2003. Em maio de 2005, abriu Escola de Órteses e Próteses do Sri Lanka.

Síria

Principais desenvolvimentos desde 2004: Em agosto de 2005, o Exército Sírio começou a limpeza de duas vilas no Golan Heights. Em julho de 2004, o Presidente da Síria criou uma lei nacional para proteger os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Emirados Árabes Unidos

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Serviço de Ação Contra as Minas da ONU conduziu a primeira missão advocatícia aos EAU em setembro de 2004. Os EAU parecem estar considerando mais seriamente o Tratado de Banimento das Minas. Em 2004, os EAU doaram mais de US\$6 milhões para a ação contra as minas, principalmente para a Operação Solidária dos Emirados, que limpou em torno de cinco quilômetros quadrados de área afetada por minas no sul do Líbano em 2001-2004, com uma contribuição total de \$50 milhões dos EAU.

Estados Unidos da América

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O governo dos EUA gastou um total de US\$109,3 milhões no ano fiscal de 2004 em programas humanitários de ação contra as minas em 31 países; um terço desse total foi alocado em ação contra as minas no Iraque. Uma decisão será tomada em dezembro de 2005 para saber se os EUA irão começar a produzir uma nova mina antipessoal chamada Spider. O Pentágono pediu um total de \$1,77 bilhões para pesquisa e produção de novos sistemas de minas terrestres para os próximos cinco anos. Os EUA baniram o uso de minas terrestres não-detectáveis e persistentes em 3 de janeiro de 2005. As minas terrestres mataram 13 e feriram 34 militares americanos em 2004 no Afeganistão e Iraque. Aparelhos explosivos improvisados, incluindo aqueles que funcionam como minas antipessoal, mataram e feriram outras centenas.

Uzbequistão

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: O Uzbequistão aparentemente começou uma operação de limpeza nas suas fronteiras com o Quirguistão na metade de 2004, mas informou o cessar das operações em novembro de 2004. A limpeza ao redor de Shakhimardan foi completada em 2004, segundo informações.

Vietnã

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A fase I da Pesquisa de Impacto de Minas Terrestres e Engenhos não-detonados foi completada em março de 2005; até setembro, ainda estava esperando aprovação do governo. Organizações internacionais limparam em torno de 3,9 quilômetros quadrados de terra em 2004, destruindo mais de 25.000 minas e engenhos não-detonados. O exército e outras unidades militares limparam 570.000 metros quadrados no distrito A Luoi, província Thua Thien-Hue de setembro de 2004 a abril de 2005. Mais de 127.000 pessoas receberam educação sobre o risco das minas em 2004, principalmente nas províncias centrais de Quang Binh, Quang Tri e Thua Thien-Hue e, ainda mais, no corredor da Ho Chi Minh Highway. Em 2004, mais mortes por minas e engenhos não-detonados foram informadas que em 2003.

Outros

Abkhazia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A HALO Trust limpou e reduziu a área de quase 2,3 quilômetros quadrados de terra em 2004, destruindo 815 minas antipessoal, 153 minas antiveículo e mais de 1.500 engenhos não-detonados. A Abkhazia recebeu em torno de US\$2 milhões para ação contra as minas em 2004, incluindo \$1,5 milhões dos EUA; em 2005, a assistência dos EUA para a desminagem no Abkhazia cresceu para \$3 milhões.

Chechênia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: As forças federais da Rússia e rebeldes chechenos continuaram a usar minas antipessoal, embora com menor frequência. Os rebeldes usam primeiramente bombas detonadas por comando e aparelhos explosivos improvisados. No início de 2005, foi calculado que 30 por cento da área para a agricultura na Chechênia está contaminada por minas e material não explodido. Em março de 2005, a primeira capacidade de limpeza humanitária, desde 1999, chegou na Chechênia para conduzir uma limpeza das áreas de agricultura e pesquisar e limpar a fábrica química de Grozny. Uma pesquisa da UNICEF em setembro de 2004 descobriu que mais de uma em cada dez crianças tem um sobrevivente de minas na família e uma a cada cinco já viu uma mina real. Durante 2004, a UNICEF e seus parceiros concentrou a educação sobre o risco de minas em crianças em idade escolar e seus pais; em 2005, a UNICEF introduziu uma abordagem baseada na comunidade e foi apontada para a chefia da agência da ONU. Uma avaliação do programa de educação sobre o risco de minas foi conduzido em janeiro de 2005. Uma queda significativa no número de mortes de civis por minas

ou engenhos não-detonados foi informado em 2004. O Azerbaijão concordou em fornecer serviços de reabilitação gratuitos para refugiados chechenos portadores de necessidades especiais, inclusive sobreviventes de minas.

Ilhas Malvinas (Ilhas Falkland)

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em fevereiro de 2005, o Reino Unido enviou uma missão às Ilhas Malvinas como parte de do seu estudo sobre a viabilidade da limpeza da contaminação por minas, resultante da guerra entre o Reino Unido e Argentina em 1982. O Reino Unido e a Argentina, que reclama soberania sobre as ilhas, fizeram uma declaração conjunta nas reuniões do Comitê permanente em junho de 2005 sobre o estudo de viabilidade dos dois países. Reuniões conjuntas das equipes de trabalho aconteceram em outubro de 2004 e abril e julho de 2005.

Kosovo

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em 2004, aproximadamente quatro quilômetros quadrados de terra foram limpos em Kosovo, em comparação aos menos de um quilômetro limpo em 2003. Em operações de limpeza e outras, 910 minas antipessoal, 15 antiveículo, 772 fragmentos de bombas jogadas por avião e 2.554 engenhos não-detonados foram destruídos. Pesquisa nas áreas suspeitas e novas informações do público e autoridades em 2004 levaram à descoberta de novas áreas afetadas por minas e engenhos não-detonados. Em setembro de 2005, havia 36 áreas perigosas e 53 tarefas de inutilização de explosivos informados, comparados às 68 áreas perigosas e 52 tarefas de inutilização de explosivos no final de 2003; entretanto, novas áreas de contaminação por minas e engenhos não-detonados continuaram sendo descobertas. Doações proveram fundos estimados em US\$1,58 milhões em 2004. Menos mortes foram relatadas em 2004 que em 2003.

Palestina

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em 2005, o Comitê Nacional Contra as Minas começou a desenvolver um plano de estratégia contra as minas e uma estrutura formal contra as minas, com o apoio da UNICEF. Em 2004, a Unidade do Esquadrão Anti-bombas da Palestina respondeu a cerca de mil chamadas e conduziu 33 operações de inutilização de explosivos.

Nagorno-Karabakh

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em 2004, a HALO Trust limpou 3,6 quilômetros quadrados de área afetada por meio da desminagem manual e mecânica, e mais 450.000 metros quadrados em 2005 até abril. Ela concentrou a limpeza em fazendas e focalizou a educação sobre o risco das minas nos adultos, em vista do aumento das mortes com o crescimento da produção agrícola. Ao final de 2004, a CICV disponibilizou áreas seguras de recreação para crianças em 27 vilas.

Somalilândia

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em julho de 2004 e novembro de 2004, oficiais da Somalilândia indicaram que estavam preparados para assinar o Ato de Compromisso do Chamamento de Genebra para o banimento amplo das minas antipessoal, mas não o fez. Houve um lançamento do Relatório do Monitor de Minas de 2004 e da nova Coalizão para Banir as Minas Terrestres em Hargeisa em novembro de 2004. A HALO Trust e o Grupo de Desminagem Dinamarquês desminaram mais de 22 quilômetros quadrados de território em 2004, destruindo 304 minas antipessoal e 103 minas antiveículo. Uma política nacional e estratégia de ação contra as minas, que foi desenvolvida e apresentada ao parlamento em 2004, esperava aprovação depois das eleições em setembro de 2005. Doações internacionais aumentaram em 2004, depois de decair desde 2001. Os doadores informaram que proveram mais de US\$4 milhões para ações contra as minas na Somalilândia em 2004, duas vezes a quantia doada em 2003. Em janeiro de 2005, a Handicap International lançou um novo projeto de ERM atingindo a população em comunidades de quatro regiões.

Taiwan (Ilha Formosa)

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: Em janeiro de 2005, o Comitê Nacional de Defesa da legislação nacional rejeitou o pedido de proibição das minas antipessoal. De julho de 2004 a junho de 2005, a terra necessária para a construção de diques na Ilha Kinmen foi limpa de minas. Em 25 de abril de 2005, dois desminadores do Zimbábue foram mortos e outro ficou ferido, quando minas antipessoal armazenadas explodiram na Ilha Kinmen

Saara Ocidental

Principais desenvolvimentos desde maio de 2004: A ONG suíça Geneva Call visitou o Saara Ocidental em junho de 2005, e Polisario indicou seu apoio ao banimento das minas antipessoal. De abril de 2004 a abril de 2005, 354 minas e itens de UXOs foram descobertos e marcados, e 30 operações de inutilização de explosivos foram conduzidas os lados da barreira dividindo o Marrocos e o Saara Ocidental.

CONVENÇÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO, ARMAZENAGEM, PRODUÇÃO E TRANSFERENCIA DE MINAS ANTIPESSOAL E SOBRE A SUA DESTRUÇÃO. 18 DE SETEMBRO DE 1997

Preâmbulo

Os Estados Partes:

Decididos a pôr fim ao sofrimento e à perda de vidas humanas pelas minas antipessoal, que matam ou mutilam centenas de pessoas todas as semanas, na grande maioria civis inocentes e indefesos, especialmente crianças, inibem o desenvolvimento económico e a reconstrução, inibem o repatriamento de refugiados e de pessoas deslocadas a nível interno, para além de outras consequências graves que se verificam durante muitos anos após a sua colocação;

Convencidos de que é necessário fazer todos os esforços possíveis para fazer face, de forma eficaz e coordenada, ao desafio que representa a remoção de minas antipessoal disseminadas por todo o mundo e de garantir a sua destruição;

Desejando fazer todos os esforços possíveis na prestação de assistência para cuidar e reabilitar as vítimas das minas, incluindo a sua reintegração social e económica;

Reconhecendo que a proibição total de minas antipessoal seria também uma importante medida criadora de confiança;

Acolhendo com satisfação a adopção do Protocolo sobre a Proibição ou Limitação da Utilização de Minas, Armadilhas e Outros Dispositivos, conforme foi modificado em 3 de Maio de 1996 e anexo à Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos ou Ferindo Indiscriminadamente, e apelando a todos os Estados para uma rápida ratificação do referido Protocolo;

Acolhendo com satisfação, ainda, a adopção da Resolução n.º 51/45 S, de 10 de Dezembro de 1996, da Assembleia Geral das Nações Unidas, exortando todos os Estados Partes a prosseguir sem demora as negociações relativas a um acordo internacional eficaz e juridicamente vinculativo para banir a utilização, armazenagem, produção e transferência de minas antipessoal;

Acolhendo com satisfação, também, as medidas tomadas nos últimos anos, a nível unilateral, e multilateral, com vista a proibir, limitar ou suspender a utilização, armazenagem, produção e transferência de minas antipessoal;

Salientando o papel que desempenham os ditames da consciência pública no fomento dos princípios humanitários, como comprova o apelo à interdição total de minas antipessoal, e reconhecendo os esforços empreendidos pelo Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a Campanha Internacional para a Proibição de Minas e outras numerosas organizações não governamentais de todo o mundo;

Recordando a Declaração de Otava de 5 de Outubro de 1996 e a Declaração de Bruxelas de 27 de Junho de 1997, exortando a comunidade internacional a prosseguir sem demora as

negociações relativas a um acordo internacional eficaz e juridicamente vinculativo para banir a utilização, armazenagem, produção e transferência de minas antipessoal;

Sublinhando a oportunidade de suscitar a adesão de todos os Estados à presente Convenção e decididos a trabalhar energicamente para promover a sua universalidade em todos os fora pertinentes, incluindo, entre outros, as Nações Unidas, a Conferência do Desarmamento, as organizações e grupos regionais e as conferências de exame da Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos ou Ferindo Indiscriminadamente;

Baseando-se no princípio do direito internacional segundo o qual o direito das partes num conflito armado de escolher os métodos ou os meios de guerra não é limitado, e sobre o princípio que proíbe a utilização, nos conflitos armados, de armas, projecteis, materiais e métodos de guerra de tal natureza que causem males supérfluos e sofrimento desnecessário, e no princípio segundo o qual é necessário fazer uma distinção entre civis e combatentes; acordaram no seguinte:

Artigo 1.º - Obrigações gerais

1- Cada Estado Parte compromete-se, quaisquer que sejam as circunstâncias, a nunca:

- a) Utilizar minas antipessoal;
- b) Desenvolver, produzir, adquirir de outra forma, armazenar, conservar ou transferir para outrem, directa ou indirectamente, minas antipessoal;
- c) Ajudar, encorajar ou induzir outrem, por qual quer forma, a participar numa actividade proibida a um Estado Parte ao abrigo da presente Convenção.

2 - Cada Estado Parte compromete-se a destruir ou a assegurar a destruição de todas as minas antipessoal, em conformidade com as disposições da presente Convenção.

Artigo 2.º - Definições

1- Por «mina antipessoal» entende-se uma mina concebida para explodir devido à presença, proximidade ou contacto de uma pessoa e destinada a incapacitar, ferir ou matar uma ou varias pessoas. As minas concebidas para explodir pela presença, proximidade ou contacto de um veiculo, e não de uma pessoa, que estão munidas com dispositivos antimanipulação não são consideradas minas antipessoal pelo facto de possuírem esse dispositivo.

2- Por «mina» entende-se a munição colocada sob, no ou perto do solo ou de outra superfície e concebida para explodir pela presença, proximidade ou contacto de uma pessoa ou de um veiculo.

3 - Por «dispositivo antimanipulação» entende-se um dispositivo destinado a proteger uma mina, o qual é parte integrante desta, está ligado ou agregado a esta ou colocado por baixo desta, e que é activado em caso de tentativa de manipulação ou activação intencional da mina.

4 - Por «transferência» entende-se para além da deslocação física de minas para o interior ou exterior do território nacional, à transferência do direito de propriedade e de controlo dessas minas, mas não envolve a transferência de um território no qual tenham sido colocadas minas antipessoal.

5 - Por «zona minada» entende-se uma zona que é considerada perigosa devido a presença ou suspeita de presença de minas.

Artigo 3.º - Excepções

1- Sem prejuízo das obrigações gerais previstas no artigo 1.º, será permitida a conservação ou transferência de uma quantidade de minas antipessoal para o desenvolvimento e treino de técnicas de detecção, levantamento ou destruição de minas. Essa quantidade de minas não deverá exceder a quantidade mínima absolutamente necessária para os fins acima mencionados.

2 - É autorizada a transferência de minas antipessoal para fins de destruição.

Artigo 4.º - Destruição das minas antipessoal armazenadas

Com excepção do disposto no artigo 3.º, cada Estado Parte compromete-se a destruir ou garantir a destruição de todas as minas antipessoal armazenadas de sua propriedade ou na sua posse, ou que se encontrem em qualquer local sob a sua jurisdição ou controlo, com a brevidade possível, e o mais tardar num prazo de quatro anos após a entrada em vigor da presente Convenção para esse Estado Parte.

Artigo 5.º - Destruição das minas antipessoal colocadas nas zonas minadas

1- Cada Estado Parte compromete-se a destruir ou a garantir a destruição de todas as minas antipessoal colocadas nas zonas minadas sob a sua jurisdição ou controlo, com a brevidade possível e o mais tardar 10 anos após a entrada em vigor da presente Convenção para esse Estado Parte. . .

2 - Cada Estado Parte esforçar-se-á por identificar todas as zonas sob a sua jurisdição ou controlo nas quais existam ou se suspeite que tenham sido colocadas minas antipessoal e tomará todas as medidas necessárias, com a brevidade possível, para que todas as zonas minadas, sob a sua jurisdição ou controlo, onde tenham sido colocadas minas tenham o perímetro demarcado, estejam vigiadas e protegidas por cercas ou outros meios, por forma a impedir de forma eficaz que os civis não as penetrem, até que todas as minas antipessoal colocadas nessas zonas minadas tenham sido destruídas. A sinalização deverá estar, pelo menos, em conformidade com as normas estabelecidas no Protocolo sobre a Proibição ou Limitação ou Utilização de Minas, Armadilhas e Outros Dispositivos, conforme foi modificado em 3 de Maio de 1996 e anexo à Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos ou Ferindo Indiscriminadamente.

3 - No caso em que um Estado Parte crê não conseguir destruir ou garantir a destruição de todas as minas antipessoal referidas no parágrafo 1 no prazo previsto, poderá apresentar, na reunião

dos Estados Partes ou na conferência de revisão, um pedido do período de prorrogação, até um máximo de 10 anos, para concluir a destruição dessas minas antipessoal.

4 - No pedido deverá constar:

- a) A duração da prorrogação proposta;
- b) Uma explicação pormenorizada justificando as razões para o pedido de prorrogação, incluindo:
 - i) A preparação e o ponto de situação do trabalho efectuado no âmbito dos programas nacionais de desminagem;
 - ii) Os meios financeiros e técnicos de que o Estado Parte dispõe para efectuar a destruição de todas as minas antipessoal;
 - iii) As circunstâncias que, impeçam o Estado Parte de destruir todas as minas antipessoal nas zonas minadas;
- c) As implicações humanitárias, sociais, económicas e ambientais da prorrogação; e
- d) Qualquer outra informação pertinente relativa à prorrogação proposta.

5 - A reunião dos Estados Partes ou a conferência de revisão avaliará, tendo em conta os factos enunciados no parágrafo 4, o pedido e decidirá por maioria de votos dos Estados Partes presentes se a prorrogação é concedida.

6 - A referida prorrogação pode ser renovada mediante a apresentação de um novo pedido em conformidade com os parágrafos 3, 4 e 5 do presente artigo. O Estado Parte deverá juntar, ao novo pedido de prorrogação suplementar informação adicional pertinente relativamente ao que foi efectuado durante o anterior período de prorrogação.

Artigo 6.º - Cooperação e assistência internacionais

1- No cumprimento das suas obrigações ao abrigo da presente Convenção, cada Estado Parte tem o direito de solicitar e receber assistência de outros Estados Partes, sempre que for viável e na medida do possível.

2 - Cada Estado Parte compromete-se a facilitar o intercâmbio, mais completo possível; de equipamento, material e informação científica e técnica relacionada com a aplicação da presente Convenção e terá o direito de participar nesse intercâmbio. Os Estados Partes não imporão restrições indevidas ao fornecimento, para fins humanitários, de equipamento para a desminagem e de informação técnica correspondente:

3 - Cada Estado Parte que esteja em condições de o fazer fornecerá assistência para cuidados e reabilitação das vítimas das minas e sua integração social e económica, bem como para os programas de sensibilização sobre minas. Esta assistência pode ser fornecida, inter alia, através do sistema das Nações Unidas, de organizações ou instituições internacionais, regionais ou nacionais, do Comité Internacional da Cruz Vermelha e das sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e da sua Federação Internacional, de organizações não governamentais, ou numa base bilateral.

4 - Cada Estado Parte que esteja em condições de o fazer fornecerá assistência para a desminagem e actividades conexas. Essa assistência poderá ser fornecida, inter alia, através do sistema das Nações Unidas, de organizações ou instituições internacionais ou regionais, de organizações não governamentais, ou numa base bilateral, ou contribuindo para o Fundo Voluntário das Nações Unidas para a Assistência à Desminagem ou outros fundos regionais relacionados com a desminagem.

5 - Cada Estado Parte que esteja em condições de o fazer fornecerá assistência para a destruição de minas antipessoal armazenadas.

6 - Cada Estado Parte compromete-se a facultar informação à base de dados sobre desminagem estabelecida no sistema das Nações Unidas, em especial, informação relativa aos diversos meios e tecnologias de desminagem, bem como listas de peritos, organismos especializados ou pontos de contacto nacionais para a desminagem.

7 - Os Estados Partes podem solicitar às Nações Unidas, às organizações regionais, a outros Estados Partes ou a outros fora intergovernamentais ou não governamentais competentes que auxiliem as suas autoridades na elaboração de um programa nacional de desminagem com vista a determinar, inter alia:

- a) A amplitude e âmbito do programa das minas antipessoal;
- b) Os recursos financeiros, tecnológicos e humanos necessários para a implementação do programa;
- c) Uma estimativa do número de anos necessários para destruir todas as minas antipessoal das zonas minadas sob a jurisdição ou controlo do Estado Parte em causa;
- d) As actividades de sensibilização sobre o problema das minas com o objectivo de reduzir a incidência de ferimentos ou mortes causadas pelas minas;
- e) Assistência às vítimas das minas;
- f) As relações entre o governo do Estado Parte em causa e as entidades governamentais, intergovernamentais ou não governamentais pertinentes que participarão na aplicação do programa.

8 - Cada Estado Parte que proporcione ou receba assistência segundo as disposições do presente artigo cooperará com vista a assegurar a aplicação rápida e integral dos programas de assistência acordados.

Artigo 7.º - Medidas de transparência

1- Cada Estado Parte informará o Secretário-geral das Nações Unidas, com a prontidão possível, mas o mais tardar 180 dias a partir, da, entrada em vigor da presente Convenção para esse Estado, sobre:

- a) As medidas de aplicação à nível nacional segundo o previsto no artigo 9.º;
- b) O número total de minas antipessoal armazenadas que sejam sua 'propriedade ou estejam na sua posse, ou que estejam sob a sua jurisdição ou controlo, incluindo a descrição do tipo, quantidade e, se possível os números dos lotes de cada tipo de mina antipessoal armazenado;
- c) Na medida do possível, a localização de todas as zonas minadas sob a sua, jurisdição ou controlo nas quais existam ou se suspeite que tenham sido colocadas minas

antipessoal, incluindo a informação mais pormenorizada possível relativamente ao tipo e à quantidade de cada tipo de minas antipessoal colocadas em cada zona minada e a data da sua colocação;

d) Os tipos, quantidades e, se possível, os números dos lotes de todas as minas antipessoal retidas ou transferidas para o desenvolvimento e treino de técnicas de detecção, desminagem ou destruição de minas, ou as que foram transferidas para fins de destruição, bem como as instituições autorizadas por um Estado Parte a reter ou a transferir minas antipessoal, em conformidade com o artigo 3.º;

e) O ponto de situação dos programas de conversão ou de encerramento definitivo das instalações de produção de minas antipessoal;

f) O ponto de situação dos programas de destruição de minas antipessoal, em conformidade com os artigos 4.º e 5.º, incluindo os pormenores dos métodos a utilizar na destruição, a localização de todos os locais de destruição e as normas aplicáveis em matéria de segurança e protecção do meio ambiente a serem observadas;

g) Os tipos e quantidades de todas as minas antipessoal destruídas após a entrada em vigor da Convenção para esse Estado Parte, incluindo a descrição da quantidade de cada tipo de mina antipessoal destruída, em conformidade com os artigos 4.º e 5.º respectivamente, bem como, se possível, os números dos lotes de cada tipo de mina antipessoal no caso de uma destruição em conformidade com o artigo 4.º;

h) As características técnicas de cada tipo de mina antipessoal produzida, que sejam conhecidas, e aquelas que actualmente sejam propriedade ou estejam na posse de um Estado Parte, incluindo, sempre que seja razoavelmente possível, a informação que possa facilitar a identificação e o levantamento das minas antipessoal; no mínimo, a informação incluirá as dimensões características do iniciador, do explosivo e do corpo metálico, as fotografias a cores e qualquer outra informação que possa facilitar a desminagem; e i) As medidas tomadas para avisar de forma imediata e eficaz a população sobre todas as áreas a que se refere o parágrafo 2 do artigo 5

2 - A informação facultada, em conformidade com este artigo, será actualizada anualmente por cada Estado Parte relativamente ao ano civil anterior e será apresentada ao Secretário-geral das Nações Unidas o mais tardar em 30 de Abril de cada ano.

3 - O Secretário-geral das Nações Unidas transmitirá os relatórios recebidos aos Estados Partes.

Artigo 8.º - Ajuda e pedido de esclarecimento sobre o cumprimento

1- Os Estados Partes concordarão em efectuar consultas e em cooperar entre si relativamente à aplicação das disposições da presente Convenção é trabalhar conjuntamente em espírito de cooperação ,por forma a facilitar o cumprimento por parte dos Estados Partes das suas obrigações ao abrigo da presente Convenção.

2 - Se um ou mais Estados Partes desejarem esclarecer ou resolver questões relacionadas com o cumprimento das disposições da presente Convenção, por parte de outro Estado Parte, podem apresentar, por intermédio do Secretário-geral das Nações Unidas, um pedido de esclarecimento sobre o assunto a esse Estado Parte. Esse pedido deverá conter toda a informação pertinente. Cada Estado Parte abster-se-á de solicitar pedidos de esclarecimentos não fundamentados, por

forma a evitar a utilização abusiva desse mecanismo. O Estado Parte que recebe um pedido de esclarecimento entregará ao Estado Parte solicitante, por intermédio do Secretário-geral das Nações Unidas, toda a informação que possa ajudar a esclarecer o assunto, no prazo máximo de 28 dias após ter recebido o pedido.

3 - Se o Estado Parte solicitante não obtiver resposta por intermédio do Secretário-geral das Nações Unidas dentro do prazo mencionado, que considere que esta não é satisfatória, pode submeter o assunto à próxima reunião dos Estados Partes através do Secretário-geral das Nações Unidas. O Secretário-geral das Nações Unidas transmitirá a todos os Estados Partes o pedido apresentado, acompanhado de toda a informação pertinente relativa ao pedido de esclarecimento. Toda essa informação será transmitida ao Estado Parte solicitado, o qual terá o direito de formular uma resposta.

4 - Aguardando a convocação de reunião dos Estados Partes, qualquer Estado Parte interessado poderá solicitar ao Secretário-geral das Nações Unidas que exerça os seus bons ofícios por forma a facilitar os esclarecimentos solicitados.

5 - O Estado Parte solicitante pode propor, por intermédio do Secretário-geral das Nações Unidas, a convocação de uma reunião extraordinária dos Estados Partes para examinar o assunto. O Secretário-geral das Nações Unidas comunicará a todos os Estados Partes essa proposta e toda a informação apresentada pelos Estados Partes interessados, solicitando-lhes que indiquem se estão a favor de uma reunião extraordinária dos Estados Partes para examinar o assunto. No caso em que, no prazo de 14 dias após a entrega dessa comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes esteja a favor da referida reunião extraordinária, o Secretário-geral das Nações Unidas convocará essa reunião extraordinária dos Estados Partes no prazo máximo de 14 dias: O quorum para essa reunião será constituído pela maioria dos Estados Partes presentes.

6 - A reunião de Estados Partes ou a reunião extraordinária dos Estados Partes, consoante o caso, deverá determinar em primeiro lugar se haverá necessidade de reexaminar o assunto tendo em conta toda a informação apresentada pelos Estados interessados. A reunião dos Estados Partes ou a reunião extraordinária dos Estados Partes deverá fazer os possíveis por tomar uma decisão por consenso. Se, apesar de todos os esforços, não se conseguir chegar a acordo, a decisão será tomada por maioria dos Estados Partes presentes e votantes.

7 - Todos os Estados Partes cooperarão plenamente com a reunião dos Estados Partes ou com a reunião extraordinária dos Estados Partes na avaliação do assunto, incluindo as missões de apuramento de factos autorizadas em conformidade com o parágrafo 8.

8 - Caso sejam necessários mais esclarecimentos, a reunião dos Estados Partes ou a reunião extraordinária dos Estados Partes autorizará uma missão de apuramento de factos e decidirá o seu mandato por maioria dos Estados Partes presentes e votantes. Em qualquer altura o Estado Parte solicitado poderá convidar uma missão de apuramento de factos ao seu território. A missão será realizada sem que seja necessária uma decisão da reunião dos Estados Partes ou da reunião extraordinária dos Estados Partes. A missão, composta por um máximo de nove peritos, designados e aprovados em conformidade com os parágrafos 9 e 10, poderá recolher informação adicional relativa ao cumprimento questionado, in situ, ou noutros locais directamente

relacionados com o assunto do cumprimento questionado sob a jurisdição ou controlo do Estado Parte solicitado.

9 - O Secretário-geral das Nações Unidas preparará e actualizará uma lista com os nomes e nacionalidades de peritos qualificados, bem como outros dados pertinentes recebidos dos Estados Partes, e comunicá-la-á a todos os Estados Partes. O perito incluído nesta lista ficará designado para todas as missões de apuramento de factos, a menos que um Estado Parte se oponha por escrito à sua designação. No caso de oposição, o perito não participará nas missões de determinação de factos no território ou em qualquer outro local sob jurisdição ou controlo do Estado Parte que se opôs à sua designação, desde que a recusa se tenha verificado antes da nomeação do perito para a referida missão.

10 - Após recepção de um pedido procedente da reunião dos Estados Partes ou da reunião extraordinária dos Estados Partes, o Secretário-geral das Nações Unidas designará, após consulta com o Estado Parte solicitante, os membros da missão, incluindo o seu chefe. Os nacionais dos Estados Partes solicitando a missão de apuramento de factos, ou todos os Estados Partes que sejam directamente afectados, não poderão ser nomeados para a missão. Os membros da missão de apuramento de factos usufruirão dos privilégios e imunidades previstos no artigo VI da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, adoptada em 13 de Fevereiro de 1946.

11- Após um pré-aviso mínimo de setenta e duas horas, os membros da missão de apuramento de factos chegarão, logo que possível, ao território do Estado Parte solicitado. O Estado Parte solicitado tomará as medidas administrativas necessárias para receber, transportar, e alojar a missão e será responsável por providenciar a segurança dos membros da missão até onde for possível e enquanto estes estiverem no território sob o seu controlo.

12 - Sem prejuízo da soberania do Estado Parte solicitador, a missão de apuramento de factos poderá trazer para o território do Estado Parte' solicitado apenas o equipamento necessário, que será exclusivamente utilizado na recolha de informação para o esclarecimento do assunto do cumprimento. Antes da chegada, a missão informará ' o Estado Parte solicitado quanto ao equipamento que tenciona utilizar no decorrer da missão de apuramento de factos.

13 - O Estado Parte solicitado fará todos os esforços possíveis para garantir que seja facultada à missão de apuramento de factos a possibilidade de falar com todas as ,pessoas que Possam fornecer informação relativa ao assunto do cumprimento.

14 - O Estado Parte solicitado facultará à missão de apuramento de factos o acesso a todas as zonas e instalações sob o seu controlo onde se preveja ser possível recolher factos relativos ao cumprimento questionado. O acesso estará sujeito às disposições que o Estado Parte considere necessárias para:

- a) A protecção de equipamentos, informações e zonas sensíveis;
- b) A protecção de obrigações constitucionais que o Estado Parte solicitado possa ter relativamente a direitos de propriedade, registos e apreensão, ou outros direitos constitucionais; ou
- c) A protecção e segurança física dos membros da missão de apuramento de factos.

No caso em que o Estado Parte solicitado adopte essas disposições, deverá fazer todos os esforços razoáveis para demonstrar, através de meios alternativos, o cumprimento da presente Convenção.

15 - A missão de apuramento de factos permanecerá no território do Estado Parte solicitado por um período máximo de 14 dias, e em qualquer local determinado nunca mais de 7 dias, a menos que acordado de outra forma.

16 - Toda a informação fornecida a título confidencial e que não esteja relacionada com o assunto relativo à missão de apuramento de factos deverá ser tratada numa base confidencial.

17 - A missão de apuramento de factos informará, por intermédio do Secretário-geral das Nações Unidas, a reunião dos Estados Partes ou a reunião extraordinária dos Estados Partes sobre os resultados do apuramento dos factos.

18 - A reunião dos Estados Partes ou a reunião extraordinária dos Estados Partes examinará toda a informação pertinente, incluindo o relatório submetido pela missão de apuramento de factos e poderá pedir ao Estado Parte solicitado que tome medidas para resolver o assunto do cumprimento num prazo estipulado. O Estado Parte solicitado informará quanto a todas as medidas tomadas para resolver esse pedido.

19 - A reunião dos Estados Partes ou a reunião extraordinária dos Estados Partes poderá sugerir aos Estados Partes interessados meios e formas para esclarecer mais ainda ou resolver o assunto em consideração, incluindo a abertura de procedimentos apropriados em conformidade com o direito internacional. Nos casos em que se determine que o assunto em causa se deve a circunstâncias fora do controlo do Estado Parte solicitado, a reunião dos Estados Partes poderá recomendar medidas apropriadas, incluindo o recurso às medidas de cooperação referidas no artigo 6.º

20 - A reunião dos Estados Partes ou a reunião extraordinária dos Estados Partes fará o possível por adoptar as decisões referidas nos parágrafos 18 e 19 por consenso, e, caso não seja possível, as decisões serão tomadas por maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes.

Artigo 9.º - Medidas de aplicação nacionais

Cada Estado Parte adoptará todas as medidas pertinentes, incluindo medidas legais, administrativas e de outra índole, incluindo a imposição de sanções penais, para evitar e impedir qualquer actividade proibida a um Estado Parte ao abrigo da presente Convenção, cometidas por pessoas, ou num território sob a sua jurisdição ou controlo.

Artigo 10.º - Resolução de diferendos

1- Os Estados Partes consultar-se-ão e cooperarão entre si para resolver qualquer disputa que possa surgir relativamente à aplicação ou interpretação da presente Convenção. Cada Estado Parte poderá apresentar a questão do diferendo à reunião dos Estados Partes.

2 - A reunião dos Estados Partes poderá contribuir para a resolução de um diferendo pelos meios que considerar adequados, incluindo a oferta dos seus bons ofícios, convidando os Estados Partes no diferendo a iniciar o processo de resolução que tiverem escolhido e recomendando um prazo para o procedimento acordado.

3 - O presente artigo é sem prejuízo das disposições da presente Convenção relativas à ajuda e esclarecimento do seu cumprimento.

Artigo 11.º - Reuniões dos Estados Partes

1- Os Estados Partes reunir-se-ão regularmente para examinar qualquer assunto relativo à implementação ou aplicação da presente Convenção, incluindo:

- a) O funcionamento e o estatuto da presente Convenção;
- b) Os assuntos relacionados com os relatórios apresentados ao abrigo das disposições da presente Convenção;
- c) A cooperação e a assistência internacionais de acordo com o previsto no artigo 6.º;
- d) O desenvolvimento de tecnologias para a remoção de minas antipessoal;
- e) Os pedidos dos Estados Partes referidos no artigo 8.º; e As decisões relativas à apresentação de pedidos dos Estados Partes, em conformidade com o artigo 5.º

2 - A primeira reunião dos Estados Partes será convocada pelo Secretário-geral das Nações Unidas no prazo máximo de um ano após a entrada em vigor da presente Convenção. As reuniões subsequentes serão convocadas anualmente pelo Secretário-geral das Nações Unidas até à primeira conferência de revisão.

3 - Em virtude das disposições previstas no artigo 8.º, o Secretário-geral das Nações Unidas convocará uma reunião extraordinária dos Estados Partes.

4 - Os Estados não Partes na presente Convenção, bem como as Nações Unidas, outras organizações ou instituições internacionais pertinentes, organizações regionais, o Comité Internacional da Cruz Vermelha e organizações não governamentais pertinentes, podem ser convidados a assistir a estas reuniões como observadores, de acordo com as regras de procedimento acordadas.

Artigo 12.º - Conferências de revisão

1- O Secretário-geral das Nações Unidas convocará uma conferência, de revisão cinco anos, após, a entrada em vigor da presente Convenção. O Secretário-geral das Nações Unidas convocará outras conferências de revisão caso um ou mais Estados Partes o solicitem, desde que o intervalo entre estas não seja inferior a cinco anos. Todos os Estados Partes na presente Convenção serão convidados a assistir a cada conferência de revisão.

2 - A Conferência de Revisão terá como objectivo:

- a) Examinar o funcionamento e o estatuto da presente Convenção;
- b) Avaliar a necessidade de convocar posteriores reuniões dos Estados Partes referidos no parágrafo 2 do artigo 11.º e determinar o intervalo entre essas reuniões;

- c) Tomar decisões sobre a apresentação dos pedidos dos Estados Partes previstos no artigo 5 °;
- d) Adotar no seu relatório final, quando necessário, as conclusões relativas à implementação da presente Convenção.

3 - Os Estados não Partes na presente Convenção, bem como as Nações Unidas, outras organizações ou instituições internacionais pertinentes, organizações regionais, o Comité Internacional da Cruz Vermelha e organizações não governamentais, podem ser convidados a assistir a cada conferência de revisão como observadores, de acordo com as regras de procedimento acordadas.

Artigo 13.º - Emendas

1- Após a entrada em vigor da presente Convenção, qualquer Estado Parte pode, a todo o momento, propor emendas à presente Convenção. Qualquer proposta de emenda será comunicada ao depositário, que a transmitirá a todos os Estados Partes e pedirá a sua opinião quanto à convocação de uma conferência para emenda para examinar a proposta. Se uma maioria de Estados Partes notifica ao depositário, o mais tardar 30 dias após a distribuição da proposta de emenda, que está a favor de uma apreciação da proposta, o depositário convocará uma conferência para emenda, para a qual serão convidados todos os Estados Partes.

2 - Os Estados não Partes na presente Convenção, bem como as Nações Unidas, outros organismos internacionais ou instituições pertinentes, organizações regionais, o Comité Internacional da Cruz Vermelha e organizações não governamentais, podem ser convidados a assistir à conferência para emenda como observadores, de acordo com as regras de procedimento acordadas.

3 - A conferência para emenda realizar-se-a imediatamente após uma reunião dos Estados Partes ou uma reunião extraordinária dos Estados Partes, a menos que uma maioria de Estados Partes solicite que se realize

4 - Qualquer emenda à presente Convenção será adoptada por uma maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes na conferência para emenda. O depositário comunicará qualquer emenda adoptada pelos Estados Partes. 5 , Qualquer emenda, à presente, Convenção entrará em vigor para todos os Estados Partes da presente Convenção que a tenham aceite, quando a maioria dos Estados Partes depositar junto do depositário os, seus instrumentos de aceitação: Entrará em vigor para os outros Estados Partes na data em que fizerem o depósito do seu instrumento de aceitação.

Artigo 14.º - Despesas

1- As despesas das reuniões dos estados Partes, reuniões extraordinárias dos Estados Partes, conferências de revisão e conferências para emenda serão assumidas pelos Estados Partes e pelos Estados não Partes na presente Convenção que nelas participem, de acordo com a escala de quotas das Nações Unidas devidamente ajustada.

2 - As despesas contraídas pelo Secretário-geral das Nações Unidas de acordo com os artigos 7.º e 8.º e as despesas de qualquer missão de apuramento de factos serão assumidas pelos Estados Partes em conformidade com a escala de quotas das Nações Unidas devidamente ajustada.

Artigo 15.º - Assinatura

A presente Convenção, feita em Oslo, Noruega, em 18 de Setembro de 1997, estará aberta à assinatura de todos os Estados em Otava, Canadá, de 3 a 4 de Dezembro de 1997, e na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a partir de 5 de Dezembro de 1997 até à sua entrada em vigor.

Artigo 16.º - Ratificação, aceitação, aprovação ou adesão

- 1- A presente Convenção será submetida a ratificação, aceitação ou aprovação pelos signatários.
- 2 - A presente Convenção estará aberta à adesão de qualquer Estado não signatário.
- 3 - Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão depositados junto do depositário.

Artigo 17.º - Entrada em vigor

- 1- A presente Convenção entrará em vigor no 1.º dia do 6.º mês após a data de depósito do 40.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
- 2 - Para qualquer Estado que deposite o seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão após a data de depósito do 40.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, a presente Convenção entrará em vigor no 1.º dia do 6.º mês a partir da data em que esse Estado tenha depositado o seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

Artigo 18.º - Aplicação a título provisório

Qualquer Estado pode, quando depositar o seu instrumento, de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, declarar que aplicará a título provisório o parágrafo 1 do artigo 1.º da presente Convenção até à sua entrada em vigor.

Artigo 19.º - Reservas

Não poderão ser formuladas reservas aos artigos da presente Convenção.

Artigo 20.º - Duração e denúncia

- 1- A presente Convenção terá duração ilimitada.
- 2 - Cada Estado Parte terá, no exercício da sua soberania nacional, o direito de denunciar a presente Convenção. Esse Estado Parte notificará dessa denúncia todos os outros Estados Partes,

o depositário e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse instrumento de denúncia incluirá uma explicação completa sobre as razões que motivaram a denúncia.

3 - Essa denúncia só produzirá efeitos seis meses após a recepção do instrumento de denúncia pelo depositário. No entanto, se no termo desse período de seis meses o Estado Parte denunciante estiver envolvido num conflito armado, a denúncia não produzirá efeitos antes do final do conflito armado.

4 - A denúncia de um Estado Parte da presente Convenção não afectará de forma alguma o dever dos Estados de continuarem a cumprir com as obrigações contraídas ao abrigo das regras pertinentes do direito internacional.

Artigo 21.º - Depositário

O Secretário-geral das Nações Unidas é designado como depositário da presente Convenção.

Artigo 22.º - Textos autênticos

O texto original da presente Convenção, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos, será depositado junto do Secretário-geral das Nações Unidas.